

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

Exercício 2015

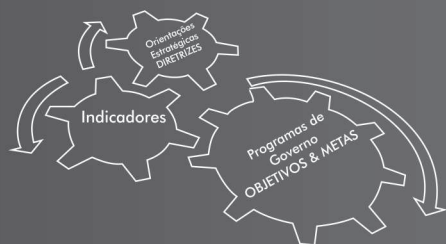


Gestão por Resultados



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

Exercício 2015



Gestão por Resultados



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino - Governador

Carlos Brandão - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima – Secretária

Marcelo A. Duailibe Barros – Subsecretário

SECRETARIA ADJUNTA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Eduardo Cássio Beckman Gomes - Secretário Adjunto do Planejamento e Orçamento

Maria da Graça Gomes Ximenes Aragão – Gestor do Sistema de Planejamento e Orçamento

Domingos José Carneiro Neto – Superintendente de Gestão de Planos e de Orçamentos

Maria Júlia Sousa Carvalho – Superintendente de Normas

Tânia Maria Macatrão Costa - Superintendente de Programas

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Eduardo Cássio Beckman Gomes – Coordenador Geral

Domingos José Carneiro Neto – Coordenador Executivo

Arlete Silva Serra

Cláudio Braga

Cristiane Assunção Martins Oliveira

Daniela Duailibe Barros Rêgo

Paulo da Costa Carioca

Leonardo Borralho Araujo

Auricélia Cruz Sá

Rozenir de Assis Miranda Mesquita

Nayane Santana Ferreira

Francisco Nawennesson Ferreira Lopes

EQUIPE TÉCNICA DE APOIO

Florise Pereira Reis
Maria Rogéria dos Santos
Mônica Castro
Rosa Mariana Freire Silva
Simone do Espiro Santo Pereira Almeida

EQUIPE TI

Nélio Alves Guilhon
Márcio Régis Manso Fraga
Márcio Nonato Fonseca Vieira

COLABORADORES

Eduardo Henrique
Getúlio
Marcelo
Daniele

APOIO ADMINISTRATIVO

Maria Santana Carvalho Silva
Valdeci Ferreira Novais

EDITORAÇÃO

Maria da Conceição Lima Silva

Maranhão. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento.
Secretaria Adjunta de Planejamento e Orçamento

Relatório de Avaliação do PPA 2012-2015 – Exercício 2015 do
Estado do Maranhão – São Luís 2016.

336p.

1. Planejamento Governamental - Maranhão. Relatório de
Avaliação do PPA 2012-2015 – Exercício 2015.

GOVERNO DO ESTADO

FLÁVIO DINO

Governador

CARLOS BRANDÃO

Vice-Governador

SECRETÁRIOS DE ESTADO

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

RODRIGO MAIA ROCHA
Procurador Geral do Estado

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

CLAYTON NOLETO SILVA
Secretário de Estado da Infraestrutura

JEFFERSON MILLER PORTELA E SILVA
Secretário de Estado da Segurança Pública

DIEGO GALDINO ARAÚJO
Secretário de Estado da Cultura e Turismo

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ ARIMATÉIA LIMA NETO EVANGELISTA
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social

RODRIGO PIRES FERREIRA LAGO
Secretário de Estado da Transparência e Controle

FELIPE COSTA CAMARÃO
Secretário de Estado da Educação

MÁRCIO JOSÉ HONAISSER
Secretário de Estado da Agricultura e Pesca

MARCOS ANTÔNIO BARBOSA PACHECO
Secretário de Estado da Saúde

JOSÉ SIMPLÍCIO ALVES ARAÚJO
Secretário de Estado da Indústria e Comércio

JULIÃO AMIN CASTRO
Secretário de Estado do Trabalho e da Economia Solidária

LÍLIAN RÉGIA GONÇALVES GUIMARÃES
Secretária de Estado da Gestão e Previdência

JONATHAN ALMADA
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ADELMO DE ANDRADE SOARES
Secretário de Estado da Agricultura Familiar

LAURINDA MARIA DE CARVALHO PINTO
Secretária de Estado da Mulher

MÁRCIO BATALHA JARDIM
Secretário de Estado do Esporte e Lazer

FRANCISCO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO
Secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular

Cel.QOPM JOSÉ FREDERICO GOMES PEREIRA
Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Maranhão

Cel.QOCBM CÉLIO ROBERTO PINTO DE ARAÚJO
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão

MÁRCIO JERRY SARAIVA BARROSO
Secretário de Estado de Comunicação Social e Assuntos Políticos

FELIPE MACEDO DE HOLANDA
Secretário de Estado Extraordinário de Programas Especiais

ODAIR JOSÉ NEVES SANTOS
Presidente da Comissão Central Permanente de Licitação

FLÁVIA ALEXANDRINA COELHO ALMEIDA MOREIRA
Secretária de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano

RICARDO GARCIA CAPPELLI
Secretário- Chefe da Representação Institucional no Distrito Federal

ANTÔNIO DE JESUS LEITÃO
Secretário de Estado de Governo

MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

MARCELO DE ARAÚJO COSTA COELHO
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

TATIANA DE JESUS FERREIRA PEREIRA
Secretária de Estado Extraordinária da Juventude

GERSON PINHEIRO DE SOUZA
Secretário de Estado Extraordinário da Igualdade Racial

CRISÁLIDA FONSECA RODRIGUES
Secretária de Estado de Minas e Energia

JOSLENE SILVA RODRIGUES
Secretária- Chefe da Assessoria Especial

TENENTE Cel. QOPM SÍLVIO CARLOS LEITE MESQUITA
Secretário- Chefe do Gabinete Militar

RAFAELA VIDIGAL
Secretária-Chefe do Gabinete do Governador

KARLA SUELY DA CONCEIÇÃO TRINDADE
Secretária de Estado de Políticas Públicas

MARIANA ALBANO DE ALMEIDA
Defensora Pública Geral do Estado

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 - METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO	11
2 - CENÁRIO MACROECONÔMICO	14
2.1 - Economia Internacional	14
2.2 - Cenário Nacional	17
2.3 - Cenário Estadual	30
2.4 – Cenário Fiscal	41
3 - AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS DO PPA 2012-2015 – Exercício 2015	51
3.1 Avaliação de Desempenho dos Programas Finalísticos	53
3.2 - Avaliação da Eficiência das Ações Incluídas no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Estado do Maranhão - PDE	325
3.3 - Desempenho dos Programas Finalísticos em Relação aos Cálculos de Valoração de Eficiência e Eficácia	329
3.4 - Principais Resultados das Ações Prioritárias da Nova Gestão	331

APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual (PPA), definido constitucionalmente como um dos instrumentos do sistema de planejamento governamental com a função de estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da Administração Pública, aprovado por lei quadrienal com prazos e ritos diferenciados, tendo o seu início no segundo ano de um mandato governamental até o final do primeiro ano do mandato seguinte, esta vigência está definida no art. 5º da Lei Complementar (LCE) nº 011/1991.

A Lei nº 9.553, de 16 de janeiro de 2012, no art. 12 e seu parágrafo único, que se refere ao processo avaliativo e o § 4º, do art. 13 que oportuniza ao novo gestor promover adequações ao planejamento inicial por intermédio de lei de créditos especiais, quando a execução de investimento ultrapasse um exercício financeiro.

Portanto, o presente Relatório Anual da Avaliação da Execução do PPA 2012-2015, referente ao exercício financeiro de 2015, além de marcar o encerramento do ciclo da sua execução propõe analisar as intervenções da nova gestão governamental bem como, possibilitar uma visão ampla, avaliativa e prospectiva das ações governamentais constitutivas das políticas públicas e que os procedimentos avaliativos dos programas devem ser entendidos como um instrumento que fornece subsídios ao planejamento na formulação das intervenções, acompanhamento, reformulações e ajustes nas ações governamentais como também, ferramenta para melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e sobre a efetividade da ação do Estado.

Para a elaboração deste relatório, foram selecionados somente os programas do tipo finalístico que contribuíram para o alcance dos objetivos, nas seguintes áreas: Cidades e Urbanização; Agropecuária e Abastecimento; Cultura; Desenvolvimento Social; Educação; Segurança Pública; Saúde; Planejamento e Orçamento; Indústria e Comércio; Ciência, Tecnologia e Inovação; Esporte e Lazer; Turismo; Trabalho e Economia Solidária; Mulher; Infraestrutura; Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania; Justiça e da Administração Penitenciária; Minas e Energia; Pesca e Aquicultura e Agricultura Familiar.

Assim, serão avaliados o desempenho de 45 (quarenta e cinco) programas finalísticos, levando-se em conta duas etapas, uma qualitativa sobre a concepção, implementação/execução e resultados dos programas e a outra mais quantitativa que mensura o desempenho dos programas sob a ótica dos princípios da eficiência, da eficácia, da efetividade. O documento analisará também o desempenho de 28 (vinte e oito) ações constantes do Plano de Desenvolvimento Estrutural de 2015 – PDE, conforme parágrafo único, art. 5º, da Lei nº 10.132/2014.

Faz-se necessário e oportuno relatar que o processo de elaboração da avaliação, coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN, contou com o apoio e a intensa participação das equipes dos órgãos e entidades vinculadas da Administração Pública Estadual, através das Assessorias de Planejamento e Ações Estratégicas – ASPLAN. Também cabe destacar que este registro, realizado no SISPCA – Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação, fundamental para que as funções de monitoramento e avaliação se institucionalizem e contribuam para subsidiar o processo decisório da ação governamental, e, conseqüentemente, ampliando a capacidade de consecução dos objetivos e metas previstos.

1 – METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

A avaliação é um instrumento gerencial que se integra ao conjunto de ferramentas do modelo de gestão. Avaliar os programas de governo configurados no Plano Plurianual (PPA) vai além do apenas assegurar um mandamento legal de procedimentos ou de mensuração da capacidade de implementá-los, avaliar significa comparar esforço realizado com a demanda e a satisfação do beneficiário adequando-os crescentemente à expectativa da sociedade.

Avaliar o PPA está diretamente relacionado com as etapas do ciclo de planejamento governamental, pelo qual se deve entender os processos de elaboração, execução, monitoramento e revisão.

De fato, vem a ser um instrumento de fundamental importância para qualquer gestão verificar o desempenho dos programas governamentais, a sua eficiência, eficácia e efetividade com análise das metas físicas e financeiras tornando possível perceber a conformidade entre o planejado e o executado, bem como a realização das despesas públicas.

A Constituição do Estado determina aos três poderes estadual a manutenção de forma integrada sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado, bem como comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, art. 53, I e II.

Entende-se por Avaliação de Programas Governamentais como ato de atribuir valor ou mérito a determinado programa com base em critérios previamente e consensualmente definidos na Lei nº 9.553/2012 (art. 1º, § 1º) que instituiu o PPA 2012/2015.

1.1 - Processo de Avaliação

Foram selecionados os programas finalísticos sob a responsabilidade do Poder Executivo Estadual existentes no PPA 2012-2015, exercício 2015, cujos produtos gerem bens ou serviços, que concorrem para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo.

Este processo se deu em 4 (quatro) etapas, a saber:

a) Apresentação pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN da Metodologia de Trabalho aos responsáveis dos Órgãos Setoriais;

b) Avaliação dos Programas pelos Órgãos Setoriais – sob a coordenação das Assessorias de Planejamento e Ações Estratégicas – ASPLAN's avaliarão seus respectivos programas através do Formulário Modelo da Avaliação Setorial de Programa analisando a concepção, implementação e os resultados do programa, bem como os seus principais atributos.

Quanto à Concepção - esta análise possibilita a verificação dos respectivos atributos do programa e identificar os aspectos do Programa que influenciaram, positivamente ou negativamente, a implementação e a obtenção dos resultados.

A Implementação – esta avaliação evidencia os aspectos relacionados com a gestão do programa buscando o entendimento e a visão geral das metas alcançadas objetivando produzir informações que subsidiem as tomadas de decisões no sentido de confirmar e/ou corrigirem a situação para que a programação seja ajustada ao alcance do objetivo do programa. Portanto, busca correlacionar os fatores críticos de sucesso e insucesso na execução do Programa que interferiram na obtenção dos resultados.

Resultados – este item por finalidade apresentar desempenho do programa no enfrentamento do problema que lhe deu origem. Todas as informações pertinentes e confiáveis deverão ser utilizadas para a avaliação do programa.

c) Avaliação de Desempenho dos Programas – etapa sob a responsabilidade da equipe técnica da SEPLAN/SPLAN fará a análise crítica do Formulário Modelo de Avaliação Setorial dos Programas para a emissão de parecer através do preenchimento do Formulário Modelo da Avaliação de Desempenho dos Programas de acordo com a estrutura a seguir.

Nesta avaliação (Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas) será levado em conta duas etapas, uma qualitativa sobre a Concepção, Implementação e os Resultados e a outra mais quantitativa que mensura o desempenho do programa sobre a Avaliação Física e Financeira (Eficiência), Avaliação de Custo do Produto (Eficiência), Avaliação de Produto (Eficácia), Avaliação de Resultados (Efetividade); quanto às Diretrizes; aos Indicadores de Desempenho do Painel e Indicadores de Desempenho Intermediários; e quanto aos Impactos em Relação ao Público Alvo (Beneficiários).

A Avaliação Física e Financeira que expressa o princípio da eficiência é medida em cada ação do programa pela relação do uso dos insumos recursos orçamentários e financeiros para obtenção dos produtos por meio da relação entre a meta física planejada e a executada, expressa em percentagem, e calculado o valor médio que expresse a Eficiência Média do programa, o valor 1,0 corresponde à eficiência de 100% e os valores para cima ou para baixo traduz a alta ou baixa eficiência. A escala de valoração adotada foi a seguinte: Muito Eficiente $>1,0$; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,99 a 0,50; Baixa Eficiência $< 0,50$.

A Avaliação de Custo do Produto, também mensurado pelo Princípio da Eficiência, sua medida será obtida para cada ação através da relação entre o Custo Unitário do produto executado e o Custo Unitário planejado expresso em percentagem, e calculado o valor médio que expresse a Eficiência Média do programa, o valor médio obtido igual a 1,0 corresponde a um Custo Eficiente, por outro lado, valores abaixo de 1,0 indicam maiores níveis de Eficiência o que significa que os custos unitários por produto foram menores, e acima de 1,0 o nível será de pouca Eficiência, ou seja, os custos unitários foram maiores que o planejado. A escala de valores vem a ser: Muito Eficiente $< 0,50$; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0; Pouco Eficiente $> 1,0$.

O princípio da Eficácia, pelo qual o Produto é avaliado, mensura o grau de atingimento das metas fixadas para um determinado projeto, atividade ou programa em relação ao previsto.

Este item se reporta a análise da obtenção da quantidade dos bens e serviços (produto) e está relacionado, especificamente, à meta física e consiste na relação entre a quantidade do produto planejado e a quantidade do produto entregue à sociedade e expressa em percentagem e o valor médio representa a Eficácia Média do programa, aqui não se trata se determinado programa é mais ou menos eficaz, vem a ser apenas uma relação de alcance de metas. A escala de valores adotada: Eficácia $\geq 1,0$; e Não Eficácia $< 1,0$.

A Efetividade, medida do grau de atingimento dos objetivos que orientaram a constituição de um determinado programa, tendo como referência os impactos na sociedade e sua contribuição para os objetivos setoriais e/ou objetivos de governo.

Avaliação de Resultados diz respeito ao alcance das orientações estratégicas de governo definidas no Plano Plurianual: visão estratégica, diretrizes e linhas estratégicas e indicadores de desempenho socioeconômicos e intermediários definidos pelo próprio órgão. A mensuração dos indicadores relacionada aos objetivos e o problema que orientaram a constituição do programa, terá como consequência a determinação dos impactos sobre o público alvo ou beneficiários

Também constarão do presente relatório: elaboração do Cenário Macroeconômico e Fiscal; avaliação de Desempenho das Ações do Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE/MA 2015; principais resultados das Ações Prioritárias do Governo, exercício 2015; e avaliação Global do Plano.

2 – CENÁRIO MACROECONÔMICO**2.1 - Economia Internacional**

Entre os anos de 2012 a 2015, a economia mundial seguiu em processo de arrefecimento, com crescimento menor do que nos anos anteriores. Em 2012, o crescimento econômico chinês continuou diminuindo, impactando negativamente a demanda mundial por *commodities*. Com o fim “super-ciclo” das *commodities* e a diminuição da demanda da China, os países emergentes viram seus desempenhos minguaem, principalmente o Brasil.

Tabela 1 - Taxa de Crescimento do PIB das Principais Economias - 2012 a 2015

Países e Regiões Selecionados	ano a ano (%)			
	Anos			
	2012	2013	2014	2015
PIB Mundial	3,2	3,4	3,4	3,3
Economias avançadas	1,2	1,4	1,8	2,1
Estados Unidos	2,2	2,2	2,4	2,5
Zona do Euro	-0,6	-0,4	0,8	1,5
Alemanha	0,9	0,2	1,6	1,6
França	0,0	0,7	0,2	1,2
Itália	-2,4	-1,7	-0,4	0,7
Espanha	-1,4	-1,2	1,4	3,1
Japão	2,0	1,6	-0,1	0,8
Inglaterra	0,2	1,7	2,9	2,4
Canadá	1,8	2,0	2,4	1,5
Economias emergentes	5,1	2,2	2,8	2,7
Rússia	3,4	1,3	0,6	-3,4
China	7,8	7,7	7,4	6,8
Índia	4,0	6,9	7,3	7,5
America Latina e Caribe	6,1	2,9	1,3	0,5
Brasil	0,9	2,7	0,1	-1,5
México	3,9	1,4	2,1	2,4

Fonte: World Economic Outlook/FMI

Em 2015, o desempenho da economia mundial, no geral, seguiu fragilizado. A superprodução de petróleo dos Estados Unidos que já forçava o preço para baixo, também desencadeou em práticas de *dumping*¹ pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, derrubando ainda mais o preço e impactando negativamente nas economias que dependem da exportação produto, como a Rússia, e positivamente em economias importadoras do óleo e seus derivados. O nível de desemprego nos Estados Unidos manteve-se em um patamar próximo do pleno emprego (em torno de 5%), o que foi crucial para a decisão de aumento da taxa de juros em 0,25% em dezembro de 2015, acentuando a valorização do dólar.

Na Zona do Euro, 2015 ficou marcado pela crise da Grécia² e os atentados terroristas. Contudo os sucessos nas políticas de combate contra a deflação trouxeram resultados positivos quanto ao nível de emprego e a retomada do crescimento econômico.

Quanto a taxa de desemprego, entre 2012 e 2015, existe um movimento de redução para os Estados Unidos e a Zona do Euro, refletindo a retomada econômica destes países. Por outro lado, no Brasil, observou-se um movimento contrário, no sentido de ampliação da massa de desempregados, fenômeno que será explicado a posteriori.

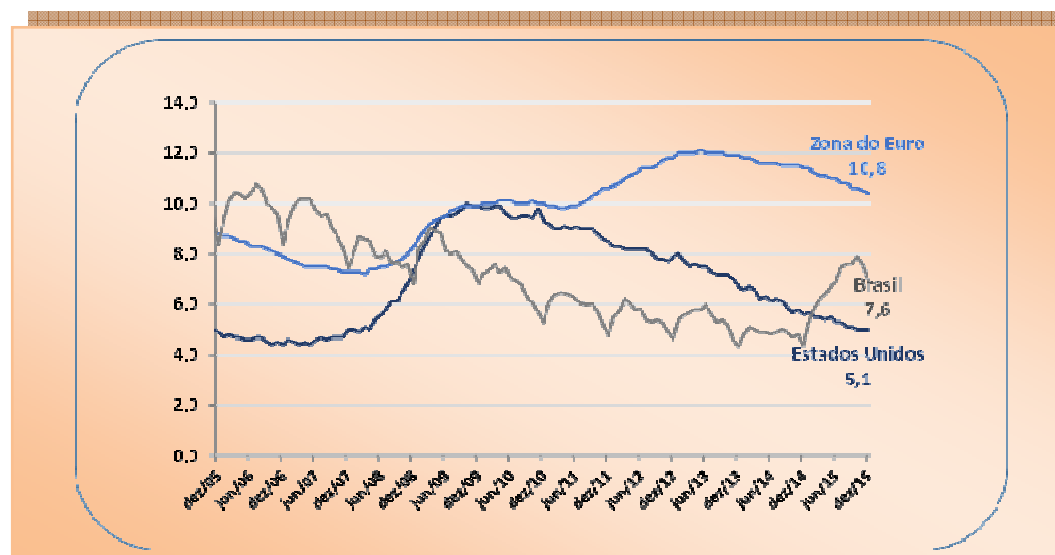
Na Zona do Euro, o período de 2012 a 2015 ficou marcado por crises na Espanha, Irlanda e em especial a Grécia³ e atentados terroristas, que por sua vez, atrapalharam o desempenho da economia da região e puxaram a taxa de desemprego. Contudo, os sucessos nas políticas de combate contra a deflação, e a recuperação da Espanha e Irlanda em 2014 e 2015 serviram de apoio para a retomada do crescimento econômico e do nível de emprego que registrou 10,8% em dezembro de 2015 e rompeu a resistência dos últimos anos.

¹ Política de rebaixamento de preços internos de um produto com objetivo de desestimular a produção do mesmo por outros produtores, tornando o mercado pouco atrativo ou inviabilizando sua continuidade.

² A crise do sistema financeiro Grego, com a dívida interna elevada, que abriram a possibilidade de expulsão do país da Zona do Euro e forçou a nação a aceitar uma proposta de austeridade fiscal rigorosa proposta pelo FMI e pela Alemanha afim de receber o pacote € 92 bilhões para reformas voltadas a reestruturação da economia.

³ A crise do sistema financeiro Grego, com a dívida interna elevada, que abriram a possibilidade de expulsão do país da Zona do Euro e forçou a nação a aceitar uma proposta de austeridade fiscal rigorosa proposta pelo FMI e pela Alemanha afim de receber o pacote € 92 bilhões para reformas voltadas a reestruturação da economia.

Gráfico 1 - Taxa de desemprego do Brasil, Estados Unidos e Zona do Euro. Dez/05 a Dez/15



Fonte: OCDE/ U.S. Bureau of Labor

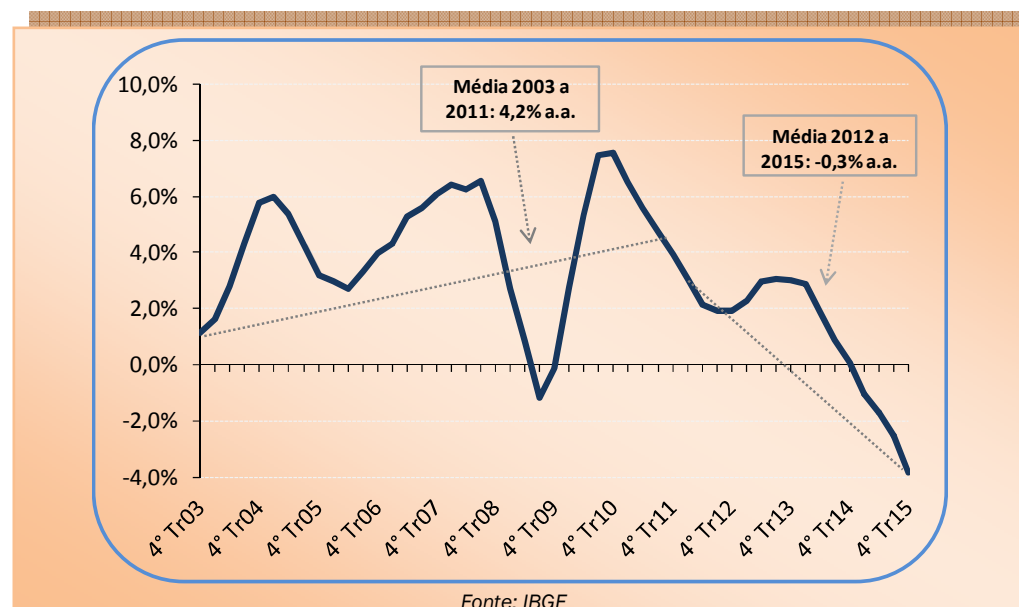
Nos países emergentes, o aumento da taxa de juros norte americana ameaça os investimentos estrangeiros diretos nestes países, pois os investidores passam a preferir ativos financeiros do mercado dos Estados Unidos. A desvalorização das commodities, no geral, também continua impactando negativamente suas economias tipicamente exportadora desses produtos. Contudo a valorização do dólar vem sendo favorável, e em alguns casos, compensando a queda nos preços e trazendo oportunidade para o mercado de manufaturados.

2.2 – Cenário Nacional

2.2.1 - Produto Interno Bruto

Segundo dados das Contas Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Produto Interno Bruto brasileiro registrou queda de 3,8% em 2015 na comparação com o ano anterior. Com esse resultado, o período entre 2012 e 2015 encerra-se com taxa de crescimento anual negativa de 0,3%, o pior resultado desde a redemocratização, em 1985 (**Gráfico 2**). Ao se analisar o período que vai de 2003 a 2011, cujo crescimento anual foi da ordem de 4,2%, nota-se que os ganhos de renda per capita e de produtividade anularam-se à medida que a crise se exacerbou, diante da retração dos investimentos privados e públicos. A contração nestes últimos traduziu-se como resultado do ambiente político conturbado e das dificuldades na elaboração de políticas econômicas consistentes e com possibilidades de materialização.

Gráfico 2 - Evolução do PIB Trimestral (em % a.a), entre 4ºTr03-4ºTri15

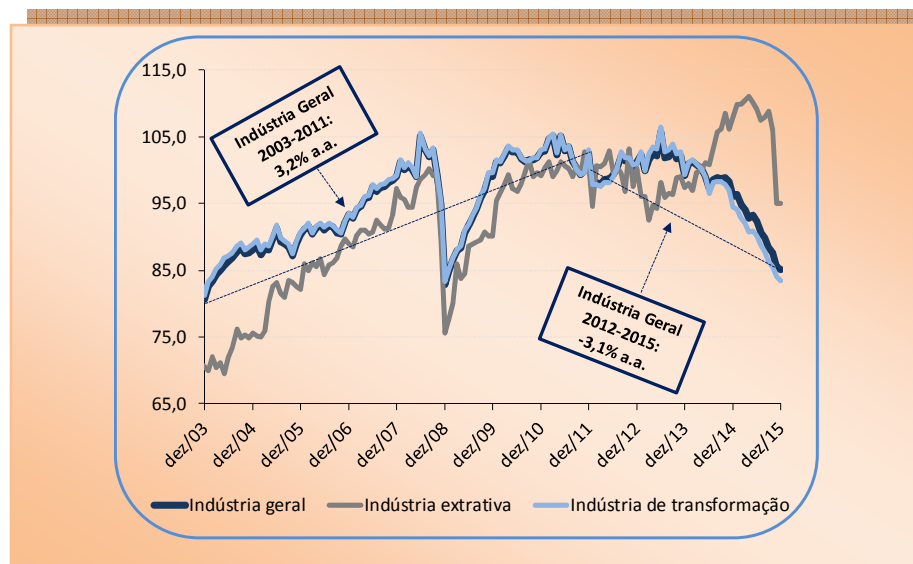


As medidas de política econômica de eliminar o sustentáculo da política econômica ou tripé macroeconômico: meta de inflação, superávit fiscal e câmbio flutuante terminaram por agravar o cenário recessivo. Isso porque a decisão deliberada de reduzir a taxa de juros para a casa de um dígito, ao longo de 2013, desencadeou um efeito perverso na inflação interna, com média no período assinalado acima do teto superior da meta de inflação (6,5%). Enquanto isso, o início de mais uma etapa das políticas de estímulo ao consumo, com desoneração tributária para vários itens da cesta de consumo, assim como a pressão sobre os gastos públicos resultaram em déficit nas contas primárias do governo nos anos de 2014 e 2015. No câmbio, as tentativas de controle da taxa (câmbio sujo), não somente produziram um déficit colossal nas contas externas, como também reduziram significativamente as exportações industriais, modificando o perfil da pauta de exportações brasileiras e reduzindo a competitividade da indústria doméstica. Por outro lado, no final de 2014 e em 2015, as cotações cambiais mudaram completamente de direção, resultando em uma depreciação da moeda doméstica de mais de 90% em relação a 2012. Entretanto, os ganhos via comércio exterior não foram suficientes para reverter o processo de desestruturação experimentado pela economia nacional.

2.2.2 – Indústria

O Indicador de produção física industrial (PIM-IBGE) registrou queda de 8,3% em 2015, comparando-se com ano anterior. Esse resultado superou, até mesmo, a queda registrada durante o período da crise financeira 2008-09, sinalizando um desafio ainda maior para o setor. Diante disso, a média de crescimento anual dos últimos quatro anos ficou em 3,1%, perda acentuada para o setor de maior produtividade da economia (**Gráfico 3**).

Gráfico 3 - Produção Industrial brasileira por seções, entre Dez/06 e Dez/15



Fonte: IBGE

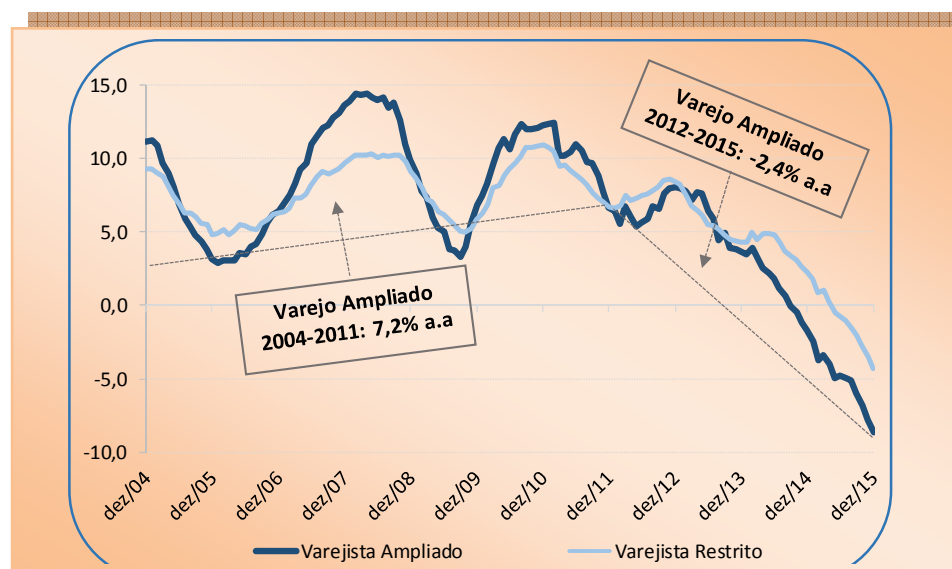
Um conjunto de políticas de estímulo à produção, tais como o Programa de Sustentação do Investimento – PSI Bens de Capitais, assim como a redução do custo de capital não se mostraram eficazes do ponto de vista da retomada da produção industrial, diante da forte apreciação do dólar e das baixas expectativas dos empresários industriais frente ao encolhimento da demanda.

Ao longo dos quatro anos, a Indústria de Transformação deteriorou-se em relação ao período anterior, principalmente pela queda na produção dos Bens de Capital e Bens de Consumo Duráveis. A Indústria Extrativa, por outro lado, que vinha registrando ganhos consecutivos, sofreu uma deterioração em 2015, diante da queda nos preços das principais commodities exportadas.

2.2.3 - Comércio

O volume físico de vendas do comércio varejista encerrou o ano de 2015 com queda de 4,3% no varejo restrito e 8,6% no varejo ampliado, superando os piores momentos da atividade comercial nos de 2002 e 2003, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC-IBGE). Diante desse resultado, enquanto a média geométrica de crescimento das vendas do comércio varejista restrito foi positiva em 0,7%; o varejo ampliado registrou um recuo de 2,4% ao ano entre 2012 e 2015, corroborando com os dados da produção industrial e com o desempenho da atividade econômica. O desempenho negativo do volume de vendas do varejo ampliado explica-se, em grande medida, pela drenagem de renda interna para o exterior por meio de importação e viagens internacionais, ao longo do período de sobrevalorização do dólar. Ou seja, as políticas internas de recomposição salarial, de ganhos reais, assim como as desonerações tributárias e creditícias não surtiram o devido efeito internamente diante do cenário estabelecido.

Gráfico 4 - Evolução do Volume de Vendas do Comércio Varejista – Cresc. em 12 meses (em %) – Dez/04 a Dez/15



Fonte: IBGE

No período que vai de 2004 a 2011, o desempenho do indicador de restrito e ampliado foi fabuloso, com uma taxa anual de expansão de 6,6% e 7,2%, respectivamente, pautado nas mesmas políticas de promoção do consumo de massa por meio da valorização do salário mínimo e aumento da massa de rendimento das pessoas empregadas. Entretanto, no período recente evidencia-se um esgotamento das políticas de estímulo à demanda, que sustentaram o crescimento da demanda agregada nos anos recentes. No momento atual, a elevada taxa de juros e a resiliência inflacionária, na medida em que corroem a massa real de rendimentos, reforçam o ciclo recessivo.

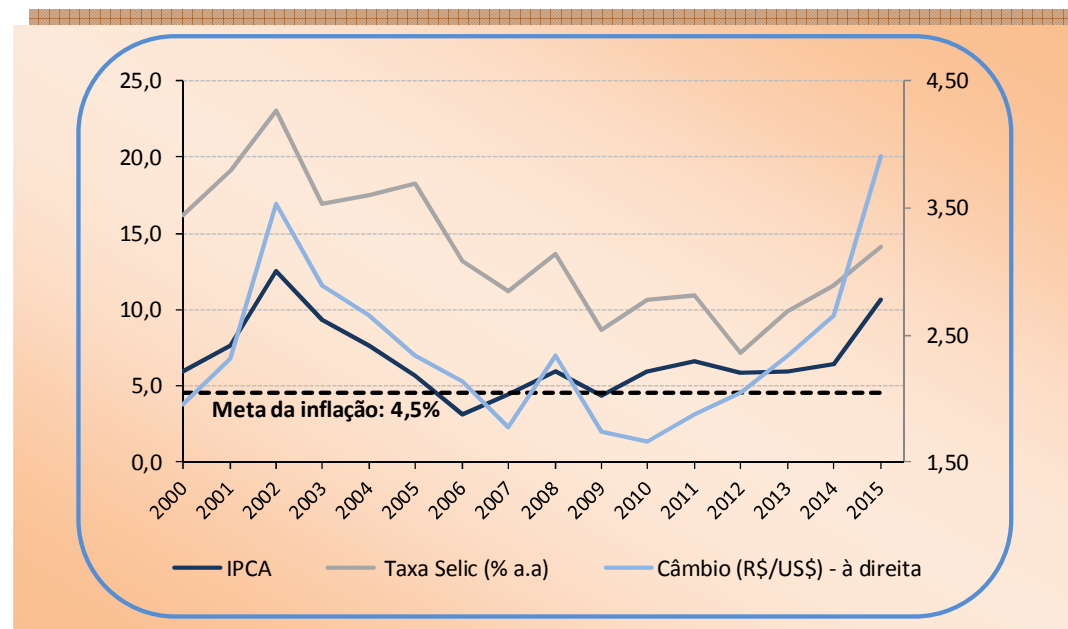
2.2.4 - Inflação

No intervalo de 2012 a 2015, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, cresceu em ritmo acelerado, tendo ultrapassado o teto da meta de 6,5% a.a. já em junho de 2014, quando o índice foi de 6,52% a.a. A retomada dos preços administrados é um dos fatores que explica o elevado índice de preços, tendo encerrado 2015 em 18,07% a.a., com destaque para a elevação nos preços de Energia Elétrica e Gás de Botijão (**Gráfico 5**).

Ainda como condicionante da inflação, a elevada desvalorização cambial ocorrida nos últimos meses, em que o dólar superou os R\$ 4,00, encareceu o preço dos produtos importados, o que também contribuiu para que a inflação tivesse chegado no patamar de dois dígitos. Destaca-se que o câmbio impactou diretamente o Índice de Preços ao Produtor – IPP, que encerrou o ano de 2015 em 8,84% a.a. Assim, a matéria-prima ficou mais cara e o produtor acabou tendo que repassar esse custo ao consumidor, o qual está com seu consumo comprometido por diversos fatores.

Diante desse cenário de elevada inflação, o Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil – COPOM intensificou o aperto monetário. A taxa básica de juros da economia brasileira, a SELIC, sofreu 16 rodadas de alta desde Abril de 2013, encerrando em 14,25% a.a. em julho de 2015.

Gráfico 5 - Evolução da inflação, Taxa Selic e Câmbio Nominal, entre 2000 e 2015



Fonte: IBGE/BACEN

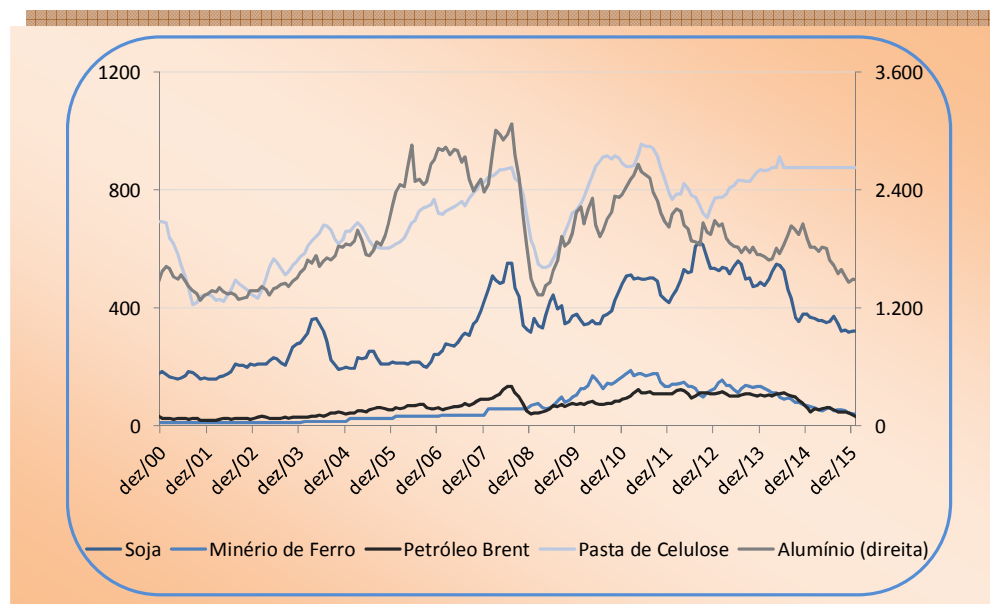
2.2.5 - Setor Externo

O **Gráfico 6** ilustra a movimentação dos preços das principais commodities presentes na balança comercial brasileira e maranhense. Nota-se que desde meados de 2011 a maioria das principais *commodities* marcaram um topo que nunca mais foi rompido. De dezembro de 2012 para dezembro de 2015, o preço do Minério de Ferro saiu do patamar de US\$ 128,9/dmt⁴ para US\$ 39,6/dmt (-69,3%); o barril do Petróleo Brent foi de US\$ 109,6 para US\$ 37,7 (-65,6); a Soja partiu de US\$ 534,8/ton para US\$

⁴*DryMetricTonne* – dmtu. É uma unidade internacional de medida adotada principalmente para o minério de ferro, equivale ao mesmo que a Tonelada métrica, porém o material é ressecado para diminuir o nível de umidade da mistura. A medida consiste em 1% de ferro para cada tonelada de minério.

323,3/ton (-39,5%); a tonelada do alumínio de US\$ 2.086,8 para US\$ 1.497,2 (-28,2%); e a Pasta de Celulose foi a única exceção à baixa dos preços, saindo do patamar de US\$ 771,9/ton para US\$ 875/ton (+13,4%).

Gráfico 6 - Preço internacional das principais *commodities* na balança comercial Brasileira e Maranhense – Dez/00 a Dez/15 (Valores em US\$ por medida internacional em Ton)



Fonte: Indexmundi/Banco Mundial

A queda no preço do minério de ferro esteve ligado a dinâmica de oferta e de demanda. Pelo lado da oferta, a produção de minério de ferro global aumentou com injeção de milhões de toneladas pelas empresas Vale, Rio Tinto e BHP, principalmente dentro das terras brasileiras e australianas, que em 2015 supriram 84% da demanda global pela *commodity*. Pelo lado da demanda, a redução do crescimento da China, principal compradora do produto, vem reduzindo suas importações.

O preço do petróleo atual decorre principalmente do aumento da oferta entre 2014 e 2015. A superprodução proveniente da extração do gás xisto e do método de *fracking*⁵ nos Estados Unidos possibilitaram a volta dos norte-americanos para o mercado de petróleo internacional, porém como forma de repreender a produção americana a OPEP adotou políticas de *dumping*, derrubando ainda mais os preços com objetivo de inviabilizar a produção estadunidense.

No caso do alumínio, a queda do preço também decorreu da redução da demanda chinesa, contudo, o elevado custo de energia elétrica vem provocando o fechamento de diversas fábricas de alumínio ao redor do globo, inclusive no Brasil⁶, reduzindo a oferta internacional.

No que diz respeito Comércio Exterior, observou-se que a partir de 2012, o saldo da balança comercial brasileira rompeu com a sequência de superávits dos anos anteriores, com exceção do ano de 2015, nestes anos o valor das exportações brasileiras caíram em virtude da depreciação das *commodities* no mercado internacional, já as importações continuaram no mesmo patamar até 2015, quando caíram significativamente, em virtude do preço do petróleo que despencou nesse ano. A queda brusca das importações em maior proporção do que as exportações foi o que possibilitou o superávit em 2015.

⁵Também conhecido por Fraturamento Hidráulico, é um método que possibilita a extração de combustíveis líquidos e gasosos do subsolo, utilizando de uma mistura de água com outras substâncias químicas em alta pressão, com objetivo de ampliar as fissuras no processo de extração.

⁶ Em 2013, a Alcoa cortou a produção de 34 mil toneladas de em Poços de Caldas (MG) e 97 mil toneladas em São Luís (MA). Em 2014, um novo ajuste levou a Alcoa a reduzir 85 mil toneladas na planta maranhense e de outras 62 mil toneladas na unidade Poços de Caldas, levando à paralisação total da produção na planta mineira e a Indiana Novelis também encerrou a produção em Ouro Preto (MG). E por fim, em 2015, a Alcoa encerrou a produção remanescente de 74 mil toneladas da Alumar, em São Luís.

Tabela 2 - Resultados da Balança Comercial Brasileira 2005-2015 valores em US\$ milhões FOB

Anos	Exportação (A)	Importação (B)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial (A-B)
2005	118.529	-73.600	44.929	192.130
2006	137.807	-91.351	46.457	229.158
2007	160.649	-120.617	40.032	281.267
2008	197.942	-172.985	24.958	370.927
2009	152.995	-127.722	25.272	280.717
2010	201.915	-181.768	20.147	383.684
2011	256.040	-226.242	29.798	482.281
2012	242.580	-223.149	19.431	465.729
2013	242.179	-239.621	2.558	481.800
2014	225.101	-229.154	-4.054	454.255
2015	191.134	-171.449	19.685	362.583

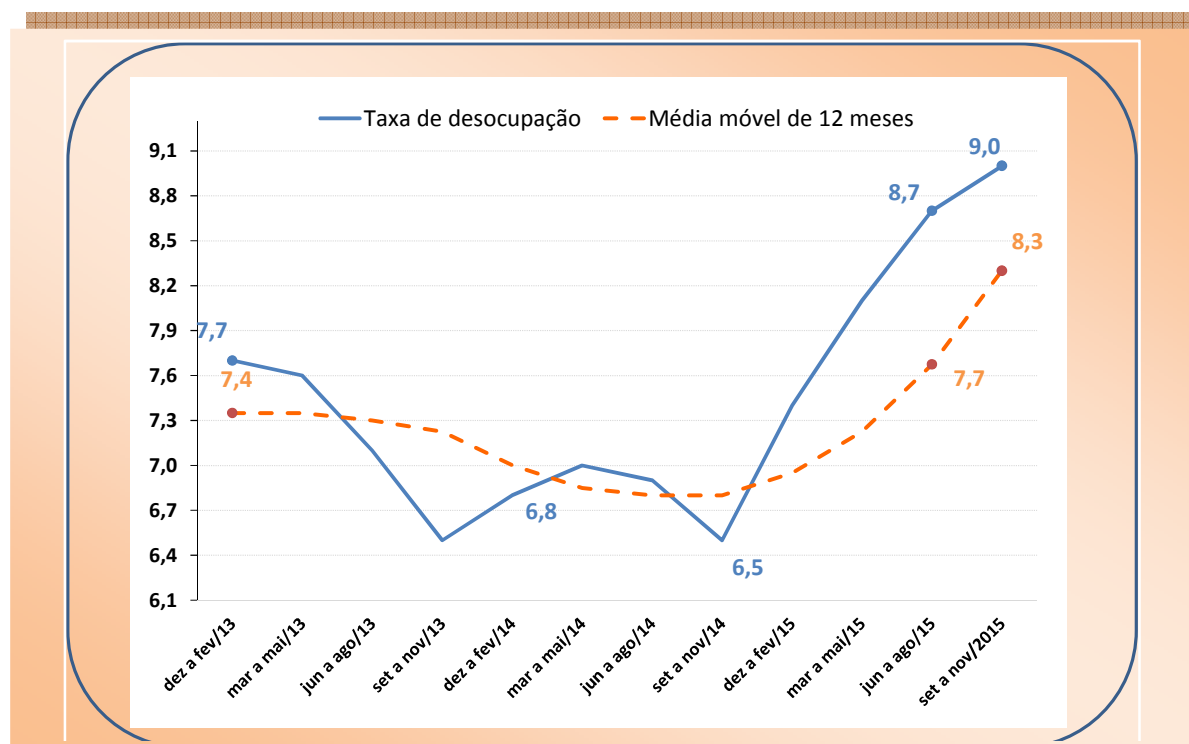
Fonte: MDIC

Deve-se ressaltar, que o resultado positivo em 2015, impulsionado pela depreciação dos produtos importados e um câmbio desvalorizado para compensar a queda no preço das *commodities* e diminuir o déficit na conta de serviços foram essenciais para reduzir o déficit em transações correntes, que encontrava-se ameaçado pela fuga de capitais na conta de Investimentos Diretos no País, diminuindo a relação percentual entre transações correntes o PIB para 4%, ainda em um patamar considerado prudencial.

2.2.6 - Mercado de Trabalho

O número de desocupados do país alcançou a cifra de 9,1 milhões no trimestre móvel setembro a novembro de 2015, atingindo a marca de 9%, o maior valor da série desde 2012. Isto representa um recuo de 2,5 p.p em relação ao mesmo intervalo de 2014, menor valor da série.

Gráfico 7 - Brasil: Taxa de Desocupação (%) por trimestres móveis, entre Dez/12 a Nov/15 e Média Móvel de 12 meses



Fonte: PNADc mensal/IBGE

A demanda por mão de obra formal no Brasil perdeu força ao longo dos últimos quatro anos, em todos os setores, exceto o Agropecuário, de acordo com os dados do CAGED, e isso se verifica, notadamente, na pesquisa conduzida pelo IBGE.

Tabela 3 - Geração Líquida de empregos formais: Brasil – 2012 a 2015

Subsetores de Atividade	Geração de empregos			
	2012	2013	2014	2015
Total	1.372.594	1.138.562	420.690	-1.552.953
Extrativa mineral	11.299	2.709	-2.539	-14.166
Ind. de Transformação	92.814	122.798	-162.851	-611.599
SIUP ¹	10.233	8.329	5.193	-8.310
Construção civil	156.875	104.527	-109.019	-418.789
Comércio	402.700	325.823	196.289	-218.765
Serviços	696.434	561.558	487.290	-278.490
Administração pública	-3.912	19.451	6.500	-11.044
Agropecuária	6.151	-6.633	-173	8.210

Fonte: CAGED/MTE

Em termos de mercado de trabalho formal, observa-se no último quadriênio, que o ano de 2012 marcou uma reversão na dinâmica de contratações no país, verificando-se no período de 2013 a 2015, que o saldo de empregos celetistas foi reduzindo-se até registrar patamar negativo em 2015.

Os setores da Indústria de Transformação e da Construção Civil terminaram 2014 e 2015 com os maiores fechamentos líquidos de postos de trabalho. A primeira foi prejudicada nos últimos anos pela sobrevalorização do real, tendo sua competitividade externa abalada, ao mesmo tempo em que o processo de desvalorização cambial, observado em 2015, esbarrou na elevada deterioração das expectativas industriais diante do cenário político adverso. No que diz respeito a Construção Civil, o forte crescimento impulsionado pelos investimentos dos programas federais ao longo de 2012 e 2013 cedeu lugar a um quadro instável e volátil em decorrência do encarecimento do financiamento imobiliário e redução do volume de poupança.

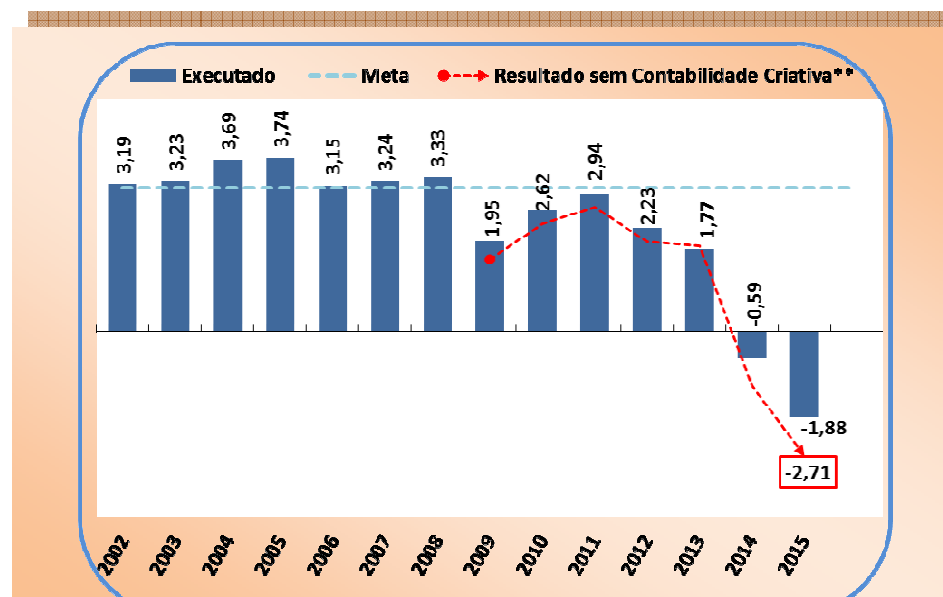
Já nos setores de Comércio e Serviços, que nos últimos anos haviam sido os setores que mais abriram vagas, observa-se a perda de dinamismo, principalmente em virtude do encolhimento da massa salarial real.

2.2.7 - Finanças Públicas

Com déficit primário recorde, evidenciado pela forte recessão econômica, o setor público consolidado terminou o ano de 2015 apresentando o valor de R\$ 111,2 bilhões (-1,9% do Produto Interno Bruto - PIB), frente ao déficit de R\$ 32,5 bilhões (-0,57% do PIB) em 2014. Trata-se do segundo resultado negativo, sucessivamente, desde o início da série em 2001, (Gráfico 8).

Os Juros registraram no ano de 2015 o valor de R\$ 501,8 bilhões (8,46% do PIB), aumentando 2,99 p.p. do PIB em relação ao ano de 2014. Dentre os fatores que contribuíram para esta performance destaca-se: alta da taxa SELIC (14,25%), da inflação (10,67%) e do resultado desfavorável das operações de swap cambial.

Gráfico 8 - Resultado Primário do Setor Público - % PIB

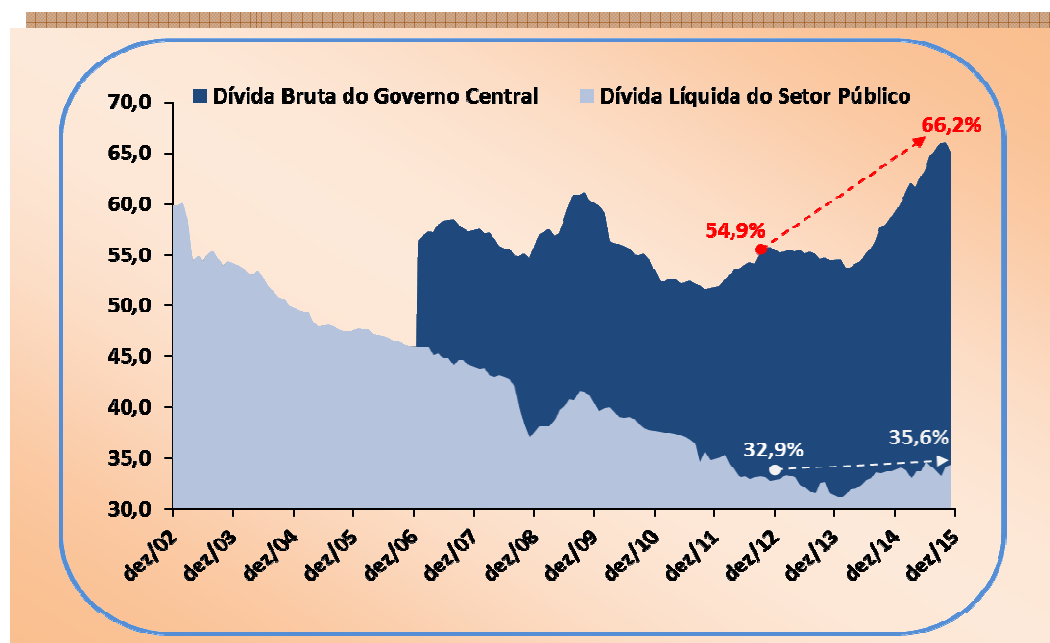


FONTE: Banco Central – BACEN - **(descontadas: Cota parte de compensações financeiras; Concessões e Dividendos)

Em 2015, o déficit Nominal foi o maior da série iniciada em 2001 registrando o valor de R\$ 613 bilhões (10,34% do PIB), em comparação ao déficit de R\$ 343,9 bilhões (6,05% do PIB) no ano de 2014.

De acordo com os dados do Banco Central – BACEN, a Dívida Líquida do Setor Público – DLSP (resultado da diferença entre crédito e débito do Governo Federal, Estados e Municípios) registrou entre 2012 e 2015 aumento de 2,7 pontos percentuais, evidenciada pela evolução das operações de crédito com os bancos públicos, Gráfico 8. No mesmo período, a Dívida Bruta do Governo Central – DBGC (parâmetro de avaliação da situação econômica de um país das agências de classificação de risco) apresentou aumento de 11,3 p.p. saindo de 54,9%, no ano de 2012, para 66,2% em 2015. Este resultado foi proporcionado, sobretudo, pelo descontrole das contas públicas.

Gráfico 9 - Dívida Líquida do Setor Público – DLSP e Dívida Bruta do Governo Central – DBGC entre 2012 e 2015 (%)



FONTE: Banco Central do Brasil – BCB.

2.3 - Cenário Estadual

2.3.1 - Produto Interno Bruto

A soma de todas as riquezas produzidas no Maranhão atingiu o valor de R\$ 60,4 bilhões em 2012 e 67,6 bilhões em 2013 e taxa de crescimento real de 4,0% e 4,8%, respectivamente, apesar da conclusão ou interrupção de investimentos no Estado nas áreas de energia, transportes, celulose e mineração e os efeitos depressivos da queda nas cotações das commodities minerais, que ensejou o fechamento da usina de pelletização da Vale (2012) e a descontinuação de parcela majoritária da produção de alumínio em São Luís (2013).

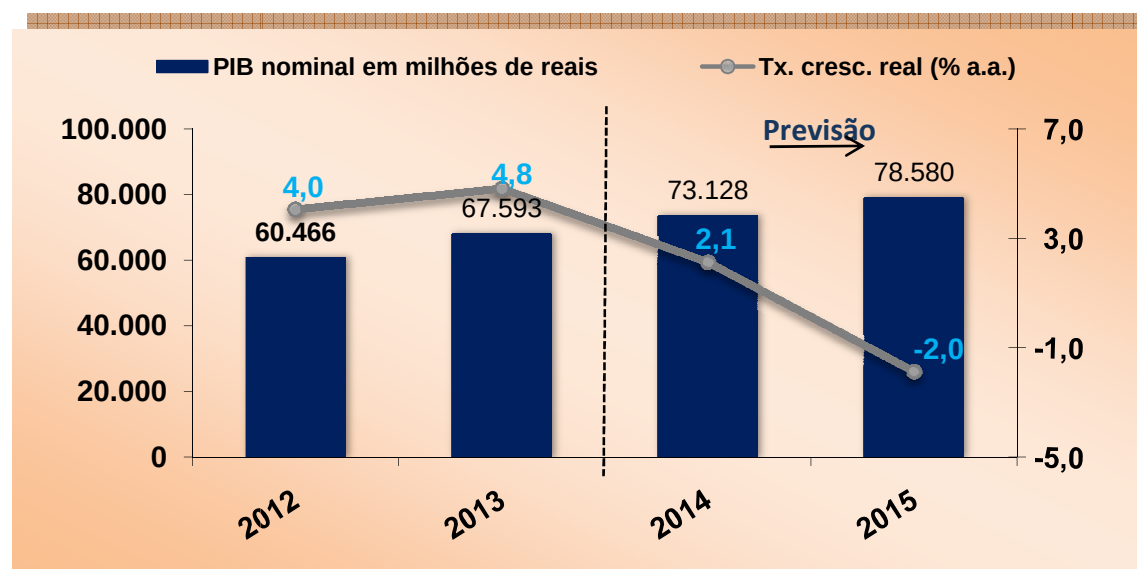
Para o ano de 2014 estima-se redução no ritmo de crescimento real do PIB estadual (2,1%). Dentre os fatores que contribuíram para esse resultado, destacam-se: a redução no ritmo de construção residencial e empresarial; a corrosão da renda real familiar; e estabilização do crédito ao setor privado. Na contramão dessas fontes de desaceleração, pode-se citar o aumento da produção de grãos em 2014, mesmo em um contexto de queda da cotação da soja em decorrência das super safras nos maiores exportadores mundiais (Brasil, EUA e Argentina). Passado o ciclo eleitoral de 2014, o Estado se defrontou com uma expressiva redução na geração de empregos formais, especialmente, nos setores da indústria e comércio.

Já em 2015, a desaceleração da economia internacional e recessão da economia nacional (-3,8%), ocasionaram um cenário de retração da economia maranhense (2,0%).

Na Agropecuária, as sucessivas reduções apontadas pelo Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuária do Maranhão – GCEA/MA na produção de arroz, afetou negativamente a produção de grãos do Estado, apesar do desempenho positivo do cultivo de soja no ano. Já a atividade de Silvicultura apresentou bons resultados, principalmente, após o início das atividades da Suzano. Quanto ao cultivo da cana de açúcar e algodão herbáceo, foi estimado crescimento de 18,1% e de 17,7%, respectivamente, na produção. Diante disso, estima-se crescimento de 1,0% no volume da agropecuária.

O setor industrial, por sua vez, foi fortemente impactado pelos seguintes fatores: I) crise vivenciada no segmento de ferro gusa do Estado, principalmente no primeiro semestre de 2015, com fechamento de três guseiras e baixa utilização da capacidade; II) paralisação na produção de alumínio primário da Alumar; III) paralisação virtual nos lançamentos de novos empreendimentos imobiliários e perda de ritmo nas obras federais de infraestrutura no Estado; IV) diminuição de 20,5% na extração de gás natural em relação ao ano anterior. De encontro aos fatores contracionistas, destaca-se aumento da indústria polpa de celulose. Com base nos indicadores elencados, estima-retração de 5,9%, em 2015, no setor Industrial.

Gráfico 10 - Produto Interno Bruto do Maranhão e Taxa de crescimento real dos anos 2012 e 2013 e estimativas 2014 e 2015



Fonte: IBGE; IMESC; Elaboração Própria

Quanto ao setor Terciário, os fatores contracionistas no âmbito nacional (como pressão inflacionária, elevação da taxa básica de juros e o encarecimento do crédito), somados aos efeitos negativos da contração do setor industrial maranhense, sobre o mercado de trabalho formal impactaram negativamente neste setor. Segundo os dados da Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE, o

comércio varejista ampliado registrou queda de 9,5% no volume de vendas acumulado do ano, o pior resultado desde o início da série histórica (em 2005). Diante deste cenário, estima-se para o setor terciário um recuo de 1,6% em 2015.

Outro importante fator considerado nas projeções de 2015 foram os impactos contracíclicos da elevação dos gastos do Governo Estadual com pessoal (ampliação do quadro e realinhamento salarial de diversas categorias do funcionalismo, a exemplo) e o empréstimo adquirido junto ao BNDES para a realização de obras rodoviárias, cuja a necessidade de regularizar a prestação de contas do programa com o BNDES impediu a efetiva aplicação de recursos nos primeiros seis meses de 2015, mas apresentou maior aceleração no último trimestre de 2015.

2.3.2 - Agricultura

A lavoura temporária no Maranhão apontou resultados bastante otimistas nos últimos 4 anos, tendo registrado crescimento de 975 mil toneladas, impulsionado principalmente pelo crescimento verificado nas culturas da soja e do milho, conforme verificado na (Tabela 4).

Tabela 4 - Desempenho das principais culturas da lavoura temporária nas safras de 2012 e 2015

Produção (mil toneladas)						Variação absoluta 2015-2012 (mil t)	Cresc. a.a. 2012-2015 (%)
Produto	2012	2013	2014	2015			
Grãos	Total de Grãos	2.972	3.503	4.117	3.948	975	9,9
	Soja	1.640	1.582	1.876	2.100	459	8,6
	Milho	783	1.322	1.528	1.398	615	21,3
	Feijão	35	43	50	46	11	9,6
	Arroz	439	481	587	314	-125	-10,5
	Algodão	75	75	76	90	15	6,1
Demais Culturas	Mandioca	1.530	1.325	1.619	1.482	-48	-1,0
	Cana-de-açúcar	3.012	2.968	2.665	3.124	112	1,2

Fonte: IBGE/GCEA/LSPA

Entre 2012 e 2015, a produção de soja cresceu 8,6% a.a., tendo superado a cifra dos 2 milhões de toneladas. No mesmo sentido, a produção de milho cresceu extraordinariamente, tendo registrado a melhor evolução dentre os grãos, com crescimento médio anual de 21,3% a.a. entre os anos destacados.

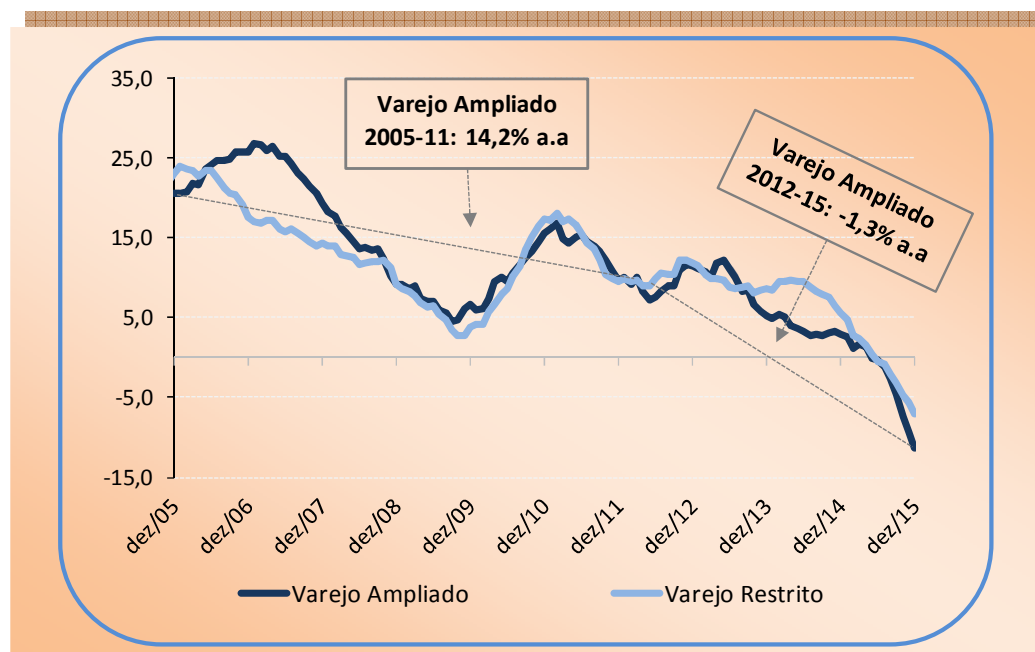
Apesar dos vários resultados positivos na lavoura temporária maranhense, o arroz e a mandioca tem deixado a desejar. Entre 2012 e 2015, a produção de mandioca reduziu em 1,0% a.a., queda residual quando comparado ao arroz, que registrou a maior queda. Por se tratarem de culturas de base familiar, o seu cultivo é geralmente consorciado e de baixa produtividade. No caso específico do arroz, haviam críticas de que a sua produção estava superestimada. Com isso, em 2015 o IBGE montou uma força tarefa para verificar a consistência dessa informação e, a partir daí, a produção foi reavaliada para baixo devido aos seguintes fatores: elevado custo de produção, evasão de pessoas em idade produtiva para a zona urbana e aumento de áreas destinadas à pastagens.

2.3.3 - Comércio

Acompanhando o movimento do comércio em âmbito nacional, o volume físico de vendas do comércio varejista restrito e ampliado maranhense encerrou o ano de 2015 com queda de 7,0% e 11,3%, respectivamente, pior desempenho do indicador desde 2004. Diante desse resultado, o desempenho do volume de vendas do comércio varejista ampliado recuou em média 1,3% ao ano, no período que vai de 2012 a 2015. Embora a performance do comércio varejista tenha sido positiva, com expansão de 2,1%, ao se comparar esse quadriênio com os seis anos anteriores, de 2005 a 2011, nota-se uma deterioração acentuada: enquanto o varejo restrito cresceu 11,8% a.a, o varejo ampliado registrou expansão uma taxa de crescimento anual da ordem de 14,2%.

O fabuloso resultado daqueles anos esteve associado ao aquecimento das setores de bens duráveis, tais como expansão das vendas de veículos e motocicletas, assim como eletrodomésticos.

Gráfico 11 - Evolução do Volume de Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado no Maranhão – Cresc. 12 meses (em %) - Dez/05 a Dez/15



Fonte: IBGE

Em termos gerais, pode-se dizer que, no âmbito nacional, associam-se como principais fatores contracionistas do comércio varejista, o crescimento do desemprego, pressão inflacionária e o encarecimento do crédito. No âmbito estadual, o elevado endividamento das famílias e o maior pessimismo do consumidor ludovicense, somados à contração do mercado de trabalho, com consequente redução da massa salarial, são apontados como fatores que vem impactando negativamente no desempenho do comércio no Estado, atenuado pelas ações contracíclicas adotadas pelo Governo como novas contratações e reajustes salariais concedidos ao funcionalismo público, bem como a expansão dos investimentos em infraestrutura de transportes e abastecimento de água no Estado

2.3.4 - Comércio Exterior

A partir da **(Tabela 5)**, percebe-se que somente no ano de 2015 o valor das exportações maranhenses atingiu o mesmo patamar registrado em 2012. Entre este período, a economia maranhense passou por um processo de arrefecimento no setor exportador devido, essencialmente, a depreciação das commodities no mercado internacional, principais produtos da pauta. Destaca-se que a quantidade total em toneladas exportadas pelo Estado despencou de 2012 para 2013, com a redução na produção do complexo de ferro, a quantidade exportada pelo complexo caiu de 5.030,9 mil toneladas para 1.1291,2 mil toneladas (-74,3%), o ocorrido derivou do fim da indústria de pelotização do minério (na tabela 4 Minério de Ferro e seus conglomerados) em função da depreciação do minério de ferro, o que inviabilizou a continuidade da produção para os anos seguintes.

No complexo de alumínio, a queda do preço internacional junto da elevação dos custos de energia elétrica levaram à diminuição da produção dos produtos com maior valor agregado entre os anos de 2012 a 2014 e a sua extinção em 2015. Contudo a produção de Alumina Calcinada cresceu de modo a compensar, no valor das exportações, os impactos negativos do preço.

Quanto a Soja, a produção da commodity agrícola cresceu aproximadamente 10,2% ao ano entre 2012 e 2015, porém a depreciação internacional foi o fator decisivo para os resultados negativos no valor exportado que registrou queda de -3,7% ao ano.

A recuperação da pauta exportadora do Maranhão em 2015, deu-se pelo completo funcionamento do Complexo de Celulose que deu início a produção em meados de 2014, com o término das instalações da Suzano. Em 2015 a Pasta de Celulose foi o segundo maior produto em valor exportado, e as expectativas para os próximos anos continuam otimistas, pois a *commodity* não vem passando por oscilações negativas no preço internacional e o dólar valorizado também favorece o setor.

Tabela 5 - Exportação Maranhense por Complexos de produção e taxa geométrica de Crescimento ao ano: Valor (US\$ FOB milhões) e quantidade (1.000 toneladas)

Categoria de Produtos		2012		2013		2014		2015		Tx. de Cresc a.a	
		US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd
Complexos	Total	3.024,7	9.225,5	2.341,9	5.659,8	2.795,5	6.935,9	3.050,2	8.802,4	0,3	-1,6
	Complexo Ferro	1.028,8	5.030,9	487,2	1.291,2	386,5	989,0	281,5	1.146,1	-35,1	-38,9
	Complexo Alumínio	887,5	2.551,2	937,4	2.915,4	983,4	3.296,0	1.062,3	3.651,0	6,2	12,7
	Complexo Soja	784,3	1.347,2	705,1	1.319,4	741,9	1.476,8	701,5	1.805,1	-3,7	10,2
	Complexo Celulose	-	-	0,2	0,1	455,9	915,7	722,3	1.359,4	1.475,0	2.295,5
Participação no Compl. (%)	Outros	277,9	137,3	209,6	132,2	160,3	1.349,3	342,2	864,6	7,2	84,7
	Complexo Ferro	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-
	Min. de ferro aglom. e seus conc.	51,6	77,4	1,4	4,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
	Ferro fundido bruto nao ligado	48,4	22,6	98,6	95,8	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-
	Min. de ferro n. aglom. e seus conc.	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
	Complexo Alumínio	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-
	Alumina calcinada	81,8	97,0	87,4	98,2	99,9	100,0	100,0	100,0	-	-
	Aluminio nao ligado em forma bruta	16,9	2,77	10,9	1,6	0,2	0,0	0,0	0,00	-	-
	Ligas de aluminio em forma bruta	16,9	2,8	10,9	1,6	0,2	0,0	0,0	0,0	-	-
	Outs. Fios de Aluminio não ligado	1,4	0,20	1,7	0,2	0,7	0,0	0,0	0,00	-	-

Fonte: MDIC

Quanto as importações maranhenses, a diminuição no ritmo da atividade econômica tanto nacional, quanto estadual afetaram o desempenho das importações durante o período de 2012 a 2015. Da mesma forma, a finalização de algumas obras como a Instalação da Suzano em 2014 e a desaceleração de outras como a duplicação da ferrovia pela Vale, reduziram o valor importado de Bens de Capital durante o período. Todavia, o ponto de inflexão para às importações encontra-se entre 2014 e 2015, quando o valor importado cai -48,7%, o fato deriva não somente da acentuação da crise nacional e da desvalorização cambial que reduziu o consumo interno, mas essencialmente da continuidade do movimento de baixa nos preços das commodities, especialmente do petróleo, matéria prima na produção Combustíveis e Lubrificantes, categoria de produto com maior peso na pauta de importações do Estado. (Tabela 6).

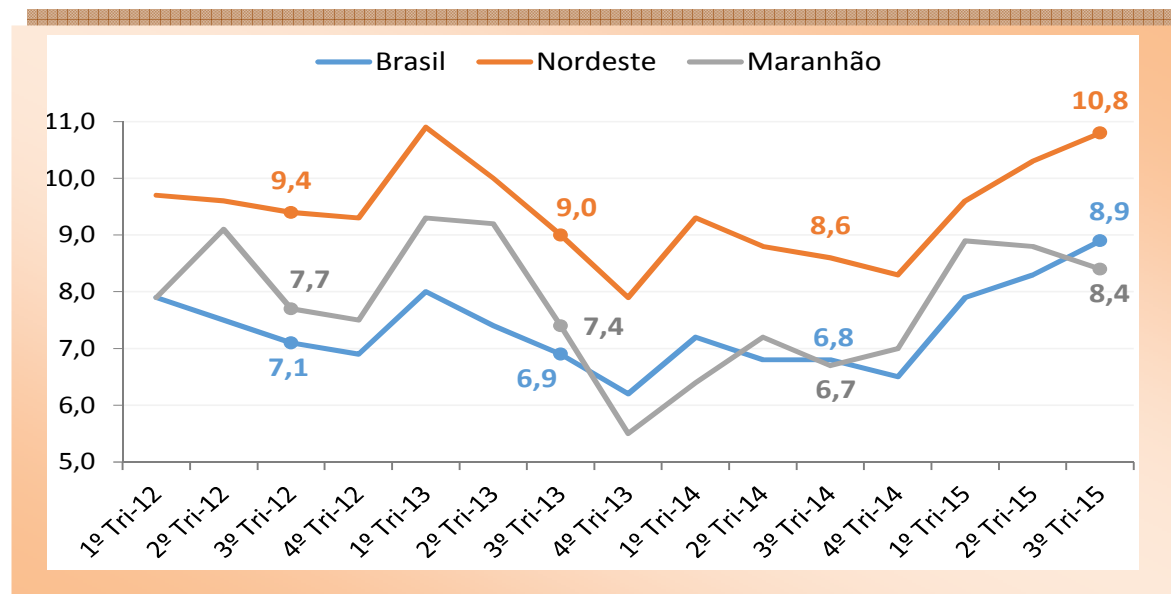
Tabela 6 - Importação maranhense, por categoria de produto e taxa geométrica de Crescimento anual: Valor em FOB US\$ milhões

CATEGORIA	2012		2013		2014		2015		Tx. Cresc a.a
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	
Total	7.060,36	100,0	6.832,87	100,0	7.068,74	100,0	3.620,72	100,0	-20,0
Bens de Capital	492,63	7,0	718,19	10,5	294,59	4,2	165,45	4,2	-30,5
Outros Bens de Capital	411,55	5,8	533,30	7,8	232,78	3,3	114,10	3,3	-34,8
Equipamentos de Transp. de Uso Ind.	81,08	1,1	24,73	0,4	61,80	0,9	51,34	0,9	-14,1
Bens Intermediários	751,31	10,6	737,21	10,8	685,27	9,7	741,40	9,7	-0,4
Alimentos e Beb destinados à Ind	26,47	0,4	30,45	0,4	32,26	0,5	23,66	0,5	-3,7
Insumos Industriais	711,54	10,1	643,88	9,4	641,81	0,5	709,03	9,1	-0,1
Peças e Acess. Equip. de Transporte	13,29	0,2	15,67	0,2	11,21	0,2	8,69	0,2	-13,2
Bens Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de Consumo	69,47	1,0	103,70	1,5	65,04	0,9	18,67	0,9	-35,5
Bens de Consumo Duráveis	2,50	0,0	2,87	0,0	61,39	0,9	15,50	0,1	83,7
Bens de Consumo Não Duráveis	66,97	0,9	93,62	1,4	3,64	0,1	3,17	0,9	-63,8
Combustíveis e Lubrificantes	5.746,96	81,4	5.273,77	77,2	6.023,84	85,2	2.695,20	85,2	-22,3

2.3.5 - Mercado de Trabalho

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio - PNAD contínua, o Maranhão registrou taxa de desocupação de 8,4% no terceiro trimestre de 2015, um resultado inferior quando comparado as taxas de desocupação do País (8,9%) e do Nordeste (10,8%). Ressalta-se que nos três territórios em destaque houve ampliação da taxa de participação em relação ao terceiro trimestre de 2014, sendo registrado expansão de 1,7 p.p. no Estado. No entanto, diferentemente do cenário nacional, o Maranhão no terceiro trimestre de 2015 em relação ao de 2014, apresentou crescimento do número de pessoas ocupadas (0,8%), acumulando em dois trimestres consecutivos recuo na taxa de desocupação, conforme apresenta o **(Gráfico 12)**.

Gráfico 12 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por trimestres de 2012 a 2015, (em %)



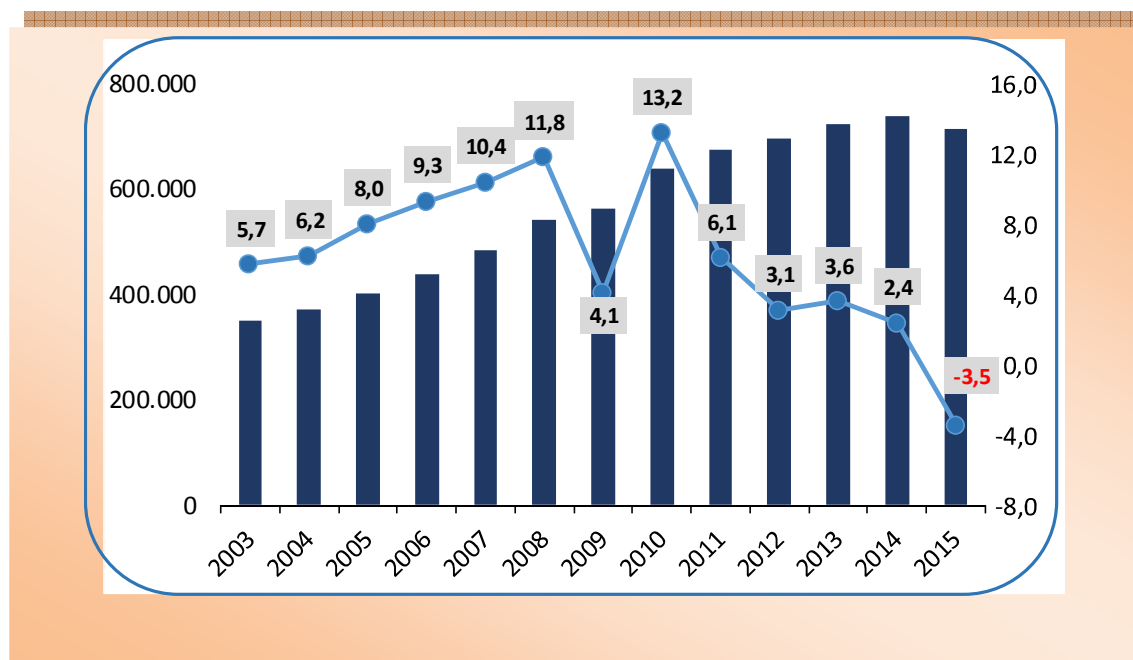
Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

De fato, desde 2011 a economia maranhense tem gerado menos empregos, enquanto que o setor de Serviços e o Comércio mantiveram, no quadriênio 2011-2014 comportamento até certo ponto estável (em média, 13 mil e 8 mil empregos gerados, respectivamente, em cada um dos anos citados), a Indústria de Transformação registrou alguns sobressaltos e a Construção Civil quedas sucessivas.

No caso da Indústria, em 2012, o setor abriu 2,3 mil empregos; já nos dois anos seguintes, foram somente 978. No caso da Construção Civil, em 2012 houve o fechamento de 1,2 mil postos de trabalho formal (reflexo da paralisação da obra da Refinaria de Bacabeira e da conclusão das obras da Hidrelétrica de Estreito naquele ano); e em 2013 e 2014, o setor intensificou a queda no emprego, totalizando na perda de 3,1 mil empregos formais.

Quanto a 2015, em virtude da desaceleração observada nos últimos anos, estima-se redução de 25 mil empregos no Estado, uma queda 3,5% em relação ao ano anterior, conforme ilustra o **(Gráfico 13)**.

Gráfico 13 - Evolução do estoque de empregos formais no Maranhão: 2004-2015*



Fonte: RAIS-MTE *Projeção

Quanto a geração de empregos formais no Estado, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED revelam que, nos últimos três anos, houve uma desaceleração na criação do empregos formal maranhense, perfazendo saldo negativo de 16,4 mil postos de trabalho em 2015. Apesar desse resultado o estoque de emprego celetista do Estado (-3,4%) sofreu menos do que a região Nordeste (-3,7%) e o país (-3,7%), fato que pode ser creditado as medidas contracíclicas do Governo do Estado em parceria com várias prefeituras, que foram capazes para atenuar a deterioração do emprego formal. Dentre elas, pode-se citar o

Programa Mais Asfalto, os aumentos salariais concedidos aos servidores militares e professores, além da realização de concursos públicos e seletivos.

Tabela7 - Evolução da geração de empregos formais no Maranhão: 2012-2015

Setor de atividade	2012	2013	2014	2015
Extrativa mineral	199	3	-197	-714
Indústria de transformação	670	444	-699	-1.727
Serviços Industr de Utilidade Pública	-332	427	-913	568
Construção Civil	-4.206	1.773	-6.595	-5.303
Comércio	8.679	6.334	5.111	-1.329
Serviços	11.399	10.085	4.791	-6.120
Administração Pública	377	1.043	466	-20
Agropecuária	-478	-2.635	-32	-1.854
Total	16.308	17.474	1.932	-16.499

Fonte: CAGED-MTE

Dentre os subsetores de atividade, o único segmento a registrar admissões líquidas foram os Serviços Industriais de Utilidade Pública- SIUP (+595), com a contribuição importante da atividade Captação, Tratamento e Distribuição de água (+381). Dentre os demais subsetores, os Serviços (-6,2 mil postos) e Construção Civil (-5,1 mil postos) apresentaram os piores desempenhos.

Em relação aos Serviços, a performance negativa registrada em 2015 decorre principalmente das demissões líquidas observadas no segmento de Alojamento e Alimentação (-6,3 mil postos), em especial, nos Serviços relacionados a limpeza de prédios e domicílios (-2,7 mil) e Atividades de vigilância privada (-2,3 mil).

No tocante à Construção Civil (-5,1 mil postos), o resultado registrado deve-se ao contraponto entre o resultado negativo principalmente da construção de edifícios (-9,4 mil), com a contribuição de medidas de encarecimento dos financiamentos imobiliários e bem como, dos atrasos de repasses do programa Minha Casa Minha Vida, à construtoras que atuam no Estado; e do resultado positivo da atividade Obras de Infraestrutura (+4,3 mil) incentivadas por investimentos do Governo do Estado e várias Prefeituras.

2.4 - Cenário Fiscal

O cenário fiscal do Estado do Maranhão, no ano de 2015, sofreu forte influência da conjuntura econômica nacional: recessão econômica, alta inflação e aumento na taxa de desemprego. Do lado das Receitas, se observou a contínua retração, em termos nominais, das principais fontes do Estado: ICMS e FPE. Do lado das Despesas, houve uma reorganização das prioridades nos gastos, resultando, ao final deste exercício, num pequeno crescimento nominal no agregado dos dispêndios.

2.4.1 - Receitas

A Receita Total Geral, descontando-se as deduções do FUNDEB no exercício de 2015, foi de R\$ 12.839,2 milhões, (**Tabela 8**). Desse total, R\$ 14.071,4 milhões correspondem às Receitas Correntes, R\$ 565,7 milhões, às Receitas de Capital, e R\$ 73,6 milhões às Receitas Intra-orçamentárias. Da Receita Corrente realizada, R\$ 6.090,8 milhões correspondem às Receitas Tributárias e R\$ 7.348,9 Milhões, às Transferências Correntes. Da Receita de Capital, em especial as Operações de Crédito, os R\$ 541,2 milhões são quase que exclusivamente compostos dos recursos do BNDES.

Tabela 8 – Principais Receitas do Governo do Estado do MA – Valores nominais, em Milhões de reais.

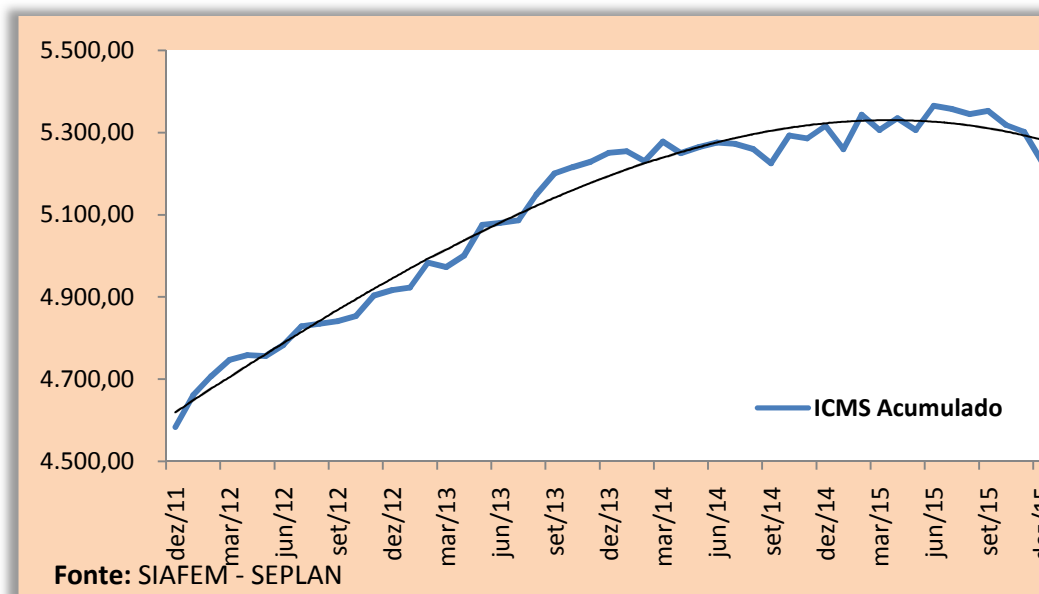
Especificação	Ano				Part. Relat. (%)				Em R\$ Milhões		
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015	B/A	C/B	D/C
	(A)	(B)	(C)	(D)							
Receita Total	11.026,9	13.245,4	13.626,2	12.839,2	100%	100%	100%	100%	20,1%	2,9%	-5,8%
Receitas Correntes	11.956,7	12.579,9	13.898,4	14.071,4	108%	95%	102%	110%	5,2%	10,5%	1,2%
Tributária	4.539,3	5.186,6	5.640,4	6.090,8	41%	39%	41%	47%	14,3%	8,7%	8,0%
Contribuição	261,1	327,5	386,3	91,8	2%	2%	3%	1%	25,4%	18,0%	-76,2%
Patrimoniais	476,4	178,9	327,2	144,3	4%	1%	2%	1%	-62,5%	82,9%	-55,9%
Serviços	215,3	235,3	275,3	208,2	2%	2%	2%	2%	9,3%	17,0%	-24,4%
Transferências	6.281,4	6.506,7	7.134,8	7.348,9	57%	49%	52%	57%	3,6%	9,7%	3,0%
Outras	183,2	144,9	134,4	187,4	2%	1%	1%	1%	-20,9%	-7,2%	39,4%
Receitas de Capital	220,4	1.934,1	1.019,6	565,7	2%	15%	7%	4%	777,6%	-47,3%	-44,5%
Operações de Crédito	141,4	1.872,0	905,4	541,2	1%	14%	7%	4%	1224,1%	-51,6%	-40,2%
Alienação de Bens	0,2	1,3	1,4	0,7	0%	0%	0%	0%	682,5%	6,1%	-46,7%
Amortização e Empréstimos	1,1	1,1	1,3	1,0	0%	0%	0%	0%	2,5%	12,0%	-23,6%
Transferências de Capital	77,7	59,6	111,6	22,8	1%	0%	1%	0%	-23,4%	87,2%	-79,6%
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0%	0%	0%	0%	-	-	-
Receita Intra-orçamentária	334,9	366,8	475,4	73,6	3%	3%	3%	1%	9,5%	29,6%	-84,5%
Deduções da Receita	-1.485,1	-1.635,4	-1.767,2	-1.871,5	-13%	-12%	-13%	-15%	10,1%	8,1%	5,9%

Fonte: SIAFEM - SEPLAN

Os gastos correntes do Estado são financiados essencialmente pelas Receitas Tributárias e pelas Receitas de Transferências Correntes. Esta última tem como destaque, o Fundo de Participação dos Estados – FPE, que representa 75% das mesmas. Já no âmbito das Receitas Tributárias, se tem como principal fonte, o ICMS, que representa 82,3%.

O cenário fiscal do Estado tem se deteriorado desde 2012, que pode ser explicado pela conjuntura econômica adversa à qual o país vem passando, e que impacta no nível de atividade do Estado. Do lado das receitas, o forte incremento do ICMS, principal imposto do Estado que, entre os anos de 2010 e 2013, crescia acima dos 13% a.a.; apresentou variação positiva de apenas 7% nos anos de 2014 e 2015, em termos nominais. Quando adicionamos o componente inflação (IPCA), se observa uma inflexão no comportamento desta variável, a partir de Junho de 2015, (**Gráfico 14**). Sobre este aspecto, dois fatores principais explicam esse movimento: o menor ritmo da atividade econômica e a arrecadação marginal descrente, dado o gradual esgotamento do déficit que havia em relação à evolução dos mecanismos de arrecadação.

Gráfico 14 - ICMS Acumulado – Valores Reais, inflacionados pelo IPCA 2015, em Milhões de reais



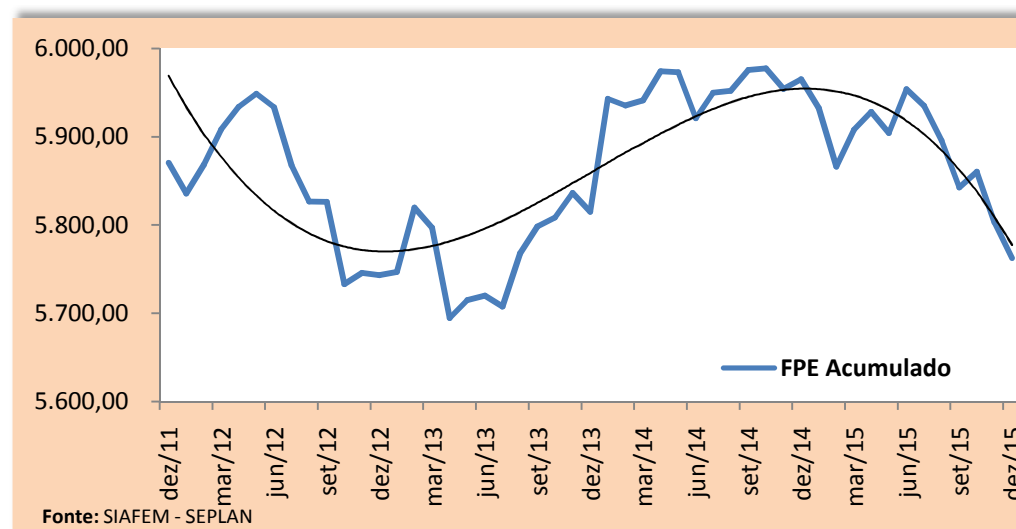
A SEFAZ continua implementando políticas de arrecadação mais eficientes e eficazes, diante do cenário descrito, a fim de aumentar a base de arrecadação estadual, a exemplo do esforço da arrecadação de valores: do ICMS, do IPVA, do ITCD e das Taxas diversas, através das antecipações de pagamentos, descontos de pagamentos na modalidade à vista e inclusão no cadastro de devedores. Essas medidas representaram um crescimento de 8%, em termos nominais, em relação ao ano anterior, das Receitas Tributárias.

Junto a isso, as Transferências Correntes tiveram um comportamento pior se comparado às Receitas Tributárias, ao passo que foram impactadas, fortemente, pelo menor dinamismo da economia da União. O principal efeito para o Estado foi no FPE, que é constituído por dois impostos federais, o Imposto de Renda - IR e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

A arrecadação deste último foi fortemente atingida pelas desonerações por parte da União no âmbito de sua política fiscal até 2013. No ano de 2014, se observou um pequeno incremento nessa receita por conta do fim dessas desonerações. Já o

comportamento do ano de 2015 pode ser explicado como reflexo do declínio da atividade econômica registrada a partir do ano de 2014, recessão econômica, (Gráfico 15).

Gráfico 15 - FPE Acumulado – Valores Reais, inflacionados pelo IPCA 2015, em Milhões de reais



Sobre as Receitas Correntes em geral, percebe-se que houve uma quebra de tendência no crescimento dessas, neste último ano, sobretudo por conta da dinâmica do ICMS e do FPE, principais fontes de arrecadação do Estado. As Receitas Correntes registraram um crescimento nominal de 1,2% no ano de 2015 em relação a 2014, o que é menor que a inflação registrada no período pelo IPCA, 10,67%.

Nesse contexto, continua cada vez mais difícil para o Estado arcar com as suas despesas, o que prejudicou aplicar recursos do tesouro para realizar investimentos. A saída encontrada para tal foi investir com recursos externos, sobretudo aqueles provenientes da operação de crédito interna, junto ao BNDES, no âmbito das linhas do PROINVESTE e BNDES ESTADOS.

Assim, a Receita de Capital auferida no ano de 2015, em valores nominais, totalizou R\$ 565,7 Milhões, dos quais R\$ 541,2 Milhões correspondem às Receitas de Operações de Crédito, sendo na maioria, aportadas pelo BNDES. Houve uma retração dessa receita no exercício de 2015 em relação a 2014, - 44,5%; que pode ser justificada pela alteração do portfólio de projetos e a implicação de que tais mudanças influenciaram no ciclo de desembolso por parte da Instituição Financeira.

Portanto, os recursos oriundos de empréstimos devem ser direcionados para investimentos que contribuam para a ampliação da base de arrecadação, pois, o motor do crescimento arrecadatário do Estado apresenta sinais de esgotamento, devido aos efeitos da crise econômica e política por que passa o país. Concomitante a isso, há de se ressaltar o esforço do Estado, através da SEPE, na captação de investimentos, por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP) que influenciam diretamente no emprego e na renda dos agentes econômicos.

2.4.2 - Despesas

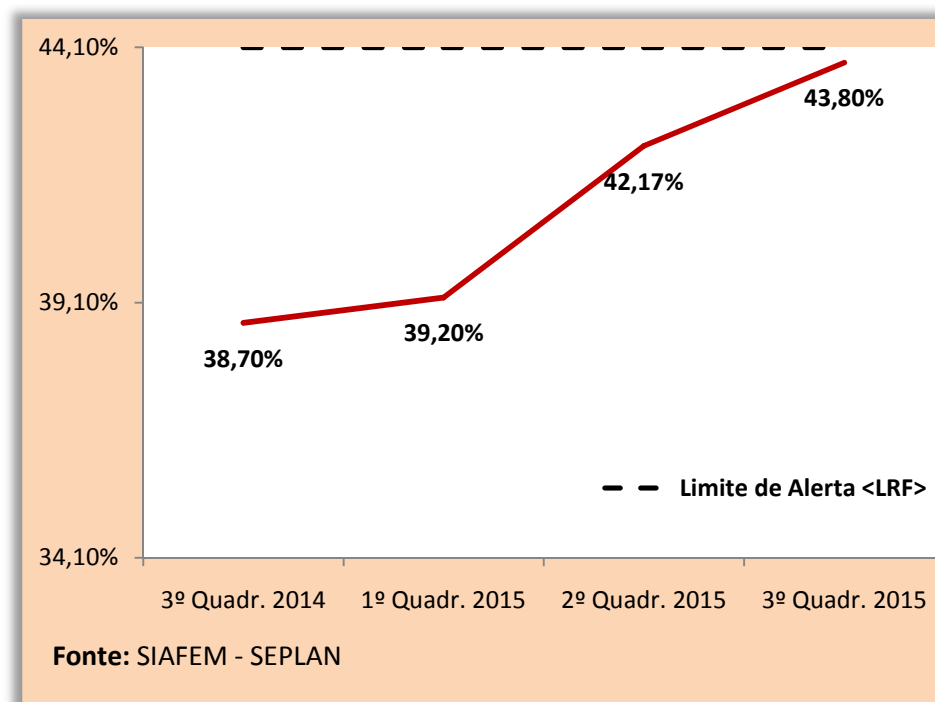
Em direção oposta ao comportamento das Receitas Totais do Estado, ao final do ano de 2015, a Despesa Total cresceu 4,4%, em termos nominais; o que representa R\$ 14.263,4 Milhões. Desse montante, 90% correspondem às Despesas Correntes (Pessoal e Encargos, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes) e o restante, às Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) e à Reserva de Contingência, (**Tabela 9**).

Tabela 9 – Principais Despesas por Grupo de Natureza do Governo do Estado do MA – Valores nominais, em Milhões de reais.

Especificação	Período				Part. Relat. (%)				Em R\$ Milhõ		
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015	B/A	C/B	D/C
	(A)	(B)	(C)	(D)							
Despesas Correntes (I)	9.614,7	10.592,7	11.712,6	12.805,3	86%	75%	86%	90%	10,2%	10,6%	9,3%
Pessoal e Encargos	4.936,2	5.516,5	6.259,5	7.294,5	44%	39%	46%	51%	11,8%	13,5%	16,5%
Juros e Encargos da Dívida	702,7	464,2	255,5	346,4	6%	3%	2%	2%	-33,9%	-45,0%	35,6%
Outras Despesas Correntes	3.975,8	4.611,9	5.197,6	5.164,4	35%	33%	38%	36%	16,0%	12,7%	-0,6%
Despesas de Capital (II)	1.618,5	3.500,4	1.944,8	1.458,2	14%	25%	14%	10%	116,3%	-44,4%	-25,0%
Investimentos	1.139,2	1.597,2	1.694,7	1.034,8	10%	11%	12%	7%	40,2%	6,1%	-38,9%
Inversões Financeiras	1,1	35,2	0,0	1,0	0%	0%	0%	0%	2978,4%	-100,0%	-
Amortização da Dívida	478,2	1.868,0	250,1	422,3	4%	13%	2%	3%	290,6%	-86,6%	68,8%
Reserva de Contingência (1%) RCL (III)	0,0	0,0	0,0	0,0	0%	0%	0%	0%	-	-	-
Total (IV = I + II + III)	11.233,2	14.093,1	13.657,4	14.263,4	100%	100%	100%	100%	25,5%	-3,1%	4,4%
Fonte: SIAFEM - SEPLAN											

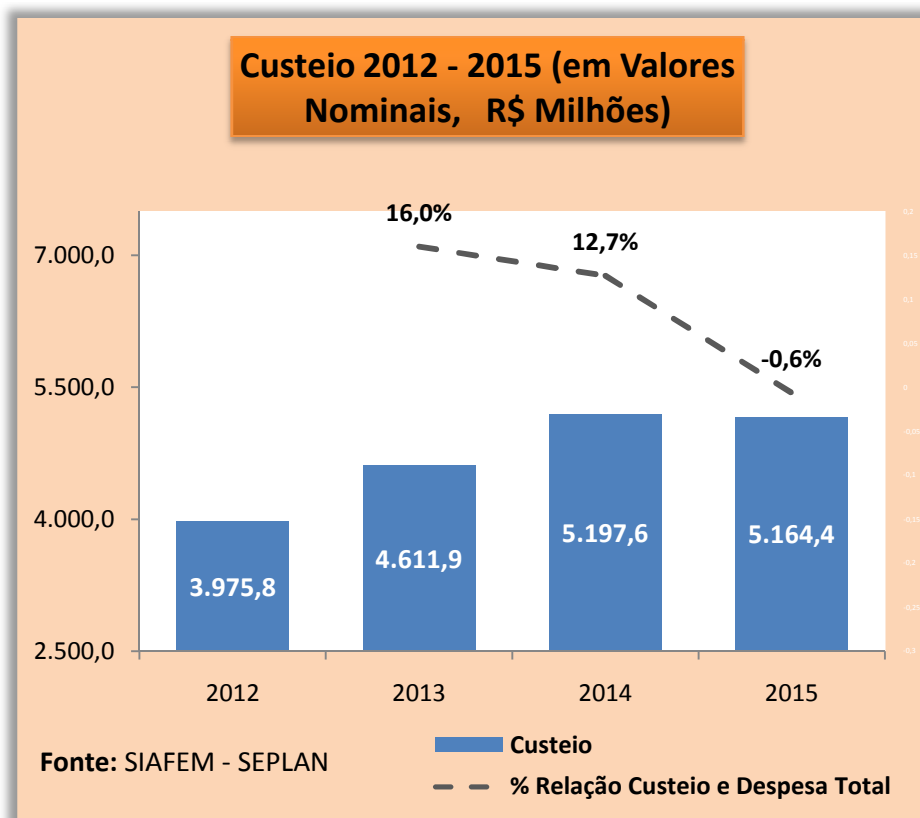
A despesa com pessoal e encargos avançou nos últimos anos, em especial no ano de 2015, na ordem de 16%, em termos nominais, frente ao ano anterior. As duas principais justificativas para o incremento de R\$ 592 milhões, nesta natureza de despesa, são: o repasse da última etapa do Plano de Cargos e Salários – PGCE na massa salarial e o reajuste do Piso Nacional do Magistério para a área da educação. Embora os gastos com pessoal tenham avançado acima dos exercícios anteriores e a RCL tenham arrefecido nos últimos exercícios, o Estado do Maranhão ainda possui o índice que relaciona essas duas variáveis dentro dos limites proferidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, como demonstra o (Gráfico 16).

Gráfico 16 - Relação da Despesa com Pessoa do Poder Executivo X Receita Corrente Líquida 2014 - 2015



As Outras Despesas Correntes, ou seja, os dispêndios com custeio da máquina pública já apresentavam sinais de queda nos últimos 2 anos em relação ao total dos gastos. Assim, finalizou o ano de 2015 com uma economia de 0,6%, em termos nominais, na relação com o ano anterior, (**Gráfico 17**). A razão dessa redução se deve ao enxugamento da máquina pública, bem como à renegociação de contratos com vistas à eficiência do Estado. Outro fator, diz respeito às pressões de outros grupos de despesas, Pessoal e Encargos e Serviço da Dívida, que diminuem a margem para os gastos com custeio.

Gráfico 17 - Despesa com Custeio 2012 a 2015 – Valores Nominais, em Milhões de reais

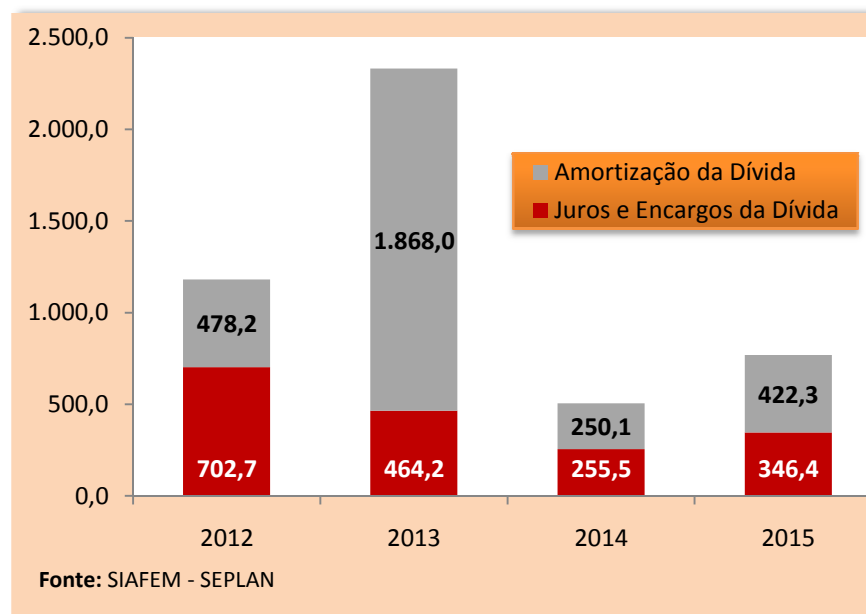


O perfil dos investimentos do ano de 2015 seguiu a mesma trajetória dos 2 anos anteriores, quando a capacidade de investir com recursos próprios cedeu espaço às operações de crédito interna junto ao BNDES. Nesse sentido, houve uma retração de 38,9% em relação ao ano anterior, justificada pela prudência dos gestores em meio às turbulências econômicas.

Há dois componentes para se avaliar nos gastos com o Serviço da Dívida: os Juros e Encargos da Dívida e as Amortizações da Dívida. O comportamento de ambas as variáveis apresentou crescimento de 35,6% e 68,8%, respectivamente, em relação ao ano anterior. As razões desse comportamento se devem aos componentes: dólar e taxa de juros; uma vez que grande parte dessa dívida é em moeda estrangeira. Esses componentes tiveram alta, influenciados pela conjuntura econômica instável.

Sobre as amortizações, é de bom alvitre ressaltar que o Estado contou com um período de carência durante o ano de 2014, primeiro ano após a realização do empréstimo com o Bank of America. Os pagamentos dessa natureza de despesa só foram efetuados no ano subsequente, (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Serviço da Dívida 2012 a 2015 – Valores Nominais, em Milhões de reais



2.4.3 - Ajuste Fiscal 2016

Para os próximos exercícios fiscais, está na agenda do Estado do Maranhão, a continuidade do ajuste fiscal já iniciado no ano 2015. O Estado deu início às renegociações dos Contratos com Terceirizados da maioria das Secretarias.

Para o ano de 2016, o Estado adotou uma agenda com uma série de medidas para potencializar o ajuste fiscal trabalhando nas duas vias: Receitas e Despesas.

Do lado das Receitas, o Estado elevou a alíquota de ICMS para alguns setores e assinou o contrato com Instituição Financeira com base na Lei Complementar 1517 que trata do incremento das Receitas por conta dos Depósitos Judiciais.

Do lado das Despesas, o Governo já realizou fusões de Secretarias; criou uma Comissão Especial de Custeio que objetiva contingenciar em 30% a execução orçamentária no ano dos gastos dessa natureza, resguardando as áreas de educação, saúde e segurança; está em processo adiantado quanto à assinatura do aditivo contratual da Lei Complementar 1488, que visa renegociar a dívida interna, considerando os valores de desembolso e o alongamento do prazo da dívida, do ente com a União; e estuda antecipar o pagamento do Serviço da Dívida em dólar, dada a flutuação do preço da moeda.

⁷LC 151: Instituiu um modelo de empréstimo compulsório, mediante a utilização de depósitos judiciais e administrativos, tributários ou não, por parte dos estados, Distrito Federal e municípios.

⁸LC 148: Autorizou a União a adotar novas condições nos contratos de refinanciamento de dívidas dos estados e municípios com a União

3 – AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS DO PPA 2012-2015 – Exercício 2015

3.1 – Avaliação de Desempenho dos Programas Finalísticos

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0553 - Habitação e Urbanismo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	12000 - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano					
UNIDADE EXECUTORA	12101 - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID)					
PROBLEMA	Deficit de Habitação e Urbanização					
OBJETIVO	Promover a redução do déficit habitacional e urbanização de cidades, fortalecendo a gestão urbana participativa.					
PÚBLICO ALVO	Famílias desprovidas de moradias adequadas.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	79.518.278,00	Atual	94.592.364,63	Variação	18,96

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa foi concebido utilizando o conjunto de atributos necessários para a sua concepção. O objetivo do programa está compatível, assim como, o público alvo, porém as ações não foram suficientes. As metas físicas do produto também não foram suficientes, tornando o programa prejudicado em sua execução. O programa conta com uma ação inclusa no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão (PDE), a 3098 - Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos sociais associados. Não foi formulado indicador para o programa.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Em relação à implantação/execução do programa existe autonomia gerencial institucionalizada, o que facilita o contato direto com o executor para possíveis medidas sobre o andamento da execução. Foram firmadas parcerias institucionais com o Ministério da Integração Nacional, Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Escola de Governo do Maranhão (EGMA), Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), Prefeitura Municipais, Superintendência do Patrimônio da União, Ministério do Turismo, Ministério das Cidades e Corregedoria Geral da Justiça do Estado. Em relação à questão orçamentária, os recursos foram insuficientes, mesmo após ser suplementado, tendo em vista que a nova gestão encontrou sérios problemas, como obras para concluir e convênios de exercícios anteriores para pagar, comprometendo assim a execução do programa. Outros fatores também contribuíram como a liberação de cotas que não aconteceu da forma programada, assim como, a falta de equipe técnica especializada, infraestrutura e logística, materiais e equipamentos.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

A dotação inicial do programa foi suplementada em 18,96%, entretanto, a maioria de suas metas planejadas não ocorre execução por fatores como ausência de indicadores e a falta de equipe técnica qualificada para coordenar as ações, atrasos em procedimentos licitatórios, como exemplo, na 3098 - Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais Associados, onde as licitações só foram homologadas no início do corrente ano, entre as principais realizações destacamos: a conclusão de obras em 28 municípios com transferências de recursos por meio de convênios; continuidade de vários projetos como o Residencial Luciano Moreira com previsão de construção de 1.104 unidades habitacionais, incluído no Plano de Ação "Mais IDH"; Aluguel Social; Projeto Habitar; Feirão imobiliário para o servidor público; recuperação estrutural de residências afetadas pela construção da Avenida IV Centenário.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
12101 - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano											
3098 - Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais Associados	Unidade habitacional adequada disponibilizada	unidade	1.000	0	0,00	71.560.241,00	78.812.930,00	3.314.939,55	2.831.988,32	0,04	0,00
3099 - Urbanização e Regularização Fundiária de Bairros	Área regularizada e urbanizada	unidade	500	0	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3100 - Implantação e Melhoria de Sistema de Saneamento Ambiental	Sistema implantado/melhorado	unidade	0	0	0,00	12.000,00	1.006.069,63	980.194,13	980.194,13	0,97	0,00
3101 - Melhoria de Mobilidade e Acessibilidade	Cidade adequada	% de execução	30	28	0,93	1.947.500,00	10.892.828,00	10.357.173,87	9.334.811,05	0,86	1,09
3102 - Implantação da Gestão Urbana Participativa	Município com gestão urbana participativa implantada	unidade	0	0	0,00	12.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3104 - Capacitação em Desenvolvimento Urbano	Curso realizado	unidade	0	1	0,00	20.000,00	10.000,00	1.572,00	1.572,00	0,16	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	5.594.537,00	3.744.537,00	3.582.231,92	2.738.235,62	0,73	0,00

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4496 - Elaboração de Projetos de Habitação e Urbanismo	Projeto elaborado	unidade	2	0	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4497 - Gestão do Conselho das Cidades - CONCIDADES	Município vinculado	unidade	50	0	0,00	160.000,00	60.000,00	37.041,00	37.041,00	0,62	0,00
4513 - Pesquisas e Diagnósticos Urbanos Participativos	Pesquisa/diagnóstico realizado	unidade	0	1	0,00	12.000,00	12.000,00	10.710,00	10.710,00	0,89	0,00

MÉDIA DO PROGRAMA						0,10				0,47	0,12

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Da análise da relação entre as metas físicas e financeiras e a avaliação do produto em que os valores encontrados indicam, respectivamente, a Eficiência e a Eficácia do programa. A avaliação da Eficiência, o valor da média do programa corresponde a 0,12, o que corresponde a Baixa Eficiência na sua execução, este valor pode ser explicado, primeiramente, pelo fato de a maioria das suas ações não terem executado o que foi planejado. Com relação à Eficácia, o valor médio é 0,10, demonstrando a sua Não Eficácia, estes resultados podem ser justificados através da Ação - Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais Associados que, dando andamento às obras de exercícios anteriores e quanto as que foram planejadas para o exercício de 2015, sofreram atrasos em consequência do processo licitatório cuja homologação foi efetivada no início de 2016 e as despesas efetuadas, nesta ação, são decorrentes de diárias para realização de vistorias de obras e de diagnósticos para elaboração de Projetos Técnicos de Engenharia das Unidades de Habitações Rurais e ainda para o pagamento de Aluguel Social para um universo de 625 famílias, beneficiários do PAC Rio Anil.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	F/C = Eficiência
12101 - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano									
3098 - Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais Associados	Unidade habitacional adequada disponibilizada	unidade	1.000	78.812.930,00	78.812,93	0	2.831.988,32	0,00	0,00
3099 - Urbanização e Regularização Fundiária de Bairros	Área regularizada e urbanizada	unidade	500	50.000,00	100,00	0	0,00	0,00	0,00
3100 - Implantação e Melhoria de Sistema de Saneamento Ambiental	Sistema implantado/melhorado	unidade	0	1.006.069,63	0,00	0	980.194,13	0,00	0,00
3101 - Melhoria de Mobilidade e Acessibilidade	Cidade adequada	% de execução	30	10.892.828,00	363.094,27	28	9.334.811,05	333.386,11	0,92
3102 - Implantação da Gestão Urbana Participativa	Município com gestão urbana participativa implantada	unidade	0	4.000,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
3104 - Capacitação em Desenvolvimento Urbano	Curso realizado	unidade	0	10.000,00	0,00	1	1.572,00	1.572,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	3.744.537,00	0,00	0	2.738.235,62	0,00	0,00
4496 - Elaboração de Projetos de Habitação e Urbanismo	Projeto elaborado	unidade	2	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4497 - Gestão do Conselho das Cidades - CONCIDADES	Município vinculado	unidade	50	60.000,00	1.200,00	0	37.041,00	0,00	0,00
4513 - Pesquisas e Diagnósticos Urbanos Participativos	Pesquisa/diagnóstico realizado	unidade	0	12.000,00	0,00	1	10.710,00	10.710,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					49.245,24		38.407,57		0,10

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Esta análise, relação entre o custo unitário planejado e executado também expressa o princípio da Eficiência no qual o valor médio aponta 0,10, expressando que a execução do programa foi Muito Eficiente, podemos verificar que o custo unitário foi 77,9% inferior ao que foi planejado.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Sim. O programa está alinhado com as diretrizes do governo.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foi formado indicador intermediário.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não. Porque os mesmos não existem.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

Esse programa foi extinto. A partir do PPA-2016/2019 a SECID executará 03 (três) novos programas, uma vez que as ações não estavam sendo suficientes para atender ao problema do déficit habitacional e urbanização das cidades. Recomenda-se após avaliação realizada atualizar o SISPCA com a alimentação das metas físicas e a elaboração de indicadores para o acompanhamento efetivo do desempenho dos programas.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0552 - Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	12000 - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano					
UNIDADE EXECUTORA	12206 - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA)					
PROBLEMA	Baixa Cobertura do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.					
OBJETIVO	Ampliar a cobertura do abastecimento de água e esgotamento sanitário.					
PÚBLICO ALVO	Usuários das áreas urbanas dos municípios operados pela Caema.					
DOTAÇ ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	572.165.745,00	Atual	645.693.465,00	Variação	12,85

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa foi concebido utilizando o conjunto de atributos necessários para a sua concepção. O problema continua o mesmo, pois é necessário um investimento maior para garantir a cobertura do abastecimento de água potável e esgotamento sanitário. Em relação ao objetivo verifica-se que o programa está compatível, assim como, o público alvo, as ações, produtos e metas físicas, porém, as metas não foram executadas em sua totalidade. O órgão não realiza pesquisas de opinião para medir o grau de satisfação ou avaliação de suas ações junto ao público alvo. O programa conta com a ação 1068-Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água, inclusa no PDE.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Em relação à implementação/execução existe autonomia gerencial institucionalizada, foram estabelecidas parcerias com a Caixa Econômica Federal (CEF), com os recursos para as obras do PAC e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para vários investimentos entre perfurações de poços, ampliação e implantação de sistemas de água e esgoto sanitário. No que se refere à questão orçamentária, a dotação inicial foi insuficiente, sendo necessária uma suplementação, porém, a maioria das ações não tiveram suas metas executadas conforme planejadas, isso se deu em virtude da maioria das obras contempladas ainda estarem em andamento, outros problemas também contribuíram como a liberação de cotas que não aconteceu da forma programada, assim como, a falta de equipe técnica especializada, infraestrutura e logística.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados não foram satisfatórios, uma vez que, várias ações não tiveram nenhuma meta alcançada, ficando muito abaixo do previsto em virtude de alguns entraves conforme relacionados a seguir: contingenciamento e atraso de recursos federais; atraso no cronograma de execução e obras ainda em andamento. Por outro lado, apesar do programa não ter um resultado satisfatório houve a participação social dos público alvo, através da comissão de acompanhamento de obras, planejamento coeso, diálogo intersetorial, melhoria no atendimento e aumento do faturamento do órgão.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
12206 - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão											
1068 - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema ampliado/melhorado	unidade	7	1	0,14	0,00	201.213.952,71	13.922.449,40	3.949.459,85	0,02	7,28
1069 - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema ampliado/melhorado	unidade	3	0	0,00	0,00	123.028.862,00	25.906.868,38	8.118.979,34	0,07	0,00
1705 - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema implantado	unidade	2	0	0,00	0,00	491.200,00	8.800,00	8.800,00	0,02	0,00
1706 - Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema implantado	unidade	3	0	0,00	0,00	85.645.616,00	7.760.240,36	4.012.810,96	0,05	0,00
3086 - Elaboração e Implantação de Programas para Perfuração de Poços e Captação Superficial	Poços artesanais perfurados e captação superficial ampliada	unidade	32	8	0,25	0,00	8.898.346,00	8.060.116,08	3.732.474,99	0,42	0,60
4160 - Produção, Tratamento e Distribuição de Água Potável	Domicílio atendido	unidade	546.493	406.591	0,74	0,00	132.259.081,93	122.819.723,88	98.404.227,40	0,74	1,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	0,00	63.507.057,30	51.602.025,84	49.082.581,89	0,77	0,00

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4488 - Manutenção dos Sistemas de Esgoto Sanitário	Usuário atendido	unidade	167.384	110.507	0,66	0,00	6.299.825,49	5.793.138,40	4.167.581,62	0,66	1,00
21201 - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão											
1068 - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema ampliado/melhorado	unidade	22	0	0,00	201.950.000,00	257.285,29	0,00	0,00	0,00	0,00
1069 - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema ampliado/melhorado	unidade	10	0	0,00	123.085.245,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1705 - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema implantado	unidade	10	0	0,00	500.000,00	8.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1706 - Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema implantado	unidade	17	0	0,00	80.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3086 - Elaboração e Implantação de Programas para Perfuração de Poços e Captação Superficial	Poços artesianos perfurados e captação superficial ampliada	unidade	10	0	0,00	3.650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4160 - Produção, Tratamento e Distribuição de Água Potável	Domicílio atendido	unidade	7.603.644	7.603.644	1,00	86.500.500,00	19.469.737,07	19.171.179,88	19.171.179,88	0,98	1,02
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Atendimento(s)	0	0	0,00	69.680.000,00	4.613.526,70	4.526.730,61	4.526.730,61	0,98	0,00
4488 - Manutenção dos Sistemas de Esgoto Sanitário	Usuário atendido	unidade	2.008.608	2.008.608	1,00	6.300.000,00	174,51	174,51	174,51	1,00	1,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,27					0,41	0,85

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A análise da relação entre as metas físicas e financeiras, bem como do produto em que os valores encontrados indicam, respectivamente, a Eficiência e a Eficácia do programa. A Eficiência tem como valor médio 0,85, correspondendo a Média Eficiência o que pode ser explicado pela não execução de algumas ações que o compõe, esta programação este aspecto se deve à edição da Medida Provisória nº 195, de 17 de março de 2015, determinando que a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA, passa a ser vinculada à Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID. Com relação à Eficácia, o valor apurado de 0,27, corresponde a Não Eficácia, este resultado pode ser explicitado como consequência das obras ainda estarem em andamento e como o produto das ações é mensurado por unidade e não por percentual executado de obras a meta física somente poderá ser informada após a sua conclusão.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência	
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)		
12206 - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão										
1068 - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema ampliado/melhorado	unidade	7	201.213.952,71	28.744.850,39	1	3.949.459,85	3.949.459,85	0,14	
1069 - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema ampliado/melhorado	unidade	3	123.028.862,00	41.009.620,67	0	8.118.979,34	0,00	0,00	
1705 - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema implantado	unidade	2	491.200,00	245.600,00	0	8.800,00	0,00	0,00	
1706 - Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema implantado	unidade	3	85.645.616,00	28.548.538,67	0	4.012.810,96	0,00	0,00	
3086 - Elaboração e Implantação de Programas para Perfuração de Poços e Captação Superficial	Poços artesanais perfurados e captação superficial ampliada	unidade	32	8.898.346,00	278.073,31	8	3.732.474,99	466.559,37	1,68	
4160 - Produção, Tratamento e Distribuição de	Domicílio atendido	unidade	546.493	132.259.081,93	242,01	406.591	98.404.227,40	242,02	1,00	

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

Água Potável

4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	63.507.057,30	0,00	0	49.082.581,89	0,00	0,00
4488 - Manutenção dos Sistemas de Esgoto Sanitário	Usuário atendido	unidade	167.384	6.299.825,49	37,64	110.507	4.167.581,62	37,71	1,00

21201 - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

1068 - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema ampliado/melhorado	unidade	22	257.285,29	11.694,79	0	0,00	0,00	0,00
1069 - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema ampliado/melhorado	unidade	10	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
1705 - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema implantado	unidade	10	8.800,00	880,00	0	0,00	0,00	0,00
1706 - Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema implantado	unidade	17	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
3086 - Elaboração e Implantação de Programas para Perfuração de Poços e Captação Superficial	Poços artesianos perfurados e captação superficial ampliada	unidade	10	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4160 - Produção, Tratamento e Distribuição de Água Potável	Domicílio atendido	unidade	7.603.644	19.469.737,07	2,56	7.603.644	19.171.179,88	2,52	0,98
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Atendimento(s)	0	4.613.526,70	0,00	0	4.526.730,61	0,00	0,00
4488 - Manutenção dos Sistemas de Esgoto Sanitário	Usuário atendido	unidade	2.008.608	174,51	0,00	2.008.608	174,51	0,00	1,00

MÉDIA DO PROGRAMA

7.059.967,15 315.450,11 0,41

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação de custo, expressada pela relação entre o custo unitário planejado e executado também considera a Eficiência do programa, nesta avaliação encontramos a média do programa de 0,41 correspondendo na escala de valoração da metodologia a Muito Eficiente, vale ressaltar que a maioria das obras tiveram suas licitações publicadas apenas em janeiro e 2016.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Sim. O programa atende as diretrizes definidas pelo governo, notadamente pelo fato de seus resultados estarem indo de encontro ao proposto.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O órgão não formulou indicador para medir a evolução dos resultados do programa.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não foi formulado indicador de desempenho para o programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1 - Definir indicadores que possibilitem mensurar, medir, monitorar e avaliar o programa de forma mais precisa na solução do problema; 2 - Revisar as metas para que o programa tenha um maior desempenho.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0570 - Agronégócio Maranhense Competitivo**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	13000 - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca					
UNIDADE EXECUTORA	13101 - Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária(SAGRIMA)					
PROBLEMA	Baixa produção agropecuária, aquícola e pesqueira do estado					
OBJETIVO	Contribuir para o aumento da produção, produtividade e competitividade da agropecuária maranhense.					
PÚBLICO ALVO	Empreendedores do meio rural, pesqueiro e aquícola, excetuando-se os agricultores familiares, pescadores artesanais e aquicultores familiares e suas organizações, quando amparados por legislação específica e atendidos por outras instâncias de governo.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	22.842.000,00	Atual	20.373.418,21	Variação	-10,81

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Dinamizar o Setor Agropecuário com a Expansão da Capacidade de produção de Alimentos.

Desenvolver a Capacidade de Geração, Absorção, Difusão Científica, Tecnológica e da Inovação.

Promover o Desenvolvimento Rural Aproveitando as Oportunidades e Potencialidades Locais.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de produtores beneficiados	Unidade	31/12/2015	0	100.000	57.148

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa apresenta em sua concepção conformidade com as diretrizes de governo, o público alvo está caracterizado, porém a delimitação precisa ser ampliada, sobretudo ao se considerar os compromissos assumidos e a necessidade de melhorar os indicadores econômicos do Estado, as ações estão suficientes para atender o objetivo do programa, não foi prevista avaliação por representação do público alvo, as metas físicas não foram suficientes, por estarem em desacordo com o objetivo propugnado, além disso, verifica-se que o produto “produtor beneficiário” e o indicador não expressam claramente a missão estabelecida no PPA.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

A implantação do programa apresentou autonomia gerencial institucionalizada que é feita sob a responsabilidade dos superintendentes e coordenadores. O orçamento inicial aprovado e o orçamento ao final da execução (Lei + Crédito), não foram suficientes para o cumprimento das metas previstas, em virtude da redução do valor orçado associado ao contingenciamento de recursos. Foram formadas parceria institucionais com o SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, instituições Privadas, Prefeituras e convênios com Órgãos Federais, MAPA-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O programa não teve materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficientes para sua implantação devido à limitação de recursos financeiros, observa-se uma deficiência no qualitativo e na qualificação da equipe técnica.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados foram compatíveis com os existentes no PPA, houve participação social dos beneficiários do programa através da realização das ações de apoio na implantação das culturas alimentares com a disponibilização de insumos (sementes) e no apoio a mecanização (preparo de área). Os principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados do programa: equipe técnica reduzida, a limitação de recursos financeiros e reduzida capilaridade da Secretaria, as metas físicas não foram cumpridas em sua totalidade, devido à falta de recursos financeiros. O programa no todo contribuiu para dinamizar o setor agropecuário com a expansão da capacidade da produção de alimentos e o desenvolvimento da capacidade de geração e absorção de tecnologias.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
13101 - Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	500.000,00	200.000,00	95.812,20	95.812,20	0,48	0,00
4634 - Promoção do Agronegócio Maranhense	Produtor Beneficiado	unidade	100.000	57.148	0,57	22.302.000,00	19.986.829,55	12.312.936,44	3.415.591,62	0,17	3,34
4635 - Dinamização de Empreendimentos de Baixo Carbono	Empreendimentos beneficiados.	unidade	5	0	0,00	20.000,00	166.588,66	122.000,00	0,00	0,00	0,00
4636 - Sistematização de Informações Mercadológicas e Agroindustriais	Relatório Elaborado	unidade	0	0	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,19					0,22	1,11

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O produto obtido na execução física do programa caracteriza-se como Não Eficaz, a sua média alcançou 0,19, este valor pode ser justificado em função das ações que o órgão possui, somente a Ação 4634 - Promoção do Agronegócio Maranhense, executou 57% da meta prevista utilizando 17% dos recursos autorizados. A execução financeira tem como coeficiente 1,11 que corresponde a Muito Eficiência, as ações 4635 - Dinamização de Empreendimentos de Baixo Carbono e 4636 - Sistematização de Informações Mercadológicas e Agroindustriais possuem empenhos sem as despesas liquidadas, não existe acompanhamento físico e a respectiva justificativa da execução financeira.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
13101 - Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária									
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	200.000,00	0,00	0	95.812,20	0,00	0,00
4634 - Promoção do Agronegócio Maranhense	Produtor Beneficiado	unidade	100.000	19.986.829,55	199,87	57.148	3.415.591,62	59,77	0,30
4635 - Dinamização de Empreendimentos de Baixo Carbono	Empreendimentos beneficiados.	unidade	5	166.588,66	33.317,73	0	0,00	0,00	0,00
4636 - Sistematização de Informações Mercadológicas e Agroindustriais	Relatório Elaborado	unidade	0	20.000,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA						11.172,53		19,92	0,10

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação do custo do produto obtido na execução do programa expressa também a sua Eficiência, apresentou o valor médio de 0,10, indicando ser Muito Eficiente, entretanto, observa-se que o custo unitário da meta executada ficou em torno dos 60% abaixo do custo unitário da planejada.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

A execução do programa no exercício avaliado atende parcialmente as diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Sim, os resultados alcançados contribuíram parcialmente com os indicadores de desempenho intermediários.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não foi informado pelo órgão.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

Após avaliação feita pelo órgão setorial foi verificado que os atributos que compõem o programa não foram bem definidos foi constatado no processo de execução e implementação do programa a necessidade de extinguir o mesmo e criar um novo programa visando atender as novas diretrizes de governo.;

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0546 - Defesa Agropecuária**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	13000 - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca
UNIDADE EXECUTORA	13202 - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED)
PROBLEMA	Incidência de doenças nos animais e vegetais e a industrialização inadequada de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal geram baixa oferta de alimentos seguros e insegurança alimentar à população maranhense.
OBJETIVO	Aumentar o nível de segurança alimentar em produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, assegurando a oferta de produtos e subprodutos de qualidade, promovendo a saúde pública e a preservação do meio ambiente.
PÚBLICO ALVO	Produtores rurais e estabelecimentos da cadeia produtiva agropecuária.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	22.030.000,00	Atual	23.991.582,04	Variação	8,90

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Dinamizar o Setor Agropecuário com a Expansão da Capacidade de Produção de Alimentos.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Fiscalização realizada	Unidade	31/12/2015	0	138.974	167.353
Pessoa Beneficiada	Unidade	31/12/2015	0	28.620	18.200
Índice de vacinação da aftosa	Percentual	31/12/2015	0	100,0	98,89

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa apresenta em sua concepção conformidade com as diretrizes de Governo, o público alvo foi delimitado de acordo com o objetivo do programa. As ações foram suficientes para atender as demandas definidas no programa estruturado pelos eixos diretivos de governo. Os produtos das ações foram definidos e avaliados no aspecto da eficiência e eficácia. Foi previsto avaliação do programa por representações dos beneficiários através de reuniões avaliativas com entidades representativas do público e com a Diretoria do FUNDEPEC-MA (Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Estado do Maranhão) e utilizou subtítulos em suas ações para localização dos gastos no Estado.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

A implantação do programa apresentou uma autonomia gerencial institucionalizada, com prerrogativa institucional (autoridade sanitária) de planejar e executar o programa de Defesa Agropecuária no Estado. O orçamento inicial aprovado e o orçamento ao final da execução do programa (lei + crédito) foram suficientes para o cumprimento das metas realizadas, embora sem a celebração de convênios com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, houve uma adequação dos recursos para priorizar o atendimento da execução. Foram firmadas parcerias institucionais através de

termos de cooperação técnica com a Federação de Agricultura e Pecuária do Maranhão - FAEMA, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Estado do Maranhão - FUNDEPEC, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público Estadual, Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, Polícia Militar e Conselho de Medicina Veterinária. O quantitativo e o qualitativo de materiais e equipamentos não foram suficientes para a sua implementação, assim como infraestrutura e logística. O órgão possui em seu quadro técnico pessoal qualificado efetivos e contratados suficientes para coordenação das ações e com dedicação exclusiva para sua execução.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram compatíveis com os existentes no Plano Plurianual e estão em consonância com os objetivos setoriais do órgão, pois segue os eixos diretivos de governo, houve participação social dos beneficiários (público alvo) do programa durante a sua execução, os resultados gerados pelo programa foram submetidos à apreciação de instâncias superiores por meio de relatórios e reuniões técnicas de análise e avaliação. Os fatores que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa: disponibilidade de recursos financeiros, de pessoal, veículos e equipamentos; boa capilaridade dos escritórios, presentes em todos os municípios maranhenses e adesão do público alvo às ações do programa. No entanto os principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados do programa foram: precariedade de estrutura física e logística das Unidades Barreiras, demora na nomeação de gestores regionais e demora no cronograma de liberação de cotas financeiras disponibilizadas. As metas físicas foram cumpridas, apenas três não conseguiram cumprir as metas previstas.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
13202 - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	14.455.000,00	15.108.408,34	14.201.410,65	13.697.198,65	0,91	0,00
4520 - Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	Pessoa beneficiada	unidade	28.620	18.200	0,64	40.000,00	60.000,00	44.894,00	44.894,00	0,75	0,85
4521 - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais	Fiscalização realizada	unidade	29.568	73.594	2,49	4.375.000,00	4.697.410,50	852.897,27	838.970,27	0,18	13,94

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4522 - Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa	Fiscalização realizada	unidade	40.850	43.105	1,06	165.000,00	1.020.660,00	751.170,50	751.170,50	0,74	1,43
4523 - Fiscalização do Trânsito de Animais e seus Produtos e Subprodutos	Fiscalização realizada	unidade	71.310	47.573	0,67	235.000,00	255.000,00	181.775,50	181.775,50	0,71	0,94
4524 - Fiscalização dos Estabelecimentos de Produtos e Subprodutos de Origem Animal	Fiscalização realizada	unidade	950	1.051	1,11	325.000,00	411.914,22	157.161,22	157.161,22	0,38	2,90
4525 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	Fiscalização realizada	unidade	1.030	2.030	1,97	2.310.000,00	2.313.188,98	297.852,98	283.272,98	0,12	16,09
4526 - Fiscalização do Trânsito de Vegetais e seus Produtos e Subprodutos	Fiscalização realizada	unidade	21.330	18.066	0,85	25.000,00	25.000,00	19.713,00	19.713,00	0,79	1,07
4527 - Fiscalização de Sementes e Mudanças	Fiscalização realizada	unidade	45	0	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4528 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins	Fiscalização realizada	unidade	2.862	2.854	1,00	95.000,00	95.000,00	94.948,00	94.948,00	1,00	1,00
MÉDIA DO PROGRAMA					1,09					0,62	4,25

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação do produto obtido apresentou o valor médio de 1,09, o que revela a Eficácia do programa o valor obtido pode ser explicado devido das suas 09 ações, 04 superaram as metas planejadas e 03 terem alcançado em mais de 60 % das suas execuções, apenas a Ação 4527 - Fiscalização de Sementes e Mudanças não foi executada. No que se refere às metas financeiras a média foi 4,25 considerado Muito Eficiente em função da maioria das ações terem superado as suas metas previstas. *Observamos que a ação 4450 - Gestão do Programa não está inclusa no cálculo quanto a Eficácia e Eficiência, por se tratar de uma ação que agregar as despesas que comprovadamente contribuem para o objetivo do programa, mas não são passíveis de apropriação direta como as demais ações associadas, versando apenas de um centro de custos.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
13202 - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão									
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	15.108.408,34	0,00	0	13.697.198,65	0,00	0,00
4520 - Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	Pessoa beneficiada	unidade	28.620	60.000,00	2,10	18.200	44.894,00	2,47	1,18
4521 - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais	Fiscalização realizada	unidade	29.568	4.697.410,50	158,87	73.594	838.970,27	11,40	0,07
4522 - Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa	Fiscalização realizada	unidade	40.850	1.020.660,00	24,99	43.105	751.170,50	17,43	0,70
4523 - Fiscalização do Trânsito de Animais e seus Produtos e Subprodutos	Fiscalização realizada	unidade	71.310	255.000,00	3,58	47.573	181.775,50	3,82	1,07
4524 - Fiscalização dos Estabelecimentos de Produtos e Subprodutos de Origem Animal	Fiscalização realizada	unidade	950	411.914,22	433,59	1.051	157.161,22	149,53	0,34
4525 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	Fiscalização realizada	unidade	1.030	2.313.188,98	2.245,81	2.030	283.272,98	139,54	0,06
4526 - Fiscalização do Trânsito de Vegetais e seus Produtos e Subprodutos	Fiscalização realizada	unidade	21.330	25.000,00	1,17	18.066	19.713,00	1,09	0,93
4527 - Fiscalização de Sementes e Mudas	Fiscalização realizada	unidade	45	5.000,00	111,11	0	0,00	0,00	0,00
4528 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins	Fiscalização realizada	unidade	2.862	95.000,00	33,19	2.854	94.948,00	33,27	1,00
MÉDIA DO PROGRAMA						334,93		39,84	0,59

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A relação do custo unitário planejado e o executado expressa a Eficiência do programa e o valor de 0,59 corresponde a Média Eficiência.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Sim, porque a execução do programa no exercício avaliado atende as diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, com a manutenção de Zona Livre de Febre Aftosa com vacinação, promoção do alimento seguro, através da fiscalização sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal e a realização de inquérito soro epidemiológico das doenças das aves. O programa contribuiu para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Sim, os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não foi informado pelo órgão.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1- Após avaliação positiva do programa recomenda-se sua manutenção; 2- Proceder a inclusão das informações das metas físicas e financeiras para que sejam garantidas tempestivamente no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa; 3- Incluir um indicador que possa mensurar ou monitorar o programa de forma mais precisa na solução do problema;

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0504 - Maranhão Patrimônio Cultural**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	14000 - Secretaria de Estado da Cultura
UNIDADE EXECUTORA	14101 - Secretaria de Estado da Cultura (SECMA)
PROBLEMA	Degradação do Patrimônio Cultural Maranhense.
OBJETIVO	Preservar o patrimônio cultural do Estado do Maranhão.
PÚBLICO ALVO	Sociedade maranhense.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	6.500.000,00	Atual	9.116.252,62	Variação	40,25

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Fomentar a diversidade artística e preservar o patrimônio cultural

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

sem indicador

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de municípios apoiados	unidade	31/12/2015	217	217	217

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O Programa apresenta em sua concepção alta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, capazes de contribuir para solução do problema identificado, retratando a real situação do patrimônio cultural maranhense. O objetivo é compatível com a solução do problema, em se tratando de público alvo o órgão afirma que foi bem delimitado, mas podemos observar que "sociedade 'maranhense'" é muito amplo e não delimita o público, quanto às metas físicas foram estimadas em conformidade com o valor do recurso disponibilizado e são suficientes para alcançar o objetivo do programa proposto no PPA. No que se refere aos produtos (bens e serviços) estes retratam fielmente as metas. Não foi formulado localizador de gasto porque se torna difícil identificar os municípios a serem beneficiados e/ou atendidos. Não foi feita pesquisa de satisfação, assim como não houve avaliação do Conselho Estadual de Cultura e nem dos beneficiários do programa.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Quanto implantação, o programa não possui autonomia gerencial institucionalizada e o seu orçamento inicial não foi suficiente para o cumprimento das metas previstas, sendo necessária suplementação de crédito nas ações 2681 - Restauração e Conservação de Bens Culturais Móveis e Imóveis e 4644 - Dinamização e Apoio ao Patrimônio Cultural. A liberação das cotas financeiras não cumpriu o cronograma. Algumas parcerias institucionais com o Governo Federal através do Ministério da Cultura - MINC, foram realizadas para implementação de projetos como: Implantação do Museu da Imagem e do Som; Recuperação do Teatro Arthur Azevedo, Maranhão Musical e o PAC das Cidades Históricas. Com relação a execução do programa não há uma equipe técnica especializada em quantidade suficiente sendo necessária a contratação de Consultoria técnica para o PAC das Cidades Históricas. O programa ainda carece de equipamentos, materiais em quantidade e qualidade suficientes, além de infraestrutura e logística de qualidade, dado à especificidades dos projetos a serem executados neste programa.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados foram submetidos à instância superior através de relatórios. Não havendo participação social na sua execução e nem pesquisa de satisfação, porém os resultados foram alcançados em consonância com os objetivos setoriais do órgão. Destacam-se os fatores de sucesso que contribuíram para o resultado do programa: dedicação dos membros da equipe técnica, qualidade do acervo histórico cultural e acesso do grande público aos equipamentos culturais. A análise de resultado de programa será comprometida devido a não efetivação do alcance das metas, das quais citamos: a rotatividade de autoridades e equipes durante o exercício e burocratização para a implementação.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
14101 - Secretaria de Estado da Cultura											
2681 - Restauração e Conservação de Bens Culturais Móveis e Imóveis	Bem restaurado	unidade	1	1	1,00	5.000.000,00	5.800.805,00	5.668.403,00	4.718.518,94	0,81	1,23
4498 - Estudos e Pesquisas Históricas, Arqueológicas, Paleontológicas e Etnológicas	Pesquisa realizada	unidade	4	9	2,25	50.000,00	50.000,00	11.040,00	11.040,00	0,22	10,19
4500 - Elaboração de Projetos de Restauração e Conservação de Bens Imóveis	Projeto elaborado	unidade	4	7	1,75	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4644 - Dinamização e Apoio ao Patrimônio Cultural	Projeto apoiado	unidade	4	5	1,25	1.350.000,00	3.265.447,62	1.676.235,14	1.676.235,14	0,51	2,44
MÉDIA DO PROGRAMA					1,56					0,39	3,46

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação da relação entre as metas físicas e financeiras e do produto indicam a Eficiência e a Eficácia. A análise do produto apresenta valor de 1,56, caracterizando-o como Eficaz, resultado este, que se deve ao fato, da maioria de suas ações terem superadas as metas planejadas. Quanto as metas financeiras a média é de 3,46 classificando essa execução como Muito Eficiente

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência	
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)		
14101 - Secretaria de Estado da Cultura										
2681 - Restauração e Conservação de Bens Culturais Móveis e Imóveis	Bem restaurado	unidade	1	5.800.805,00	5.800.805,00	1	4.718.518,94	4.718.518,94	0,81	
	4498 - Estudos e Pesquisas Históricas, Arqueológicas, Paleontológicas e Etnológicas	Pesquisa realizada	unidade	4	50.000,00	12.500,00	9	11.040,00	1.226,67	0,10
	4500 - Elaboração de Projetos de Restauração e Conservação de Bens Imóveis	Projeto elaborado	unidade	4	0,00	0,00	7	0,00	0,00	0,00
	4644 - Dinamização e Apoio ao Patrimônio Cultural	Projeto apoiado	unidade	4	3.265.447,62	816.361,91	5	1.676.235,14	335.247,03	0,41
MÉDIA DO PROGRAMA					1.657.416,73		1.263.748,16		0,33	

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Analisar o custo do produto na consecução do programa demonstra avaliar a sua Eficiência, assim, a relação do custo unitário executado com o planejado apresenta como índice 0,33 o que o classifica como Muito Eficiente

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

O programa foi eficaz e eficiente contribuindo assim com suas diretrizes associadas com a realização de um maior número de pesquisas necessárias à preservação de sítios arqueológicos e bens culturais, a elaboração de novos projetos de restauração e conservação de bens culturais e a preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural de natureza material e imaterial.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O indicador retrata o número de bens tombados existentes e preservados no Estado.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não possui indicador de desempenho socioeconômico.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

Este programa é indispensável para manter viva a tradição patrimonial do Estado. Convém realizar inventários em outros municípios. O público alvo deve ser revisto, assim como o planejamento orçamentário para que atenda todas as ações do programa.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0571 - Memória Republicana**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	14000 - Secretaria de Estado da Cultura
UNIDADE EXECUTORA	14201 - Fundação da Memória Republicana Brasileira (FUMRB)
PROBLEMA	Os acervos e registros de fatos da história republicana brasileira e maranhense necessitam de tratamentos específicos para a construção da memória do nosso povo. A precária e incipiente disseminação de informações socioculturais e educativas relativas à memória republicana brasileira e histórica do Maranhão tem, dentre outras coisas, dificultado estudos e pesquisas de várias áreas do conhecimento e a preservação de um importante patrimônio cultural.
OBJETIVO	Ampliar a disseminação de conhecimentos socioculturais e educativos relativos à memória republicana brasileira
PÚBLICO ALVO	Universidades, Escolas do Ensino Fundamental e Médio, Pesquisadores, Professores, Estudantes e Público em geral.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	745.000,00	Atual	104.411,00	Variação	-85,99

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Fomentar a diversidade artística e preservar o patrimônio cultural

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Sem indicador

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O problema identificado continua, ainda há fatores de deficiência na educação patrimonial que persistem e necessitam da aplicação de ações cujo resultados se darão a longo prazo. O objetivo do programa ainda pode ser considerado compatível, visto que contempla as soluções para os problemas detectados. No que refere ao público alvo este está corretamente caracterizado e delimitado, quanto às ações as mesmas são suficientes para atender o objetivo do programa. As metas físicas foram planejadas em conformidade com o recurso orçamentário e os bens e serviços gerados como produto retratam bem as ações propostas para solução do problema. Segundo o órgão responsável o programa não utilizou localizador de gasto, porque se torna difícil identificar a localização dos beneficiados sem um diagnóstico prévio.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

O programa possui autonomia gerencial através da própria Fundação da Memória Republicana Brasileira (FUMRB), teve um orçamento inicial suficiente para o cumprimento das metas, não havendo suplementação. No que tange à liberação das cotas financeiras estas aconteceram em conformidade com o cronograma. O programa não teve parcerias institucionais e embora possua profissionais qualificados em algumas áreas, há uma carência de corpo técnico especializado nas áreas de museologia, biblioteconomia e audiovisual. O programa não possui materiais e equipamentos em qualidade e quantidade para sua execução, bem como infraestrutura e logística para sua plena execução.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Como o Programa não foi executado devido ausência de autoridade competente em grande parte do exercício financeiro, não foi possível gerar resultados significativos e nem possibilitou a pesquisa de satisfação, mas é necessário que se estabeleçam parcerias para a plena execução das ações deste programa.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
14201 - Fundação da Memória Republicana Brasileira											
3150 - Estudos e Pesquisas Socioculturais e Educacionais	Pesquisa realizada	unidade	1	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	0,00	104.411,00	81.832,69	81.832,69	0,78	0,00
4639 - Restauração, Conservação e Aquisição de Bens	Bem divulgado	unidade	5.000	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4640 - Desenvolvimento de Práticas Educacionais	Pessoa informada	unidade	6.000	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17204 - Fundação da Memória Republicana Brasileira											
3150 - Estudos e Pesquisas Socioculturais e Educacionais	Pesquisa realizada	unidade	0	0	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	505.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4639 - Restauração, Conservação e Aquisição de Bens	Bem divulgado	unidade	0	0	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4640 - Desenvolvimento de Práticas Educacionais	Pessoa informada	unidade	0	0	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,00				0,13	0,00	

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O programa não foi executado, o que impossibilita a avaliação física e financeira do mesmo.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
14201 - Fundação da Memória Republicana Brasileira									
3150 - Estudos e Pesquisas Socioculturais e Educacionais	Pesquisa realizada	unidade	1	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	104.411,00	0,00	0	81.832,69	0,00	0,00
4639 - Restauração, Conservação e Aquisição de Bens	Bem divulgado	unidade	5.000	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4640 - Desenvolvimento de Práticas Educacionais	Pessoa informada	unidade	6.000	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
17204 - Fundação da Memória Republicana Brasileira									
3150 - Estudos e Pesquisas Socioculturais e Educacionais	Pesquisa realizada	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4639 - Restauração, Conservação e Aquisição de Bens	Bem divulgado	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4640 - Desenvolvimento de Práticas Educacionais	Pessoa informada	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,00			0,00	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O programa não foi executado, o que impossibilita a avaliação de custo do mesmo.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Não houve resultado positivo, portanto não contribuiu com as diretrizes do PPA

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não houve apuração do indicador de desempenho intermediários.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Sem indicador de desempenho sócioeconômico

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

Como o órgão não executou suas ações em 2015 torna-se necessário uma avaliação dos entraves e juntamente com o seu órgão gestor buscar soluções.

0131 - Produção e Difusão Cultural

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	14000 - Secretaria de Estado da Cultura					
UNIDADE EXECUTORA	14101 - Secretaria de Estado da Cultura (SECMA)					
PROBLEMA	Fragilidade do mercado cultural.					
OBJETIVO	Fortalecer o mercado cultural maranhense mediante a ampliação da produção, da difusão, do acesso aos bens culturais e do fomento às atividades artísticas.					
PÚBLICO ALVO	Sociedade maranhense.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	43.102.500,00	Atual	54.507.162,40	Variação	26,46

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Fomentar a diversidade artística e preservar o Patrimônio Cultural

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de municípios apoiados	unidade	31/12/2015	217	217	217

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

Quanto à concepção o problema continua atual visto ser um programa a longo prazo. O objetivo do programa é atual e pode ser considerado compatível para solucionar a problemática da cultura. Em se tratando do público alvo este abrange e caracteriza mas não delimita, dado a grande diversidade cultural que há no Estado. As ações não foram suficientes para atender de forma positiva as metas que estavam em conformidade com o orçamento disponível e seguem o plano estratégico de ações do órgão. Quanto ao produto gerado de bens e serviços, estes retratam as ações propostas para a solução do problema. No que se refere à Avaliação o Conselho Estadual de Cultura - CONSECMA não realizou nenhuma análise de resultado do programa e nem os seus beneficiários, visto não ser demandado pela sociedade. O recurso ao ser planejado foi direcionado ao Estado do Maranhão como localizador de gasto, a órgão relata que se torna difícil identificar quais municípios seriam beneficiados, sem um diagnóstico prévio. O programa não tem ação intersetorial mas buscou parcerias com outro órgão para execução de projetos. O programa foi bem concebido e retrata claramente a situação da cultura maranhense.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

A implantação/execução do programa não apresentou autonomia gerencial institucionalizada e é acompanhados através do Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA pela Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas - ASPLAN, Superintendências e seus órgãos através de suas ações. No que se refere ao orçamento inicial não foi suficiente, sendo necessário suplementá-lo e mesmo assim foi insuficiente para o atendimento do programa. Em se tratando de liberação de cotas, não houve repasse conforme a programação devido ao contingenciamento contribuindo para que algumas ações não se realizassem. No caso específico deste programa o órgão manteve parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPEMA. Dado a diversidade de ações neste programa é necessário um corpo técnico e especializado em quantidade suficiente para atender todas as suas atividades, bem como materiais e equipamentos, infraestrutura e logística para a plena execução de todas suas ações.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo programa foram apresentados às instâncias superiores por meio de relatórios. Para o bom desenvolvimento das ações foram feitas parcerias com FAPEMA, Secretaria de Turismo, Secretaria de Segurança Pública, Corpo de Bombeiros. No que se refere aos resultados estão compatíveis com o PPA, LDO e LOA. Houve participação social dos beneficiários do programa através da participação nas Festas Populares, porém não foi realizada nenhuma pesquisa de satisfação de resultado junto aos beneficiários. O órgão afirma que os resultados alcançados pelo programa estão em consonância com o objetivo do programa. Fatores importantes contribuíram para o alcance do resultado tais como: interesse político em realizar o programa, disponibilização de recurso e parcerias entre as Secretarias de Comunicação, Turismo, Segurança Pública e FAPEMA. Surgiram alguns entraves que não foram considerados grandes obstáculos, mas contribuíram para a não execução total das ações: rotatividade de autoridades e equipes durante o exercício, contingenciamento do recurso financeiro e burocratização para sua implementação devidos ser um programa de muitas especificidades. No que se refere às metas físicas as mesmas foram cumpridas e algumas superaram o planejado.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
14101 - Secretaria de Estado da Cultura											
4505 - Capacitação de Artistas, Técnicos, Produtores e Empreendedores Culturais	Pessoa capacitada	unidade	150	0	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4506 - Plano Literário, Fonográfico e de Apoio à Produção	Projeto apoiado	unidade	3	2	0,67	1.615.000,00	1.085.000,00	667.999,45	667.999,45	0,62	1,08
4645 - Fomento às Manifestações Culturais	Projeto apoiado	unidade	160	246	1,54	39.237.500,00	52.601.162,40	45.116.132,95	44.341.908,62	0,84	1,82
4646 - Apoio às Atividades dos Equipamentos Culturais	Atividade realizada	unidade	15	67	4,47	2.000.000,00	721.000,00	558.012,00	541.696,00	0,75	5,95
14901 - Fundo de Desenvolvimento da Cultura Maranhense											
4663 - Incentivo à Arte e a Cultura	Projeto apoiado	unidade	0	0	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

MÉDIA DO PROGRAMA

1,33

0,44

1,77

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Considerando a análise da Eficácia e Eficiência das metas físicas e financeiras e do produto, o programa obteve uma média 1,33 considerado Eficaz e 1,77 sendo Muito Eficiente, conforme escala de valoração adotada para Avaliação. Para o alcance do resultado obtido, nota-se o bom desenvolvimento, das ações 4645 - Fomento às Manifestações Culturais e a 4646 - Apoio às Atividades dos Equipamentos Culturais.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
14101 - Secretaria de Estado da Cultura									
4505 - Capacitação de Artistas, Técnicos, Produtores e Empreendedores Culturais	Pessoa capacitada	unidade	150	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4506 - Plano Literário, Fonográfico e de Apoio à Produção	Projeto apoiado	unidade	3	1.085.000,00	361.666,67	2	667.999,45	333.999,73	0,92
4645 - Fomento às Manifestações Culturais	Projeto apoiado	unidade	160	52.601.162,40	328.757,27	246	44.341.908,62	180.251,66	0,55
4646 - Apoio às Atividades dos Equipamentos Culturais	Atividade realizada	unidade	15	721.000,00	48.066,67	67	541.696,00	8.085,01	0,17
14901 - Fundo de Desenvolvimento da Cultura Maranhense									
4663 - Incentivo à Arte e a Cultura	Projeto apoiado	unidade	0	100.000,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

MÉDIA DO PROGRAMA

147.698,12

104.467,28

0,33

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Esta avaliação também expressa o princípio da Eficiência. A relação entre o custo unitário planejado e executado aponta a média do programa de 0,33 sendo considerado Muito Eficiente. Observa-se que a eficiência do programa se deu em função da redução do custo unitário final em comparação com os custo planejado e que apesar da suplementação houve redução também no valor final aplicado em cada ação executada.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O resultado alcançado contribuiu com as diretrizes do PPA, visto o programa ter desenvolvido suas ações a contento, contribuindo dessa maneira para o fomento da cultura e da arte.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Pelo que foi indicado conseguiu-se atender plenamente os municípios, fomentando dessa maneira a arte e a cultura em todo o Estado.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não foi informado

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O Programa atendeu plenamente às diretrizes de governo, com algumas recomendações: realizar um levantamento cultural e/ou mapeamento para que se conheça um maior número de festas populares em especial as mais significativas do Estado, bem como os grupos e/ou artistas que vivem no anonimato, lançar editais, na UG: 14901 - Fundo Maranhense de Cultura de projetos em outros segmentos que não seja somente cultura popular (Festas Populares), acompanhar mensalmente do SISPCA para melhor relatar as atividades por ocasião da avaliação.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0539 - Proteção e Promoção Social**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL 15000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social

UNIDADE EXECUTORA 15903 - Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)

PROBLEMA

O Banco Mundial (2001) define vulnerabilidade como a perda de bem-estar, considerando-se as normas socialmente aceitas, ocasionada pela incerteza de eventos e conexas à deficiência de instrumentos apropriados para gerenciá-la. Tais eventos podem se apresentar sob diferentes configurações: mudanças climáticas, perda de um emprego, gastos inesperados, enfermidade, recessão econômica, entre outras. Nesse sentido, embora não se confunda com pobreza, a vulnerabilidade é mais acentuada entre as famílias com menor patamar de renda e, no contexto das famílias, estabelece-se uma segmentação para definir os mais vulneráveis (idosos, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência). Referenciando-se nessa compreensão de vulnerabilidade, embora a identificação prévia das famílias vulneráveis seja um evento complexo, as políticas governamentais no Brasil, destinadas à promoção do bem-estar social, tendem a se direcionar, em especial, para as categorias sociais com renda mais baixa, categorizadas como pobres por instituições de fomento e de gestão pública. No Maranhão, expressivo contingente da população sobrevive em condições muito precárias. Estudos de Sobel e Gonçalves, tomando o período 1999-2005 como referência e relacionando pobreza na área urbana e no meio rural demonstram que no ano de 2005, o Maranhão apresentou a maior proporção de pobres da região Nordeste, com uma taxa de 52,4%, seguido por Piauí e Alagoas ambos com 49,1%. O Maranhão mantinha também a maior equidade rural-urbana da região, tanto no ano de 1995 quanto em 2005. Nesse sentido, direitos há muito conquistados por famílias da maioria dos estados brasileiros estão distantes de serem acessados por famílias residentes no estado, independente de estarem em áreas rurais ou urbanas. De fato, no Maranhão, há um movimento histórico de expropriação de terras por empresas e grandes latifundiários, alia-se a precariedade das políticas voltadas para garantir a estabilidade das famílias no meio rural, fazendo com que o pobre do campo, sem escolaridade e qualificação para o trabalho urbano, migre para as maiores cidades do Estado, sobretudo, para a capital, São Luís. Tal fato contribui para a formação de aglomerados habitacionais, com famílias com baixa renda per capita, distantes de infra-estrutura urbana, como segurança pública, acesso aos serviços de atenção básica de saúde, saneamento básico. São indicadores sociais que permitem que se afirme a existência de uma situação de vulnerabilidade acentuada no Maranhão. A precária presença do estado explica em muitas situações, a reprodução continuada, de pobreza e miséria inalterada no tempo. É, portanto,

	necessário que o Estado se faça presente para minorar o processo de vulnerabilidade social.					
OBJETIVO	Promover o acesso da população em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais ofertados pelo Estado.					
PÚBLICO ALVO	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	67.647.000,00	Atual	160.806.070,40	Variação	137,71

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Assegurar o acesso aos serviços de assistência social e igualdades de direitos

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de adolescentes atendidos	unidade	31/12/2015	0,00	1808	3443

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O problema do programa continua atual, o objetivo é compatível com a solução do problema, o público alvo e os produtos das ações estão corretamente caracterizado e delimitado. As ações são suficientes para atender o objetivo do programa. As metas físicas não contemplam toda a demanda estadual necessária para a resolução do problema como por exemplo as ações de cofinanciamento, capacitação e acolhimento institucional sendo estas insuficientes. As ações do programa são avaliadas, acompanhadas e monitoradas nas reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Estadual de Assistência Social além de reuniões previstas nas etapas de avaliação e monitoramento do planejamento estratégico institucional e nas reuniões realizadas nas Unidades de Atendimento Socioeducativo. O órgão possui ações intersetoriais desenvolvidas pelas UG 54.201-Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

O programa possui autonomia gerencial dos seus executores, os recursos não foram suficientes para atender o objetivo do programa, sendo necessárias suplementações orçamentárias substanciais, todavia estas não foram suficientes para o atendimento das metas previstas. O Programa foi prontamente atendido em relação às demandas de cotas financeiras previstas no anexo de desembolso do decreto de execução orçamentária, no que se refere a materiais, equipamentos, infraestrutura e logística em qualidade e quantidade são insuficientes e obsoletos para as demandas institucionais. Segundo o FEAS o programa não possui equipe técnica qualificada em número suficiente, em contrapartida a FUNAC informa que possui um quadro suficiente de técnicos qualificados.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados foram apresentados por meio de relatórios setoriais e de gestão. O programa foi potencializado por ações desenvolvidas na educação, saúde, esporte, cultura e profissionalização por meio das parcerias e secretarias setoriais. Houve participação do público alvo em reuniões de avaliação com os adolescentes que executam o sistema socioeducativo, além das participações por meio da Conferência Estadual. Os resultados alcançados estão em consonância com os objetivos setoriais do programa. Com relação à pesquisa de satisfação são realizadas avaliações junto aos adolescentes que participam de reuniões de avaliação da instituição bem como ao término das ações de capacitações. Em se tratando dos fatores que contribuíram para o alcance dos resultados, destacamos: Liberação de crédito orçamentário, implantação de atendimento por fases (inicial e intermediária), adoção de um novo modelo de gestão nas Unidades de atendimento, equipe técnica comprometida, capacitações dos trabalhadores do SUAS e assessoramento e

acompanhamento técnico às gestões municipais. Contudo, existiram entraves que dificultaram a execução do programa tais como: dotação orçamentária inicial insuficiente, algumas Unidades não possuem sua estrutura física em consonância com o SINASE, número reduzido de vaga na medida socioeducativa de internação, quadro técnico insuficiente, equipamento de informática e mobiliário obsoleto e insuficiente e recursos para cofinanciamento e monitoramento insuficientes.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social											
4696 - Bolsa Família - Escola	Aluno Atendido	unidade	1.239.190	1.239.190	1,00	0,00	79.443.922,00	61.959.870,00	58.443.859,00	0,74	1,36
4697 - Realização de Atividades Lúdicas Socioeducativas	Aluno Beneficiado	unidade	120	0	0,00	0,00	297.652,00	5.140,00	0,00	0,00	0,00
15903 - Fundo Estadual de Assistência Social											
3067 - Construção e Aproveitamento da Rede de Proteção Social	Equipamento social construído/aparelhado	unidade	1	0	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4297 - Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial de Alta Complexidade	Atendimento realizado	unidade	4.440	1.995	0,45	0,00	1.661.472,15	1.373.885,03	1.044.468,33	0,63	0,71
4309 - Capacitação dos Agentes, Gestores e Usuários da Política de Assistência Social	Pessoa capacitada	unidade	8.143	519	0,06	0,00	4.598.768,17	98.557,04	98.557,04	0,02	2,97
4424 - Isenção do Pagamento da Fatura de Energia Elétrica - Viva Luz	Família/indivíduo atendido	unidade	190.000	189.918	1,00	0,00	25.000.000,00	6.042.990,15	6.042.990,15	0,24	4,14
4425 - Isenção do Pagamento da Fatura	Família/indivíduo atendido	unidade	77.000	76.669	1,00	0,00	24.000.000,00	24.000.000,00	21.637.459,25	0,90	1,10

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

de Água - Viva Água

4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	0,00	4.148.272,47	1.412.018,45	1.056.082,66	0,25	0,00
4455 - Reforma e Conservação dos Bens Imóveis da Rede de Proteção Social	Equipamento social reformado/conservado	unidade	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4456 - Promoção de Eventos para o Fortalecimento das Ações Afirmativas	Evento realizado	unidade	3	0	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4632 - Descentralização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	Atendimento realizado.	unidade	2.400	1.340	0,56	0,00	185.153,73	152.000,00	134.000,00	0,72	0,77
4642 - Cofinanciamento de Benefícios Eventuais por Natalidade e Funeral	Atendimento realizado	unidade	1.008	854	0,85	0,00	706.000,00	706.000,00	606.000,00	0,86	0,99
4654 - Regionalização de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	Atendimento Realizado.	unidade	133.185	48.000	0,36	0,00	1.202.000,00	378.000,00	355.500,00	0,30	1,22
4655 - Regionalização de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - REG CREAS/MA	Atendimento realizado	unidade	6.530	1.390	0,21	0,00	857.000,00	295.000,00	241.000,00	0,28	0,76
4667 - Garantia de Benefícios Eventuais Assistenciais Emergenciais	Pessoa assistida	unidade	1	0	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

54201 - Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão

3066 - Construção e Aparelhamento das Unidades de Atendimento	Unidade de atendimento construída/equipada	unidade	0	0	0,00	7.000.000,00	7.385.002,00	982.730,49	982.730,49	0,13	0,00
4292 - Execução de Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade	Adolescente atendido	unidade	0	3.443	0,00	4.450.000,00	9.480.176,75	9.442.711,04	9.427.208,58	0,99	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	817.000,00	1.125.651,13	1.117.655,13	1.095.225,13	0,97	0,00

54902 - Fundo Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente

4633 - Atendimento e Defesa dos Direitos	Entidade apoiada	unidade	0	0	0,00	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

da Criança e do Adolescente

54903 - Fundo Estadual de Assistência Social

3067 - Construção e Aparelhamento da Rede de Proteção Social	Equipamento social construído/aparelhado	unidade	0	0	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4297 - Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial de Alta Complexidade	Atendimento realizado	unidade	0	0	0,00	1.013.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4309 - Capacitação dos Agentes, Gestores e Usuários da Política de Assistência Social	Pessoa capacitada	unidade	0	0	0,00	975.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4424 - Isenção do Pagamento da Fatura de Energia Elétrica - Viva Luz	Família/indivíduo atendido	unidade	0	0	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4425 - Isenção do Pagamento da Fatura de Água - Viva Água	Família/indivíduo atendido	unidade	0	0	0,00	24.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	1.297.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4455 - Reforma e Conservação dos Bens Imóveis da Rede de Proteção Social	Equipamento social reformado/conservado	unidade	0	0	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4456 - Promoção de Eventos para o Fortalecimento das Ações Afirmativas	Evento realizado	unidade	0	0	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4632 - Descentralização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	Atendimento realizado.	unidade	0	0	0,00	148.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4642 - Cofinanciamento de Benefícios Eventuais por Natalidade e Funeral	Atendimento realizado	unidade	0	0	0,00	459.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4654 - Regionalização de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	Atendimento Realizado.	unidade	0	0	0,00	792.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4655 - Regionalização de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - REG CREAS/MA	Atendimento realizado	unidade	0	0	0,00	1.060.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4667 - Garantia de Benefícios Eventuais Assistenciais Emergenciais	Pessoa assistida	unidade	0	0	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,19			0,24		0,48	

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeiras do programa indica o valor da Eficácia de 0,19 que na escala de valoração adotada é considerado Não Eficaz, quanto a sua Eficiência o mesmo obteve o índice de 0,48 considerado de Baixa Eficiência. Tal fato deu-se devido às ações que não foram plenamente executadas, pressionando a média para baixo. Entre elas estão as ações da UG 54.903 - Fundo Estadual de Assistência Social as quais foram remanejadas por meio, da Lei 10.213 de 09/03/2015, para a UG 15.903 - Fundo Estadual de Assistência Social.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social									
4696 - Bolsa Família - Escola	Aluno Atendido	unidade	1.239.190	79.443.922,00	64,11	1.239.190	58.443.859,00	47,16	0,74
4697 - Realização de Atividades Lúdicas Socioeducativas	Aluno Beneficiado	unidade	120	297.652,00	2.480,43	0	0,00	0,00	0,00
15903 - Fundo Estadual de Assistência Social									
3067 - Construção e Aparentamento da Rede de Proteção Social	Equipamento social construído/aparelhado	unidade	1	10.000,00	10.000,00	0	0,00	0,00	0,00

4297 - Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial de Alta Complexidade	Atendimento realizado	unidade	4.440	1.661.472,15	374,21	1.995	1.044.468,33	523,54	1,40
4309 - Capacitação dos Agentes, Gestores e Usuários da Política de Assistência Social	Pessoa capacitada	unidade	8.143	4.598.768,17	564,75	519	98.557,04	189,90	0,34
4424 - Isenção do Pagamento da Fatura de Energia Elétrica - Viva Luz	Família/indivíduo atendido	unidade	190.000	25.000.000,00	131,58	189.918	6.042.990,15	31,82	0,24
4425 - Isenção do Pagamento da Fatura de Água - Viva Água	Família/indivíduo atendido	unidade	77.000	24.000.000,00	311,69	76.669	21.637.459,25	282,22	0,91
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	4.148.272,47	0,00	0	1.056.082,66	0,00	0,00
4455 - Reforma e Conservação dos Bens Imóveis da Rede de Proteção Social	Equipamento social reformado/conservado	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4456 - Promoção de Eventos para o Fortalecimento das Ações Afirmativas	Evento realizado	unidade	3	100.000,00	33.333,33	0	0,00	0,00	0,00
4632 - Descentralização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	Atendimento realizado.	unidade	2.400	185.153,73	77,15	1.340	134.000,00	100,00	1,30
4642 - Cofinanciamento de Benefícios Eventuais por Natalidade e Funeral	Atendimento realizado	unidade	1.008	706.000,00	700,40	854	606.000,00	709,60	1,01
4654 - Regionalização de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	Atendimento Realizado.	unidade	133.185	1.202.000,00	9,03	48.000	355.500,00	7,41	0,82
4655 - Regionalização de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - REG CREAS/MA	Atendimento realizado	unidade	6.530	857.000,00	131,24	1.390	241.000,00	173,38	1,32
4667 - Garantia de Benefícios Eventuais Assistenciais Emergenciais	Pessoa assistida	unidade	1	5.000,00	5.000,00	0	0,00	0,00	0,00
54201 - Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão									
3066 - Construção e Aparelhamento das Unidades de Atendimento	Unidade de atendimento construída/equipada	unidade	0	7.385.002,00	0,00	0	982.730,49	0,00	0,00

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4292 - Execução de Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade	Adolescente atendido	unidade	0	9.480.176,75	0,00	3.443	9.427.208,58	2.738,08	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	1.125.651,13	0,00	0	1.095.225,13	0,00	0,00
54902 - Fundo Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente									
4633 - Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Entidade apoiada	unidade	0	600.000,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
54903 - Fundo Estadual de Assistência Social									
3067 - Construção e Aparentamento da Rede de Proteção Social	Equipamento social construído/aparelhado	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4297 - Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial de Alta Complexidade	Atendimento realizado	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4309 - Capacitação dos Agentes, Gestores e Usuários da Política de Assistência Social	Pessoa capacitada	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4424 - Isenção do Pagamento da Fatura de Energia Elétrica - Viva Luz	Família/indivíduo atendido	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4425 - Isenção do Pagamento da Fatura de Água - Viva Água	Família/indivíduo atendido	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4455 - Reforma e Conservação dos Bens Imóveis da Rede de Proteção Social	Equipamento social reformado/conservado	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4456 - Promoção de Eventos para o Fortalecimento das Ações Afirmativas	Evento realizado	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4632 - Descentralização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	Atendimento realizado.	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4642 - Cofinanciamento de Benefícios Eventuais por Natalidade e Funeral	Atendimento realizado	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4654 - Regionalização de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	Atendimento Realizado.	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4655 - Regionalização de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - REG CREAS/MA	Atendimento realizado	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4667 - Garantia de Benefícios Eventuais Assistenciais Emergenciais	Pessoa assistida	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					1.833,72		165,62	0,28	

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua Eficiência, apresentou o valor de 0,28 que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a Muito Eficiente, isto se deu em função da reforma administrativa a qual remanejou toda a dotação da UG 54.903 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para a UG 15903 de mesma denominação, através da Lei 10.213 de 09/03/2015, sendo esta responsável por toda execução do exercício de 2015. Conforme vimos no item 5.2 onde as médias de Eficácia e Eficiência obtiveram valores distorcidos em detrimento à não execução de algumas ações. Todavia se levarmos em consideração apenas as ações executadas pelas UGS 15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, 15903 - Fundo Estadual de Assistência Social, 54201 - Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão e 54902 - Fundo Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, teremos um valor para as médias apresentadas mais próximo do real.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Sim. O programa conseguiu garantir as necessidades básicas dos adolescentes, atendimento técnico especializado e melhorias do espaço físico da Unidade de Semiliberdade e expansão do atendimento com a implantação do anexo de internação (Sitio Nova Vida), além de assistir as famílias e indivíduos com políticas assistenciais, contribuindo assim com as diretrizes do programa.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Número de adolescentes atendidos é o indicador intermediário que teve seu desempenho satisfatório e alcançou um número superior ao esperado. Em 31/12/2015 - Esperado 1808 e apurado 3448 atendimentos aos adolescentes.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não há indicadores de desempenho socioeconômicos definidos no programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1 - Verificar a necessidade da existência de todas as ações visto que algumas não foram executadas; 2 - Fazer acompanhamento de forma regular no SISPCA da execução das metas físicas e financeira; 3 - Interação entre os órgãos setoriais responsáveis pela execução do mesmo, de modo que os resultado sejam maximizados.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0193 - Segurança Alimentar e Nutricional**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL 15000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social

UNIDADE EXECUTORA 15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES)

PROBLEMA Segundo dados da PNAD 2009, 64,6% da população maranhense encontram-se em situação de insegurança alimentar e nutricional, sem condições de acesso à alimentação adequada. Em 2010, cerca de 7% das crianças de 0 a 5 anos de idade do Estado do Maranhão encontravam-se em estado de desnutrição (SISVAN – 2010). O inquérito realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS em parceria com a Secretaria de Promoção das Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), UNICEF e Ministério da Saúde denominado “ Chamada Nutricional de crianças Quilombolas menores de cinco anos de idade” no ano de 2006, demonstrou que o índice de Insegurança Alimentar Nutricional é ainda maior nas comunidades quilombolas. A prevalência de formas crônicas de desnutrição identificadas pelo registro de déficits de crescimento (baixa altura para a idade) foi de 11,6%. Essa constatação redobra a responsabilidade do governo de enfrentar esta questão uma vez que somos o Estado com maior índice de territórios quilombolas. Explicar porque cerca de 4 milhões dos 6,57 milhões que constitui a população maranhense vivem a experiência da má alimentação nos remete a outros índices que dão ao Estado alguns dos piores indicadores da Federação como pode-se observar: 55,9% da população maranhense está em situação de pobreza, apenas Alagoas está acima desse percentual, destaca-se ainda que 25,5% da população maranhense encontra-se em situação de extrema pobreza (IPEA – 2010). Em relação ao PIB per capita, o Estado ocupa o 26º lugar no ranking da federação (IMESC – 2009). Com um IDH de 0,683, o nosso Estado se coloca no penúltimo lugar dentre os demais. Estes índices, que expressam uma grave situação de pobreza vivenciada pela nossa população, nos fazem compreender o baixo acesso da mesma aos alimentos. Outras informações que nos permitem entender as determinações da fome no Maranhão, referem-se à realidade agropecuária do Estado. O Censo 2006 diz que 91% do total das propriedades rurais pertencem aos agricultores familiares, no entanto, este elevado percentual de propriedades ocupa apenas 35 % da área agricultável do Estado, o que contribui para baixa produção e como consequência baixa acumulação de renda. Apesar de possuir 56% da rede hidrográfica do Nordeste para o uso da irrigação com culturas hortifrutícolas e para o desenvolvimento da criação de animais, esse potencial hídrico não é adequadamente aproveitado, ocasionado por políticas públicas tímidas relacionadas à infraestrutura básica (energia, estrada, material/equipamentos e insumos agrícolas). E como consequência, os

	agricultores familiares continuam trabalhando com as culturas de sequeiro, utilizando sistemas de produção e criação de animais defasados, contribuindo ao longo dos anos para a diminuição acentuada da produção e produtividade, além de favorecer o êxodo rural e consequentemente o aumento da ocupação urbana desordenada, dentre outros problemas sociais graves. O quadro apresentado acima, se agrava pela inexistência de estruturação dos sistemas locais de segurança alimentar e nutricional, em 79,0% dos municípios maranhense.					
OBJETIVO	Reduzir o índice de insegurança alimentar e nutricional do Estado.					
PÚBLICO ALVO	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	12.745.000,00	Atual	44.319.202,48	Variação	247,74

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O problema identificado continua atual, apesar de haver uma redução de 64,9% para 60,9% da população maranhense em situação de insegurança alimentar, o objetivo do programa é compatível com a solução do problema, o público alvo atende plenamente aos critérios estabelecidos no seu objetivo e as ações são suficientes para atender o objetivo definido no programa embora se faça necessária a inclusão de novas ações. Conforme afirma o órgão executor as metas físicas são pouco significativas para impactar fortemente o problema e assim alcançar o objetivo do programa. Quanto ao produto (bens e serviços) das ações as mesmas foram bem definidas, porém ao longo da execução foram alocadas outras atividades que não compatibilizam com o produto previamente definido. Foi prevista avaliação do programa pelos membros do Conselho de Política, visto que há uma determinação na Lei Estadual nº 10.152/2014 e também através da V Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, das Conferências Municipais, bem como a V Conferência Nacional de SAN. A política de segurança alimentar é intersetorial no entanto as suas ações são exclusivamente do Órgão. O programa conta com um corpo técnico qualificado contudo carece de infraestrutura e logística em quantidade e qualidade suficientes para sua plena execução.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

O Programa é gerenciado por meio da Secretaria Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional, cujo orçamento inicial foi insuficiente para atender ao programa considerando que outras operações foram incorporadas ao programa ao longo do exercício, mas com a suplementação o orçamento tornou-se suficiente para o cumprimento das ações planejadas. No que tange à liberação das cotas financeiras o programa foi prontamente atendido. Para melhor execução das ações foram estabelecidas parcerias institucionais com os seguintes órgãos: MDS, SEDUC, SES, SEPAC, SEMA, SETRI, SEDIPOP, SEMU, SEPLAN, SECTI, SAGRIMA, SAF, UEMA UFMA, MDA, SENAR, SESI, CEUMA, SEST, CAIXA, CRN. O programa conta com técnicos qualificados de nível superior, porém essa quantidade é insuficiente para execução plena das ações. Quanto à infraestrutura, logística e materiais e equipamentos há uma forte carência nestes itens o que muito dificulta a execução do programa.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo programa foram apresentados à instância superior, através de relatórios de gestão, sendo que para o alcance dos resultados foi imprescindível a participação de outros órgãos: SAGRIMA, SEMA, SEDUC, SEIR, SEDIPOP, SAF e SES. Os resultados alcançados estão em consonância com os objetivos setoriais do órgão. Com o intuito de medir a satisfação do beneficiário, foi elaborado um questionário de sondagem aplicado diretamente ao beneficiário. Quanto à participação social dos beneficiários os mesmos participaram de cursos de capacitação, avaliação nutricional e

palestras educativas. Fatores importantes contribuíram para o alcance dos resultados como a adesão municipal ao SISAN, a ampliação do atendimento dos equipamentos do SAN e entrega dos kit's para modernização das Centrais de Abastecimento da Agricultura familiar. Ressalta-se que entraves aconteceram como: equipe técnica reduzida, Infraestrutura e logística insuficientes e recursos orçamentários não suficientes para gerir o programa, o que contribuiu para que todas as metas físicas previstas em cada ação do programa não fossem plenamente alcançadas

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social											
3053 - Implantação de Projetos para Famílias em Situação de Vulnerabilidade Alimentar	Família atendida	unidade	6.005	0	0,00	5.000,00	10.605.762,46	9.560.000,00	9.560.000,00	0,90	0,00
4392 - Capacitação na Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa capacitada	unidade	150	320	2,13	40.000,00	40.000,00	39.999,75	39.999,75	1,00	2,13
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	200.000,00	1.024.098,02	745.334,50	721.502,40	0,70	0,00
4454 - Unidade de Fornecimento e Distribuição de Alimentos	Pessoa beneficiada	unidade	59.193	38.884	0,66	12.500.000,00	32.649.342,00	22.277.553,95	16.455.621,95	0,50	1,30
MÉDIA DO PROGRAMA					0,93					1,04	1,15

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O Programa atingiu segundo escala de valoração adotada para a Avaliação, um índice de 0,93 considerado ineficaz, quanto a eficiência o mesmo obteve a média de 1,15 que corresponde a muito eficiente. Esta distorção isto se deu em função da não execução da Ação 3053 - Implantação de Projetos para Famílias em Situação de Vulnerabilidade que obteve 0,00 tanto na eficácia quanto na eficiência e com isto contribuiu para redução da eficácia do programa. O aumento significativo do orçamento da Ação 4454 foi devido à inclusão do Programa Leite é Vida - Convênio nº 006/2013, oriundo da Secretaria de Estado da Saúde, cuja inclusão deu-se mediante Decreto Estadual nº 30.804 de 25.05.15, sendo republicado em julho do mesmo ano e foi aditivado na UG da SEDES em 31/08/2015. O recurso orçamentário só foi repassado em setembro de 2015. Este fato é citado pela SEDES como sendo atividade incorporada ao PPA, cujo produto não é retratado pelo produto já existente no PPA.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social									
3053 - Implantação de Projetos para Famílias em Situação de Vulnerabilidade Alimentar	Família atendida	unidade	6.005	10.605.762,46	1.766,16	0	9.560.000,00	0,00	0,00
4392 - Capacitação na Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa capacitada	unidade	150	40.000,00	266,67	320	39.999,75	125,00	0,47
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	1.024.098,02	0,00	0	721.502,40	0,00	0,00
4454 - Unidade de Fornecimento e Distribuição de Alimentos	Pessoa beneficiada	unidade	59.193	32.649.342,00	551,57	38.884	16.455.621,95	423,20	0,77
MÉDIA DO PROGRAMA						861,47		182,73	0,41

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O Programa obteve uma média de 0,41 sendo portanto Muito Eficiente considerando a escala de valores adotada para Avaliação de Custo do produto. A alta eficiência deu-se em virtude da execução das ações ação 4392 - Capacitação na Segurança Alimentar e Nutricional - teve um bom desempenho visto ter superado a meta com o mesmo valor orçamentário tendo um custo unitário reduzido comparado ao planejado - planejado 266,67 e executado 125,00, com mais do dobro da meta física e da ação 4454 - Unidade de Fornecimento e Distribuição de Alimentos que desenvolveu suas atividades mas não atingiu plenamente a meta planejada, em função da não liberação do recurso por parte do Ministério de Desenvolvimento Social.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Sim. O Programa implementou ações que contribuíram de forma significativas com a sua diretriz tais como: 1 - Ampliação do atendimento dos equipamentos de de SAN (Restaurantes Populares); 2 - Estruturação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos municípios; 3 - Entrega de dos Kit's para modernização das Centrais de Abastecimento da Agricultura Família.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foram formulados indicadores de desempenho intermediários definidos no programa

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não foram associados indicadores de desempenho socioeconômicos(Painei) definidos no programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

Tendo em vista o alto índice da população maranhense em situação de insegurança alimentar e nutricional, sem condições de acesso à alimentação adequada. Este programa precisa de ações mais eficazes inclusive de acompanhamento por meio de capacitação e informação com um maior número de pessoas com cursos que ofereçam sustentabilidade às famílias. Que seja feito um levantamento em parceria com as Prefeituras Municipais, priorizando os municípios de menor IDH e colocando no PPA com localizador de gasto direcionando o atendimento ao município planejado. Executar toda infraestrutura com contratos de longo prazo evidenciando a possibilidade quando for o caso. Inclusão de outras ações com seus produtos específicos, no que se refere ao Programa do Leite é Vida, dos Restaurantes Populares e dos Kit's para modernização das Unidades de Apoio à Distribuição dos Produtos da Agricultura familiar.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0173 - Sustentabilidade e Inovação no Maranhão - SIM**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	15000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social					
UNIDADE EXECUTORA	15112 - Gerência de Inclusão Socioprodutiva (GERENCIA)					
PROBLEMA	Famílias da zona rural abaixo da linha da pobreza sem oportunidade de aumentar a capacidade produtiva da unidade de produção e participar das ações das políticas públicas de inclusão social.					
OBJETIVO	Promover a inclusão socioprodutiva das populações rural e urbana situada abaixo da linha de pobreza.					
PÚBLICO ALVO	Famílias residentes na zona rural e urbana.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	18.056.337,00	Atual	18.645.416,25	Varição	3,26

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O objetivo do programa continua atual, corretamente definido e compatível com a solução do problema embora o Estado do Maranhão ainda continue com elevados índices de pobreza, principalmente na zona rural. No que se refere à suficiência das ações, como o programa é intersetorial há divergências na aplicação deste item, a SAF considera as ações suficientes enquanto que a SEDES relata que é necessário um conjunto de ações mais amplo. No que tange às metas físicas segundo afirmação da SEDES, não expressam bem o produto, havendo necessidade de ampliação das mesmas, enquanto que a SAF considera que as metas físicas são suficientes, conclui-se que esta divergência se dá em função da executora do programa ser a Secretaria de Desenvolvimento Social a qual vislumbra o cenário como um todo. O programa recebe avaliação tanto do Conselho de política e do público alvo que se manifesta por ocasião de Conferências Territoriais e Regionais do Desenvolvimento Rural Sustentável. Com a criação da Secretaria de Agricultura, por meio da Medida Provisória nº 187 de 02/01/2015, programa passou a ser executado pela I SEDES/GISP e SAF.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Quanto à implementação/execução do programa a autonomia gerencial é feita através da delegação de competências às Superintendências e seus Departamentos submetendo à apreciação do Secretário. O orçamento não foi suficiente para atender ao programa, tendo necessidade de realizar suplementação orçamentária, entretanto a mesma só ocorreu em outubro/2015, impossibilitando a plena execução das ações do programa. Foram feitas parcerias com o Programa Nacional de Crédito Fundiário e com a Secretaria de Ordenamento Agrário do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. A Ação 4333 - Fortalecimento de Cadeias Produtivas contou com a parceria das Prefeituras Municipais para identificação do público alvo. Com relação ao

número de técnicos qualificados o programa possui 20 pessoas da GISP/SEDES dedicadas exclusivamente ao programa e 22 pessoas da SAF, contou com materiais e equipamentos qualificados, mas são necessárias melhorias na logística como ampliação na frota de veículos para favorecimento da execução das atividades. As cotas financeiras não foram liberadas no que refere à fonte (0122) esta não foi contemplada no cronograma de liberação de cotas.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo programa foram submetidos aos superiores por meio de reuniões periódicas com Secretários de Estado, visitas in loco, relatórios, reuniões internas. Os mesmos foram potencializados por meio das ações propostas no programa e executadas pelas Unidades Gestoras responsáveis. O atraso na suplementação, que ocorreu só em outubro, inviabilizou a execução de algumas ações, impossibilitando assim o alcance das metas físicas no exercício orçamentário. Quanto à participação social foram realizadas reuniões locais com beneficiários do programa e representantes da Secretaria, entretanto não houve pesquisa de satisfação endereçada ao público alvo para aferir a eficiência do programa. Alguns fatores contribuíram para o alcance do resultado como: equipe técnica comprometida e suficiente, apoio das instâncias superiores com aproximação do órgão desconcentrado ao órgão central, viabilização de parcerias, interatividade com o público alvo, fortalecimento institucional da Secretaria com sua vinculadas possibilitando uma visão estratégica em comum para o alcance de resultados mais efetivos na agricultura familiar. Alguns entraves dificultaram a execução do programa como: mudanças ocorridas no órgão responsáveis pela gestão e execução do programa, contingenciamento de recursos no primeiro semestre, demora na realização de suplementação, infraestrutura deficiente e entraves técnicos no monitoramento dos projetos que retardaram ou inviabilizaram a execução das ações.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	8.073.337,00	6.266.927,00	5.066.913,63	5.029.997,67	0,80	0,00
4666 - Viva Oportunidade	atendimento realizado	unidade	5.800	0	0,00	5.803.000,00	5.006.259,00	6.258,49	0,00	0,00	0,00

15112 - Gerência de Inclusão Socioprodutiva

4333 - Fortalecimento de Cadeias Produtivas	Família beneficiada	unidade	500	0	0,00	1.562.000,00	2.522.400,00	792.468,00	90.000,00	0,04	0,00
4334 - Fortalecimento da Sustentabilidade de Empreendimentos Comunitários	Família beneficiada	unidade	1.285	278	0,22	10.000,00	3.892.244,25	668.011,88	623.741,69	0,16	1,35
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	2.461.000,00	945.605,00	935.152,97	819.830,23	0,87	0,00
4480 - Apoio às Ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNFC	Projeto de assentamento atendido	unidade	0	0	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4651 - Capacitação para a Inclusão Socioprodutiva	Pessoas atendidas	unidade	0	0	0,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

61101 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

4480 - Apoio às Ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNFC	Projeto de assentamento atendido	unidade	130	127	0,98	0,00	11.981,00	11.777,00	11.777,00	0,98	0,99

MÉDIA DO PROGRAMA

0,20

0,47

0,39

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O programa possui ações definidas em 3(três) Unidades Gestoras. SEDES/GISP e SAF. O quadro demonstra a que somente 2 ações 4334- Fortalecimento da Sustentabilidade de Empreendimentos Comunitários e a ação 4480 Apoio às Ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNF, foi plenamente executada na UG 61101 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar, visto que esta foi remanejada da UG 15101 conforme a Lei nº 10.213 de 09/03/2015. O programa não foi eficaz obtendo média de 0,20 e obteve uma baixa eficiência no valor de 0,39, conforme escala de valoração adotada para a avaliação.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social									
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	6.266.927,00	0,00	0	5.029.997,67	0,00	0,00
4666 - Viva Oportunidade	atendimento realizado	unidade	5.800	5.006.259,00	863,15	0	0,00	0,00	0,00
15112 - Gerência de Inclusão Socioproductiva									
4333 - Fortalecimento de Cadeias Produtivas	Família beneficiada	unidade	500	2.522.400,00	5.044,80	0	90.000,00	0,00	0,00
4334 - Fortalecimento da Sustentabilidade de Empreendimentos Comunitários	Família beneficiada	unidade	1.285	3.892.244,25	3.028,98	278	623.741,69	2.243,68	0,74
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	945.605,00	0,00	0	819.830,23	0,00	0,00
4480 - Apoio às Ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNFC	Projeto de assentamento atendido	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4651 - Capacitação para a Inclusão Socioproductiva	Pessoas atendidas	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
61101 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar									
4480 - Apoio às Ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNFC	Projeto de assentamento atendido	unidade	130	11.981,00	92,16	127	11.777,00	92,73	1,01
MÉDIA DO PROGRAMA					1.504,85		389,40		0,29

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O programa teve um índice de valor 0,29 que na escala de valoração adotada para esta avaliação corresponde a muito eficiente. Considerando que as ações 4666 - Viva Oportunidade e 4651 - Capacitação para a Inclusão Socioprodutiva não foram executadas, percebe-se que as mesmas contribuíram para uma certa distorção nas médias da eficiência do programa. Contudo, se a eficiência fosse medida somente pelas ações que plenamente foram realizadas: Ação 4334 Fortalecimento da Sustentabilidade de Empreendimentos Comunitários - e a ação 4480 - Apoio às Ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNFC, a eficiência seria menor do que o apurado. Enquanto que a ação 4333 - Fortalecimento de Cadeias Produtivas realizou todo procedimento, mas não alcançou meta alguma, prejudicando a eficiência do mesmo. Lembramos ainda que a ação 4480 - Apoio às Ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNFC, não obteve execução na UG 15112 - Gerência de Inclusão Socioprodutiva por conta da Reforma Administrativa.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Este programa foi considerado com baixa eficiência não contribuindo para a execução da diretriz do PPA associada ao programa. Em 2015 não houve nenhuma obra acabada.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foram formulados os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não foram associados indicadores de desempenho socioeconômicos(Painei) definidos no programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

Que os três órgãos adotem um modelo de avaliação único capaz de retratar toda a situação do programa. Um acompanhamento das Prefeituras Municipais no sentido de colaborar na execução do problema, levantando dados precisos no município ou seja participação efetiva dos gestores municipais. Maior interação entre os órgãos responsáveis pela execução das ações, visto ser um programa intersetorial. O programa bem executado contribuirá significativamente para a redução do déficit da pobreza no Estado.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0548 - Erradicação do Analfabetismo**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	17000 - Secretaria de Estado da Educação					
UNIDADE EXECUTORA	17101 - Secretaria de Estado da Educação (SEDUC)					
PROBLEMA	Alto índice de analfabetismo no Estado do Maranhão.					
OBJETIVO	Alfabetizar crianças e adolescentes matriculados na educação básica e todas as pessoas acima de 15 anos.					
PÚBLICO ALVO	Alunos da educação básica e analfabetos fora da escola.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	570.000,00	Atual	10.458.899,54	Variação	1.734,89

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Erradicar o analfabetismo

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Taxa de Analfabetismo na população de 15 anos ou mais.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de Analfabetismo na População de 15 anos ou mais	Percentual	2013	19,9	5,00	4,90

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O problema identificado em relação à situação analisada continua atual. A grave situação do analfabetismo no Estado é demonstrada pelo índice apurado em 2013 e apresentado no quadro de indicadores, cujo valor foi de 19,9% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC). Apesar do tímido crescimento, mantém-se acima da média regional, que, no mesmo, ano foi de 16,6. A implementação de políticas públicas estaduais mais efetivas e/ou, ainda, maior eficiência na aplicação dos recursos vinculados aos programas e políticas federais, tornam-se necessárias. No exercício de 2015, foram iniciadas ações fortalecedoras da alfabetização e para reversão do índice negativo encontrado, a partir dos eixos estruturantes propostos pela macropolítica de Educação – Programa Escola Digna. O objetivo do programa pode ser considerado compatível com a solução do problema. Entretanto a aplicação da metodologia foi readequada, com a adoção de ações compartilhadas, implementadas através do Programa Escola Digna. Buscou-se atuar de forma mais efetiva no atendimento aos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – tiveram índice geral de 0,529 a 0,443 em 2010 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD) –, priorizando as políticas governamentais, como o Plano Mais IDH, e a busca pelas metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação- PEE. O público alvo (beneficiários) está corretamente caracterizado e delimitado mas as ações não foram suficientes para atender o objetivo do programa. Portanto novas ações foram inseridas no programa, considerando as propostas da atual gestão. No entanto, essas ações precisam ser revistas para melhor alcance dos resultados. As metas físicas que expressam o produto (bens e serviços) entregáveis ao público alvo continuam não sendo suficientes e necessárias para alcançar o objetivo do programa. Considerando-se o atendimento ao longo dos anos que antecedeu ao exercício avaliado, sugere-se uma reanálise do déficit atual. Os produtos (bens e serviços) das ações foram bem definidos para mensuração das metas. Foi prevista a avaliação do programa pelos membros do Conselho de Política associada ao setor, contando com o apoio do Conselho Estadual de Educação e com contrapartida de recursos federais.

O programa utilizou subtítulos em suas ações para localização dos gastos no estado do Maranhão.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Existe autonomia gerencial institucionalizada especificamente para o programa através da Secretaria Adjunta de Ensino, que elabora, desenvolve e acompanha as ações voltadas ao atendimento do programa. O orçamento inicial aprovado destinado ao programa foi insuficiente para o cumprimento das metas previstas e atendimento das demandas do Programa. O orçamento ao final da execução (Lei + Crédito) foi suficiente para o cumprimento das metas realizadas. As cotas financeiras foram liberadas em conformidade com o previsto na programação orçamentária aprovada. Foram formalizadas parcerias institucionais junto à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDHIPOP) em cooperação com o Movimento dos Sem Terra (MST) e Secretarias Municipais de Educação para atendimento aos municípios de menor IDH.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados pelo programa foram potencializados por ações de programas de outros órgãos setoriais ou entidades vinculadas. A exemplo do “Sim, Eu Posso”, que teve suas ações vinculadas ao atendimento do programa avaliado no exercício de 2015, contou com a participação e apoio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular - SEDHIPOP e da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Houve participação social dos beneficiários (público alvo) do programa durante a sua execução através de ações específicas do “Sim, Eu Posso”; houve participação do Movimento dos Sem Terra – MST, que participou das atividades desenvolvidas. Foi realizada pesquisa de satisfação junto aos beneficiários (público alvo), através da aplicação de questionários elaborados pelos coordenadores, a partir dos relatos dos professores sobre os trabalhos realizados, dentre eles, o nível de satisfação da comunidade escolar e as imposições geradas pelas dificuldades apresentadas em cada município. Os resultados alcançados pelo programa estão em consonância com os objetivos setoriais do órgão e entidades vinculadas. Fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa: Acompanhamento e monitoramento das ações através das supervisões responsáveis; Assessorias pedagógicas realizadas com frequência adequada; e Qualidade da formação e orientação para os professores e coordenadores. Os Principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados do programa foram: falta de acompanhamento in loco nos municípios; Não cumprimento das responsabilidades específicas de alguns municípios acerca do projeto, gerando dificuldades na formação dos professores e coordenadores de seu município, e até desistência do projeto sem justificativa oficial à SEDUC; tempo insuficiente para a realização do projeto, já que as atividades com os estudantes foram efetivamente iniciadas somente em junho, e alguns municípios estiveram em estado de greve. Os resultados gerados pelo programa foram submetidos à apreciação às instâncias superiores de decisão do órgão, apresentados através de relatórios. A meta física prevista para cada ação do programa foi cumprida.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
17101 - Secretaria de Estado da Educação											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4487 - Combate ao Analfabetismo Absoluto	Pessoa alfabetizada	unidade	57.962	45.005	0,78	420.000,00	10.458.899,54	2.418.307,46	2.403.145,52	0,23	3,38
4657 - Alfabetização no Ensino Fundamental	Aluno alfabetizado	unidade	6.200	4.270	0,69	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,73					0,11	1,69

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

No desenvolvimento da meta física o programa não foi eficaz, apresentando um desempenho de 0,73 contrariamente ao desempenho financeiro 1,69 considerado muito eficiente. O papel necessário para êxito do programa é o compartilhamento das ações e atividades inerentes à cada grupo. No entanto parte-se do pressuposto que o acompanhamento e monitoramento de outros setores que não efetivamente ligados à essa atividade, contribuísssem para uma melhoria dos índices apresentados, destarte o apoio financeiro e o monitoramento dos recursos envolvidos em sua implementação e por fim o acompanhamento final e sua representatividade comparada aos índices Regionais e Nacional

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
17101 - Secretaria de Estado da Educação									
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4487 - Combate ao Analfabetismo Absoluto	Pessoa alfabetizada	unidade	57.962	10.458.899,54	180,44	45.005	2.403.145,52	53,40	0,30
4657 - Alfabetização no Ensino Fundamental	Aluno alfabetizado	unidade	6.200	0,00	0,00	4.270	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA						90,22		26,70	0,15

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

De acordo com a metodologia estabelecida de escala de valoração, há uma evidência objetiva na execução do Programa caracterizada como média eficiência verificada de 0,15. No atendimento ao público alvo por meio da ação 4487, é possível verificar um maior dispêndio na execução da mesma, cabendo entretanto uma melhor verificação - através de pesquisas - quanto ao atendimento de qualidade, para que este possa melhorar o resultado final do programa. O custo unitário médio programado do programa é de R\$ 90,22 enquanto o executado, por alguma razão foi bem inferior (26,70), não se possuindo elementos/parâmetros que propiciem a análise qualitativa dessa redução.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa e esta perfeitamente alinhado com a Diretriz de Governo, podendo-se afirmar que a universalização do atendimento através dos programas de alfabetização, visando reduzir o analfabetismo tanto na população jovem quanto na adulta; a implementação de ações de apoio e fortalecimento ao programa de Erradicação do Analfabetismo por meio de novos projetos; e, o fortalecimento do regime de colaboração com os municípios por meio das ações de formação promovidas pelo corpo técnico da SEDUC são fatores que devem ser considerados nessa perspectiva.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa. Há inconsistência nos dados informados do indicador intermediário. A Taxa de Analfabetismo na população de 15 anos ou mais apresentada encontra-se abaixo (16,6%) da regional que é de 19,9% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC). Apesar do tímido crescimento, deve-se buscar alcançar resultados melhores. Para tanto deve-se buscar metodologias efetivas de redução dos índices de analfabetismo que ainda são expressivos no Estado.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painei) definidos no programa. Há inconsistência nos dados informados do indicador de desempenho. A readequação do programa com a adoção de ações compartilhadas, implementadas através do Programa Escola Digna com a utilização de indicadores que representem a real e efetiva situação do analfabetismo o que favorece a melhoria dos resultados.. Para o exercício de 2015, buscou-se atuar de forma mais efetiva no atendimento aos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, priorizando as políticas governamentais, como o Plano Mais IDH, e a busca pelas metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação- PEE.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O Programa foi excluído na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, em consequência de um redirecionamento dado pelo Órgão executor em atendimento às propostas do atual governo para a Política Educacional, visando a melhoria na gestão educacional e a elevação dos indicadores dos sistemas de ensino, pautadas pela Macropolítica de Educação – Programa Escola Digna, com a finalidade de adequação das condições estruturais das escolas com adaptação das instalações físicas, hidráulicas e elétricas, assegurando o atendimento digno aos membros da comunidade escolar, que passam a contar com espaços mais salubres, ventilados e iluminados para as práticas de ensino e aprendizagem. Contudo, foi criado para o Plano Plurianual 2016-2019 o Programa Escola Digna, agregando as atividades do programa avaliado. A reformulação feita visa dar um gerenciamento mais eficaz e eficiente na execução dos programas, através da metodologia adotada na construção do Plano, sendo necessário atender aos seguintes requisitos básicos: atender uma demanda da sociedade, resolver um problema e justificar um investimento.

0549 - GARANTIA DO ACESSO À ESCOLA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	17000 - Secretaria de Estado da Educação					
UNIDADE EXECUTORA	17101 - Secretaria de Estado da Educação (SEDUC)					
PROBLEMA	Alta taxa da população sem atendimento escolar.					
OBJETIVO	Universalizar acesso, permanência e sucesso escolar dos estudantes da educação básica, em especial no ensino médio no meio rural.					
PÚBLICO ALVO	Pessoas em idade escolar.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	39.859.113,00	Atual	107.139.665,30	Variação	168,80

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Garantir a Qualidade do Ensino e Incentivar as Atividades de Esporte

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Taxa de atendimento escolar da população de 7 a 14 anos

Taxa de atendimento escolar da população de 15 a 17 anos

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de Atendimento Escolar da População de 7 a 14 anos	Percentual	2014	94,4	95,8	92,9
Taxa de Atendimento Escolar da População de 15 a 17 anos	Percentual	2014	84,5	83,6	80,6

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O problema identificado em relação à situação analisada continua atual. O objetivo do programa ainda pode ser considerado compatível com a solução do problema. O público alvo (beneficiários) não está corretamente caracterizado e delimitado. A Ação de Expansão e Melhoria da Infraestrutura apresentou como produto, sala de aula construída. No entanto, vinculada à mesma ação, estavam descritas despesas como reforma e aparelhamento das escolas. As ações foram suficientes para atender o objetivo do programa e as expectativas previstas para o exercício foram alcançadas, considerando as melhorias na infraestrutura das escolas, garantindo reformas e ampliações da estrutura para atendimento ao Ensino Médio.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Existe autonomia gerencial institucionalizada especificamente para o programa, uma vez que a SEDUC, através da Secretaria Adjunta de Apoio ao Sistema Educacional – SASSE, por meio da Superintendência de Engenharia – SE, realiza a elaboração dos projetos, contratação de empresas, acompanhamento e fiscalização, e, por meio da Supervisão de Transporte Escolar - STE, realiza o acompanhamento das ações voltadas ao atendimento do Transporte Escolar das modalidades Indígena e Regular de Ensino. O orçamento inicial aprovado destinado ao programa não foi suficiente para o cumprimento das metas previstas. No entanto, suficiente para as ações do Centro Integrado Rio Anil -CINTRA/Fundação Nice Lobão -FNL. O orçamento ao final da execução (Lei + Crédito) foi suficiente para o cumprimento das metas realizadas. As cotas financeiras não foram liberadas conforme previsto na

programação orçamentária aprovadas, ocorrendo alguns atrasos. Foram formadas parcerias institucionalmente para implementação do programa, com as ações de infraestrutura dos prédios escolares foram realizadas parcerias institucionais com a Secretaria de Estado de Infraestrutura (SINFRA). A criação do PEATE - Programa de Apoio ao Transporte Escolar, cujo objetivo é atender aos municípios que possuem estudantes matriculados na zona rural, complementando o Programa Federal, possibilitou melhorias significativas. As metas físicas que expressam o produto (bens e serviços) entregáveis ao público alvo continuam suficientes e necessárias para alcançar o objetivo do programa. Entretanto o programa necessitava de uma revisão para o exercício de 2015, uma vez que o público alvo e produtos entregáveis aos beneficiários, sobretudo, na expansão e melhoria da infraestrutura, não estavam bem caracterizados.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo programa foram submetidos à apreciação das instâncias superiores de decisão do órgão através da apresentação de relatórios de acompanhamento. Os resultados alcançados pelo programa foram potencializados por ações de programas de outros órgãos setoriais ou entidades vinculadas. Houve participação social dos beneficiários (público alvo) do programa durante a sua execução e foi realizada pesquisa de satisfação sobre os resultados do programa. Os resultados alcançados pelo programa estão em consonância com os objetivos setoriais do órgão e entidades vinculadas. Fatores críticos de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa: Priorização do atendimento das demandas recebidas; participação dos municípios na adesão ao PEATE - Programa de Apoio ao Transporte Escolar e a implementação do mesmo, que garantiu a ampliação no atendimento aos estudantes da Rede Estadual residentes na zona rural, e a compatibilização do calendário escolar às atividades planejadas para o ano letivo, participação efetiva dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas atividades-extraclasse desenvolvidas. Contribuições dadas pelos resultados do programa em atendimento das orientações estratégicas de governo (Diretrizes): melhoria da infraestrutura da Rede Estadual de Ensino, promovendo o atendimento digno ao estudante.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
17101 - Secretaria de Estado da Educação											
3084 - Expansão e Melhoria da Infraestrutura	Sala de aula construída	unidade	212	499	2,35	22.937.025,00	85.169.885,30	54.797.897,22	21.674.912,58	0,25	9,25
4270 - Transporte Escolar	Aluno assistido	unidade	939.059	519.621	0,55	15.462.000,00	20.385.508,00	19.708.352,35	18.259.752,35	0,90	0,62
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	100.000,00	216.864,00	131.409,50	131.409,50	0,61	0,00
17203 - Fundação Nice Lobão											
4668 - Implementação das Ações Pedagógicas e Educacionais no Ensino Fundamental	Aluno assistido	unidade	2.900	2.790	0,96	580.088,00	580.088,00	406.479,44	347.479,44	0,60	1,61
4669 - Implementação das Ações Pedagógicas e Educacionais no Ensino Médio	Aluno assistido	unidade	2.800	2.623	0,94	780.000,00	787.320,00	374.295,61	370.195,61	0,47	1,99
MÉDIA DO PROGRAMA					1,20					0,71	3,37

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia, apresentou o índice de 1,20, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação revela a eficácia do programa. Enquanto que, na relação entre a meta física e financeira o índice obtido foi de 3,37 na escala de valoração considerado muito eficiente. Das três ações executadas pelo Programa, somente a ação 3084, superou a meta programada e teve uma

execução física de 9,25. enquanto que a ação 4270-Transporte Escolar teve 0,62. O Programa, mesmo tendo duas ações que não foram executadas dentro do previsto, surtiu efeito sobre o público alvo. Na parte de infraestrutura, mesmo tendo execução abaixo do esperado, mas as construções/ampliações, reformas/adequações que ocorreram, produziram um impacto social sobre o público alvo, por serem de caráter emergencial, devido as precárias situações encontradas nas escolas públicas e até mesmo a falta de escolas em diversos municípios do Estado.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
17101 - Secretaria de Estado da Educação									
3084 - Expansão e Melhoria da Infraestrutura	Sala de aula construída	unidade	212	85.169.885,30	401.744,74	499	21.674.912,58	43.436,70	0,11
4270 - Transporte Escolar	Aluno assistido	unidade	939.059	20.385.508,00	21,71	519.621	18.259.752,35	35,14	1,62
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	216.864,00	0,00	0	131.409,50	0,00	0,00
17203 - Fundação Nice Lobão									
4668 - Implementação das Ações Pedagógicas e Educacionais no Ensino Fundamental	Aluno assistido	unidade	2.900	580.088,00	200,03	2.790	347.479,44	124,54	0,62
4669 - Implementação das Ações Pedagógicas e Educacionais no Ensino Médio	Aluno assistido	unidade	2.800	787.320,00	281,19	2.623	370.195,61	141,13	0,50
MÉDIA DO PROGRAMA					100.561,92			10.934,38	0,71

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Pela escala de valoração adotada, constata-se a ocorrência de uma Média Eficiência (= 0,51 a 0,99) no tocante à execução do Programa (0,71) comparando Executado x Planejado e um custo unitário de R\$ 10.934,38 . É possível verificar um menor dispêndio na execução da ação 3084 (0,11), cabendo aí uma melhor verificação quanto ao atendimento de qualidade bem como quanto à metodologia definida, para que não venha afetar os resultados finais do programa.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Buscou-se alcançar uma sensível melhoria da infraestrutura da Rede Estadual de Ensino, promovendo o atendimento digno ao estudante e a implementação do PEATE - Programa de Atendimento ao Transporte Escolar, garantiu a ampliação no atendimento aos estudantes da Rede Estadual residentes na zona rural, bem como propiciou a participação efetiva dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas atividades extraclasse desenvolvidas.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

As taxas de atendimento escolar da população de 7 a 14 anos, bem como a taxa de atendimento escolar da população de 15 a 17 anos, estiverem dentro dos parâmetros educacionais aceitáveis e a tendência é de sensíveis melhorias.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Paine

Os resultados alcançados buscaram garantir qualidade dos processos de ensino x aprendizagem, universalizando o acesso às atividades discentes e docentes com fortalecimento das práticas pedagógicas e o incentivo às atividades esportivas.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O Programa foi excluído na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, em consequência de um redirecionamento dado pelo Órgão executor em atendimento às propostas do atual governo para a Política Educacional, visando a melhoria na gestão educacional e a elevação dos indicadores dos sistemas de ensino, pautadas pela Macropolítica de Educação – Programa Escola Digna, com a finalidade de adequação das condições estruturais das escolas com adaptação das instalações físicas, hidráulicas e elétricas, assegurando o atendimento digno aos membros da comunidade escolar, que passam a contar com espaços mais salubres, ventilados e iluminados para as práticas de ensino e aprendizagem. Contudo, foi criado para o Plano Plurianual 2016-2019 o Programa Escola Digna, agregando as atividades do programa avaliado. A reformulação feita visa dar um gerenciamento mais eficaz e eficiente na execução dos programas, através da metodologia adotada na construção do Plano, sendo necessário atender aos seguintes requisitos básicos: atender uma demanda da sociedade, resolver um problema e justificar um investimento.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0550 - Melhoria da Gestão Educacional**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	17000 - Secretaria de Estado da Educação
UNIDADE EXECUTORA	17101 - Secretaria de Estado da Educação (SEDUC)
PROBLEMA	Alta fragilidade na gestão do sistema estadual de ensino.
OBJETIVO	Assegurar condições físicas, materiais, humanas e financeiras para que o sistema de ensino desenvolva competência técnico-pedagógica, com vistas à elevação da produtividade do sistema Educacional, observando os princípios da gestão democrática.
PÚBLICO ALVO	Servidores e gestores do sistema estadual de educação.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	128.411.531,00	Atual	177.219.262,03	Variação	38,01

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Garantir a Qualidade do Ensino e Incentivar as Atividades de Esporte

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Taxa de Abandono no Ensino Fundamental da Rede Estadual

Taxa de Abandono no Ensino Médio da Rede Estadual

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de Abandono no Ensino Fundamental da Rede Estadual	Percentual	2014	3,90	2,90	3,20
Taxa de Abandono no Ensino Médio da Rede Estadual	Percentual	2014	10,5	5,00	9,0

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O problema identificado em relação à situação analisada continua atual, no entanto foram tomadas medidas de correção ao longo do ano através do fortalecimento da gestão democrática e participativa. Conjuntamente a isto, foram realizados os processos de regularização das escolas sem registro no Conselho Estadual de Educação – CEE e garantido o apoio financeiro para manutenção e funcionamento adequado das escolas. O objetivo do programa é compatível com a solução do problema. O público alvo (beneficiários) está corretamente caracterizado e delimitado no escopo do programa, assim como as ações foram suficientes para atender o objetivo do mesmo. O estabelecimento das metas físicas que expressam o produto (bens e serviços) entregáveis ao público alvo são suficientes e definidos para mensuração das metas. Foi prevista uma avaliação do programa pelos membros do Conselho de Política associada ao setor bem como por representações do público alvo, que decorreu do processo de eleição dos gestores escolares.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Existe autonomia gerencial institucionalizada especificamente para a execução do programa que são gerenciadas pela Unidade Gestora de Atividade Meio - UGAM, enquanto as atividades finalísticas são amparadas pela Secretaria Adjunta de Ensino. Foram formadas parcerias institucionais para implementação do programa, sobretudo pela celebração de convênios com a União, especificamente com os Ministérios da Educação e dos Esportes. O

programa não contou com equipe técnica qualificada em número suficiente para coordenação das ações e com dedicação exclusiva para sua execução. O monitoramento e acompanhamento de algumas ações ficaram comprometidos em alguns momentos pela grande quantidade de demandas absorvidas, tendo em vista o considerável número de municípios atendidos, sendo necessário o seu redimensionamento. O programa não dispôs tempestivamente de materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficientes para sua implantação havendo necessidade de redimensionamento para atendimento de todas as demandas. Em termos quantitativos, o orçamento inicial aprovado destinado ao programa não foi suficiente para o cumprimento das metas previstas que estão vinculadas ações de apoio às escolas por meio da garantia de pagamento de despesas contínuas. Entretanto o orçamento ao final da execução (Lei + Crédito) foi suficiente para o cumprimento das metas realizadas, sendo necessário o remanejamento de recursos de algumas ações.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo programa foram submetidos à apreciação às instâncias superiores de decisão do órgão através de relatórios de acompanhamento. Houve participação social dos beneficiários (público alvo) do programa durante a sua execução sobretudo na população residente na zona rural e pelo apoio na coleta de informações que subsidiaram o censo escolar. Foi realizada pesquisa de satisfação junto aos beneficiários (público alvo) e os resultados alcançados pelo programa estão em consonância com os objetivos setoriais do órgão e entidades vinculadas. Os Fatores críticos de sucesso que contribuíram para o alcance dos resultados do programa foram: A priorização das ações e busca pelo atendimento dos programas federais; ações conjuntas e parcerias no apoio e execução das metas; e planejar as atividades com os alunos, acompanhamento e análise dos resultados e envolvimento de todo o corpo docente para atingir os objetivos propostos e melhor desenvolvimento das ações. Enquanto que, os entraves enfrentados para o alcance dos resultados do programa: redução dos recursos inicialmente aprovados, sobretudo nas ações finalísticas, sugerindo o redimensionamento das atividades; débitos do exercício anterior relacionadas às despesas contínuas das unidades escolares; e, escassez de recursos para aquisição de materiais destinados ao desenvolvimento das atividades, ocasionando adaptações e busca de outras alternativas para executá-las.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
17101 - Secretaria de Estado da Educação											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	3.846.880,00	16.507.102,00	10.441.010,32	5.571.324,32	0,34	0,00
4482 - Apoio e Desenvolvimento da Gestão Educacional	Escola assistida	unidade	897	804	0,90	625.000,00	424.765,00	422.653,00	422.653,00	1,00	0,90
4658 - Manutenção e Funcionamento das Escolas do Ensino Fundamental	Escola beneficiada	unidade	1.705	1.311	0,77	36.665.195,00	52.910.848,00	48.805.536,18	47.558.968,02	0,90	0,86
4659 - Manutenção e Funcionamento das Escolas do Ensino Médio	Escola beneficiada	unidade	3.220	2.653	0,82	53.497.795,00	78.346.098,00	73.803.727,83	71.311.391,29	0,91	0,91
4662 - Apoio e Desenvolvimento da Gestão Educacional do Ensino Fundamental	Escola assistida	unidade	482	964	2,00	22.383.361,00	19.154.778,19	17.839.993,70	15.849.852,95	0,83	2,42
4665 - Apoio e Desenvolvimento da Gestão Educacional do Ensino Médio	Escola assistida	unidade	722	680	0,94	11.383.300,00	9.865.670,84	9.340.541,11	8.662.506,11	0,88	1,07
17203 - Fundação Nice Lobão											
4615 - Qualificação Profissional dos Profissionais da Fundação Nice Lobão	Trabalhador qualificado	unidade	45	0	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,91					0,81	1,03

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Pela metodologia aplicada, a avaliação efetuada entre a relação da meta física planejada e executada que definem relação à programação dos produtos (bens ou serviços), o índice alcançado foi de 0,91 corresponde a Não Eficácia. Enquanto que, na avaliação realizada na relação entre a meta física e financeira do programa, o índice obtido foi de 1,03 que na escala de valoração considerado Muito Eficiente. O desempenho do programa quanto a eficácia foi prejudicado, em função de não ter sido executada a ação 4615 - Qualificação Profissional dos Profissionais da Fundação Nice Lobão e nas demais ações a meta planejada não foi executada dentro da totalidade, com exceção da ação 4662 - Apoio e Desenvolvimento da Gestão Educacional do Ensino Fundamental que inclusive superou a meta planejada.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
17101 - Secretaria de Estado da Educação									
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	16.507.102,00	0,00	0	5.571.324,32	0,00	0,00
4482 - Apoio e Desenvolvimento da Gestão Educacional	Escola assistida	unidade	897	424.765,00	473,54	804	422.653,00	525,69	1,11
4658 - Manutenção e Funcionamento das Escolas do Ensino Fundamental	Escola beneficiada	unidade	1.705	52.910.848,00	31.032,76	1.311	47.558.968,02	36.276,86	1,17
4659 - Manutenção e Funcionamento das Escolas do Ensino Médio	Escola beneficiada	unidade	3.220	78.346.098,00	24.331,09	2.653	71.311.391,29	26.879,53	1,10
4662 - Apoio e Desenvolvimento da Gestão Educacional do Ensino Fundamental	Escola assistida	unidade	482	19.154.778,19	39.740,20	964	15.849.852,95	16.441,76	0,41
4665 - Apoio e Desenvolvimento da Gestão Educacional do Ensino Médio	Escola assistida	unidade	722	9.865.670,84	13.664,36	680	8.662.506,11	12.738,98	0,93

17203 - Fundação Nice Lobão

4615 - Qualificação Profissional dos Profissionais da Fundação Nice Lobão	Trabalhador qualificado	unidade	45	10.000,00	222,22	0	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					18.244,03			15.477,14	0,79

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O índice obtido na avaliação de custo do programa foi de 0,79 que na escala de valoração corresponde a média eficiência, entretanto observa-se uma elevação dos custos das ações do programa em relação ao custo unitário planejado.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

A contribuição foi significativa, pois o programa está bem alinhado com as diretrizes do governo definidas no Plano Plurianual - PPA 2012/2015. Dentre os principais resultados do programa, que estão de conformidade com as orientações estratégicas de governo podemos destacar: atendimento às necessidades de despesas para funcionamento das escolas atendidas em percentual superior a 60%; otimização das ações e melhoria nos resultados alcançados por meio das atividades do Censo Escolar, sobretudo o indígena; e, definição das próximas metas a serem alcançadas, de forma a manter o planejamento de todas as ações, acompanhamento e investimento na qualidade da Educação a fim de contribuir, cada vez mais, com as diretrizes do Governo.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados obtidos através do indicador de desempenho contribuíram para o desempenho dos programa

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Foi informado pelo órgão indicadores vinculados ao Painel, no entanto ressalta-se a necessidade de um acompanhamento mais preciso para facilitar a mensuração dos Programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O Programa foi excluído na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, em consequência de um redirecionamento dado pelo Órgão executor em atendimento às propostas do atual governo para a Política Educacional, visando a melhoria na gestão educacional e a elevação dos indicadores dos sistemas de ensino, pautadas pela Macropolítica de Educação – Programa Escola Digna, com a finalidade de adequação das condições estruturais das escolas com adaptação das instalações físicas, hidráulicas e elétricas, assegurando o atendimento digno aos membros da comunidade escolar, que passam a contar com espaços mais salubres, ventilados e iluminados para as práticas de ensino e aprendizagem. Contudo, foi criado para o Plano Plurianual 2016-2019 o Programa Escola Digna, agregando as atividades do programa avaliado. A reformulação feita visa dar um gerenciamento mais eficaz e eficiente na execução dos programas, através da metodologia adotada na construção do Plano, sendo necessário atender aos seguintes requisitos básicos: atender uma demanda da sociedade, resolver um problema e justificar um investimento.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0551 - Melhoria da Qualidade do Ensino e Aprendizagem**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	17000 - Secretaria de Estado da Educação
UNIDADE EXECUTORA	17101 - Secretaria de Estado da Educação (SEDUC)
PROBLEMA	Alta taxa de alunos com nível de aprendizagem inadequado.
OBJETIVO	Propiciar as condições necessárias no sentido de garantir a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem aos estudantes.
PÚBLICO ALVO	Alunos do sistema estadual público de ensino.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	6.375.755,00	Atual	53.315.648,17	Variação	736,22

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Garantir a Qualidade do Ensino e Incentivar as Atividades de Esporte

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

IDEB da rede estadual - ensino fundamental - anos iniciais

IDEB da rede estadual - ensino fundamental - anos finais

IDEB da rede estadual no ensino médio

Taxa de reprovação no ensino médio

Taxa de aprovação no ensino médio

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
IDEB da rede estadual - ensino fundamental - anos iniciais	Unidade	2013	4,20	4,60	4,1
IDEB da rede estadual - ensino fundamental - anos finais	Unidade	2013	3,80	4,40	3,6
IDEB da rede estadual no ensino médio	Unidade	2013	2,80	3,30	3,1
Taxa de reprovação no ensino médio	Percentual	2014	10,8	6,8	9,7
Taxa de aprovação no ensino médio	Percentual	2014	77,6	81,4	75,5

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O problema identificado em relação à situação analisada continua atual e o objetivo do programa pode ser considerado compatível com a solução do problema. O público alvo (beneficiários) não se encontra corretamente caracterizado e delimitado, como por exemplo, na ação de correção do fluxo escolar, faz-se referência a alternativa a correção do fluxo escolar que previa o atendimento aos estudantes com distorção idade-série, no entanto, o produto avaliado buscava o atendimento a escola, não sendo possível delimitar com precisão os resultados. Foi prevista a avaliação do programa pelos membros do Conselho de Política associada ao setor e por meio do Conselho Estadual da Educação e por representações do público alvo (beneficiários), que ocorreu durante e após a execução de algumas ações como as de formação, por exemplo, sendo esta uma das etapas necessárias para consolidação dos resultados. Em termos quantitativos, As ações foram suficientes em parte, para atender o objetivo do programa porque algumas foram comprometidas pela redução dos recursos disponibilizados. As metas físicas que expressam o produto (bens e serviços) entregáveis ao público alvo não são suficientes e

necessárias para alcançar o objetivo do programa, necessitando de ampliação dos resultados.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Existe autonomia gerencial institucionalizada especificamente para o programa, sendo competência da Secretaria de Educação atuar por meio da Secretaria Adjunta de Ensino com as ações inerentes ao programa avaliado. Foram formadas parcerias institucionais para implementação do programa, sobretudo nas ações de formação, a exemplo das instituições de ensino superior, no caso da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Universidade Federal do Maranhão - UFMA. O programa contou com equipe técnica qualificada em número suficiente para coordenação das ações e com dedicação exclusiva para sua execução, especialmente na formação com equipe técnica da Secretaria Adjunta de Ensino em colaboração com a Secretaria Adjunta de Gestão das Regionais da Educação em número suficiente para promover as formações. O programa não dispôs de materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficientes para sua implantação, pois, ocorreu redimensionamento para atendimento de todas as demandas. O programa teve infraestrutura e logística em qualidade e quantidade em parte para sua implantação, porém contou com infraestrutura e o apoio logístico que foram financiados em parceria com a UEMA e UFMA. O orçamento inicial aprovado destinado ao programa foi suficiente para o cumprimento das metas previstas, no entanto a ação de Correção do Fluxo Escolar teve sua previsão orçamentária reduzida. O orçamento ao final da execução (Lei + Crédito) foi suficiente para o cumprimento das metas realizadas. As cotas financeiras não foram liberadas conforme previsto na programação orçamentária aprovada, pois, algumas ações tiveram que ser reprogramadas.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada foi compatível com a meta planejada. Os fatores de sucesso para o alcance dos índices de eficácia e muito eficiente foram: O aporte de recursos orçamentários de 736,22%, as parcerias formadas institucionalmente para implementação do programa, sobretudo nas ações de formação, a exemplo das instituições de ensino superior, no caso da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Universidade Federal do Maranhão - UFMA e a promoção das atividades de qualificação profissional possibilitada pela parceria com o IFMA, participação do público alvo, através de capacitação promovidas nas regionais da educação por meio do grupo de formadores, condição necessária para alcance dos objetivos.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
17101 - Secretaria de Estado da Educação											
2056 - Assistência Alimentar	Aluno assistido	unidade	3.766.972	3.632.155	0,96	3.045.755,00	35.245.210,75	26.813.753,82	26.795.626,32	0,76	1,27
3085 - Correção do Fluxo Escolar	Escola atendida	unidade	538	221	0,41	920.000,00	504.060,00	499.852,50	499.852,50	0,99	0,41
4277 - Formação Profissional Inicial e Continuada	Servidor capacitado	unidade	12.301	23.137	1,88	1.300.000,00	17.526.614,42	1.745.775,17	645.395,19	0,04	51,08
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	700.000,00	29.763,00	29.763,00	29.763,00	1,00	0,00
4660 - Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas e Avaliativas no Ensino Fundamental	Escola assistida	unidade	251	225	0,90	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4661 - Desenvolvimento das Práticas Pedagógicas e Avaliativas no Ensino Médio	Escola assistida	unidade	1.343	1.614	1,20	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17203 - Fundação Nice Lobão											
4617 - Iniciação Profissional	Trabalhador qualificado profissionalmente	unidade	120	187	1,56	10.000,00	10.000,00	6.956,05	6.956,05	0,70	2,24
MÉDIA DO PROGRAMA					1,15					0,58	9,17

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia, apresentou o índice de 1,15, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação revela a eficácia do programa. Enquanto que, na relação entre a meta física e financeira o índice obtido foi de 9,17 na escala de valoração considerado muito eficiente. O resultado obtido pode ser explicado em função do desempenho das ações 2056 - Assistência Alimentar e 4277 - Formação Profissional Inicial e Continuada, sendo houve um aporte de recursos considerável para o atingimento das metas.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
17101 - Secretaria de Estado da Educação									
2056 - Assistência Alimentar	Aluno assistido	unidade	3.766.972	35.245.210,75	9,36	3.632.155	26.795.626,32	7,38	0,79
3085 - Correção do Fluxo Escolar	Escola atendida	unidade	538	504.060,00	936,91	221	499.852,50	2.261,78	2,41
4277 - Formação Profissional Inicial e Continuada	Servidor capacitado	unidade	12.301	17.526.614,42	1.424,81	23.137	645.395,19	27,89	0,02
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	29.763,00	0,00	0	29.763,00	0,00	0,00
4660 - Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas e Avaliativas no Ensino Fundamental	Escola assistida	unidade	251	0,00	0,00	225	0,00	0,00	0,00
4661 - Desenvolvimento das Práticas Pedagógicas e Avaliativas no Ensino Médio	Escola assistida	unidade	1.343	0,00	0,00	1.614	0,00	0,00	0,00
17203 - Fundação Nice Lobão									
4617 - Iniciação Profissional	Trabalhador qualificado profissionalmente	unidade	120	10.000,00	83,33	187	6.956,05	37,20	0,45

MÉDIA DO PROGRAMA

409,07

389,04

0,61

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O Programa apresentou um índice de 0,61 que na escala de valoração do Custo da Eficiência do Programa foi considerado média eficiência. Não há elementos que possibilitem como verificar o nível do dispêndio considerando a ausência parâmetros específicos que permitam uma acurada análise. Cabe ainda uma melhor verificação quanto ao atendimento de qualidade, para não haja comprometimento quanto aos resultados finais do programa.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

A contribuição foi significativa, pois o programa encontra-se alinhado às diretrizes de governo definidas no PPA 2012/2015. Algumas ações foram comprometidas pela redução dos recursos disponibilizados. No entanto, outras ações que tiveram seus recursos remanejados foram executadas através do atendimento compartilhado com outras.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados obtidos através do indicador de desempenho contribuíram para o desempenho dos programa, Os índices atingidos que elevaram o patamar de atendimento; a otimização dos recursos para execução das ações, possibilitou à utilização do excelente corpo técnico do executor do programa; e a promoção das atividades de qualificação profissional foi possibilitada principalmente pela parceria com o IFMA.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho sócio-econômicos definidos no Painei; a participação do público-alvo, foi condição necessária para alcance dos objetivos que juntamente com as parcerias formadas no processo, facilitaram a implementação e execução das ações do programa. Por fim, a participação da comunidade escolar nas diversas oficinas possibilitaram a ampliação do atendimento no, particularmente no 2º semestre.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O Programa foi excluído na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, em consequência de um redirecionamento dado pelo Órgão executor em atendimento às propostas do atual governo para a Política Educacional, visando a melhoria na gestão educacional e a elevação dos indicadores dos sistemas de ensino, pautadas pela Macropolítica de Educação – Programa Escola Digna, com a finalidade de adequação das condições estruturais das escolas com adaptação das instalações físicas, hidráulicas e elétricas, assegurando o atendimento digno aos membros da comunidade escolar, que passam a contar com espaços mais salubres, ventilados e iluminados para as práticas de ensino e aprendizagem. Contudo, foi criado para o Plano Plurianual 2016-2019 o Programa Escola Digna, agregando as atividades do programa avaliado. A reformulação feita visa dar um gerenciamento mais eficaz e eficiente na execução dos programas, através da metodologia adotada na construção do Plano, sendo necessário atender aos seguintes requisitos básicos: atender uma demanda da sociedade, resolver um problema e justificar um investimento.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0536 - Defesa do Cidadão**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	19000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública
UNIDADE EXECUTORA	19101 - Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)
PROBLEMA	Alto índice de Criminalidade e Violência.
OBJETIVO	Garantir a segurança do cidadão, elevando o grau de confiabilidade no trabalho dos policiais, com a articulação entre o poder público e a sociedade civil, visando à redução de crimes no Estado.
PÚBLICO ALVO	Sociedade maranhense.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	97.713.241,00	Atual	163.182.413,08	Variação	67,00

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Reestruturar o Sistema de Segurança Pública e reduzir a criminalidade

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Taxa de homicídios dolosos/100 mil hab.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

Os atributos do programa estão bem definidos e suficientes para atender ao seu objetivo, estando alinhado a Diretriz de Governo Associada. O programa possui ações intersetoriais, que não alcançaram bons resultados para acompanhamento das metas, devido contemplar ações de órgãos vinculados da Polícia Civil, Militar, Corpo de Bombeiros e a Secretaria de Segurança Pública. O indicador de desempenho não foi formulado e especificado, dificultando sua apuração.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

O programa não possui autonomia gerencial formalizada, cada órgão executor acompanha suas ações e são consolidadas na Secretaria de Segurança Pública. O orçamento inicial não foi suficiente, houve necessidade ao longo do exercício de reforço de dotações com recursos do tesouro livre e a conta de convênios com Órgãos Federais durante sua execução, contudo os recursos federais não foram liberados como programado.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados estão alinhados com os Instrumentos de Planejamento e foram complementados com dados constantes do Relatório Setorial da Gestão, com os seguintes destaques: Quanto aos resultados alcançados, destacamos os seguintes pontos: Fatores de sucesso: 07 unidades policiais implantadas e modernizadas, 2065 policiais formados capacitados, 18.631 operações policiais realizadas, 12.931 vitórias realizadas pelo Corpo de Bombeiros, 13.604 pessoas atendidas com serviços de resgates e salvamentos, Redução de 12% na taxa de homicídios em 2015 em comparação com 2014, 1.637 policiais nomeados aprovados em concurso público da Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro						
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)	
19101 - Secretaria de Estado da Segurança Pública												
1799 - Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Secretaria da Segurança Pública	Unidade implantada/ampliada/modernizada	unidade		5	7	1,40	1.075.000,00	1.211.806,00	1.130.846,38	1.105.846,38	0,91	1,53
3001 - Aparelhamento e Informatização de Unidades da Secretaria da Segurança Pública	Unidade aparelhada e informatizada	unidade		10	12	1,20	1.225.000,00	28.831.001,99	21.283.862,73	9.906.788,54	0,34	3,49
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	Operação realizada	unidade		29	43	1,48	31.276.178,00	41.332.297,22	37.668.321,87	36.827.972,88	0,89	1,66
4492 - Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade		200	511	2,56	200.000,00	200.000,00	194.450,54	194.450,54	0,97	2,63
19102 - Polícia Civil												
3123 - Aparelhamento e Informatização de Unidades da Polícia Civil do Maranhão	Unidade aparelhada e informatizada	unidade		0	0	0,00	375.000,00	8.511,00	8.510,25	6.650,00	0,78	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade		0	0	0,00	1.400.000,00	1.399.878,30	1.239.119,39	1.239.119,39	0,89	0,00
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	Operação realizada	unidade		0	0	0,00	1.979.936,00	7.184.341,70	7.138.244,51	7.135.410,95	0,99	0,00
4492 - Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade		0	0	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19110 - Polícia Militar do Estado												

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

3088 - Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Polícia Militar do Maranhão	Unidade implantada/ampliada/modernizada	unidade	2	0	0,00	425.000,00	425.000,00	424.731,13	11.431,13	0,03	0,00
3089 - Aparelhamento e Informatização de Unidades da Polícia Militar do Maranhão	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	69	0	0,00	700.000,00	7.074.575,00	7.074.546,77	4.124.424,80	0,58	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	5.090.000,00	4.776.425,00	4.528.014,42	4.498.554,42	0,94	0,00
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	Operação realizada	unidade	18.588	18.588	1,00	41.005.000,00	46.470.155,00	43.954.198,38	37.366.314,55	0,80	1,24
4492 - Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade	1.209	1.554	1,29	1.000.000,00	2.077.300,00	1.999.433,37	1.999.433,37	0,96	1,34
19111 - Corpo de Bombeiros Militar											
3090 - Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades do Corpo de Bombeiros do Maranhão	Unidade implantada/ampliada/modernizada	unidade	0	0	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3091 - Aparelhamento e Informatização de Unidades do Corpo de Bombeiros do Maranhão	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	4	4	1,00	300.000,00	80.616,00	80.615,20	35.290,00	0,44	2,28
4152 - Ações para o Cumprimento do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico	Edificação vistoriada	unidade	5.256	12.931	2,46	2.500.000,00	3.756.584,75	3.574.733,50	3.559.955,00	0,95	2,60
4153 - Serviços de Defesa Civil	Pessoa assistida	unidade	1.200	2.364	1,97	55.000,00	8.305.864,42	7.695.428,85	7.611.206,30	0,92	2,15
4247 - Resgate e Salvamento	Pessoa atendida	unidade	8.400	13.604	1,62	2.750.000,00	4.075.469,00	4.066.963,69	3.920.544,89	0,96	1,68
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	2.407.127,00	2.392.587,70	2.390.553,08	2.390.553,08	1,00	0,00
4492 - Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade	0	0	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

19902 - Fundo Especial de Segurança Pública

1770 - Reforma, Adaptação e Equipamento de Unidades Policiais	Unidade reformada/adaptada/equipada	unidade	7	10	1,43	3.500.000,00	3.500.000,00	2.081.623,88	1.849.525,42	0,53	2,70

19904 - Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas

2947 - Prevenção ao Uso de Drogas	Evento realizado	unidade	0	0	0,00	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MÉDIA DO PROGRAMA

0,92 0,73 1,23

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O Programa apresentou o desempenho físico 0,92, que na escala de valoração é considerado não eficaz, entretanto apresentou a média de 1,23, considerado muito eficiente na escala de valoração, com relação ao desempenho financeiro convém destacar algumas ações isoladas, a exemplo de: 1.799, que apresentou a média de execução física de 1,40, considerada eficaz e obteve a média de desempenho financeiro de 1,53, considerado na escala de valoração muito eficiente. Na ação 4.491, foi obtido o desempenho físico de 1,00, considerado eficaz e o desempenho financeiro obtido foi de 1,24, considerado na escala de valoração muito eficiente, assim como na ação 4.152, o desempenho da meta física foi de 2,46, considerado eficaz e no desempenho financeiro foi obtido a média de 2,60, considerado na escala de valoração muito eficiente.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
19101 - Secretaria de Estado da Segurança Pública									
1799 - Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Secretaria da Segurança Pública	Unidade implantada/ampliada/modernizada	unidade	5	1.211.806,00	242.361,20	7	1.105.846,38	157.978,05	0,65

3001 - Aparelhamento e Informatização de Unidades da Secretaria da Segurança Pública	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	10	28.831.001,99	2.883.100,20	12	9.906.788,54	825.565,71	0,29
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	Operação realizada	unidade	29	41.332.297,22	1.425.251,63	43	36.827.972,88	856.464,49	0,60
4492 - Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade	200	200.000,00	1.000,00	511	194.450,54	380,53	0,38
19102 - Polícia Civil									
3123 - Aparelhamento e Informatização de Unidades da Polícia Civil do Maranhão	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	0	8.511,00	0,00	0	6.650,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	1.399.878,30	0,00	0	1.239.119,39	0,00	0,00
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	Operação realizada	unidade	0	7.184.341,70	0,00	0	7.135.410,95	0,00	0,00
4492 - Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
19110 - Polícia Militar do Estado									
3088 - Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Polícia Militar do Maranhão	Unidade implantada/ampliada/modernizada	unidade	2	425.000,00	212.500,00	0	11.431,13	0,00	0,00
3089 - Aparelhamento e Informatização de Unidades da Polícia Militar do Maranhão	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	69	7.074.575,00	102.530,07	0	4.124.424,80	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	4.776.425,00	0,00	0	4.498.554,42	0,00	0,00
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	Operação realizada	unidade	18.588	46.470.155,00	2.500,01	18.588	37.366.314,55	2.010,24	0,80
4492 - Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade	1.209	2.077.300,00	1.718,20	1.554	1.999.433,37	1.286,64	0,75

19111 - Corpo de Bombeiros Militar

3090 - Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades do Corpo de Bombeiros do Maranhão	Unidade implantada/ampliada/modernizada	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
3091 - Aparelhamento e Informatização de Unidades do Corpo de Bombeiros do Maranhão	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	4	80.616,00	20.154,00	4	35.290,00	8.822,50	0,44
4152 - Ações para o Cumprimento do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico	Edificação vistoriada	unidade	5.256	3.756.584,75	714,72	12.931	3.559.955,00	275,30	0,39
4153 - Serviços de Defesa Civil	Pessoa assistida	unidade	1.200	8.305.864,42	6.921,55	2.364	7.611.206,30	3.219,63	0,47
4247 - Resgate e Salvamento	Pessoa atendida	unidade	8.400	4.075.469,00	485,17	13.604	3.920.544,89	288,19	0,59
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	2.392.587,70	0,00	0	2.390.553,08	0,00	0,00
4492 - Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

19902 - Fundo Especial de Segurança Pública

1770 - Reforma, Adaptação e Equipamento de Unidades Policiais	Unidade reformada/adaptada/equipada	unidade	7	3.500.000,00	500.000,00	10	1.849.525,42	184.952,54	0,37

19904 - Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas

2947 - Prevenção ao Uso de Drogas	Evento realizado	unidade	0	80.000,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

MÉDIA DO PROGRAMA

284.170,36 107.433,89 0,30

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Quanto ao custo médio unitário, podemos verificar que a média de 0,30 na escala de valoração demonstra muita eficiência, onde destacamos algumas ações isoladas, por unidade executora, tais como: ação 1799 da SSP, onde fora previsto investimentos de R\$ 242.361,20 e foi executado R\$ 157.978,05, com superação de metas, foi executado 91,3% dos recursos. Na Polícia Militar a ação 4.491 foi previsto um custo unitário de R\$ 2.500,01 e obtido R\$ 2.010,24, considerado bem planejado. No Corpo de Bombeiros Militar destacamos a ação 4.152, onde fora previsto um custo médio de R\$ 714,72 e foi alcançado R\$ 275,30, foi feito mais com menos, sendo apurado 0,39, que na escala de valoração é considerado muito eficiente. Em contraponto podemos verificar que algumas ações não foram executadas, principalmente na Polícia Civil e outras não foram lançadas suas metas no SISPCA, fato esse que dificulta uma análise mais consistente dos custos totais.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Verificou-se que os resultados das metas alcançadas ultrapassaram o planejado e contribuíram para a Diretriz de Governo Associado constante Programa do PPA 2012/2015.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foi formulado indicador intermediário para o Programa.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

O indicador definido para mensuração do programa: taxa de homicídios doloso/100 mil habitantes, não pode retratar a efetividade do programa, considerando as várias ações nele contidas e que convergem para a redução da criminalidade como um todo e não apenas um tipo de crime.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1. Verificar a possibilidade de dar autonomia à Polícia Civil para acompanhar com mais precisão as despesas das atividades dessa Categoria, principalmente folha de pessoal e o custo das Delegacias; 2. Captar e executar recursos de convênios relevantes para justificar os esforços que os técnicos realizam para executar pequenos convênios; 3. Providenciar um destino para o Fundo Estadual de Políticas sobre drogas que apesar de existir não funciona há vários anos; 4. Propor a criação de um Programa que possa contemplar de forma mais precisa o papel do Corpo de Bombeiros na sociedade; 5. Lançar as metas em tempo real no SISPCA, para facilitar a análise do programa e ações.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0118 - Trânsito com Qualidade**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	19000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública
UNIDADE EXECUTORA	19201 - Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)
PROBLEMA	Ocorrências de acidentes de trânsito elevada.
OBJETIVO	Reduzir as ocorrências de acidentes de trânsito.
PÚBLICO ALVO	Sociedade maranhense.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	84.532.572,00	Atual	99.366.138,95	Variação	17,55

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Reestruturar o Sistema de Segurança Pública e reduzir a criminalidade

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

Analisando os atributos do Programa verificou-se que o problema e o objetivo continuam adequados e bem definidos. As ações não foram suficientes para atender as demandas, entretanto foi solicitado a inclusão de ações para contemplar os CIRETRAN's durante a elaboração do PPA 2016/2019 suprimindo essa necessidade. No que tange ao público alvo, é muito abrangente, deveria ser mais específico para ser delimitado e há necessidade de rever produto de ações para facilitar sua medição.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Em relação a implantação/execução do programa com a mudança de governo, houve necessidade de ajuste de pessoal, pois as atividades fins do DETRAN estava terceirizada causando dificuldade na obtenção de informações relevantes e precisas para tomada de decisão pelos gestores e para melhorar o atendimento aos usuários, foram convocados e treinados funcionários concursados e realizado processo seletivo para examinadores, resultando em economia aos cofres públicos. Os recursos alocados no orçamento foram suficientes para cumprimento das metas programadas, mas foi necessário suplementar 17,55% do orçamento inicial com recursos próprios e de convênios não federais. A infraestrutura logística implantada foi suficiente para atender a demanda, assim como os recursos materiais utilizados.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados estão alinhados com os Instrumentos de Planejamento e foram complementados com dados constantes do Relatório Setorial da Gestão, com os seguintes destaques: Fatores de sucesso: 819.225 veículos licenciados; 412.201 carteiras de habilitação emitidas, sendo 179.046 do CNH Jovem; Realização de eventos voltados para Educação para o Trânsito com participação de 872 pessoas em parcerias com Órgãos Federais, Estaduais, Municipais e Setor Privado, Realização de 120 Fiscalizações na Operação Lei Seca, em 39 municípios, contribuindo para redução de 22,25% das indenizações pagas por morte no trânsito de acordo com o seguradora, no período 2014 em relação a 2015; 348 funcionários admitidos, sendo 278 nomeados devido aprovação em concurso público e 70 examinadores contratados por meio de processo seletivo, articulação para municipalização do trânsito com distribuição de manuais junto as Prefeituras. Principais entraves: Deficiência de pessoal do quadro efetivo do órgão com a maioria das atividades fins terceirizadas, dificuldade de acesso aos serviços do DETRAN no interior do Estado onde não existe CIRETRAN, dificuldade de acesso a informações de gestão anteriores.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
19201 - Departamento Estadual de Trânsito											
4009 - Licenciamento de Veículos	Veículo licenciado	unidade	693.618	819.225	1,18	10.760.000,00	15.908.183,19	13.187.512,98	12.610.025,73	0,79	1,49
4010 - Habilitação de Condutores	Condutor habilitado	unidade	306.549	412.201	1,34	17.214.438,00	17.313.905,23	4.821.237,34	4.085.683,30	0,24	5,70
4189 - Fiscalização do Tráfego de Veículos	Veículo fiscalizado	unidade	0	0	0,00	250.000,00	550.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	52.268.134,00	61.154.050,53	46.381.175,17	43.582.984,62	0,71	0,00
4607 - Cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	2.040.000,00	2.040.000,00	1.937.584,18	1.885.594,18	0,92	0,00
4608 - Educação para o Trânsito	Campanha realizada	unidade	0	753	0,00	2.000.000,00	2.400.000,00	1.464.565,27	1.409.736,16	0,59	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,51					0,65	1,44

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPA/SIAFEM

Comentários

Analisando o conjunto de ações do Programa, o mesmo obteve uma média de 0,51 o que corresponde a não eficaz conforme disposto na escalade valoração adotada, quanto ao quesito eficiência obteve o resultado de 1,44, que corresponde a Muito Eficiente. Convém destacar, que a ação 4009 - Licenciamento de Veículos teve um bom desempenho físico-financeiro, apresentando superação de metas em relação ao planejado com execução orçamentária satisfatória, onde obteve a média de 1,49, considerado muito eficiente. Ao verificarmos a ação 4010-Habilitação de Condutores, nota-se que o desempenho físico foi eficaz e o financeiro de 5,70, considerado muito eficiente. Entretanto verificamos que apesar de toda a dotação empenhada ter sido liquidada só foi executada 24% da dotação autorizada demonstrado a priori uma falha no planejamento inicial, contudo podemos constatar baseado no relatório de execução da despesa no SISPCA, que a falha foi ocasionada pela deficiência de liberação de recursos não federais.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico (A)	Físico Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Financeiro Custo Unitário (E/D = F)	F/C = Eficiência
19201 - Departamento Estadual de Trânsito									
4009 - Licenciamento de Veículos	Veículo licenciado	unidade		693.618	15.908.183,19	22,94	819.225	12.610.025,73	15,39
4010 - Habilitação de Condutores	Condutor habilitado	unidade		306.549	17.313.905,23	56,48	412.201	4.085.683,30	9,91
4189 - Fiscalização do Tráfego de Veículos	Veículo fiscalizado	unidade		0	550.000,00	0,00	0	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade		0	61.154.050,53	0,00	0	43.582.984,62	0,00
4607 - Cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro	Medido pela despesa	unidade		0	2.040.000,00	0,00	0	1.885.594,18	0,00
4608 - Educação para o Trânsito	Campanha realizada	unidade		0	2.400.000,00	0,00	753	1.409.736,16	1.872,16
MÉDIA DO PROGRAMA						15,88		379,49	0,17

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

No tocante a avaliação do custo, o conjunto de ações do programa obteve a média de 0,17, considerado na escala de valoração como muito eficiente. Convém destacar o resultado do custo unitário da ação 4009-Licenciamento de Veículo, que fora previsto um custo de 22,94 e foi alcançado 15,39, ou seja foi feito mais com menos recursos. O mesmo não pôde ser dito na ação 4010 - Habilitação de Condutores, onde o custo médio unitário planejado foi de R\$ 56,48 e foi alcançado 9,91. Há uma distorção significativa na relação do custo unitário planejado em relação ao executado do programa devido a deficiência de metas alcançadas e não lançadas no SISPCA.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Os resultados alcançados contribuíram com a Diretriz de Governo a ele associado, no sentido de reduzir a criminalidade no trânsito.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram para acompanhar a evolução do indicador intermediário.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não foi formulado um indicador de desempenho sócioeconômico para acompanhar a evolução do Programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1. Expansão de CIRETRAN's no interior do estado; 2. Manter o serviço de estatística ligado ao trânsito em dias com relatórios trimestrais; 3. Realizar concurso público para atividades fins; 4. Manter as informações de metas das ações do Programa lançadas em tempo real no SISPCA; 5. Ampliar investimento em Educação para o Trânsito em todo estado, no sentido de trabalhar mais em prevenção; 6. Formular indicadores de desempenho e intermediários para o Programa e monitorar sua evolução.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0559 - Atenção Integral à Saúde**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - Secretaria de Estado da Saúde					
UNIDADE EXECUTORA	21901 - FES/Unidade Central (FESCENTRAL)					
PROBLEMA	Fragilidade dos componentes do Sistema de Saúde responsáveis pelas Ações de Vigilância, Prevenção e Controle, Diagnóstico, Tratamento de Doenças e Agravos à Saúde, Mitigação de riscos, e Promoção da Saúde.					
OBJETIVO	Reduzir as taxas de Morbimortalidade por causas evitáveis por meio do fortalecimento do Sistema de Saúde do Estado do Maranhão.					
PÚBLICO ALVO	Sociedade maranhense.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	1.113.595.564,00	Atual	1.363.485.198,28	Variação	22,44

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Universalizar as ações e serviços de saúde com qualidade e humanização no atendimento.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de incidência de AIDS	caso/100.000hab	2015	0	18,1	16,7
Taxa de mortalidade infantil	Percentual	2015	0	23,66	26,92
Taxa de detecção de hanseníase	caso/100.000hab	2015	0	65,20	51,8
Proporção de cura de casos novos de hanseníase	Percentual	2015	0	85,00	81,14
Proporção de cura de casos novos de leishmaniose visceral	Percentual	2015	0	80,00	48,2
Taxa de incidência de tuberculose	caso/100.000hab	2015	0	70,00	25,2
Proporção de cura de casos novos de tuberculose	Percentual	2015	0	77,00	53,7

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

Avanços significativos foram verificados e analisados nas diversas áreas da atenção integral à saúde, ligados diretamente ao acesso e qualidade aos serviços, especificamente nos componentes farmacológicos como o estratégico, o especializado, além dos medicamentos de alto custo. O planejamento para execução do programa foi alicerçado em ações que busquem a partir de suas atividades, a promoção, a prevenção, o diagnóstico, o tratamento e a

reabilitação completa dos usuários do SUS. A rede assistencial desenvolveu a capacitação e educação permanente dos profissionais de saúde, em todos os níveis de atenção, e como consequência obteve a redução de risco de adoecimento em agravos sensíveis, beneficiando a população com o fortalecimento das políticas de saúde. As ações são suficientes para o atendimento do programa e atendem as necessidades de capacitação e distribuição de insumos, destacamos que a 3128-Expansão da Rede Assistencial do SUS está incluída no PDE. O monitoramento, acompanhamento, supervisão e assessoramento do Estado junto aos municípios conseguiram atender ao objetivo do programa que visa a melhoria da qualidade de vida da população bem como a redução dos índices de morbimortalidade no Estado. A avaliação interna do programa é executada pelo Conselho Estadual de Saúde através da aprovação do Plano Estadual de Saúde, e ainda as vistorias técnicas realizadas pela Vigilância Sanitária juntamente com o Controle, Regulação e Avaliação para verificação in loco do funcionamento e cumprimento das Normas técnicas, e posterior atualização e cadastramento junto ao Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde - CNES. As atividades desenvolvidas pelo programa são repassadas ao público através do Relatório Anual de Gestão.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

O programa possui autonomia no planejamento e execução das atividades pelas ações que o compõe como instrumento de monitoramento e avaliação, onde são mensuradas as metas alcançadas e observado o cumprimento de seu prazo legal. Ocorreu suplementação orçamentária em determinadas ações no decorrer do ano de 2015, subsidiando o alcance não só das metas estipuladas como de outras atividades emergenciais. Destacam-se parcerias firmadas com as Secretarias da Cidades e a de Desenvolvimento Social, ocorrendo dificuldades na adesão por parte dos municípios para a descentralização. Contou ainda com uma equipe qualificada de técnicos demandada para os municípios, porém ainda em número insuficiente para apoiar e assessorar em tempo oportuno. Quanto a expansão da rede assistencial do SUS no Estado foi direcionada para aquisição de equipamentos hospitalares para as Unidades de Saúde além de remanejamentos para realização de construções e reformas em outras unidades, houve a interrupção de algumas atividades em decorrência da necessidade de mudança de imóvel e seu aparelhamento. A infraestrutura e logística do programa foram suficientes, assim como a contribuição da Superintendente de Vigilância Sanitária do Estado - SUVISA, ao mutirão da saúde onde necessitou disponibilizar os veículos durante 03 meses, o que requereu reprogramação de calendários de atividades. A complexidade da tramitação de recursos comprometeu o cumprimento das agendas de viagens, bem como, trouxe uma série de comprometimentos à população. Em relação ao fortalecimento direto da Atenção Primária em Saúde existem ações e atividades voltadas para a redução da mortalidade materno-infantil bem como agravos sensíveis a Atenção Básica, hipertensão, diabetes mellitus e hanseníase, assim como, controle de surtos como a dengue, chikungunya e zica vírus, todos focados no Plano Mais IDH e priorizando os municípios de menor índice, ratificando a equidade, um princípio básico do SUS. Alguns avanços foram observados e notou-se ainda a fragmentação no sistema de saúde contribuindo para a falta de integração e continuidade das ações e serviços. Há necessidade de intensificação nas ações de promoção e prevenção a riscos sanitários e ambientais, bem como, grande dificuldade para assumi-lo nas ações relacionadas aos riscos ambientais, principalmente quanto ao monitoramento de água de consumo humano. Por outro lado, ainda se mantém alguns entraves para realização de análises fiscais de água (nos parâmetros de coliformes, turbidez e cloro residual) e em alimentos, o que dificulta a intervenção necessária nos riscos por parte da Vigilância Sanitária.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

As metas planejadas mantiveram-se como prioridade do programa e os resultados obtidos dentro do esperado, para tanto ocorreram reuniões técnicas, reuniões de Comissões Intergestores com finalidade de discutir, avaliar com vistas a corrigir possíveis distorções as quais comprometam o cumprimento das metas e indicadores de saúde. O programa foi fortalecido por ações e atividades constante no órgão Plano Mais IDH, com campanhas e mobilizações de prevenção do câncer de mama e de útero ocorrendo assim um aumento dos serviços de saúde oferecidos à população de média e alta complexidade, um maior acesso aos serviços de saúde pelo usuário por meio da regulação de serviços mais próximo do público alvo. A Sociedade civil organizada inserida no Conselho Estadual de Saúde e no processo de formulação das políticas públicas demonstrou sua participação ativa como beneficiário preocupada com a redução das taxas de morbimortalidade, o que vem sendo fortalecida no Sistema de Saúde do Estado. As reuniões técnicas contínuas, o monitoramento das atividades e a disponibilização orçamentária e financeira, com contrapartida federal (ANVISA), foram os três grandes fatores que mais contribuíram para o alcance dos resultados obtidos pelo programa. Todavia, a morosidade no tramite processual, a rotatividade dos gestores municipais de saúde e a dificuldade, em tempo oportuno, de comunicação com os Gestores Municipais, tornaram-se os entraves para um alcance ainda maior nas metas definidas.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
21901 - FES/Unidade Central											
2487 - Distribuição de Leite com Condicionalidade - Leite é Vida	Leite distribuído	litro	29.513.526	3.004.814	0,10	3.778.428,00	9.491.906,17	21.339,30	21.339,30	0,00	0,00
3128 - Expansão da Rede Assistencial do SUS	Unidade de Saúde construída	unidade	5	2	0,40	13.575.000,00	8.811.148,10	7.331.147,43	6.586.507,07	0,75	0,54
3149 - Projeto Qualidade da Rede de Atenção à Saúde-QUALISUS-REDE	rede de atenção à saúde implementada	unidade	1	0	0,00	5.215.428,00	3.135.431,00	843.143,54	843.143,54	0,27	0,00
4212 - Distribuição de Insumos Estratégicos para Prevenção e Controle	Município beneficiado	unidade	217	217	1,00	1.663.800,00	2.878.453,30	1.978.477,81	916.663,89	0,32	3,14

de HIV/AIDS e Outras DST

4398 - Contratação de Estabelecimentos de Saúde	Estabelecimento contratualizado	unidade	50	21	0,42	88.435.000,00	63.835.395,00	62.980.173,02	51.542.448,48	0,81	0,52
4439 - Promoção do Acesso aos Medicamentos do Componente Estratégico, Especializado e de Alto Custo	Pessoa atendida	unidade	169.900	174.721	1,03	35.000.000,00	29.987.874,00	24.994.402,15	12.012.971,10	0,40	2,57
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	19.959.390,00	54.222.636,08	40.475.229,12	24.241.776,91	0,45	0,00
4555 - Implementação das Políticas de Atenção à Saúde do Homem e da Pessoa Idosa	Pessoa beneficiada	unidade	142.967	177.681	1,24	96.000,00	279.741,71	103.945,55	0,00	0,00	0,00
4557 - Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança e Adolescente	Pessoa beneficiada	unidade	645.939	628.065	0,97	656.000,00	656.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4562 - Funcionamento da Rede Assistencial Própria do Estado	Rede assistencial mantida	unidade	42	44	1,05	881.548.975,00	1.166.189.402,93	1.111.131.006,79	1.021.472.948,08	0,88	1,20
4564 - Adequação das Unidades Assistenciais de Saúde	Unidade de Saúde adequada	unidade	5	1	0,20	30.000.000,00	1.887.355,00	1.619.851,66	1.191.441,66	0,63	0,32
4565 - Descentralização das Ações de Vigilância Sanitária e Vigilância Ambiental	Serviço descentralizado	unidade	55	15	0,27	1.100.000,00	1.110.000,00	549.411,40	177.411,40	0,16	1,71
4566 - Execução das Ações de Vigilância Sanitária e Ambiental em Caráter Suplementar	Estabelecimento inspecionado	unidade	3.132	2.626	0,84	825.000,00	955.000,00	340.328,30	265.328,30	0,28	3,02
4567 - Vigilância, Prevenção e Controle da Leishmaniose Visceral	Pessoa beneficiada	unidade	458	271	0,59	525.000,00	359.809,00	309.803,62	59.809,00	0,17	3,56
4568 - Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose	Pessoa beneficiada	unidade	2.070	100	0,05	525.000,00	300.000,00	151.606,00	25.606,00	0,09	0,57
4569 - Vigilância, Prevenção e Eliminação da Hanseníase	Pessoa beneficiada	unidade	3.889	828	0,21	525.000,00	326.360,00	125.962,00	125.962,00	0,39	0,55

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4571 - Imunobiológicos para a Prevenção e Controle de Doenças	Kit distribuído de insumo	unidade	15.652.820	10.931.277	0,70	575.000,00	2.635.250,00	220.108,90	181.728,65	0,07	10,13
4572 - Implementação de Políticas de Saúde do Trabalhador	Município apoiado	unidade	54	39	0,72	75.000,00	37.167,00	35.737,00	35.737,00	0,96	0,75
4573 - Estruturação do Sistema de Vigilância em Saúde e Atenção Básica em Seus Diversos Níveis	Unidade estruturada	unidade	2	0	0,00	975.000,00	517.801,63	0,00	0,00	0,00	0,00
4575 - Implementação da Política de Alimentação e Nutrição nos Diferentes Ciclos da Vida	Vigilância alimentar e nutricional implantada	unidade	20	15	0,75	100.000,00	444.238,36	100.010,26	8.203,50	0,02	40,61
4610 - Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família - PSF e Saúde Bucal - PSBU	Município beneficiado	unidade	70	64	0,91	2.408.000,00	5.047.179,00	75.159,24	49.631,95	0,01	0,00
4653 - Medicamento da Atenção Básica	Município Atendido	unidade	217	217	1,00	16.034.543,00	9.377.050,00	9.376.831,21	9.376.831,21	1,00	1,00
21946 - Fundo Estadual de Combate ao Câncer											
4630 - Ação de Combate ao Câncer	Pessoa Beneficiada	unidade	0	0	0,00	10.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,57					0,35	3,19

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

No geral o programa apresentou uma média de 0,57 em relação a eficácia de suas ações estando portanto avaliado como não eficaz, destacando as ações 4568 e a 4630, sendo que a primeira executou campanhas educativas de mobilização social, porém foram custeadas dentro da Gestão do Programa; já a segunda não houve nenhuma execução. Na escala de avaliação quanto a eficiência a média alcançada de 9,47%, classificada como muito eficiente merecendo destaque para a ação 2487-Distribuição de Leite com Condicionalidade/Leite é Vida, que começou a execução do convênio nº 06/2013 na SAÚDE (sendo que o mesmo foi aditivado em agosto) e no mês de setembro foi transferida para a SEDES em atendimento ao Decreto nº 30.809 de 27.05.2015 (republicado em 13/07/2015); e a ação 4610-Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família-PSF e Saúde Bucal-PSBU ambas conseguiram

atender de forma satisfatória as metas planejadas para o exercício. *Observamos que a ação 4450 - Gestão do Programa não está incluída no cálculo quanto a Eficácia e Eficiência, por se tratar de uma ação que agregar as despesas que comprovadamente contribuem para o objetivo do programa, mas não são passíveis de apropriação direta como as demais ações associadas, versando apenas de um centro de custos.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
21901 - FES/Unidade Central									
2487 - Distribuição de Leite com Condicionalidade - Leite é Vida	Leite distribuído	litro	29.513.526	9.491.906,17	0,32	3.004.814	21.339,30	0,01	0,02
3128 - Expansão da Rede Assistencial do SUS	Unidade de Saúde construída	unidade	5	8.811.148,10	1.762.229,62	2	6.586.507,07	3.293.253,54	1,87
3149 - Projeto Qualidade da Rede de Atenção à Saúde-QUALISUS-REDE	rede de atenção à saude implementada	unidade	1	3.135.431,00	3.135.431,00	0	843.143,54	0,00	0,00
4212 - Distribuição de Insumos Estratégicos para Prevenção e Controle de HIV/AIDS e Outras DST	Município beneficiado	unidade	217	2.878.453,30	13.264,76	217	916.663,89	4.224,26	0,32
4398 - Contratualização de Estabelecimentos de Saúde	Estabelecimento contratualizado	unidade	50	63.835.395,00	1.276.707,90	21	51.542.448,48	2.454.402,31	1,92
4439 - Promoção do Acesso aos Medicamentos do Componente Estratégico, Especializado e de Alto Custo	Pessoa atendida	unidade	169.900	29.987.874,00	176,50	174.721	12.012.971,10	68,76	0,39
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	54.222.636,08	0,00	0	24.241.776,91	0,00	0,00
4555 - Implementação das Políticas de Atenção à Saúde do Homem e da Pessoa Idosa	Pessoa beneficiada	unidade	142.967	279.741,71	1,96	177.681	0,00	0,00	0,00
4557 - Implementação de Políticas de Atenção	Pessoa beneficiada	unidade	645.939	656.000,00	1,02	628.065	0,00	0,00	0,00

Integral à Saúde da Mulher e da Criança e Adolescente

4562 - Funcionamento da Rede Assistencial Própria do Estado	Rede assistencial mantida	unidade	42	1.166.189.402,93	27.766.414,36	44	1.021.472.948,08	23.215.294,27	0,84
4564 - Adequação das Unidades Assistenciais de Saúde	Unidade de Saúde adequada	unidade	5	1.887.355,00	377.471,00	1	1.191.441,66	1.191.441,66	3,16
4565 - Descentralização das Ações de Vigilância Sanitária e Vigilância Ambiental	Serviço descentralizado	unidade	55	1.110.000,00	20.181,82	15	177.411,40	11.827,43	0,59
4566 - Execução das Ações de Vigilância Sanitária e Ambiental em Caráter Suplementar	Estabelecimento inspecionado	unidade	3.132	955.000,00	304,92	2.626	265.328,30	101,04	0,33
4567 - Vigilância, Prevenção e Controle da Leishmaniose Visceral	Pessoa beneficiada	unidade	458	359.809,00	785,61	271	59.809,00	220,70	0,28
4568 - Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose	Pessoa beneficiada	unidade	2.070	300.000,00	144,93	100	25.606,00	256,06	1,77
4569 - Vigilância, Prevenção e Eliminação da Hanseníase	Pessoa beneficiada	unidade	3.889	326.360,00	83,92	828	125.962,00	152,13	1,81
4571 - Imunobiológicos para a Prevenção e Controle de Doenças	Kit distribuído de insumo	unidade	15.652.820	2.635.250,00	0,17	10.931.277	181.728,65	0,02	0,10
4572 - Implementação de Políticas de Saúde do Trabalhador	Município apoiado	unidade	54	37.167,00	688,28	39	35.737,00	916,33	1,33
4573 - Estruturação do Sistema de Vigilância em Saúde e Atenção Básica em Seus Diversos Níveis	Unidade estruturada	unidade	2	517.801,63	258.900,82	0	0,00	0,00	0,00
4575 - Implementação da Política de Alimentação e Nutrição nos Diferentes Ciclos da Vida	Vigilância alimentar e nutricional implantada	unidade	20	444.238,36	22.211,92	15	8.203,50	546,90	0,02
4610 - Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família - PSF e Saúde Bucal - PSBU	Município beneficiado	unidade	70	5.047.179,00	72.102,56	64	49.631,95	775,50	0,01

4653 - Medicamento da Atenção Básica	Município Atendido	unidade	217	9.377.050,00	43.212,21	217	9.376.831,21	43.211,20	1,00
21946 - Fundo Estadual de Combate ao Câncer									
4630 - Ação de Combate ao Câncer	Pessoa Beneficiada	unidade	0	1.000.000,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					1.579.559,80		1.373.486,00		0,72

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O programa apresenta uma média eficiência dentro da escala de valores para avaliação, sendo que a ação 4564-Adequação das Unidades Assistenciais de Saúde foi a que mais elevou o custo do programa devido a revisão de alguns projetos de adequação na sede da Secretaria.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Sim. O programa mantém como prioridade a universalização dos serviços de saúde.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Sim. Foram distribuídos insumos estratégicos para prevenção, atenção e vigilância em HIV/Aids para os 217 municípios e ainda foi realizado capacitações em teste rápido para o diagnóstico.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Sim. A média alcançada foi satisfatória, sendo que tais indicadores são da própria Secretaria de Saúde e destacamos a taxa de mortalidade infantil no Estado que era esperado cerca de 23% e foi possível apurar um índice de 2%.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

Considerando a fragilidade do programa principalmente na relação com os prestadores de serviços, na qualidade da assistência, na aferição do grau de satisfação do usuário e da capacidade de obter resultados que demonstrem de forma clara e precisa, o impacto sob a saúde da população. A Vigilância Epidemiológica atua na prevenção e controle de 48 doenças e agravos previstos na Portaria nº 1.271/14, desenvolvendo ações de promoção da saúde que incluem ações de prevenção de doenças crônicas não Transmissíveis e fatores de risco por causas externas de morte como violências e acidentes. Na elaboração do Projeto de Lei para o Orçamento de 2016 o programa foi substituído e a Secretaria recebeu os programas 0596-Saúde para Todos e o 0597-Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde, ficando suas ações bem descentralizadas e havendo um melhor direcionamento e acompanhamento das ações.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0560 - Saneamento Básico**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - Secretaria de Estado da Saúde
UNIDADE EXECUTORA	21901 - FES/Unidade Central (FESCENTRAL)
PROBLEMA	Baixa Cobertura do Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário
OBJETIVO	Reduzir o déficit do índice de cobertura do saneamento básico do Estado.
PÚBLICO ALVO	Sociedade maranhense sem cobertura do saneamento básico.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	2.459.000,00	Atual	1.671.369,00	Variação	-32,03

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Universalizar o acesso ao serviço de saneamento básico.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa apresenta em sua concepção baixa consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capaz de contribuir para a solução do problema identificado, e que continua devido a falta de investimento suficiente para atender a demanda na cobertura do saneamento básico principalmente da zona rural do Estado, portanto, ainda se faz necessário a universalização do acesso aos serviços de saneamento. O público alvo está bem delimitado e as ações, apesar de não terem cumprido as metas, foram suficientes para atender o programa que possui produtos bem definidos e programados de acordo com o orçamento previsto. As atividades desenvolvidas pelo programa são avaliadas dentro da Secretaria através do Relatório Anual de Gestão e Relatório Quadrimestral apresentados em reuniões ordinárias no Conselho Estadual de Saúde. Os beneficiários do programa por intermédio deste conselho, fazem a avaliação através da aprovação do Plano Estadual de Saúde, Programação Anual e Relatório de Gestão. A Ação Gestão do Programa possibilitou a contratação de pessoal técnico especializado para o acompanhamento das metas, e foi desenvolvida ações intersetoriais com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES e Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

A implantação/execução do programa embora tenha utilizado estratégias adequadas como parcerias através de convênios com os municípios e Administração Federal, realizou remanejamento orçamentários e processos licitatórios, sem atingimento das metas programadas.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa não atingiu o esperado, diante dos trâmites necessários de processos licitatórios e outras prioridades da Secretaria. Vale ressaltar que, o programa sofreu restrições orçamentárias através de remanejamento dentro da própria Secretaria, o que resultou no não cumprimento das metas programadas.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
21901 - FES/Unidade Central											
3132 - Implantação de Módulos Sanitários Domiciliares	Módulo sanitário implantado	unidade	10	0	0,00	1.059.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3152 - Elaboração de Projetos de Abastecimento de Água e Esgoto	Projeto Elaborado	unidade	1	0	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	1.300.000,00	1.671.369,00	1.671.366,60	1.671.366,60	1,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,00					0,50	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

De forma geral, observa-se que não houve a execução do programa, devido ao remanejamento de 32,03% do orçamento para outras ações e programas dentro da própria secretaria. A sua eficácia ficou na escala de valoração como não eficaz e com uma baixa eficiência.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
21901 - FES/Unidade Central									
3132 - Implantação de Módulos Sanitários Domiciliares	Módulo sanitário implantado	unidade	10	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
3152 - Elaboração de Projetos de Abastecimento de Água e Esgoto	Projeto Elaborado	unidade	1	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	1.671.369,00	0,00	0	1.671.366,60	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA						0,00		0,00	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Não houve a execução do programa, devido ao remanejamento de 32,03% do orçamento para outras ações e programas dentro da própria secretaria.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Não. Devido a remanejamentos orçamentários não foi possível alcançar os resultados.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não. Pois a Secretaria não apresentou indicadores.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não foi associado indicadores de desempenho socioeconômicos(Painei) definidos no programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

Embora tenha sofrido algumas restrições orçamentárias devido as novas prioridades dentro da própria Secretaria e através da Lei Estadual nº 10.225 de 15.04.15, que vinculou a CAEMA à Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano-SECID, o programa deve ser mantido uma vez que o índice de moradias sem cobertura no saneamento básico permanece muito alto e o programa mantém como objetivo melhorar a qualidade de vida da população e ampliar a cobertura de saneamento básico.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0573 - VIVA MARANHÃO**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	22000 - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão					
UNIDADE EXECUTORA	22101 - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN)					
PROBLEMA	O programa Viva Maranhão foi concebido como um programa multisetorial, com o intuito de sanear diversos problemas encontrados no Estado do Maranhão. Nesse sentido, o programa foi estruturado em 10 componentes para facilitar a delimitação dos problemas e soluções, conforme a seguir: 1) Baixa ramificação da rede de internet do Estado; 2) Insuficiência de infraestrutura educacional; 3) Baixa escolaridade da população; 4) Baixa capacidade de atendimento da saúde à população; 5) Insuficiência de distribuição de água por rede; Baixa captação de esgotamento sanitário; 7) Altas taxas de criminalidade e déficit no sistema prisional; 8) Baixa integração rodoviária entre os municípios do Estado, dificultando o comércio local o acesso aos serviços de utilidade pública; 9) Baixa inclusão sócio-produtiva e alto índice de pobreza e extrema pobreza; 10) Baixa competitividade econômica e baixa produtividade do trabalho; 11) Alto tempo médio de transporte urbano nas maiores cidades					
OBJETIVO	Ampliar e modernizar a infraestrutura social e econômica do Maranhão para reduzir a pobreza e extrema pobreza com a integração da população maranhense no atual estágio de desenvolvimento, potencializado pela localização estratégica, logística potencial, abundância de recursos naturais e esforços públicos e privados para aumentar a competitividade dos empreendimentos produtivos, e atrair novos empreendimentos, capazes de dinamizar as cadeias produtivas, gerar empregos e promover a distribuição de renda.					
PÚBLICO ALVO	População do estado e, diretamente, cerca de 05 (cinco) milhões pessoas, das áreas urbanas e rurais das 26 Regiões Administrativas e a Região Metropolitana de São Luís.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	1.654.410.045,00	Atual	1.656.792.118,00	Variação	0,14

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Modernizar a Gestão Pública

Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais

Reestruturar o sistema de segurança pública e reduzir a criminalidade

Assegurar o acesso aos serviços de assistência social e igualdade de direitos

Oferecer infraestrutura, logística e transportes de qualidade

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 - Quanto à Concepção

O programa apresenta em sua concepção baixa consistência entre os atributos quantitativos e qualitativos. O público alvo não foi delimitado e o objetivo está abrangente para contribuir na solução do problema identificado. Além disso, não foi associado nenhum indicador de resultado ao programa o que dificulta a mensuração de seu desempenho no exercício avaliado.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

A implementação do programa embora tenha utilizado estratégias adequadas como a parceria e a cooperação do BNDES, a existência de uma unidade específica para o gerenciamento do programa sob a coordenação da SEPLAN, que potencializam o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades na apuração dos índices de eficácia e eficiência. Dentre elas, a demora na liberação dos recursos por parte do BNDES, a ausência de indicadores de desempenho e equipe técnica insuficiente para atender as demandas.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Embora tenha sido concebido com baixa consistência em relação aos atributos. Houve a sobreposição de ações de outros programas finalísticos, pelo fato das ações do Viva Maranhão alocar apenas recursos de investimentos, o outro fator foi a demora na liberação de recursos pelo BNDES. Por outro lado, os resultados alcançados no exercício foram satisfatórios, considerando o elevado índice alcançado pela ação 3200 - Ampliação e Modernização da Educação pelas intervenções promovidas pela atual gestão através de ações prioritárias para superação dos indicadores sociais, como é o caso do Programa Escola Digna instituído por meio do decreto nº 30.620 de 02.01.2015.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
12206 - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão											
3203 - Expansão e Melhoria da Rede de Saneamento Básico – Viva Maranhão	Unidade residencial beneficiada	unidade	61.017	9.631	0,16	0,00	50.000.000,00	15.327.920,94	3.356.850,93	0,07	2,35
15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social											
3213 - Expansão da Infraestrutura de Equipamentos Sociais e Agrícolas - Viva Maranhão	Família beneficiada	unidade	504.000	0	0,00	61.820.000,00	65.050.000,00	19.207.060,08	11.383.692,57	0,17	0,00
15112 - Gerência de Inclusão Socioprodutiva											
3214 - Expansão da Infraestrutura Socioprodutiva para a Redução da Pobreza - Viva Maranhão	Família beneficiada	unidade	20	0	0,00	200.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17101 - Secretaria de Estado da Educação											
3200 - Ampliação e Modernização da Educação – Viva Maranhão	Aluno beneficiado	unidade	140	98.037	700,26	70.000.000,00	70.000.000,00	9.990.520,35	9.990.520,35	0,14	4.906,50
19101 - Secretaria de Estado da Segurança Pública											
3210 - Modernização e Integração do Sistema de Segurança Pública – Viva Maranhão	Pessoa beneficiada	unidade	2.632.632	2.631.632	1,00	15.000.000,00	15.000.000,00	4.150.016,07	4.150.016,07	0,28	3,61
21201 - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão											
3203 - Expansão e Melhoria da Rede de Saneamento Básico – Viva Maranhão	Unidade residencial beneficiada	unidade	0	0	0,00	50.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

21901 - FES/Unidade Central

3209 - Modernização e Ampliação dos Serviços de Saúde – Viva Maranhão	Leito ofertado	unidade	1.608	200	0,12	120.000.000,00	120.000.000,00	29.128.213,71	26.349.052,03	0,22	0,57

22101 - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

3201 - Desenvolvimento e Gerenciamento Institucional – Viva Maranhão	Relatório gerencial elaborado	unidade	12	10	0,83	159.929.731,00	128.481.804,00	24.110.822,65	19.676.297,08	0,15	5,44
3205 - Melhoria da Gestão Territorial – Viva Maranhão	Zoneamento elaborado	unidade	0	0	0,00	14.000.000,00	14.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3207 - Modernização do Sistema de Planejamento e Orçamento – Viva Maranhão	Sistema implantado	unidade	0	0	0,00	2.070.269,00	2.070.269,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3208 - Modernização e Ampliação dos Serviços da Rede de Tecnologia da Informação e Comunicação – Viva Maranhão	fibra optica implantada	km	0	0	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

23901 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Maranhão

3211 - Expansão e Modernização da Infraestrutura para o Desenvolvimento Produtivo - Viva Maranhão	Empreendimento implantado	unidade	4	2	0,50	20.000.000,00	20.000.000,00	8.354.156,21	3.024.656,59	0,15	3,31

24206 - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

3136 - Implantação de INFOVIA - Viva Maranhão	Estrutura implantada	unidade	0	0	0,00	5.100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

53101 - Secretaria de Estado da Infraestrutura

3202 - Expansão e Melhoria da Mobilidade Urbana – Viva Maranhão	Obra concluída	unidade	492.066	0	0,00	266.526.018,00	130.974.243,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3212 - Ampliação da Integração dos Municípios por Rodovia – Viva Maranhão	Rodovia concluída	unidade	1.295	414	0,32	869.464.027,00	895.126.259,00	290.509.251,72	261.764.811,99	0,29	1,09

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

3221 - Melhoria da Mobilidade Urbana	Obra concluída	unidade	1.355.517	855.173	0,63	0,00	135.551.775,00	109.945.696,23	55.586.251,91	0,41	1,54

56101 - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

3204 - Expansão e Modernização do Sistema Penitenciário - Viva Maranhão	Vaga ofertada	unidade	612	0	0,00	100.000,00	10.137.768,00	1.162.692,62	1.162.692,62	0,11	0,00

58101 - Secretaria de Estado da Gestão e Previdência

3206 - Modernização do Sistema da Gestão e Previdência – Viva Maranhão	Sistema implantado	unidade	3	0	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

61101 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

3214 - Expansão da Infraestrutura Socioprodutiva para a Redução da Pobreza - Viva Maranhão	Família beneficiada	unidade	0	0	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MÉDIA DO PROGRAMA					37,04					0,11	259,18

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A média encontrada entre avaliação da meta planejada em relação a executada foi de 37,04, que na escala de valoração é considerado Eficaz. Com destaque para as ações 3200 - Ampliação e Modernização da Educação – Viva Maranhão e 3210 - Modernização e Integração do Sistema de Segurança Pública – Viva Maranhão que superaram a meta física prevista, apesar do desempenho insatisfatório das demais ações no que se refere ao atingimento da eficácia. Por outro lado a média alcançada da relação entre a execução física e financeira foi de 259,18, que na valoração foi considerada Muito Eficiente. Com destaque para as ações 3203 - Expansão e Melhoria da Rede de Saneamento Básico – Viva Maranhão, 3200 - Ampliação e Modernização da Educação – Viva Maranhão, 3210 - Modernização e Integração do Sistema de Segurança Pública – Viva Maranhão, 3201 - Desenvolvimento e Gerenciamento Institucional – Viva Maranhão e 3212 - Ampliação da Integração dos Municípios por Rodovia – Viva Maranhão. Os resultados apresentados demonstram o redirecionamento da atual gestão com foco nos investimentos para superação dos indicadores sociais, tendo em vista o bom desempenho das ações 3200 - Ampliação e Modernização da Educação que foram eficazes e eficientes e 3210 - Modernização e Integração do Sistema de Segurança Pública – Viva Maranhão dentro do programa.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Financeiro	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	F/C = Eficiência
			Físico (A)			Físico (D)			
12206 - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão									
3203 - Expansão e Melhoria da Rede de Saneamento Básico – Viva Maranhão	Unidade residencial beneficiada	unidade	61.017	50.000.000,00	819,44	9.631	3.356.850,93	348,55	0,43
15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social									
3213 - Expansão da Infraestrutura de Equipamentos Sociais e Agrícolas - Viva Maranhão	Família beneficiada	unidade	504.000	65.050.000,00	129,07	0	11.383.692,57	0,00	0,00
15112 - Gerência de Inclusão Socioprodutiva									
3214 - Expansão da Infraestrutru Socioprodutiva para a Redução da Pobreza - Viva Maranhão	Família beneficiada	unidade	20	70.000,00	3.500,00	0	0,00	0,00	0,00
17101 - Secretaria de Estado da Educação									
3200 - Ampliação e Modernização da Educação – Viva Maranhão	Aluno beneficiado	unidade	140	70.000.000,00	500.000,00	98.037	9.990.520,35	101,91	0,00
19101 - Secretaria de Estado da Segurança Pública									
3210 - Modernização e Integração do Sistema de Segurança Pública – Viva Maranhão	Pessoa beneficiada	unidade	2.632.632	15.000.000,00	5,70	2.631.632	4.150.016,07	1,58	0,28
21201 - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão									
3203 - Expansão e Melhoria da Rede de Saneamento Básico – Viva Maranhão	Unidade residencial beneficiada	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

21901 - FES/Unidade Central

3209 - Modernização e Ampliação dos Serviços de Saúde – Viva Maranhão	Leito ofertado	unidade	1.608	120.000.000,00	74.626,87	200	26.349.052,03	131.745,26	1,77

22101 - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

3201 - Desenvolvimento e Gerenciamento Institucional – Viva Maranhão	Relatório gerencial elaborado	unidade	12	128.481.804,00	10.706.817,00	10	19.676.297,08	1.967.629,71	0,18
3205 - Melhoria da Gestão Territorial – Viva Maranhão	Zoneamento elaborado	unidade	0	14.000.000,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
3207 - Modernização do Sistema de Planejamento e Orçamento – Viva Maranhão	Sistema implantado	unidade	0	2.070.269,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
3208 - Modernização e Ampliação dos Serviços da Rede de Tecnologia da Informação e Comunicação – Viva Maranhão	fibra optica implantada	km	0	100.000,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

23901 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Maranhão

3211 - Expansão e Modernização da Infraestrutura para o Desenvolvimento Produtivo - Viva Maranhão	Empreendimento implantado	unidade	4	20.000.000,00	5.000.000,00	2	3.024.656,59	1.512.328,30	0,30

24206 - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

3136 - Implantação de INFOVIA - Viva Maranhão	Estrutura implantada	unidade	0	100.000,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

53101 - Secretaria de Estado da Infraestrutura

3202 - Expansão e Melhoria da Mobilidade Urbana – Viva Maranhão	Obra concluída	unidade	492.066	130.974.243,00	266,17	0	0,00	0,00	0,00
3212 - Ampliação da Integração dos Municípios por Rodovia – Viva Maranhão	Rodovia concluída	unidade	1.295	895.126.259,00	691.211,85	414	261.764.811,99	632.434,92	0,91
3221 - Melhoria da Mobilidade Urbana	Obra concluída	unidade	1.355.517	135.551.775,00	100,00	855.173	55.586.251,91	65,00	0,65

56101 - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

3204 - Expansão e Modernização do Sistema Penitenciário - Viva Maranhão	Vaga ofertada	unidade	612	10.137.768,00	16.564,98	0	1.162.692,62	0,00	0,00

58101 - Secretaria de Estado da Gestão e Previdência

3206 - Modernização do Sistema da Gestão e Previdência – Viva Maranhão	Sistema implantado	unidade	3	100.000,00	33.333,33	0	0,00	0,00	0,00

61101 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

3214 - Expansão da Infraestrutura Socioprodutiva para a Redução da Pobreza - Viva Maranhão	Família beneficiada	unidade	0	30.000,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

MÉDIA DO PROGRAMA

896.177,60 223.402,91 0,24

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A média do custo do programa obtido foi de 0,24, considerado Média Eficiência na escala de valoração. O resultado pode ser explicado pelo baixo percentual de execução orçamentária (liquidado) em relação ao planejado orçamentário(lei+crédito) e também pela ausência de informação da execução física no produto das ações, em algumas os resultados serão apresentados apenas em 2016, em função das obras não concluídas no exercício e atraso em licitações.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O programa é multissetorial e contempla cinco Diretrizes de Governo. Os resultados alcançados contribuíram com as Diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015, Vale destacar que a avaliação do Plano em 2015, corresponde ao primeiro da ano da nova gestão de governo, sendo que houve um

redirecionamento das ações para superação dos indicadores do nosso Estado, o que apresentou um desempenho satisfatório das ações na área social.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foi relacionado nenhum indicador intermediário ao programa.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não foi relacionado nenhum indicador intermediário ao programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O Viva Maranhão foi excluído na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, em consequência de um redirecionamento dado ao programa de conformidade com a metodologia adotada na construção do Plano, para a criação do programa é necessário atender a 3 requisitos básico: atender a demanda da sociedade, resolver um problema e justificar um investimento. Embora tenha havido a justificativa do investimento feito através da parceira com o BNDES, o programa apresentou uma baixa consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos, conforme relatado na análise da concepção. A reformulação feita visa dar um gerenciamento mais eficaz e eficiente na execução dos projetos que passarão a ser vinculadas aos órgãos executores das ações, o que possibilitará uma melhor avaliação dos indicadores de desempenho pelas setoriais, devendo a SEPLAN ter apenas uma ação de coordenação e não um programa finalístico, sendo um órgão de natureza institucional. Por fim na avaliação realizada, constatou-se que o programa foi eficaz e muito eficiente alcançando um elevado índice obtido na ação 3200-Ampliação e Modernização da Educação devido a intervenções promovidas pela Escola Digna, com advento do Plano Plurianual 2016-2019, a mesma será absorvida pelo Programa Escola Digna.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0505 - Maranhão de Oportunidades**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	23000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio					
UNIDADE EXECUTORA	23101 - Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SEINC)					
PROBLEMA	Baixa Participação Industrial no PIB do Estado					
OBJETIVO	Aumentar a Participação Industrial no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado.					
PÚBLICO ALVO	Empreendedores.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	41.522.321,00	Atual	40.853.241,00	Variação	-1,61

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Promover a Dinamização da Economia e o Desenvolvimento Regional Aproveitando as Oportunidades e Potencialidades Locais.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Pib Per Capita

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa apresenta em sua concepção alta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado e objetivos. Além disso, o programa foi concebido em conformidade com as diretrizes do Governo do Estado e contribuiu para o desenvolvimento econômico estimulando o crescimento e aperfeiçoamento dos parques industriais. O público e as ações foram bem definidos para mensuração das metas. Não foi prevista avaliação do programa por representação do público alvo. O programa utilizou subtítulos nas ações para localização dos gastos em municípios maranhense contemplando a instalação dos parques empresariais.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Em relação à implantação do programa verifica-se que existe autonomia gerencial institucionalizada especificamente para o programa, as ações implementadas nos parques empresariais e distritos industriais foram gerenciadas pela Superintendência de Infraestrutura da SEINC. O orçamento inicial aprovado não foi suficiente para o cumprimento das metas previstas, houve necessidade de suplementação para atender as demandas, a limitação de recursos comprometeu o cumprimento de algumas metas estabelecidas no PPA, as cotas financeiras foram liberadas conforme previsto na programação orçamentária, foram formadas parcerias para implementação do programa com BNDES (Viva Maranhão), nas obras de implantação dos parques empresariais de Pinheiro, Imperatriz, Caxias e Timon. O programa contou com materiais e equipamentos em qualidade e quantidade para sua implementação, assim como logística e infraestrutura, porém no que diz respeito à equipe técnica o órgão apontou deficiência por falta de pessoal suficiente para atender a demanda.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados foram compatíveis com os existentes no PPA e foram submetidos à apreciação às instâncias superiores de decisão do órgão por meio de relatórios técnicos. Os fatores que mais contribuíram para o alcance dos resultados foram: O trabalho em equipe, empenho da direção superior e convênio firmado com a FAPEMA, porém os principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados foram: escassez de pessoal qualificado, limitação de recursos e necessidade de cursos de capacitação técnica, os resultados alcançados foram potencializados por ações de programas de outros órgãos setoriais, como o INMEQ e Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) e o Viva Maranhão. Houve participação social dos beneficiários do programa por meio de rodadas de negócios com a participação do público alvo (empreendedores) e foi aberta ao público em geral. As metas físicas previstas para cada ação do programa não foram cumpridas em sua totalidade, algumas ações não alcançaram as metas por conta da limitação de recursos orçamentários.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
23101 - Secretaria de Estado da Indústria e Comércio											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	1.250.000,00	1.417.088,00	1.354.410,47	1.040.372,34	0,73	0,00
4467 - Atração, Incentivo e Manutenção de Negócios	Benefício concedido	unidade	20	28	1,40	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4619 - Promoção do Desenvolvimento Econômico	Evento realizado	unidade	120	62	0,52	609.553,00	693.550,00	668.550,00	668.550,00	0,96	0,54
4620 - Fortalecimento Institucional	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	600.000,00	66.170,00	66.170,00	16.170,00	0,24	0,00
4621 - Desenvolvimento do Comércio e Serviços	Empresa competitiva	unidade	20	25	1,25	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

23202 - Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão

2742 - Serviços Técnicos Metrológicos	Instrumento aferido	unidade	86.362	53.157	0,62	8.962.768,00	8.676.433,00	3.214.099,82	3.049.714,64	0,35	1,75

23901 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Maranhão

4622 - Incremento da Competitividade de Infraestrutura Industrial e Investimentos Estratégicos	Projeto apoiado	unidade	100	71	0,71	30.000.000,00	30.000.000,00	19.009.411,45	4.785.962,60	0,16	4,45

MÉDIA DO PROGRAMA

					0,75					0,41	1,12

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeira do programa indica o valor da Eficácia de 0,75, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação revela que o programa não foi Eficaz esse valor pode ser explicado em razão das ações 4467 - Atração, Incentivo e Manutenção de Negócios e 4621 - Desenvolvimento do Comércio e Serviços terem realizado as metas físicas com recursos utilizados da ação 4450 - Gestão do Programa. No que se refere à Eficiência, a avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeira do programa indica o valor de 1,12, corresponde a Muito Eficiente, convém ressaltar que as ações que contribuíram para melhor desempenho do programa foram as 4619 - Promoção do Desenvolvimento Econômico, 2742 - Serviços Técnicos Metrológicos e 622 - Incremento da Competitividade de Infraestrutura Industrial e Investimentos Estratégicos.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
23101 - Secretaria de Estado da Indústria e Comércio									
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	1.417.088,00	0,00	0	1.040.372,34	0,00	0,00
4467 - Atração, Incentivo e Manutenção de Negócios	Benefício concedido	unidade	20	0,00	0,00	28	0,00	0,00	0,00
4619 - Promoção do Desenvolvimento Econômico	Evento realizado	unidade	120	693.550,00	5.779,58	62	668.550,00	10.783,06	1,87
4620 - Fortalecimento Institucional	Medido pela despesa	unidade	0	66.170,00	0,00	0	16.170,00	0,00	0,00
4621 - Desenvolvimento do Comércio e Serviços	Empresa competitiva	unidade	20	0,00	0,00	25	0,00	0,00	0,00
23202 - Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão									
2742 - Serviços Técnicos Metrológicos	Instrumento aferido	unidade	86.362	8.676.433,00	100,47	53.157	3.049.714,64	57,37	0,57
23901 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Maranhão									
4622 - Incremento da Competitividade de Infraestrutura Industrial e Investimentos Estratégicos	Projeto apoiado	unidade	100	30.000.000,00	300.000,00	71	4.785.962,60	67.407,92	0,22
MÉDIA DO PROGRAMA					50.980,01		13.041,39		0,44

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação de Custo do Produto obtido na execução do programa que expressa também a sua Eficiência, apresentou o valor de 0,44, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a Muito Eficiente, esse valor pode ser explicado através das ações 2742 - Serviços Técnicos Metrológicos 4622 - Incremento da Competitividade de Infraestrutura Industrial e Investimentos Estratégicos que foram executadas com o custo abaixo do previsto.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Sim, porque a execução do programa no exercício avaliado atende as diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, e o programa contribuiu parcialmente para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não, porque não há indicadores intermediários definidos para o programa.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Não foi informado indicador de painel.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1- Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações, bem como rever as metas físicas e financeiras adequadas as mesmas; 2- Garantir tempestivamente o lançamento das informações das metas física e financeira no SISPCA de forma que reflita de fato a realidade do desempenho do Programa; 3-Capacitar equipe técnica com ralação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.

0120 - PORTO - Porta Facilitadora de Negócios

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	23000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio					
UNIDADE EXECUTORA	23203 - Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP)					
PROBLEMA	Expansão, ampliação e modernização do Porto					
OBJETIVO	Expandir o volume de negócios mediante a ampliação e modernização da infraestrutura portuária.					
PÚBLICO ALVO	Exportadores e importadores.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	128.258.127,00	Atual	128.258.127,00	Variação	0,00

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Promover a Dinamização da Economia e o Desenvolvimento Regional Aproveitando as Oportunidades e Potencialidades Locais.

Oferecer Infraestrutura, Logística e Transportes de Qualidade.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa apresenta em sua concepção alta consistência entre seus atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução de problemas e objetivos, associado às diretrizes de governo. As ações foram bem elaboradas e suficientes para atender o objetivo do programa com o público alvo identificado e caracterizado e metas físicas suficientes em sua quantidade programada. Ressalta-se que a Ação 1688 – Ampliação e Modernização do Porto está inclusa no Plano de Desenvolvimento Estrutural - PDE.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Em relação à implantação do programa existe autonomia gerencial institucionalizada, houve adequação e suficiência dos recursos para o cumprimento das metas previstas. O orçamento foi suficiente para cumprir as metas estabelecidas, o programa contou com materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficientes para sua implementação, assim como logística e infraestrutura. Não foram formadas parcerias para a implantação do programa, a ação incluída no PDE teve tratamento prioritário contribuindo no desenvolvimento da infraestrutura e prioridades de investimentos para aumento da produtividade do Porto.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram compatíveis com os existentes no PPA, os fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados foram: prioridade na execução das ações emergenciais, planejamento adequado para cumprimento do prazo e acompanhamento das ações. Porém os principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados foram: processo de revisões e adequações das licitações, agilidade no fechamento do orçamento pelos fornecedores e atraso no laudo de terceiros necessários para o andamento dos processos. A meta prevista especialmente para a ação 1688 – Ampliação e Modernização do Porto, incluída no PDE foi superada devido aporte de recurso para execução da dragagem de aprofundamento realizada integralmente no ano.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
23203 - Empresa Maranhense de Administração Portuária											
1688 - Ampliação e Modernização do Porto	Área portuária ampliada/modernizada	m²	86.628	92.304	1,07	64.129.065,00	64.129.065,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4166 - Aparelhamento Portuário	Diretoria aparelhada	unidade	6	1	0,17	64.129.062,00	64.129.062,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,62					0,00	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação efetuada da relação entre a meta física e financeira apresenta o coeficiente de 0,62 correspondendo na escala de valoração a Não Eficácia do programa, e a execução orçamentária, dada a natureza do órgão, empresa de economia mista, portanto, integra a LOA no orçamento de investimento das estatais, dessa forma, as informações financeiras não lançadas no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
23203 - Empresa Maranhense de Administração Portuária									
1688 - Ampliação e Modernização do Porto	Área portuária ampliada/modernizada	m²	86.628	64.129.065,00	740,28	92.304	0,00	0,00	0,00
4166 - Aparelhamento Portuário	Diretoria aparelhada	unidade	6	64.129.062,00	10.688.177,00	1	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					5.344.458,64			0,00	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Referente a avaliação de Custo do Produto, não foi possível avaliar, pela natureza do órgão sendo uma empresa de economia mista e, por não se integrar ao SIAFEM não são lançadas as informações financeiras..

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Não, Porque embora o programa esteja associado a uma diretriz de governo como não tem registro de seus resultados não podemos dimensionar a sua contribuição com a respectiva diretriz.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não, Porque não existe nenhum indicador intermediário definido para o programa.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Não foi associado nenhum indicador do painel.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1- Fazer o levantamento das informações das metas físicas financeiras para que sejam garantidas tempestivamente no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa; 2- Instituir equipes gerenciais para o programa e ações.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0122 - Registro das Atividades Mercantis**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	23000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio					
UNIDADE EXECUTORA	23201 - Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA)					
PROBLEMA	1. Elevada quantidade de empresas funcionando na informalidade					
OBJETIVO	Promover e garantir a prestação de serviço do registro público de empresas mercantis e atividades afins.					
PÚBLICO ALVO	Empreendedores.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	2.290.794,00	Atual	6.619.816,33	Variação	188,97

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Promover a Dinamização da Economia e do Desenvolvimento Regional Aproveitando as Oportunidades e Potencialidades Locais.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de documentos protocolados	Unidade	31/12/2015	0	79.572	61.030
Número de Unidades Desconcentradas Instaladas.	Unidade	31/12/2015	0	04	02

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa foi concebido em conformidade com as diretrizes do Governo do Estado, o público alvo está perfeitamente caracterizado e delimitado, os produtos (bens e serviços) estão bem definidos, as ações não foram suficientes para atender o objetivo do programa, como também não foi realizada avaliação do programa pelos membros do Conselho de Política, porém foi prevista avaliação por representações do público alvo, através de pesquisa de satisfação do cliente externo para mensurar a prestação de serviços. As metas continuam suficientes e necessárias para alcançar o objetivo do programa, o mesmo utilizou subtítulos em suas ações para localização de gastos nos municípios maranhenses.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Em relação à implantação do programa existe autonomia gerencial institucionalizada, o orçamento inicial aprovado não foi suficiente para o cumprimento das metas, com a implantação do Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM no Maranhão o desenvolvimento do órgão superou o esperado, usando assim o superávit financeiro de 2014 para a conclusão da meta da Ação 1764 – Registro Mercantil. Foram formadas diversas parcerias institucionais através de convênios com o Sebrae, Procon e Ministério Público, contando ainda com materiais e equipamentos suficientes para sua implantação, porém, em relação à equipe técnica observa-se uma deficiência no qualitativo e quantitativo. No entanto no que tange infraestrutura e logística não foi suficiente para implementação do programa.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados foram compatíveis com os existentes no PPA, houve participação social dos beneficiários (público alvo), através de capacitações e treinamentos dos processos. Os principais fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados: controle de custos, participação da alta direção e equipe técnica capacitada e comprometida. No entanto os principais entraves foram: recursos humanos insuficientes e queda na demanda pelos serviços. As metas físicas não foram cumpridas em sua totalidade devido algumas parcerias não terem sido finalizadas.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
23201 - Junta Comercial do Estado do Maranhão											
1766 - Regionalização da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA	Unidade desconcentrada instalada	unidade	4	2	0,50	95.450,00	515.450,00	1.344,00	1.344,00	0,00	0,00
4364 - Registro Mercantil	Documento protocolado	unidade	79.572	61.030	0,77	1.992.344,00	3.541.366,33	2.323.745,64	2.323.745,64	0,66	1,17
4580 - Revitalização do Acervo da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA	Base de informações consolidada	unidade	0	0	0,00	203.000,00	2.563.000,00	2.390.171,40	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,42					0,22	0,39

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação do produto obtido indica a sua Eficácia apresentou o valor de 0,42 o que revela a Não Eficácia do programa que pode ser explicado pela não execução da meta física da Ação 4580 - Revitalização do Acervo da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA. No que se refere a análise das metas financeiras do programa o valor encontrado 64,31 considerado na escala de valoração Muito Eficiente em função do desempenho das ações 4364 - Registro Mercantil e 1766 - Regionalização da Junta Comercial do Maranhão que impulsionaram o desempenho do programa.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
23201 - Junta Comercial do Estado do Maranhão									
1766 - Regionalização da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA	Unidade desconcentrada instalada	unidade	4	515.450,00	128.862,50	2	1.344,00	672,00	0,01
4364 - Registro Mercantil	Documento protocolado	unidade	79.572	3.541.366,33	44,51	61.030	2.323.745,64	38,08	0,86
4580 - Revitalização do Acervo da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA	Base de informações consolidada	unidade	0	2.563.000,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					42.969,00			236,69	0,29

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação de Custo do Produto obtido na execução do programa que expressa a sua Eficiência, apresentou o valor de 0,29, que na escala de valoração corresponde a Muito Eficiente, esse valor pode ser explicado em função da ação 1766 - Regionalização da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA ter sido executada com baixo custo referente ao planejado.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Sim, os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmos estão contribuindo para a visão estratégica de governo com o fortalecimento do comércio local, a rapidez na abertura de novas empresas e na simplificação dos processos de registro mercantis, com menos burocracia.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Sim, na análise efetuada verificou-se que os indicadores contribuíram para os resultados planejados.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Não foi formulado indicador de desempenho para o programa para compor o painel.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1- Proceder a inclusão das informações das metas físicas e financeiras para que sejam garantidas tempestivamente no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa; 2- Incluir um indicador que possa mensurar ou monitorar o programa de forma mais precisa na solução do problema. 3- Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações, bem como rever as metas físicas e financeiras adequadas as mesmas; 4. Compatibilizar os recursos financeiros com as metas físicas.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0100 - Desenvolvimento Científico e Tecnológico**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	24000 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
UNIDADE EXECUTORA	24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)					
PROBLEMA	Falta de sistematização na produção do conhecimento científico e tecnológico dificultando acesso aos novos conhecimentos					
OBJETIVO	Apoiar, desenvolver, sistematizar e divulgar a produção científica e tecnológica.					
PÚBLICO ALVO	Professores e alunos de instituições de ensino superior, estudantes do ensino médio egressos de escolas públicas e pessoas atendidas pelos pólos tecnológicos.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	54.402.725,00	Atual	41.927.533,19	Variação	-22,93

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

,Desenvolver a Capacidade de Geração, Absorção, Difusão Científica, Tecnológica e Inovação

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

De modo geral quanto a concepção o Programa apresenta baixa consistência entre os atributos qualitativos, o problema não consegue resumir as demandas atuais do Estado com relação a sua política de fomento à ciência, tecnologia e inovação e o público alvo ora apresentado, deixa de fora as instituições de pesquisas públicas e privadas que não são ligadas à instituições de ensino. Em termos quantitativos, não foi elaborado indicador de desempenho e houve contingenciamento nos recursos (-22,93) o que pode contribuir negativamente para a obtenção de resultados. Isso faz com que, embora haja uma clara definição do público-alvo, exclui-se a necessária e importante participação desses stakeholders. Em termos Qualitativos podemos destacar ainda que, parcerias foram estabelecidas com o CNPq, FINEP, CAPES, FNDE, IRD e Fundo Newton – de modo a assegurar a implementação do Programa, entretanto, verifica-se a necessidade de qualificação e capacitação de pessoas de modo a assegurar o pleno desenvolvimento das atividades em C, T, & I, assim como, a melhoria da infraestrutura logística da Secretaria;

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

A implantação do programa embora tenha utilizado estratégias adequadas como estabelecimento de parcerias com CNPq, FINEP, CAPES, FNDE, IRD e Fundo Newton, que potencializa o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente, destacam-se ausência de gerenciamento específico do Programa, não há técnicos qualificados em número suficiente para o pleno desenvolvimento dos trabalhos. A grande maioria dos seus funcionários são profissionais ocupantes de cargo comissionado ou em situação precária quanto ao contrato de trabalho e o contingenciamento de recursos. Autoridade gerencial é fato, mas autonomia gerencial inexistente, dadas as questões formalizadas no planejamento e na

gestão dos programas que define o que a cada órgão vinculado tem para executar suas atividades/projetos. A execução dos Programas vinculam-se aos fluxos, limitações e/ou restrições orçamentárias. Normalmente os valores ou tetos estabelecidos, além do contingenciamento, estão bem aquém das necessidades demandadas, o que induz a suplementações e anulações contínuas visando efficientizar a implementação e execução dos Programas. A formalização de parcerias com CNPq, FINEP, CAPES, FNDE, IRD e Fundo Newton, por exemplo, induz à existência de contrapartida do tesouro, o que tem induzido, devolução e não formalização de convênios com essas instituições. Outro fator limitante na implementação da Política é ausência de pessoal efetivo e efetivamente qualificado e comprometido com a questão CT&I. O que se constata é autonomia na gestão das Ações – que cada órgão vinculado tem - muito embora, o órgão já possua alguma infraestrutura e logística que ainda é insuficiente para a execução de qualquer Programa.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo programa foram submetidos à apreciação das instâncias de decisão superiores através de relatórios emitidos via sistema, atendendo normas estabelecidas pelos órgãos de planejamento e controle governamentais. O potencial de aporte de recursos de parceiros - CAPES, FINEP e CNPq - principalmente, propiciaram resultados qualitativos nos processos de gestão em CT&I. Não fosse o contingenciamento e a ineficiência no repasse de recursos orçados esses resultados seriam melhores. Inexiste pesquisa de verificação de satisfação do público-alvo - exceto pelo pesquisador na verificação usual de status de processos em andamento e em análise -, nem uma específica Política Governamental de Ciência, Tecnologia e Inovação, tão necessária e urgente para o Estado e para a Sociedade. Cabe ressaltar a melhoria experimentada no alcance de resultados do programa, através política de investimentos em qualificação técnica e científica do quadro funcional e de recursos humanos estaduais, o fortalecimento das instituições de ensino superior e a popularização da ciência, tecnologia e inovação, distribuição das ações em forma de publicação de editais, comprometimento da equipe e um efetivo acompanhamento das ações via sistema.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação											
4007 - Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento realizado	unidade	30	13	0,43	30.000,00	7.271,00	7.271,00	7.271,00	1,00	0,43
4613 - Descentralização e Readequação	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

do Sistema Estadual de Ciência,
Tecnologia e Inovação

4626 - Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Regional	Projeto científico/tecnológico apoiado	unidade	8	1	0,13	130.000,00	8.468.754,61	5.374.489,44	4.759.886,89	0,56	0,22

24202 - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

4168 - Fomento à Pesquisa	Auxílio concedido	unidade	1.100	824	0,75	21.060.000,00	16.126.977,36	13.347.894,17	12.823.048,69	0,80	0,94
4169 - Fomento à Formação de Recursos Humanos	Bolsa concedida	unidade	1.200	11.467	9,56	21.028.725,00	12.466.838,22	12.296.024,80	12.296.024,80	0,99	9,69
4290 - Divulgação da Produção Científica e Tecnológica	Evento realizado	unidade	150	140	0,93	600.000,00	2.424.092,00	2.327.287,25	2.307.647,25	0,95	0,98
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	5.048.000,00	2.433.600,00	1.707.624,49	1.520.088,38	0,62	0,00

24206 - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

3141 - Implantação de Parque Tecnológico	Unidade componente do parque tecnológico implantada	unidade	0	0	0,00	6.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MÉDIA DO PROGRAMA 1,69 0,70 1,75

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Verifica-se, pela metodologia adotada, que quanto ao requisito execução física o índice foi de 1,69 constatando uma relação de Eficácia na execução do Programa, comparando-se executado x planejado. Quanto ao requisito execução financeira, o índice alcançado de 1,75 caracteriza-se por extensão, como Muito Eficiente. O resultado pode ser explicado, em função do desempenho da ação 4169 - Fomento à Formação de Recursos Humanos, quanto a eficácia e eficiência através da participação de recursos de convênios para a realização da meta dentro do esperado, o que elevou a índice do programa. Apesar do contingenciamento e da não execução das ações 3141 - Implantação de Parque Tecnológico e 4613 - Descentralização e Readequação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação									
4007 - Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento realizado	unidade	30	7.271,00	242,37	13	7.271,00	559,31	2,31
4613 - Descentralização e Readequação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação	Medido pela despesa	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4626 - Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Regional	Projeto científico/tecnológico apoiado	unidade	8	8.468.754,61	1.058.594,33	1	4.759.886,89	4.759.886,89	4,50
24202 - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenv. Científico e Tecnológico do Maranhão									
4168 - Fomento à Pesquisa	Auxílio concedido	unidade	1.100	16.126.977,36	14.660,89	824	12.823.048,69	15.561,95	1,06
4169 - Fomento à Formação de Recursos Humanos	Bolsa concedida	unidade	1.200	12.466.838,22	10.389,03	11.467	12.296.024,80	1.072,30	0,10
4290 - Divulgação da Produção Científica e Tecnológica	Evento realizado	unidade	150	2.424.092,00	16.160,61	140	2.307.647,25	16.483,19	1,02
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	2.433.600,00	0,00	0	1.520.088,38	0,00	0,00
24206 - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão									
3141 - Implantação de Parque Tecnológico	Unidade componente do parque tecnológico implantada	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					157.149,60		684.794,81		1,28

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o índice de 1,28 considerado pouco eficiente. Resultado que pode ser explicado, em função dos gastos realizados para a obtenção do produto das ações demonstrarem que o custo médio por unidade de produto planejado elevou-se consideravelmente na execução do programa

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA, quanto a elevação da qualificação técnica científica dos recursos humanos, fortalecimento de instituições de ensino e pesquisa, e a popularização da ciência, tecnologia e inovação no estado.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foi informado o indicador de desempenho intermediário.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Paine

Não foi informado pelo órgão.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O Programa foi excluído na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, em consequência de um redirecionamento dado pelo Órgão executor em atendimento as propostas da atual gestão para a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação. A reformulação feita visa dar um gerenciamento mais eficaz e eficiente na execução dos programas, através da metodologia adotada na construção do Plano, sendo necessário atender aos seguintes requisitos básico: atender uma demanda da sociedade, resolver um problema e justificar um investimento.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0177 - Ensino de Graduação e Formação Superior**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	24000 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
UNIDADE EXECUTORA	24201 - Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)					
PROBLEMA	Significativa parcela da população maranhense não possui formação de nível superior, dificultando a absorção dos conhecimentos científicos e tecnológico e interferindo, negativamente na qualidade do ensino ministrado nas escolas maranhenses.					
OBJETIVO	Graduar profissionais em cursos de licenciatura e bacharelado de modo a melhorar o nível de empregabilidade, formando uma oferta local competitiva.					
PÚBLICO ALVO	Egressos do ensino médio.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	155.564.944,00	Atual	87.992.534,71	Variação	-43,44

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Desenvolver a Capacidade de Geração, Absorção, Difusão Científica, Tecnológica e de Inovação

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

Programa foi concebido e desenvolvido de modo a satisfazer às demandas por formação superior advindas da sociedade. Ocorre que a oferta de cursos de graduação foi inferior à demanda ofertada pelas instituições de ensino superior. O objetivo do programa estão compatíveis na busca da solução dos problemas detectados, verifica-se uma completa carência quanto ao tratamento dado aos egressos dos cursos de graduação oferecidos. As ações e metas físicas estão bem caracterizadas, os entregáveis definidos na programação são perfeitamente adequados. Em Termos Quantitativos, houve um contingenciamento no recursos do Programa(-43,44) o que pode prejudicar a execução do programa.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Observa-se na análise do formulário de avaliação setorial, que há a autonomia na execução das ações, no entanto, alguns entraves foram identificados para a implantação/execução, a saber: o contingenciamento de recursos financeiros que comprometem a qualidade dos entregáveis do programa, a falta de parcerias institucionais também dificultam também esse processo, infraestrutura logística através do IEMA apresentou algumas dificuldades com relação à qualidade e quantidade de produtos suficientes ao atendimento das ações demandadas, e por fim a qualificação profissional, através do Programa Maranhão Profissional, reforça a essa carência e a necessidade de formação universitária para sua execução.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Programa foi submetido a apreciação de instâncias superiores pelo encaminhamento de relatórios específicos. Apesar de não ter tido um bom desempenho na avaliação realizada, em virtude do contingenciamento cuja a variação foi de -43,44 e da execução das metas físicas e financeiras abaixo do previsto, alguns fatores positivos foram identificados: a mobilização social, apoio institucional, expansão das ações institucionais fora do Estado e as ações forma potencializadas através da consonância com os objetivos dos outros órgãos setoriais ou entidades vinculadas tais como: FAPEMA e IEMA.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
24201 - Universidade Estadual do Maranhão											
1767 - Implantação de Novos Cursos e Unidades de Ensino	Curso implantado	unidade	2	1	0,50	3.000.000,00	1.938.709,00	1.889.885,12	1.781.880,13	0,92	0,54
2118 - Formação de Profissionais de Nível Superior	Aluno matriculado	unidade	12.000	11.796	0,98	116.297.890,00	72.068.298,32	50.321.145,74	47.988.894,42	0,67	1,48
4167 - Pós-Graduação de Profissionais	Aluno matriculado	unidade	4.000	3.166	0,79	9.587.054,00	5.414.947,00	4.982.447,88	4.453.165,88	0,82	0,96
24206 - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão											
1768 - Implantação de Cursos de Pós-Graduação	Hora/aula/aluno em atendimentos	unidade	49	0	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3140 - Expansão e Consolidação de Centros de Ensino	Equipamento/obra disponibilizada	unidade	4	1	0,25	11.500.000,00	8.067.580,39	4.063.630,28	3.701.936,61	0,46	0,54
4017 - Graduação de Profissionais de Nível Superior	Hora/aula/aluno em atendimento	unidade	750	588	0,78	12.180.000,00	503.000,00	495.000,00	495.000,00	0,98	0,80

MÉDIA DO PROGRAMA

0,55

0,64

0,72

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Verifica-se, pela metodologia adotada que, quanto ao requisito execução física o índice obtido foi 0,55, considerado não eficaz. Quanto ao requisito execução financeira, o índice alcançado de 0,72, na escala de valoração média eficiência. O resultado pode ser explicado pela execução física e financeira abaixo do planejado nas ações e pelo contingenciamento de recursos no programa.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
24201 - Universidade Estadual do Maranhão									
1767 - Implantação de Novos Cursos e Unidades de Ensino	Curso implantado	unidade	2	1.938.709,00	969.354,50	1	1.781.880,13	1.781.880,13	1,84
2118 - Formação de Profissionais de Nível Superior	Aluno matriculado	unidade	12.000	72.068.298,32	6.005,69	11.796	47.988.894,42	4.068,23	0,68
4167 - Pós-Graduação de Profissionais	Aluno matriculado	unidade	4.000	5.414.947,00	1.353,74	3.166	4.453.165,88	1.406,56	1,04
24206 - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão									
1768 - Implantação de Cursos de Pós-Graduação	Hora/aula/aluno em atendimentos	unidade	49	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
3140 - Expansão e Consolidação de Centros de Ensino	Equipamento/obra disponibilizada	unidade	4	8.067.580,39	2.016.895,10	1	3.701.936,61	3.701.936,61	1,84

4017 - Graduação de Profissionais de Nível Superior	Hora/aula/aluno em atendimento	unidade	750	503.000,00	670,67	588	495.000,00	841,84	1,26
MÉDIA DO PROGRAMA					499.046,62			915.022,23	1,11

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o índice de 1,11, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a pouca eficiência. O valor pode ser explicado em função dos gastos realizados para obtenção dos produtos das suas ações demonstrarem que o custo médio por unidade de produto planejado elevou-se consideravelmente na execução do programa,

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados gerados contribuíram parcialmente com às diretrizes estabelecidas do PPA e associadas ao programa, As principais contribuições dadas pelos resultados do programa em atendimento as orientações estratégicas de governo se referem a: oportunidade à sociedade da opção de novos cursos de graduação e na formação profissional inicial; ampliação do números de vagas nas IES. Embora na avaliação realizada o desempenho não foi satisfatório.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foi informado o indicador de desempenho intermediário.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não foi informado indicador de desempenho sócio-econômico pelo órgão

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O Programa foi mantido na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, após a avaliação realizada pelo Órgão Responsável, fazendo alguns ajustes no escopo do programa para atender as novas orientações estratégicas do novo Governo. E visando ainda, adequar o programa a metodologia adotada na construção do Plano, tendo como requisitos básicos: atender uma demanda da sociedade, resolver um problema e justificar um investimento. Recomendamos à Setorial para a avaliação do próximo exercício, adotar as seguintes medidas: 1) Elaborar Indicadores que possibilitem mensurar, monitorar e avaliar a execução tempestiva do programa de forma mais precisa na busca de solução dos problemas detectados; 2) Lançar as Informações das metas físicas e financeiras para que sejam garantidas tempestivamente no Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação - SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa. 3) Verificar quando houver alteração orçamentária na ação que afete a meta física planejada, para que a mesma seja ajustada e a avaliação da eficácia não seja prejudicada; 4) Fazer o acompanhamento no SISPCA assim que houver recursos liquidados nas ações, e caso tenha sido utilizado, mas não tenha sido entregue o produto final deverá ser feito um comentário justificando os gastos e a não execução da meta; 5) Institucionalizar equipes gerenciais para a elaboração, execução e avaliação de programas e ações; 6) Capacitar periodicamente as equipes técnicas

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0103 - Extensão Universitária**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	24000 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
UNIDADE EXECUTORA	24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)					
PROBLEMA	Considerável parcela da população maranhense vive em estado de pobreza absoluta sendo necessário o desenvolvimento de ações voltadas para a inclusão social dessas pessoas					
OBJETIVO	Promover a inclusão sócio-cultural e educativa de pessoas com renda de até dois salários mínimos e prestar serviços extensionistas a estudantes e pequenos empresários.					
PÚBLICO ALVO	Moradores de comunidades carentes, empresários e estudantes.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	24.200.000,00	Atual	19.013.400,20	Variação	-21,43

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Desenvolver a Capacidade de Geração, Absorção, Difusão Científica, Tecnológica e Inovação

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa utilizou os requisitos necessários para a sua concepção, a definição do público alvo, objetivo, produtos e serviços com boa consistência em relação aos atributos qualitativos. Embora as ações não serem suficientes para atender o objetivo do programa. Em termos Quantitativos, não foi informado os indicadores para a mensuração de desempenhos, e houve ainda um contingenciamento de -21,43% nos recursos autorizados, o que prejudicou a apuração dos índices de eficácia e eficiência.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Embora tenha utilizado atributos compatíveis para a implantação do programa, que potencializam o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que contribuirão negativamente para a obtenção de resultado. Destacam-se a ausência de um gerenciamento específico do programa, insuficiência de recursos humanos para atender a demanda e em termos orçamentários, houve a anulação de crédito através do contingenciamento realizado nas ações.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados no exercício avaliado foram submetidos às instâncias superiores através de relatórios de desempenho. Registra-se que houve a compatibilização equilibrada entres os instrumentos de planejamento, PPA, LDO e LOA para a execução dos processos administrativos, entretanto, quando se refere à participação do público-alvo na execução não há efetividade, ela ocorre somente quando dos julgamentos dos processos objetos dos Editais. Portanto, não há participação do pesquisador no processo de planejamento e elaboração das atividades, o que poderia dar transparência no processo de gestão dos Programa. Apesar do resultado não ter sido satisfatório em relação a avaliação do desempenho da eficácia e da eficiência,

observou-se que três fatores de sucesso foram importante para a melhoria no alcance dos resultados: mobilização social; apoio institucional e expansão das ações institucionais da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI fora do Estado, propiciando visibilidade na execução do Programa.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
24201 - Universidade Estadual do Maranhão											
2938 - Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais	Evento realizado	unidade	152	140	0,92	2.000.000,00	1.437.735,00	1.431.506,65	1.219.603,79	0,85	1,09
3139 - Difusão e Inclusão Social em Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I	Pessoa/instituição atendida	unidade	7	1	0,14	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24206 - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão											
2938 - Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais	Evento realizado	unidade	150	46	0,31	3.000.000,00	2.076.456,25	953.033,90	953.033,90	0,46	0,67
3139 - Difusão e Inclusão Social em Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I	Pessoa/instituição atendida	unidade	0	4	0,00	18.000.000,00	15.499.208,95	15.022.208,42	12.462.958,80	0,80	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,34					0,53	0,44

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação efetuada na relação meta física planejada e executada o índice apurado foi de 0,34 que na escala de valoração corresponde a não Eficácia. Quanto ao requisito execução financeira, o índice alcançado foi de 0,44, caracteriza-se por extensão, como Baixa Eficiência. O valor obtido pode ser explicado, pelo fato das ações 3139 - Difusão e Inclusão Social em Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I, 2938 - Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais terem executado as metas físicas abaixo do previsto e houve ainda um cancelamento de dotação de recursos no programa o que refletiu no desempenho das ações.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
24201 - Universidade Estadual do Maranhão									
2938 - Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais	Evento realizado	unidade	152	1.437.735,00	9.458,78	140	1.219.603,79	8.711,46	0,92
3139 - Difusão e Inclusão Social em Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I	Pessoa/instituição atendida	unidade	7	0,00	0,00	1	0,00	0,00	0,00
24206 - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão									
2938 - Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais	Evento realizado	unidade	150	2.076.456,25	13.843,04	46	953.033,90	20.718,13	1,50
3139 - Difusão e Inclusão Social em Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I	Pessoa/instituição atendida	unidade	0	15.499.208,95	0,00	4	12.462.958,80	3.115.739,70	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					5.825,46		786.292,32		0,60

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Verifica-se, pela metodologia que, quanto ao requisito Programação Física um Custo Unitário de R\$ 5.825,46 situando-se no extrato de Média eficiência de, 0,60 na execução financeira do Programa. Observa-se que os gastos realizados para a obtenção dos produtos das suas ações demonstram que o custo médio por unidade do produto planejado elevou-se consideravelmente na execução do programa.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Os resultados contribuíram parcialmente para o atendimento das diretrizes de governo e do PPA associadas ao Programa, apesar do índice obtido ao final da avaliação não tendo sido satisfatório, houveram medidas que propiciaram a visibilidade institucional na execução do Programa, tais como: oportunizou o ingresso de alunos no Programa Brasil sem Fronteiras em parceria com Instituições Internacionais e a participação em eventos fora do Estado.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foi informado o indicador de desempenho intermediário.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não foi informado pelo órgão.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O Programa foi mantido na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, após a avaliação realizada pelo Órgão Responsável, fazendo alguns ajustes no escopo do programa para atender as novas orientações estratégicas do novo Governo. E visando ainda, adequar o programa a metodologia adotada na construção do Plano, tendo como requisitos básicos: atender uma demanda da sociedade, resolver um problema e justificar um investimento. Recomendamos à Setorial para a avaliação do próximo exercício, adotar as seguintes medidas: 1) Elaborar Indicadores que possibilitem mensurar, monitorar e avaliar a execução tempestiva do programa de forma mais precisa na busca de solução dos problemas detectados; 2) Lançar as Informações das metas físicas e financeiras para que sejam garantidas tempestivamente no Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação - SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa. 3) Verificar quando houver alteração orçamentária na ação que afete a meta física planejada, para que a mesma seja ajustada e a avaliação da eficácia não seja prejudicada; 4) Fazer o acompanhamento no SISPCA assim que houver recursos liquidados nas ações, e caso tenha sido utilizado, mas não tenha sido entregue o produto final deverá ser feito um comentário justificando os gastos e a não execução da meta; 5) Institucionalizar equipes gerenciais para a elaboração, execução e avaliação de programas e ações; 6) Capacitar periodicamente as equipes técnicas

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0568 - Maranhão Profissional**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	24000 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
UNIDADE EXECUTORA	24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)					
PROBLEMA						
OBJETIVO	Promover a formação profissional da população maranhense para garantir o seu acesso às oportunidades de emprego e renda advindos dos empreendimentos em implantação no Estado.					
PÚBLICO ALVO	População economicamente ativa.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	44.660.000,00	Atual	13.469.032,99	Variação	-69,84

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Desenvolver a Capacidade de Geração, Absorção, Difusão Científica, Tecnológica e de Inovação

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O Programa tem como concepção gerenciar e intermediar a criação e a manutenção de cursos que possam contemplar as múltiplas demandas existentes, assegurando, perspectivas de empregabilidade a jovens e facilitando o acesso ao mercado de trabalho. Visa ainda, ampliar a quantidade e melhorar a qualidade da formação profissional de pessoas a fim de suprir demandas por postos de trabalho. Como a demanda por postos de trabalho é crescente, o Programa insere-se, a exemplo dos demais de iniciativa pública e/ou privada, na perspectiva de contribuir com a redução – que pode não ser significativa - do déficit de ocupação em postos de trabalho no Estado. Há necessidade de um desenvolvimento eficaz do Programa de modo que os objetivos sejam alcançados, bem como, uma delimitação e caracterização mais acurada dos beneficiários.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

A implantação do programa embora tenha utilizado estratégias adequadas como estabelecimento de parcerias, como a Secretaria de Educação e Instituições de Ensino, que potencializa o alcance de resultados, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente para a obtenção de resultados. Destacam-se: a ausência de autonomia gerencial, e o contingenciamento unilateral cria obstáculos à execução.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados gerados pelo Programa são submetidos à apreciação e às instâncias superiores de decisão dos órgãos governamentais do executivo e do legislativo, enviados através de relatórios de desempenho devidamente compatibilizados e em conformidade com os instrumentos de planejamento PPA, LDO e LOA e demais instrumentos legais. Dentre os principais resultados podemos citar: a mobilização social, sendo a participação dos beneficiários foi viabilizada através de ações como seminários, treinamentos e outros meios de mobilização que podem ser considerados, de modo a assegurar a inclusão formal de pessoas no mercado de trabalho e a qualificação profissional. O outro fator foi o apoio institucional e expansão das ações institucionais fora do Estado, propiciando mais visibilidade às ações desenvolvidas. . O Programa apresentou bons resultados sendo necessário passar por alguns ajustes e ser enquadrado dentro de uma nova Diretriz de Governo.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro						
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)	
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação												
3138 - Planejamento e Gerenciamento Integrado	Relatório/documento produzido	unidade		0	0	0,00	660.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24206 - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão												
3142 - Ensino, Inclusão e Empreendedorismo	Profissional capacitado	unidade	159.000	124.815	0,79	44.000.000,00	13.469.032,99	11.687.822,41	9.578.886,93		0,71	1,10
MÉDIA DO PROGRAMA						0,39					0,36	0,55

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Verifica-se, pela metodologia que, quanto ao requisito planejamento/programação física o índice obtido foi de 0,39 , considerado não eficaz na escala de valoração da execução física do Programa, comparando-se executado x planejado. Quanto ao requisito execução financeira, o índice alcançado de 0,55, caracteriza-se por extensão, como Média Eficiência. O resultado pode ser explicado pelo contingenciamento de recursos no programa, sendo que apenas a ação 3142 - Ensino, Inclusão e Empreendedorismo foi executada parcialmente, enquanto que, a 3138 - Planejamento e Gerenciamento integrado não houve execução orçamentária e financeira.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação									
3138 - Planejamento e Gerenciamento Integrado	Relatório/documento produzido	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
24206 - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão									
3142 - Ensino, Inclusão e Empreendedorismo	Profissional capacitado	unidade	159.000	13.469.032,99	84,71	124.815	9.578.886,93	76,74	0,91
MÉDIA DO PROGRAMA						42,36		38,37	0,45

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Verifica-se, pela metodologia que, quanto ao requisito Programação Física um Custo Unitário de R\$ 42,36. Verifica-se uma muita eficiência de 0,45 , na execução financeira do Programa. o Resultado pode ser explicado pelo desempenho da ação 3142 - Ensino, Inclusão e Empreendedorismo

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Os resultados gerados pelo programa contribuíram parcialmente com as diretrizes, embora tenha obtido um baixo desempenho na avaliação realizada, foram identificadas as contribuições para resultados do programa em atendimento das orientações estratégicas de governo, tais como: a realização parcerias com a CAPES, FINEP e CNPq, a mobilização social, apoio institucional e expansão das ações institucionais fora do Estado, oportunidade à sociedade da opção de novos cursos de graduação e formação profissional inicial e ampliação do números de vagas nas IES.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foi informado o indicador de desempenho intermediário

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não foi informado pelo órgão.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O Programa foi excluído na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, em consequência de um redirecionamento dado pelo Órgão executor em atendimento as propostas da atual gestão para a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação. A reformulação feita visa dar um gerenciamento mais eficaz e eficiente na execução dos programas, através da metodologia adotada na construção do Plano, sendo necessário atender aos seguintes requisitos básico: atender uma demanda da sociedade, resolver um problema e justificar um investimento.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0567 - Serviços Científicos e Tecnológicos**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL 24000 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

UNIDADE EXECUTORA 24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)

PROBLEMA

OBJETIVO Proporcionar infraestrutura e serviços de tráfego de dados e informações em alta velocidade.

PÚBLICO ALVO Desenvolvedores e usuários de serviços de transmissão eletrônica de dados.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	6.006.300,00	Atual	0,00	Variação	-100,00

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Desenvolver a Capacidade de Geração, Absorção, Difusão Científica, Tecnológica e de Inovação

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O Programa foi concebido com baixa consistência em relação aos atributos qualitativos, o problema não foi informado, apesar de ter estabelecido o objetivo e delimitado o público alvos, no tocante ao termo quantitativo o programa não foi executado em razão da anulação dos recursos orçamentários.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

A implantação/execução foi comprometida pelo contingenciamento e pelo remanejamento dos recursos do Programa.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados foram comprometidos considerando o contingenciamento e remanejamento dos recursos.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação											
3137 - Implantação e Desenvolvimento de Serviços em Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I	Pessoa/instituição atendida	unidade	6	0	0,00	6.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24206 - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão											
3143 - Expansão e Consolidação da Plataforma Tecnológica de Ensino	Ponto de interconectividade instalado	unidade	24	0	0,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,00					0,00	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Execução comprometida em função da anulação dos recursos para execução da ação do programa.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação									
3137 - Implantação e Desenvolvimento de Serviços em Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I	Pessoa/instituição atendida	unidade	6	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
24206 - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão									
3143 - Expansão e Consolidação da Plataforma Tecnológica de Ensino	Ponto de interconectividade instalado	unidade	24	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA						0,00		0,00	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A execução foi comprometida pela anulação dos recursos das ações do Programa.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Os resultados foram comprometidos considerando o contingenciamento e o remanejamento dos recursos.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foi informado o indicador de desempenho intermediário.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não foi informado pelo órgão.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O Programa foi excluído na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, em consequência de um redirecionamento dado pelo Órgão executor em atendimento as propostas da atual gestão para a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação. A reformulação feita visa dar um gerenciamento mais eficaz e eficiente na execução dos programas, através da metodologia adotada na construção do Plano, sendo necessário atender aos seguintes requisitos básico: atender uma demanda da sociedade, resolver um problema e justificar um investimento. 1. Fazer o levantamento das informações das metas físicas e financeiras para que sejam garantidas tempestivamente no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa; 2. Rever a elaboração dos do Programa na perspectiva de elaboração PPA 2016/2019, verificando se efetivamente o Programa atende a três questões básicas que são: a) Atender uma demanda; b) Resolver um problema; e, c) Justificar um investimento. As três opções destinam-se a atender demandas da sociedade. 3- Incluir e definir indicadores que possibilitem mensurar ou monitorar, medir e avaliar a execução tempestiva do programa de forma mais precisa na busca de solução dos problemas detectados.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0532 - Excelência no Esporte e Lazer**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	45000 - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer					
UNIDADE EXECUTORA	45101 - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL)					
PROBLEMA	Baixo desempenho dos atletas maranhenses em competições esportivas locais, regionais, nacionais e internacionais, bem como o elevado número de pessoas do nosso Estado sem entretenimento e com qualidade de vida comprometida.					
OBJETIVO	Ampliar o acesso da população ao desenvolvimento do esporte de rendimento, educacional e ao lazer por meio de ações integradas visando a inclusão social e a qualidade de vida nas comunidades.					
PÚBLICO ALVO	Alunos da rede de ensino, atletas das federações e ligas esportivas, e população em geral					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	14.212.318,00	Atual	20.927.731,30	Variação	47,25

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Garantir a qualidade do ensino e incentivar as atividades de esportes.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O conjunto do programa utiliza os requisitos e atributos necessários, como público alvo, metas, produtos e serviços devidamente definido, com objetivo compatível com a solução do problema, no entanto as ações foram insuficientes para atender o objetivo do programa, sendo necessário ampliar o escopo das ações. Quanto a avaliação do programa pelos beneficiários, faz-se necessário o desenvolvimento de mecanismos de avaliação, para que se obtenha de forma concisa a mensuração do desempenho do mesmo.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Em relação a implantação/execução do programa ficou evidente autonomia institucional, obedecendo a estrutura organizacional do órgão. Quanto ao aspecto orçamentário, tanto a dotação inicial aprovada destinada ao programa, quanto o orçamento ao final da execução (Lei + Crédito), segundo informação do órgão, não foram suficientes para o cumprimento da meta em 2015. O programa não obteve materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficiente, bem como dificuldades na infraestrutura e logística para execução do mesmo. Foram estabelecidas parcerias com a Secretaria de Estado da Educação, Saúde, Segurança Pública, Prefeituras Municipais, UFMA, UEMA, UNICEUMA, Ministério dos Esportes, Federações Amadoras e Ligas Esportivas.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Na análise dos resultados pela setorial, notou-se que houve uma grande contribuição de parcerias realizadas com outras instituições, por meio de projetos e campanhas educativas que potencializaram os resultados, além de contar com uma equipe comprometida com o programa. Em contrapartida alguns entraves como o orçamento incompatível com as demandas do esporte e do lazer, o número reduzido de técnicos da área de desporto educacional e de rendimento e a dificuldade de captação de recurso para o esporte educacional. Todavia os resultados alcançados estão em consonância com os objetivos setoriais do Órgão.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro						
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)	
45101 - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer												
2029 - Manutenção dos Espaços de Desporto e Lazer	Espaço esportivo mantido		unidade	19	19	1,00	4.260.000,00	4.958.608,00	4.958.604,64	4.958.604,64	1,00	1,00
2697 - Apoio às Federações e Ligas Esportivas	Atleta atendido		unidade	6.000	6.180	1,03	1.280.000,00	1.962.879,00	1.862.876,75	1.737.576,75	0,89	1,16
2699 - Promoção e Apoio ao Desporto Educacional	Aluno da rede de ensino atendido		unidade	51.000	73.825	1,45	3.792.318,00	7.235.011,32	6.891.056,16	6.592.410,27	0,91	1,59
2701 - Apoio às Iniciativas e Eventos de Lazer Comunitário - Maranhão Feliz	Pessoa atendida		unidade	25.400	4.200	0,17	140.000,00	140.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
3048 - Construção, Ampliação, Reforma e Modernização das Instalações Esportivas	Instalação esportiva construída/ampliada/reformada/modernizada		unidade	8	2	0,25	4.740.000,00	6.631.232,98	4.873.075,56	284.973,28	0,04	5,82
MÉDIA DO PROGRAMA						0,78				0,57		1,91

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Após análise da relação entre as metas físicas e financeiras e do produto que indicam, respectivamente, a Eficiência e a Eficácia do programa. Observa-se que o conjunto das ações, em relação à Eficácia do programa obteve uma média no valor de 0,78 caracterizando como Não Eficaz e obtendo também o valor médio de 1,91 expressando um desempenho Muito Eficiente. Os resultados apresentados podem ser explicitado pela execução das ações 2701 - Apoio às Iniciativas e Eventos de Lazer Comunitário - Maranhão Feliz e 3048 - Construção, Ampliação, Reforma e Modernização das Instalações Esportivas.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
45101 - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer									
2029 - Manutenção dos Espaços de Desporto e Lazer	Espaço esportivo mantido	unidade	19	4.958.608,00	260.979,37	19	4.958.604,64	260.979,19	1,00
2697 - Apoio às Federações e Ligas Esportivas	Atleta atendido	unidade	6.000	1.962.879,00	327,15	6.180	1.737.576,75	281,16	0,86
2699 - Promoção e Apoio ao Desporto Educacional	Aluno da rede de ensino atendido	unidade	51.000	7.235.011,32	141,86	73.825	6.592.410,27	89,30	0,63
2701 - Apoio às Iniciativas e Eventos de Lazer Comunitário - Maranhão Feliz	Pessoa atendida	unidade	25.400	140.000,00	5,51	4.200	0,00	0,00	0,00
3048 - Construção, Ampliação, Reforma e Modernização das Instalações Esportivas	Instalação esportiva construída/ampliada/reformada/modernizada	unidade	8	6.631.232,98	828.904,12	2	284.973,28	142.486,64	0,17
MÉDIA DO PROGRAMA					218.071,60		80.767,26		0,53

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O conjunto do custo unitário dos produtos das ações planejadas em relação às executadas também expressa o princípio da Eficiência, o resultado dessa relação apresenta um custo unitário médio de 0,53 o que considera a execução das respectivas ações como Média Eficiência, valor este justificado devido ao desempenho das ações 2701 - Apoio as Iniciativas e Eventos de Lazer Comunitário - Maranhão Feliz e 3048 - Construção, Ampliação, Reforma e Modernização das Instalações Esportivas. Ressalte-se que o custo unitário dos produtos executados é significativamente menor que o planejado.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

O programa está alinhado à Diretriz de Governo, contribuindo de forma positiva, pois promoveu a difusão da educação, a inclusão social e cultura esportiva, da visão do esporte como um mecanismo de desenvolvimento econômico social, assegurando o alcance do objetivo proposto e solução do problema enfrentado.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não existem indicadores de desempenho intermediários inviabilizando sua mensuração.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não existem indicadores de desempenho socioeconômico inviabilizando a mensuração.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O programa não foi mantido no PPA 2016/2019, pois existia necessidade de reformulação em seu escopo, ampliando a sua abrangência no sentido de incorporar ações sintonizadas com as diretrizes do Plano de Ações "MAIS IDH" proposto pela nova gestão, estabelecendo indicadores de desempenho claros, objetivos e mensuráveis.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0522 - Mais Turismo**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	49000 - Secretaria de Estado do Turismo					
UNIDADE EXECUTORA	49101 - Secretaria de Estado do Turismo (SETUR)					
PROBLEMA	Baixa Atividade Turística no Estado em Detrimento de suas Potencialidades.					
OBJETIVO	Estruturar o turismo de forma sustentável.					
PÚBLICO ALVO	Turistas, empreendedores e comunidades com potencial turístico.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	3.148.202,00	Atual	3.689.193,75	Variação	17,18

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Promover a dinamização da economia e desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Número de destinos turísticos apoiados
Número de prestadores de serviços regularmente cadastrados
Taxa de hospedagem em alta estação
Fluxo de Turistas
Número de profissionais qualificados

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

Quanto à concepção o problema ainda continua apesar dos esforços empreendidos para alavancar o desenvolvimento do turismo no Maranhão, logo o objetivo do programa é compatível com a solução do problema. O público alvo está bem caracterizado e delimitado visto que contempla os atores envolvidos na atividade turística. As metas físicas estabelecidas não são consideradas suficientes para se alcançar o objetivo. No que se refere aos produtos (bens e serviços), segundo o órgão, estes precisam ser especificados quanto à sua realização e seu objetivo.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

O programa possui autonomia gerencial institucionalizada e submete aos gestores a avaliação dos resultados, no que concerne ao orçamento este inicialmente foi insuficiente tendo sido necessário suplementá-lo para o cumprimento das metas atendendo assim ao objetivo do programa, quanto às cotas financeiras foram liberadas a contento, assim como foram formadas parcerias institucionais através de Convênios (SEBRAE-MA, IAPIS, IMA), Termos de Cooperação Técnica com o Governo Federal, através do PRONATEC Turismo. O programa contou com equipe técnica qualificada em número suficiente para coordenação das ações e com dedicação exclusiva para sua execução. Houve demora no processo licitatório comprometendo os materiais que seriam adquiridos e também dos equipamentos tais como computadores e impressoras. Com relação à infraestrutura e logística a Secretaria executora do programa estava instalada em um imóvel com estrutura inadequada necessitando de melhor infraestrutura e logística para o desenvolvimento das ações do programa.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados são apresentados através de relatórios durante as reuniões com as instâncias superiores. Projetos de Infraestrutura foram realizados através de transferência de recursos para a Secretaria de Infraestrutura do Estado, assim como as ações de expansão da malha aérea foram possíveis através da parceria entre a GOL, SETE e a AZUL e também de ação articulada com a Secretaria da Fazenda, reduzindo o valor da alíquota do ICMS do diesel. Houve participação social através das ações de capacitação e qualificação, da aprovação da Lei de Artesanato, da realização de eventos voltados à atividade turística, dentre outros. Não foi realizada pesquisa de satisfação junto aos beneficiários devido a inexistência de estudos e pesquisas. Os resultados alcançados pelo programa não estão em consonância com os objetivos setoriais do órgão, durante o ano algumas ações previstas no PPA não foram executadas como ora planejadas. Fatores que contribuíram para o sucesso: diálogo participativo para construção do programa; participação da Comunidade nas ações e uso de mídias sociais na divulgação das ações. Ressalta-se que entraves aconteceram na execução do programa como: reestruturação da equipe após mudança de gestão, Regimento interno, adequação da estrutura física da sede da secretaria. As metas físicas previstas para cada ação do programa não foram cumpridas.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
49101 - Secretaria de Estado do Turismo											
2737 - Promoção e Divulgação do Destino Maranhão	Evento realizado	unidade	10	27	2,70	627.800,00	1.696.434,00	1.696.433,19	1.540.022,93	0,91	2,97
3026 - Ampliação e Melhoria da Infraestrutura	Projeto executado	unidade	0	2	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4211 - Dinamização de Unidades Turísticas	Unidade turística dinamizada	unidade	10	3	0,30	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4318 - Capacitação e Qualificação de Profissionais do Setor Turístico	Profissional qualificado	unidade	96	132	1,38	50.000,00	8.755,00	8.755,00	8.755,00	1,00	1,38

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4319 - Incentivo à Formação de Serviços Turísticos	Serviço turístico formatado	unidade	166	301	1,81	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4320 - Segmentação e Formação de Federações Turísticas	Produto turístico formatado	unidade	212	0	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	2.276.402,00	1.984.004,75	1.849.048,19	1.668.581,68	0,84	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					1,03					0,46	0,72

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Conforme escala de valoração adotada nesta avaliação o programa quanto a sua eficácia obteve média de 1,03 considerado eficaz quanto a eficiência a média obtida foi de 0,72 que corresponde a média eficiência. Este resultado pode ser explicado devido à execução de 2 ações: Ação 2737 - Promoção e Divulgação do Destino Maranhão - que teve sua meta física superada em 170% e a Ação 4318 - Capacitação e Qualificação de Profissionais do Setor Turístico - que obteve um custo menor que o planejado, também superando sua meta em 38%.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
49101 - Secretaria de Estado do Turismo									
2737 - Promoção e Divulgação do Destino Maranhão	Evento realizado	unidade	10	1.696.434,00	169.643,40	27	1.540.022,93	57.037,89	0,34
3026 - Ampliação e Melhoria da Infraestrutura	Projeto executado	unidade	0	0,00	0,00	2	0,00	0,00	0,00
4211 - Dinamização de Unidades Turísticas	Unidade turística dinamizada	unidade	10	0,00	0,00	3	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4318 - Capacitação e Qualificação de Profissionais do Setor Turístico	Profissional qualificado	unidade	96	8.755,00	91,20	132	8.755,00	66,33	0,73
4319 - Incentivo à Formatação de Serviços Turísticos	Serviço turístico formatado	unidade	166	0,00	0,00	301	0,00	0,00	0,00
4320 - Segmentação e Formatação de Federações Turísticas	Produto turístico formatado	unidade	212	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	1.984.004,75	0,00	0	1.668.581,68	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					28.289,10		9.517,37		0,18

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O Programa Mais Turismo está qualificado como muito eficiente tendo alcançado um patamar de 0,18 apesar de algumas ações não terem sido executadas. Esta eficiência foi devida à não execução das ações 3026 - Ampliação e Melhoria da Infraestrutura, 4211 - Dinamização de Unidades Turísticas, 4319 - Incentivo à Formatação de Serviços Turísticos e 4320 - Segmentação e Formatação de Federações Turísticas que por estarem zeradas pressionaram a média para baixo, distorcendo a mesma

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Sim. Em análise ao programa, ressalta-se sua eficácia e eficiência contribuindo com as diretrizes associadas como: Promover a dinamização da economia e desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O programa não possui indicadores de desempenho intermediário

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Foram indicados 5 indicadores, porém somente 3 tiveram resultado em 2015 - Número de destinos turísticos apoiados - Esperado 3; Apurado - 3 - Variação de 100% - Número de Prestadores de serviços regularmente cadastrados- Esperado 166; Apurado 297 - Variação de 55,89% - Número de profissionais qualificados - Esperado - 96; Apurado 132 - Variação 37,5%

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

É um programa muito vasto e contribuirá para o desenvolvimento do turismo no Estado. É necessário que todas as ações sejam plenamente executadas, pois só assim o Maranhão poderá ficar no mesmo patamar de outros estados brasileiros. RECOMENDAÇÕES: 1- Verificar a necessidade real da existência de todas as ações visto que algumas não foram executadas; 2- Fazer acompanhamento de forma regular no SISPCA da execução das metas físicas e financeira; 3- Interação entre os órgãos setoriais responsáveis pela execução do mesmo, de modo que os resultados sejam maximizados.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0521 - Desenvolvimento da Economia Solidária**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	51000 - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária					
UNIDADE EXECUTORA	51101 - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária (SETRES)					
PROBLEMA	Baixo fomento e desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários.					
OBJETIVO	Fomentar e desenvolver os empreendimentos econômicos solidários.					
PÚBLICO ALVO	Empreendedores econômicos solidários.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	7.902.940,00	Atual	11.262.864,07	Variação	42,51

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais.

Promover a qualificação profissional elevando a produtividade do trabalhador e sua inserção no mercado.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa apresenta boa consistência, o objetivo do mesmo está compatível com o problema, o público alvo está corretamente definido e delimitado, pois o mesmo é fundamental para contribuir com o desenvolvimento dos grupos produtivos que serão alternativas coletivas de geração de emprego e renda. Quanto à avaliação do programa pelos beneficiários, são realizadas por meio de reuniões periódicas realizada pelo Comitê Gestor com a presença dos parceiros e visitas técnicas aos grupos nos municípios definidos nos projetos, quanto à avaliação por membros do Conselho de Políticas associadas ao setor foram realizadas pelo Comitê Gestor do projeto Pró-Catadores, por meio de reuniões bimestrais. No mais o programa possui ações intersetoriais com a Secretaria Estadual e Municipal de Educação com inserção de catadores ao Programa Brasil Alfabetizado - PBA nos municípios da região metropolitana e com a Secretaria Estadual e Municipal de Meio Ambiente com discussões acerca de assuntos relacionados à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

As ações são planejadas e acompanhadas internamente pelo órgão, o que propicia discussões, reflexões e deliberações de forma participativa juntamente com a equipe técnica e gestores do programa em conformidade com as deliberações do comitê gestor. Quanto ao aspecto orçamentário segundo o próprio órgão, tanto o orçamento inicial aprovado, quanto o orçamento ao final da execução foram suficientes para o cumprimento das metas. Foram formadas parcerias por meio de convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego para aporte de recursos e parcerias institucionais com entidades tais como: Cáritas Brasileira, Fórum do Lixo e Cidadania, Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombola do Maranhão -

ACONERUQ, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE, Fórum da Economia Solidaria, Tijupá, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Maranhão - FETAEMA, Associação de Catadores e Catadoras dos municípios de Balsas, Chapadinha e Codó, Representante da Cooperativa de Reciclagem, Associação de Catadores de Material Reciclável de Imperatriz, Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de São Jose de Ribamar. No mais o programa obteve infraestrutura e logística, bem como matérias e equipamentos em qualidade e quantidade suficiente para sua implantação, e equipe técnica qualificada em número suficiente para coordenação das ações com dedicação exclusiva.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Todas as ações a serem realizadas, inclusive os seus resultados são apreciados por meio de relatórios e reuniões técnicas, fatores importantes contribuíram no resultado do programa como: o apoio aos empreendimentos econômicos solidários, a inserção dos Catadores nos programas sociais e a criação e reestruturação dos comitês gestores em apoio ao programa, já a ausência de recurso do tesouro estadual para ampliação das ações do programa, a dificuldade na localização e identificação do quantitativo total dos empreendimentos econômicos solidários e a falta de apoio dos municípios na implantação da Política Nacional de Resíduo Sólido foram os entraves enfrentados para o alcance dos resultados. No mais foram realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiários por meio de questionários entregues e respondidos durante as oficinas dirigidas ao público alvo, contribuindo de forma positiva na execução das ações.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
51101 - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária											
4316 - Fomento e Desenvolvimento dos Empreendimentos de Economia Solidária	Empreendimento apoiado	unidade	123	144	1,17	7.902.940,00	11.262.864,07	2.413.960,44	2.340.078,15	0,21	5,63
MÉDIA DO PROGRAMA					1,17					0,21	5,63

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Analisando o programa, a relação entre as metas físicas e financeiras e do produto, observou-se que a meta física da ação apresentou um desempenho de 1,17 caracterizando o programa como Eficaz e as metas financeiras alcança o valor de 5,63 apontando, na escala de valoração, como Muito Eficiente. Os resultados são consequências de superação de metas. Nota-se que os recursos autorizado pela LOA 2015 eram suficientes para a execução do programa e para cumprimento da meta, portanto, não havendo necessidade de suplementação, como demonstrado, executaram mais com menos recursos do autorizado.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
51101 - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária									
4316 - Fomento e Desenvolvimento dos Empreendimentos de Economia Solidária	Empreendimento apoiado	unidade	123	11.262.864,07	91.568,00	144	2.340.078,15	16.250,54	0,18
MÉDIA DO PROGRAMA					91.568,00			16.250,54	0,18

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O custo unitário do produto no conjunto das ações planejadas em relação as executadas resultou em um coeficiente de 0,18 considerado Muito Eficiente, o resultado se justifica em decorrência do desempenho da ação, colaborando para eficiência do programa quando avaliado seu custo para execução do mesmo.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

O programa está alinhado a Diretriz de Governo, contribuindo de forma positiva, pois no processo de execução deverá garantir a melhoria da qualidade de vida dos catadores e catadoras, além de contribuir para formação de grupos que desenvolverão uma outra forma de organização para o trabalho, com produção e comercialização coletiva, ajudando dessa forma ao enfrentamento da falta de oportunidades no mercado de trabalho formal tradicional. propiciou a melhoria da renda do trabalhador com sua inserção no mercado de trabalho, habilitação do trabalhador desempregado ao seguro-desemprego e do pescador artesanal, assegurando renda no momento de desemprego, acesso ao micro crédito produtivo orientado para melhoria dos pequenos negócios.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não existe indicadores de desempenho intermediários inviabilizando sua mensuração.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não existem indicadores de desempenho socioeconômico inviabilizando a mensuração.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1 - Melhor planejamento quanto ao físico e financeiro; 2 - Maior atenção ao Projeto Maranhão Justo e Solidário; 3 - Definir indicadores que possibilitem mensurar, medir, monitorar e avaliar o programa de forma mais precisa na solução do problema.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0520 - Qualificação e Promoção do Trabalho**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	51000 - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária					
UNIDADE EXECUTORA	51101 - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária (SETRES)					
PROBLEMA	Alto índice de desemprego no Estado do Maranhão.					
OBJETIVO	Reduzir o índice de desemprego no Estado.					
PÚBLICO ALVO	População economicamente ativa, com foco nas pessoas em maior situação de vulnerabilidade.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	3.002.402,00	Atual	4.473.868,32	Variação	49,01

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Promover a qualificação profissional elevando a produtividade do trabalhador e sua inserção no mercado.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa apresenta boa consistência, o objetivo está compatível com o problema, o público alvo está corretamente definido e delimitado, verifica-se a necessidade de ampliação do seu escopo criando ações para atender a demanda reprimida do Estado. Em relação à avaliação do programa pelos beneficiários, são aplicados questionários de avaliação e com base nas informações há um redimensionamento das metas para atingimento da eficiência e eficácia do programa, quanto a avaliação por membros do Conselho de Políticas associadas ao setor é realizada por meio do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e o Conselho Estadual do Trabalho. O programa possui ações intersetoriais na intermediação de mão de obra, qualificação profissional, seguro desemprego, microcrédito produtivo orientado, que compreendem atividades do Sistema Nacional de Emprego implantadas no Maranhão em 21 Agências de Trabalho, com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular com emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social nos 30 municípios de menor IDH e participação no dia 'D' da pessoa com deficiência e com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária com a implantação de um ponto de atendimento do Sistema Nacional de Emprego para os egressos do sistema penal.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

A implantação/execução do programa são planejadas e acompanhadas internamente no órgão, por meio das supervisões de intermediação de mão de obra e qualificação profissional. A sua implementação é efetivada com recursos federais, o convenio de Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego, considerando o atraso no repasse das parcelas do convênio, por parte do Ministério do Trabalho e Emprego MTE, para o cumprimento das metas houve a necessidade de suplementação de crédito do Tesouro Estadual. Por outro lado, para garantir o funcionamento das agências de trabalho, bem como a implementação das ações do programa no Estado foi constituída parcerias com o MTE que, através de convênio assegurou os recursos necessários, com as prefeituras municipais por meio de Termo de Cooperação Técnica. O programa obteve infraestrutura e logística, bem como matérias e equipamentos em qualidade e quantidade suficiente para sua implantação.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Todas as ações a serem realizadas, inclusive os seus resultados são apreciados por meio de relatórios e reuniões técnicas, fatores importantes contribuíram no resultado do programa como: convênio realizado com MTE, empenho dos servidores envolvidos nas ações e o planejamento realizado de acordo com a necessidade do mercado de trabalho, trazendo resultados positivos como a melhoria da renda do trabalhador, a habilitação do trabalhador desempregado ao seguro-desemprego e do pescador artesanal, assegurando renda no momento de desemprego, acesso ao micro crédito produtivo orientado para melhoria dos pequenos negócios, em contrapartida a interrupção do convênio com o Governo Federal para qualificação profissional e o atraso no cumprimento do cronograma de desembolso dos recursos referentes à intermediação de mão de obra e seguro desemprego por parte do MTE e o número reduzido de profissionais, foram os entraves enfrentados para o alcance dos resultados.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
51101 - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária											
2481 - Intermediação de Mão de Obra	Trabalhador assistido	unidade	155.342	146.639	0,94	2.562.593,00	3.241.058,20	2.347.861,55	2.309.038,26	0,71	1,33
2484 - Seguro Desemprego	Trabalhador habilitado	unidade	155.292	133.240	0,86	339.809,00	339.809,00	116.435,44	116.435,44	0,34	2,50
4315 - Qualificação Profissional	Trabalhador qualificado	unidade	690	690	1,00	80.000,00	873.001,12	870.711,12	863.873,93	0,99	1,01
4624 - Microcrédito Produtivo Orientado	Micro/pequeno empreendedor orientado	unidade	1.200	1.200	1,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	1,00	1,00

MÉDIA DO PROGRAMA	0,95	0,76	1,46

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Analisando o programa, sob a ótica dos princípios da Eficácia e Eficiência, observou-se que a meta física da ação apresentou um desempenho de 0,95 considerada na escala de valoração como Não Eficaz. Quanto a Eficiência, o conjunto das ações existentes obteve o desempenho de 1,46 o que indica ser Muito Eficiente. Observa-se que as metas físicas foram executadas com índices superiores a 85%, exceto a Ação 4315 - Qualificação Profissional que em função da sua transferência do Ministério do Trabalho e Emprego para o Ministério da Educação juntamente com a restituição dos respectivos recursos do convênio.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
51101 - Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária									
2481 - Intermediação de Mão de Obra	Trabalhador assistido	unidade	155.342	3.241.058,20	20,86	146.639	2.309.038,26	15,75	0,75
2484 - Seguro Desemprego	Trabalhador habilitado	unidade	155.292	339.809,00	2,19	133.240	116.435,44	0,87	0,40
4315 - Qualificação Profissional	Trabalhador qualificado	unidade	690	873.001,12	1.265,22	690	863.873,93	1.251,99	0,99
4624 - Microcrédito Produtivo Orientado	Micro/pequeno empreendedor orientado	unidade	1.200	20.000,00	16,67	1.200	20.000,00	16,67	1,00
MÉDIA DO PROGRAMA						326,23		321,32	0,79

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O custo unitário do produto no conjunto das ações planejadas em relação as executadas resultou em um coeficiente de 0,79 considerado muito eficiente, o resultado se justifica em decorrência do desempenho das ações, colaborando para eficiência do programa quando avaliado seu custo para execução do mesmo. O programa cumpriu as ações previstas, exceto a ação de 4315 - Qualificação Profissional, em função do distrato do convênio plurianual com o Ministério do Trabalho e Emprego que por determinação federal, que transferiu as ações para o Ministério de Educação e Cultura, sendo portanto feito a restituição dos recursos oriundos do convênio.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

O programa está alinhado a Diretriz de Governo, contribuindo de forma positiva, pois propiciou a melhoria da renda do trabalhador com sua inserção no mercado de trabalho, habilitação do trabalhador desempregado ao seguro-desemprego e do pescador artesanal, assegurando renda no momento de desemprego, acesso ao micro crédito produtivo orientado para melhoria dos pequenos negócios.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não existe indicadores de desempenho intermediários inviabilizando sua mensuração.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não existem indicadores de desempenho socioeconômico inviabilizando a mensuração.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O programa atendeu suas necessidades apesar do distrato do convênio plurianual com o Ministério do Trabalho e Emprego por determinação federal, mas faz-se necessário as seguintes recomendações: 1 - Melhor planejamento quanto ao físico e financeiro; 2 - Definir indicadores que possibilitem mensurar, medir, monitorar e avaliar o programa de forma mais precisa na solução do problema;

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0563 - Enfrentamento à Violência e Discriminação contra a Mulher**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	52000 - Secretaria de Estado da Mulher
UNIDADE EXECUTORA	52101 - Secretaria de Estado da Mulher (SEMU)
PROBLEMA	ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES. A violência contra as mulheres é um fenômeno social, mundial e transversal. A ação dos movimentos de mulheres e feministas, para dar visibilidade à questão, resultou na politização do debate em torno do problema e envolveu autoridades, universidades e a sociedade nas discussões, uma vez que a violência de gênero atinge mulheres de todas as classes sociais, credos, etnias e gerações. Um avanço no que diz respeito a banir do nosso meio a impunidade dos agressores foi a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que pune com mais rigor a prática da violência doméstica e familiar contra a mulher. No Maranhão, o fenômeno da violência contra as mulheres passou a ser discutido de forma mais articulada a partir dos anos 80 com a criação dos primeiros grupos feministas que foram os pioneiros nas denúncias traduzidas em passeatas, panfletos, atos públicos e em ações diretas junto aos poderes públicos. Esses atos resultaram na criação de vários instrumentos de defesa dos direitos das mulheres a exemplo das delegacias especiais da mulher em São Luís e em dezoito municípios maranhenses, casas-abrigo, conselhos municipais de defesa dos direitos da mulher, Conselho Estadual da Mulher, as Varas Especializadas e, o mais importante, uma revisão de valores sobre um problema até então oculto. Em grande parte dos casos acompanhados, a agressão foi praticada por ex-companheiros, o que remete à constatação de que, mesmo após o término do relacionamento, a mulher não está isenta da violência, pois o homem geralmente não reconhece o rompimento do vínculo conjugal e continua alimentando o sentimento de posse sobre a ex-companheira.
OBJETIVO	Combater a violência e discriminação contra as mulheres.
PÚBLICO ALVO	Mulheres em situação de violência doméstica e familiar e de todas as demais formas de violência e discriminação ou sob o risco de vivenciá-las.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	1.101.929,00	Atual	3.569.662,30	Variação	223,95

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Erradicar a pobreza e Reduzir as Desigualdades Sociais.

Assegurar o Acesso aos Serviços de Assistência Social e Igualdade de Direitos.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa apresenta uma boa consistência, o objetivo do mesmo está compatível com o problema, o público alvo está corretamente definido e delimitado, verifica-se a necessidade de ampliação do escopo do programa criando ações afim de atender todas as manifestações de violência contra as mulheres. Quanto a avaliação do programa pelos beneficiários, são aplicados formulários de avaliação durante a realização das ações, em relação a avaliação por membros do Conselho de Políticas associadas ao setor são apresentados relatórios durante as plenárias ordinárias do Conselho Estadual da Mulher e outras instancias como Câmara Técnica de Monitoramento do Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Comitê Gestor de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. O programa possui ação intersetorial desenvolvida em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, durante as atividades da Carreta da Mulher Maranhense e da Unidade de Mamógrafo Móvel.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Em relação a implantação/execução das ações do programa são planejadas e acompanhadas internamente pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação, mas não possui equipe técnica qualificada em número suficiente devido ao quadro de funcionário reduzido, apesar de obter infraestrutura e logística favorável. Quanto ao aspecto orçamentário segundo o órgão a dotação inicial não foi suficiente, havendo suplementação orçamentária para o cumprimento das metas, faz-se necessário ressaltar que, o mesmo para o cumprimento da meta utilizou-se apenas a dotação inicial, sendo desnecessária a suplementação. Foram formadas parcerias com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Defensoria Pública e outras Secretarias de Estado não citadas pelo órgão, bem como Prefeituras Municipais por meio do Estabelecimento de Pactos Federativos, constituição de Instâncias deliberativas e colegiadas para implantação do programa.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Todas as ações realizadas, inclusive os seus resultados são apreciados pela Secretária de Estado da Mulher e pela Secretária Adjunta, os resultados alcançados foram potencializados pela implementação da Política de Atenção Integral a Saúde da Mulher desenvolvida pela Secretaria de Estado da Saúde, outros fatores importantes contribuíram no resultado do programa como: captação de recursos junto a órgão do Governo Federal, parcerias com outras Secretarias de Estado e instituições voltadas para as políticas públicas para as mulheres, ações realizadas nas Unidades Móveis da Carreta da Mulher Maranhense e do Mamógrafo Móvel e a sensibilização dos gestores municipais do executivo, legislativo e judiciário sobre a necessidade de estruturação de Organismo de Políticas voltadas para as mulheres, em contrapartida o número reduzido de profissionais lotados no órgão, foi o entrave enfrentado para o alcance dos resultados.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
52101 - Secretaria de Estado da Mulher											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	7.710,00	7.418,00	6.959,00	6.959,00	0,94	0,00
4593 - Fortalecimento dos Sistemas Municipais de Políticas para as Mulheres	Atores da rede de enfrent à violência sensibilizados e/ou capacitados	unidade	1.070	9.445	8,83	15.421,00	1.367.444,36	15.407,00	15.407,00	0,01	783,45
4594 - Acolhimento, Formação e Inclusão de Mulheres - Viva Mulher	Pessoa atendida/encaminhada	unidade	1.050	14.709	14,01	1.078.798,00	2.194.799,94	1.093.859,55	871.627,92	0,40	35,27
MÉDIA DO PROGRAMA					11,42					0,67	409,36

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Analisando o programa, com relação ao princípio da Eficiência e Eficácia, observou-se que a meta física da ação apresentou um desempenho de 11,42 considerada na escala de valoração como Eficaz. Quanto a execução do conjunto das ações existentes no programa o valor da média é 409,36 o que expressa como Muito Eficiente, este resultado pode ser retratado pelo fato de que as metas alcançadas superaram as planejadas em suas ações. Entretanto, uma observação mais atenta, vemos uma suplementação superior a 220%, enquanto os valores empenhados e liquidados nas ações 4593 - Fortalecimento dos Sistemas Municipais de Políticas para as Mulheres e 4594 - Acolhimento, Formação e Inclusão de Mulheres - Viva Mulher em relação a dotação inicial (Lei+Crédito), temos respectivamente, 1,13% nas duas situações e 49,9% e 39,7%, outro aspecto, as metas planejadas não sofreram variações, portanto,

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
52101 - Secretaria de Estado da Mulher									
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	7.418,00	0,00	0	6.959,00	0,00	0,00
4593 - Fortalecimento dos Sistemas Municipais de Políticas para as Mulheres	Atores da rede de enfrent à violencia sensibilizados e/ou capacitados	unidade	1.070	1.367.444,36	1.277,99	9.445	15.407,00	1,63	0,00
4594 - Acolhimento, Formação e Inclusão de Mulheres - Viva Mulher	Pessoa atendida/encaminhada	unidade	1.050	2.194.799,94	2.090,29	14.709	871.627,92	59,26	0,03
MÉDIA DO PROGRAMA					1.684,14			30,44	0,01

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O custo unitário do produto no conjunto das ações planejadas em relação as executadas resultou em um coeficiente de 0,01 considerado muito eficiente, o resultado se justifica em decorrência do desempenho das ações, colaborando para eficiência do programa quando avaliado seu custo para execução do mesmo. No entanto nota-se a discrepância quanto ao custo unitário planejado em relação ao executado.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

O programa está alinhado a Diretriz de Governo e busca o alcance de melhores resultados nos indicadores de violência e discriminação contra as mulheres maranhenses em todos os espaços de poder e de decisão, como também inibir as diversas forma de violação dos direitos das mulheres.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não existe indicadores de desempenho intermediários inviabilizando sua mensuração.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não existem indicadores de desempenho socioeconômico inviabilizando a mensuração.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O programa atendeu suas necessidades e cumpriu suas metas superando o planejado, mas faz-se necessário melhor planejamento quanto ao custo unitário das ações, revisar o planejamento das ações quanto as metas físicas e financeiras e formular indicadores intermediários e de desempenho para o programa.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0564 - Participação das Mulheres nos Espaços Econômicos, de Decisão e de Poder**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	52000 - Secretaria de Estado da Mulher					
UNIDADE EXECUTORA	52101 - Secretaria de Estado da Mulher (SEMU)					
PROBLEMA	BAIXA AUTONOMIA ECONÔMICA E DESIGUALDADE DE GÊNERO. Nos espaços de Poder Executivo, a sub-representação feminina é evidenciada. O Brasil elegeu somente em 2010 uma mulher para a Presidência da República. Nos Estados e Prefeituras a presença feminina está entre 13% e 8%, respectivamente. O fato demonstra as dificuldades encontradas pelas mulheres em romper concepções conservadoras que associam e reduzem seu campo de trabalho a estereótipos de gênero, dificultando sua inserção em outras áreas, como a administrativa, econômica e tecnológica, desvalorizando os setores onde atuam. No Poder Judiciário, as mulheres chegam a 50,5%, mas, à proporção que sobe a hierarquia, o percentual diminui, alcançando 30% na Magistratura, 19% nos Conselhos Nacionais de Justiça e 15,5% nos Tribunais Superiores. A presença massiva das mulheres na advocacia mostra que, no que depende de estudo e competências para o ingresso em instâncias que exigem concurso público, as mulheres alcançam sucesso. Mas, as dificuldades aumentam à medida que precisam de indicação para ocupar cargos de maior nível. (fonte: www.maismulheresnopoderbrasil.com.br)					
OBJETIVO	Ampliar a autonomia econômica e promover a igualdade de gênero.					
PÚBLICO ALVO	Mulheres em situação de vulnerabilidade ou sob o risco de vivenciá-las.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	40.421,00	Atual	1.893.153,56	Variação	4.583,59

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

.Assegurar o Acesso aos Serviços de Assistência Social e Igualdade de Direitos.

Promover a qualificação profissional elevando a produtividade do trabalhador e sua inserção no mercado.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa apresenta consistência, o objetivo está compatível com o problema, o público alvo está corretamente definido e delimitado, verifica-se a necessidade de ampliação do escopo do programa criando ações afim de atender o público alvo, quanto a sua avaliação do programa pelos beneficiários e por membros do Conselho de Políticas associadas ao setor, faz-se necessário o desenvolvimento de mecanismos de avaliação para que obtenha de forma concisa a mensuração do seu desempenho. O programa obteve ação intersetorial desenvolvida durante a itinerância da Unidade Móvel de

Atendimento às Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas realizada mediante uma agenda coletiva com outros Órgãos como a Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária - SETRES, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES, Secretaria de Estado Extraordinária de Igualdade Racial - SEIR e SEPAC.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

As ações do programa são planejadas e acompanhadas internamente pelo órgão, no Departamento de Captação de Recursos e Projetos, que está voltado para a promoção da inclusão da mulher no mundo e geração de sua autonomia econômica, mas não possui equipe técnica qualificada em número suficiente devido ao quadro de funcionário reduzido, apesar de obter infraestrutura e logística favorável. Quanto ao aspecto orçamentário segundo o órgão a dotação inicial não foi suficiente, havendo suplementação orçamentária para o cumprimento das metas, ressaltamos que o programa poderia ter cumprido a meta conforme o planejado com a sua dotação inicial no valor de R\$ 40.421,00, não havendo necessidade de suplementação, já que o valor de todo o planejado de acordo com o custo unitário ficaria no valor R\$ 37.440,00, ou seja, a dotação foi suficiente para execução do programa. Foram formadas parcerias com o FETAEMA, FESPAC, SEIR, SAF, SES, SEDES, Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados obtidos pelo programa são apreciados pela Secretária de Estado da Mulher e pela Secretária Adjunta, os mesmos foram potencializados pelo Programa de Economia Solidária desenvolvido pelo órgão, por meio da prestação de assessoria técnica a Grupos e Arranjos Produtivos constituídos por mulheres ou não, outros fatores importantes contribuíram no resultado do programa como: captação de recursos junto a órgão do governo federal, parcerias com Secretarias de Estado e Organismos de Políticas Públicas para as mulheres e ações intersectorializadas da Unidade Móvel de Atendimento às Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas, em contrapartida o número reduzido de profissionais foi o entrave enfrentado para o alcance dos resultados.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
52101 - Secretaria de Estado da Mulher											
4598 - Fortalecimento e Apoio a Grupos Organizados ou não de Mulheres	Mulher fortalecida	unidade	2.600	1.055	0,41	40.421,00	1.893.153,56	15.188,00	15.188,00	0,01	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,41					0,01	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação deste item, apresenta, respectivamente, um desempenho de 0,41, considerado Não Eficaz e outro de 41,0 o que demonstra ser Muito Eficiente. No entanto, observa-se que ocorreu um elevada suplementação orçamentária (4.583%), constatamos que os recursos autorizados pela lei orçamentária, seria mais que suficientes para o cumprimento das metas estabelecidas sem o valor suplementado, para tanto, observe-se o valor liquidado em relação com a dotação inicial (observar o comentário no item 5.1.2). Foram formadas parcerias com o FETAEMA, FESPAC, SEIR, SAF, SES, SEDES, Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. com a execução financeira, liquidação da despesa o cumprimento das metas com a liquidação

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
52101 - Secretaria de Estado da Mulher									
4598 - Fortalecimento e Apoio a Grupos Organizados ou não de Mulheres	Mulher fortalecida	unidade	2.600	1.893.153,56	728,14	1.055	15.188,00	14,40	0,02
MÉDIA DO PROGRAMA						728,14		14,40	0,02

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O custo unitário do produto no conjunto das ações planejadas em relação as executadas resultou em um coeficiente de 0,02 considerado Muito Eficiente, o resultado se justifica em decorrência do desempenho das ações, colaborando para eficiência do programa quando avaliado seu custo para execução do mesmo. No entanto nota-se a discrepância quanto ao custo unitário planejado em relação ao executado (observar comentários dos itens 5.1.2 e 5.2).

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

O programa está alinhado a Diretriz de Governo, contribuindo de forma positiva garantindo o acesso a serviços de assistência social e igualdade de direitos, além de promover a qualificação profissional e autonomia econômica das mulheres em situação de vulnerabilidade, ou sob risco de vivenciá-las, e tem assegurado alcance do objetivo proposto, bem como a solução do problema enfrentado.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não existe indicadores de desempenho intermediários inviabilizando sua mensuração.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não existem indicadores de desempenho socioeconômico inviabilizando a mensuração.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

O programa atendeu suas necessidades e cumpriu suas metas superando o planejado, mas faz-se necessário melhor planejamento quanto ao custo unitário das ações, revisar o planejamento das ações quanto as metas físicas e financeiras e formular indicadores intermediários e de desempenho para o programa.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0137 - Construção e Melhoria de Equipamentos Urbanos**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	53000 - Secretaria de Estado da Infraestrutura					
UNIDADE EXECUTORA	53101 - Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA)					
PROBLEMA	Infraestrutura urbana dos municípios deficitária.					
OBJETIVO	Proporcionar melhores condições de atendimento ao público e de lazer à população, além de eliminar barreiras arquitetônicas e urbanísticas para o público portador de deficiências.					
PÚBLICO ALVO	Sociedade maranhense.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	33.901.250,00	Atual	119.456.870,73	Variação	252,37

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Oferecer infraestrutura, logística e transporte de qualidade.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa foi concebido utilizando os requisitos e atributos necessários para a sua concepção como público alvo, ações, metas, produtos e serviços, devidamente definidos. O órgão não realiza pesquisas de opinião para medir o grau de satisfação ou avaliação de suas ações junto ao seu público alvo. Não foi formulado um indicador de resultado para o mesmo, inviabilizando a mensuração de seu desempenho.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

O programa está sob a coordenação de uma Secretaria Adjunta específica, gerenciando a implementação do mesmo, também contou com materiais e equipamentos suficientes, assim como, infraestrutura e logística de qualidade, mas não possui equipe técnica com dedicação exclusiva para a sua execução, pois o quadro, apesar de qualificado é insuficiente para a formação das mesmas. Foram formadas parcerias com diversas prefeituras municipais e repassados recursos para execução de obras que beneficiassem as suas populações. Quanto a questão orçamentária os recursos foram insuficientes, sendo necessário uma suplementação para o cumprimento das metas previstas.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados foram satisfatórios, pois, a meta física da maioria das ações foi executada acima do planejado, com exceção da ação 1089 - Construção e Melhoramento de Logradouros Públicos que não alcançou o planejado devido a alguns entraves como: priorização das outras ações em detrimento desta, lentidão na execução das obras em virtude de atraso do repasse financeiro e problemas com determinadas empresa executoras. Do que foi realizado contribuindo para o sucesso dos resultados alcançados e atendendo às diretrizes do governo, podemos destacar: execução dos serviços de urbanização, manutenção e revitalização da barragem do Bacanga, em São Luis - MA, execução dos serviços de revitalização das passarelas de pedestres e guarda corpo da ponte São Francisco em São Luis - MA e execução dos serviços de contenção em rocha da lateral direita do Viva Raposa, no município de Raposa - MA, possibilitando maior segurança e conforto à população.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
53101 - Secretaria de Estado da Infraestrutura											
1089 - Construção e Melhoramento de Logradouros Públicos	Logradouro construído/melhorado	m²	2.255	225	0,10	8.915.000,00	500.490,00	435.000,00	225.000,00	0,45	0,22
1098 - Construção e Melhoramento de Prédios Públicos	Prédio construído/melhorado	m²	4.932	5.555	1,13	5.050.000,00	16.848.516,89	8.429.963,13	6.486.243,90	0,38	2,93
1671 - Implantação e Pavimentação de Vias Urbanas	Via urbana pavimentada	m²	276.003	1.103.407	4,00	16.836.250,00	79.257.871,84	78.664.075,09	68.143.769,00	0,86	4,65
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	1.100.000,00	170.000,00	165.422,59	165.422,59	0,97	0,00
4625 - Conservação de Logradouros Públicos	Logradouro conservado	m²	5.319	120.160	22,59	1.000.000,00	22.639.992,00	22.589.991,88	22.589.991,88	1,00	22,64
4629 - Pavimentação de Vias Urbanas	Via urbana pavimentada	unidade	0	0	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

53201 - Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana

4629 - Pavimentação de Vias Urbanas	Via urbana pavimentada	m²	0	0	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MÉDIA DO PROGRAMA

4,64	0,61	5,07

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação efetuada através da relação entre as metas físicas e financeiras do programa indica o valor da eficiência de 5,07, que na escala valoração adotada nesta avaliação corresponde a Muito Eficiente. O valor obtido pode ser explicado pelo fato da maioria das ações terem executado acima do que foi planejado, com exceção da ação: 1089 - Construção e Melhoramento de Logradouros Públicos que executou abaixo do planejado. Quanto ao produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 4,64, mostrando que foi Eficaz.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
53101 - Secretaria de Estado da Infraestrutura									
1089 - Construção e Melhoramento de Logradouros Públicos	Logradouro construído/melhorado	m²	2.255	500.490,00	221,95	225	225.000,00	1.000,00	4,51
1098 - Construção e Melhoramento de Prédios Públicos	Prédio construído/melhorado	m²	4.932	16.848.516,89	3.416,16	5.555	6.486.243,90	1.167,75	0,34
1671 - Implantação e Pavimentação de Vias Urbanas	Via urbana pavimentada	m²	276.003	79.257.871,84	287,16	1.103.407	68.143.769,00	61,76	0,22
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	170.000,00	0,00	0	165.422,59	0,00	0,00
4625 - Conservação de Logradouros Públicos	Logradouro conservado	m²	5.319	22.639.992,00	4.256,44	120.160	22.589.991,88	188,00	0,04
4629 - Pavimentação de Vias Urbanas	Via urbana pavimentada	unidade	0	40.000,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

53201 - Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana

4629 - Pavimentação de Vias Urbanas	Via urbana pavimentada	m²	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					1.363,62			402,92	0,85

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação do custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou um valor de 0,85, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a Média Eficiência. O valor obtido pode ser explicado pelo fato do custo médio por unidade de produto planejado ter tido um aumento considerável na ação 1089 - Construção e Melhoramento de Logradouros Públicos.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Sim. O programa atende as diretrizes definidas pelo governo, notadamente pelo fato de seus resultados estarem indo de encontro ao proposto.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O órgão não formulou indicador para medir a evolução dos resultados do programa.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Nenhum indicador de painel foi associado a este programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

Definir indicadores que possibilitem mensurar, medir, monitorar e avaliar o programa de forma mais precisa na solução do problema.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0531 - Logística e Transportes**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	53000 - Secretaria de Estado da Infraestrutura					
UNIDADE EXECUTORA	53101 - Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA)					
PROBLEMA	Infraestrutura de transportes deficitária.					
OBJETIVO	Melhorar o fluxo de transportes de carga e passageiros na infraestrutura de transporte multimodal do Estado.					
PÚBLICO ALVO	Usuários dos transportes de passageiros e cargas.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	183.889.085,00	Atual	97.445.177,30	Variação	-47,01

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Oferecer infraestrutura, logística e transporte de qualidade.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa foi concebido utilizando os requisitos e atributos necessários para a sua concepção como público alvo, ações, metas, produtos e serviços, devidamente definidos. O órgão não realiza pesquisas de opinião para medir o grau de satisfação ou avaliação de suas ações junto ao seu público alvo. Não foi formulado um indicador de resultado para o mesmo, inviabilizando a mensuração de seu desempenho. Ressaltasse que o mesmo possui 02 (duas) ações incluídas no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão (PDE), a ação 1754 - Construção e Melhoramento de Pontes e a ação 3094 - Implantação da Via Expressa.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

O programa está sob a coordenação de uma Secretaria Adjunta específica, gerenciando a implementação do mesmo, também contou com materiais e equipamentos suficientes, assim como, infraestrutura e logística de qualidade, mas não possui equipe técnica com dedicação exclusiva para a sua execução, pois o quadro, apesar de qualificado, é insuficiente para a formação das mesmas. Foram formadas parcerias com diversas prefeituras municipais e repassados recursos para execução de obras que beneficiassem as suas populações. Quanto a questão orçamentária os recursos se tornaram insuficientes após uma anulação de 47,01% na dotação inicial, inviabilizando a execução das metas estabelecidas.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados não foram satisfatórios, pois, várias ações não tiveram nenhuma meta alcançada, ficando muito abaixo do previsto em virtude de alguns entraves conforme relacionados a seguir: anulação de 47,01% na dotação inicial, lentidão na execução da obra em virtude de atraso no repasse financeiro e problemas com determinadas empresa executoras, com exceção das ações 3093 - Implantação, Melhoramento e Pavimentação de Rodovias que teve sua meta superada em mais de 2.000% como resultado do Plano Mais Asfalto e a ação 3095 - Implantação da Avenida Metropolitana que não teve nada planejado mais em virtude de algumas necessidades foram executadas algumas intervenções. Dentre as obras do Plano Mais asfalto que contribuíram para o sucesso do programa estão: MA 034 (Matões / Baú) 71,5 Km, MA 020 (Coroatá / Vargem Grande 72,0 Km, MA 381 (Pedreiras / Povoado Pacas Lote 01) 26,3 Km e MA 381 (Joselândia / Povoado Pacas Lote 02) 30,0 Km.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
53101 - Secretaria de Estado da Infraestrutura											
1752 - Construção e Melhoria de Aeródromos	Aeródromo construído/melhorado	% de execução	4.000	438	0,11	1.000.000,00	5.536.350,47	3.652.099,23	109.603,85	0,02	5,54
1754 - Construção e Melhoramento de Pontes	Ponte construída/melhorada	% de execução	49.578	3.360	0,07	35.300.000,00	1.483.000,00	1.473.118,41	1.473.118,41	0,99	0,07
2705 - Conservação de Pontes	Ponte conservada	unidade	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3014 - Restauração de Rodovias	Rodovia restaurada	km	31	3	0,09	9.468.000,00	808.115,00	808.114,16	808.114,16	1,00	0,09
3015 - Implantação e Melhoramento de Estradas Vicinais	Estrada vicinal implantada/melhorada	% de execução	129	0	0,00	6.450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3093 - Implantação, Melhoramentos e Pavimentação de Rodovias	Rodovia implantada, melhorada e pavimentada	km	4	92	23,08	2.500.000,00	59.485.486,58	57.348.707,93	55.400.414,82	0,93	24,78

3094 - Implantação da Via Expressa	Via Expressa implantada	km	0	0	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3095 - Implantação da Avenida Metropolitana	Avenida Metropolitana implantada	km	0	1	0,00	7.000.000,00	14.237.554,25	5.772.643,48	5.603.495,92	0,39	0,00
3096 - Construção e Melhoramento de Diques e Barragens	Dique/barragem construída/melhorada	% de execução	14.243	0	0,00	44.509.955,00	1.009.955,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00
4288 - Conservação de Estradas Vicinais	Estrada vicinal conservada	unidade	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	25.600.000,00	13.711.931,00	13.449.724,89	12.599.806,24	0,92	0,00
4495 - Conservação de Diques e Barragens	Dique ou barragem conservada	unidade	1.018	0	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53201 - Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana											
2705 - Conservação de Pontes	Ponte conservada	m	0	0	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4287 - Conservação e Manutenção de Rodovias	Rodovia conservada	unidade	0	0	0,00	29.445.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4288 - Conservação de Estradas Vicinais	Estrada vicinal conservada	km	0	0	0,00	20.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	516.130,00	1.172.785,00	1.001.933,92	955.533,10	0,81	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA						1,67				0,36	2,18

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação efetuada através da relação entre as metas físicas e financeiras do programa indica o valor da eficiência de 2,18, que na escala valoração adotada nesta avaliação corresponde a Muito Eficiente. O valor obtido pode ser explicado pelo fato da ação 3093 - Implantação, Melhoramento e Pavimentação de Rodovias ter aumentado em mais de 2.000% a meta planejada, afetando dessa maneira o resultado final da avaliação do programa. Quanto ao produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 1,67 mostrando que foi Eficaz, pelos mesmos motivos relatados acima.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
53101 - Secretaria de Estado da Infraestrutura									
1752 - Construção e Melhoria de Aeródromos	Aeródromo construído/melhorado	% de execução	4.000	5.536.350,47	1.384,09	438	109.603,85	250,00	0,18
1754 - Construção e Melhoramento de Pontes	Ponte construída/melhorada	% de execução	49.578	1.483.000,00	29,91	3.360	1.473.118,41	438,46	14,66
2705 - Conservação de Pontes	Ponte conservada	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
3014 - Restauração de Rodovias	Rodovia restaurada	km	31	808.115,00	26.068,23	3	808.114,16	300.414,19	11,52
3015 - Implantação e Melhoramento de Estradas Vicinais	Estrada vicinal implantada/melhorada	% de execução	129	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
3093 - Implantação, Melhoramentos e Pavimentação de Rodovias	Rodovia implantada, melhorada e pavimentada	km	4	59.485.486,58	14.871.371,65	92	55.400.414,82	600.026,15	0,04
3094 - Implantação da Via Expressa	Via Expressa implantada	km	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
3095 - Implantação da Avenida Metropolitana	Avenida Metropolitana implantada	km	0	14.237.554,25	0,00	1	5.603.495,92	8.755.462,38	0,00

3096 - Construção e Melhoramento de Diques e Barragens	Dique/barragem construída/melhorada	% de execução	14.243	1.009.955,00	70,91	0	0,00	0,00	0,00
4288 - Conservação de Estradas Vicinais	Estrada vicinal conservada	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	13.711.931,00	0,00	0	12.599.806,24	0,00	0,00
4495 - Conservação de Diques e Barragens	Dique ou barragem conservada	unidade	1.018	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
53201 - Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana									
2705 - Conservação de Pontes	Ponte conservada	m	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4287 - Conservação e Manutenção de Rodovias	Rodovia conservada	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4288 - Conservação de Estradas Vicinais	Estrada vicinal conservada	km	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	1.172.785,00	0,00	0	955.533,10	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					1.064.208,91		689.756,51	1,89	

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação do custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou um valor de 1,89, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a Pouco Eficiente. O valor obtido pode ser explicado pelo fato do custo médio por unidade de produto planejado ter tido um aumento considerável nas ações 1754 - Construção e Melhoramento de Pontes e 3014 - Restauração de Rodovias.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Sim. O programa está alinhado as diretrizes do PPA 2012/2015, sendo que houve uma adequação em virtude da nova orientação de governo através do plano Mais Asfalto.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foi formulado indicador intermediário para medir a evolução dos resultados dos programas.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Nenhum indicador de painel foi associado a este programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1 - Definir indicadores que possibilitem mensurar, medir, monitorar e avaliar o programa de forma mais precisa na solução do problema; 2 - Revisar as metas para que o programa tenha um maior desempenho.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0541 - Garantia do Direito do Consumidor**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	54000 - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania					
UNIDADE EXECUTORA	54111 - Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON)					
PROBLEMA	Vulnerabilidade do Consumidor na Relação de Consumo					
OBJETIVO	Garantir a Defesa dos Consumidores, zelando por seus direitos na relação de consumo e informando-os de seus deveres.					
PÚBLICO ALVO	Consumidores no Estado do Maranhão.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	1.180.000,00	Atual	2.136.070,99	Variação	81,02

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Assegurar o Acesso aos Serviços de Assistência Social e Igualdade de Direitos

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa apresenta uma boa consistência, o objetivo está compatível com o problema, o público alvo está corretamente definido e delimitado, as ações do PROCON são viabilizadas exclusivamente por meio da realização de atendimento aos consumidores e por meio da realização de fiscalização de estabelecimentos comerciais.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

A implantação/execução do programa contou com materiais, equipamentos, equipe técnica, infraestrutura e logística em qualidade e quantidade suficientes, foram formadas parcerias entre o PROCON e SEDIHPOP para aprimoramento do Projeto de Municipalização dos PROCON, potencializando assim a execução do mesmo. Entretanto, houveram alguns percalços tais como: orçamento inicial aprovado insuficiente, sendo necessários alguns remanejamentos de verbas, em alguns casos houve atraso na liberação das cotas financeiras que comprometeram o alcance de algumas metas.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados superaram as metas pretendidas. Todas as ações subsidiadas pelo PROCON contam com participação do público alvo, visto que o órgão trabalha diretamente para a proteção e garantia dos direitos e deveres dos consumidores. Algumas das ações foram desenvolvidas em parceria com a Defensoria Pública, a Secretaria de Saúde, CREA e de outras entidades.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
54111 - Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	167.000,00	31.055,78	31.055,78	31.055,78	1,00	0,00
4465 - Atendimento ao Consumidor	Consumidor atendido	unidade	16.864	30.728	1,82	147.300,00	92.267,37	92.267,37	92.267,37	1,00	1,82
4466 - Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do PROCON/MA	Fiscalização realizada	unidade	800	1.400	1,75	185.700,00	148.258,00	145.834,00	145.834,00	0,98	1,78
54202 - Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	0,00	335.944,22	138.558,09	95.308,25	0,28	0,00
4465 - Atendimento ao Consumidor	Consumidor atendido	unidade	8.436	15.367	1,82	0,00	210.032,63	126.365,14	110.421,05	0,53	3,46
4466 - Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do PROCON/MA	Fiscalização realizada	unidade	400	736	1,84	0,00	237.442,00	116.779,64	85.962,06	0,36	5,08
54901 - Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	152.000,00	186.259,50	32.182,00	0,00	0,00	0,00
4465 - Atendimento ao Consumidor	Consumidor atendido	unidade	0	0	0,00	302.000,00	523.155,36	48.100,00	0,00	0,00	0,00
4466 - Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do PROCON/MA	Fiscalização realizada	unidade	0	0	0,00	226.000,00	371.656,13	900,00	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					1,21					0,69	2,02

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Quanto a eficiência verificamos que o órgão obteve média de 1,21 revelando a eficácia do programa, aliado a isto quando analisamos sua eficiência encontramos uma média de 2,02 o que na escala de valoração aponta este como muito eficiente. Todavia, houve uma certa depreciação na média por conta do resultado da UG 54901 - Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor, que por sua vez não liquidou qualquer valor e sequer apresentou algum resultado. Em contra partida, as demais ações lograram excelentes resultados físicos e financeiros. Destacamos que, conforme informado pelo órgão, as ações do Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor não apresentaram metas lançadas por serem as mesmas atingidas pela atual UG 54202 - Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor, sendo o Fundo apenas um suporte financeiro.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
54111 - Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor									
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	31.055,78	0,00	0	31.055,78	0,00	0,00
4465 - Atendimento ao Consumidor	Consumidor atendido	unidade	16.864	92.267,37	5,47	30.728	92.267,37	3,00	0,55
4466 - Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do PROCON/MA	Fiscalização realizada	unidade	800	148.258,00	185,32	1.400	145.834,00	104,17	0,56
54202 - Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor									
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	335.944,22	0,00	0	95.308,25	0,00	0,00
4465 - Atendimento ao Consumidor	Consumidor atendido	unidade	8.436	210.032,63	24,90	15.367	110.421,05	7,19	0,29
4466 - Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do PROCON/MA	Fiscalização realizada	unidade	400	237.442,00	593,61	736	85.962,06	116,80	0,20

54901 - Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor

4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	186.259,50	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4465 - Atendimento ao Consumidor	Consumidor atendido	unidade	0	523.155,36	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4466 - Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do PROCON/MA	Fiscalização realizada	unidade	0	371.656,13	0,00	0	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA							134,88	38,53	0,27

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Quanto a avaliação dos custos verificamos que o órgão obteve média de 0,27 revelando uma excelente eficiência do programa com custo unitário de 38,53 para sua execução. Todavia, os resultados poderiam ter se destacado melhor caso a UG 54901 - Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor tivesse por sua vez liquidado os valores empenhados e apresentado alguma meta física, tanto no planejamento quanto na execução. *Observamos que a ação 4450 - Gestão do Programa não está inclusa no cálculo quanto a Eficácia e Eficiência, por se tratar de uma ação que agrega as despesas que comprovadamente contribuem para o objetivo do programa, mas não são passíveis de apropriação direta como as demais ações associadas, versando apenas de um centro de custos.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Sim. Os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam sem sombra de dúvida que o mesmos estão contribuindo para a visão estratégica de governo.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

O programa não possui indicadores de desempenho intermediários definidos no programa.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

O programa não possui indicadores de desempenho socioeconômicos(Painei) definidos no programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações principalmente referentes ao Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor. 2. Garantir tempestivamente o lançamento das informações das metas física e financeira no SISPCA de forma que reflita de fato a realidade do desempenho do Programa; 3. Definir e sugerir a inserção de um indicador no painel do PPA que reflita as ações do programa, mesmo que de forma indireta; 4. Compatibilizar os recursos financeiros com as metas físicas.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0519 - Maranhão Solidário e Inclusivo**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	54000 - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania					
UNIDADE EXECUTORA	54110 - Viva Cidadão (VIVACIDADÃO)					
PROBLEMA	Deficiência de acesso à Direitos de Cidadania					
OBJETIVO	Favorecer a prestação de serviços públicos de qualidade e emissão da documentação civil em um mesmo espaço físico.					
PÚBLICO ALVO	Sociedade maranhense.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	19.263.889,00	Atual	14.996.390,54	Variação	-22,15

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Assegurar o Acesso aos Serviços de Assistência Social e Igualdade de Direitos

Erradicar a Pobreza e Reduzir as Desigualdades Sociais

Modernizar a Gestão Pública

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O Programa apresenta em sua concepção consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado, visto que este é de natureza contínua e acompanha o crescimento da população. Destacamos ainda que o público alvo e suas ações encontram-se bem delimitados e coesos. Quanto ao número de atendimentos nas Unidades de Atendimento e Novos serviços implantados, estes são suficientes para mensurar os resultados quantitativos, entretanto, os resultados qualitativos são avaliados pelos clientes através de dispositivos eletrônicos. Mesmo existindo métodos de avaliação junto ao público alvo tais como: totem multimídia, avaliação manual, sistema SIGA, formulário de reclamações, sugestões e elogios, dificilmente são preenchidos pelos clientes, que geralmente recorrem à imprensa para fazer suas reclamações. Com relação as metas, apenas a expansão de unidades e serviços, necessitam de separação das metas em: número de Unidades de Atendimento implantadas e número de serviços implantados, já que são ações diferenciadas.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

O Viva Cidadão é um órgão desconcentrado e possui autonomia gerencial institucionalizada para execução do programa. Todavia, segundo o órgão a implementação do mesmo foi afetada por conta do contingenciamento de 30%, e da necessidade de suplementações orçamentárias, entretanto se analisarmos as liquidações veremos que estas se encontram abaixo dos valores de dotação inicial. Quanto as metas serem cumpridas em termos quantitativos, o mesmo alega a falta de liberação e autorização de orçamento, o que incidiu sobre a qualidade do serviço oferecido. Apesar do alto índice de aprovação apontado pelos beneficiários e de parcerias formalizadas por meio de convênios, as deficiências na infraestrutura, quadro de pessoal e o baixo número de unidades de atendimento tem como consequência a formação de filas quilométricas, bem como inviabilizam a prestação de alguns

serviços, caso do Seguro Desemprego, serviço com prazo estabelecido que muitas vezes é perdido pelo trabalhador, por falta de vagas para atendimento.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados foram potencializados por meio das demandas da SEJAP, gerando um público diferenciado: pessoas que cumprem pena em diversos presídios do Estado, demandas da Secretaria de Educação, Esporte, Juventude durante os Jogos Escolares e ENEM, demandas da FUNAC nas Unidades de Adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e demandas da SEDIHPOP, Igualdade Racial durante o Programa Mais IDH, Caravana de Direitos Humanos, Orçamento Participativo dentre outros. Além disso houve notável gestão interna na condução das ações, contratação de Banco de Preços como elemento facilitador para cotação procedimentos licitatórios, estrutura itinerante de atendimento e processo de expansão de Unidades e Serviços. Todavia, segundo informações do órgão, mesmo com os problemas quanto as liberações de recursos financeiros, principalmente no que se refere a despesas de capital que impossibilitaram o reaparelhamento das unidades fixas, o contingenciamento de recursos, a insuficiência de Recursos Humanos e a situação dos imóveis alugados, que inviabilizam reformas necessárias ao atendimento adequado.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
54110 - Viva Cidadão											
1683 - Expansão e Instalação de Unidades e Serviços do VIVA CIDADÃO	Serviço implantado	unidade	3	0	0,00	148.513,00	476.077,00	475.997,00	38.087,00	0,08	0,00
2981 - Facilitação do Atendimento ao Cidadão na Obtenção de Serviços Públicos	Pessoa atendida	unidade	2.658.171	2.661.598	1,00	18.500.502,00	13.887.485,70	13.602.442,43	11.328.074,29	0,82	1,23
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	614.874,00	632.827,84	616.548,42	581.612,26	0,92	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,50					0,91	0,61

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Quanto a eficiência verificamos que em duas das ações o órgão obteve "zero " em sua avaliação, movendo a media para baixo, a ação 1683 - Expansão e Instalação de Unidades e Serviços do VIVA CIDADÃO mesmo não conseguindo atingir nenhum valor referente a meta física, ainda liquidou 8% da sua dotação atual. Em termos gerais, o programa alcançou 0,50 se tornando segundo a escala de valoração ineficaz e 0,61 qualificando-o a média eficiência relativo a avaliação físico e financeira.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
54110 - Viva Cidadão									
1683 - Expansão e Instalação de Unidades e Serviços do VIVA CIDADÃO	Serviço implantado	unidade	3	476.077,00	158.692,33	0	38.087,00	0,00	0,00
2981 - Facilitação do Atendimento ao Cidadão na Obtenção de Serviços Públicos	Pessoa atendida	unidade	2.658.171	13.887.485,70	5,22	2.661.598	11.328.074,29	4,26	0,81
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	632.827,84	0,00	0	581.612,26	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA						79.348,78		2,13	0,41

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa quanto sua eficiência, apresentou o valor de 0,41, que na escala de valoração adotada corresponde a uma execução muito eficiente, e custo unitário de R\$ 2,13 o que se explica pelo simples fato de que o cálculo está levando em consideração todas as ações correspondentes ao programa até mesmo aquelas que não obtiveram nenhum resultado físico, havendo grande distorção na média. Contudo, se avaliarmos apenas a ação 2981 - Facilitação do Atendimento ao Cidadão na Obtenção de Serviços Públicos, por ser esta a única que entregou meta física teremos um custo unitário de R\$4,26 e eficiência de 0,81 tornando sua execução analisada com média eficiência. Entretanto há que se atentar que o programa possui duas ações que deveriam entregar seus produtos(metas) e executar seus custos para determinado fim, porém uma das ações não está cumprindo com sua finalidade para qual foi criada, de modo que faz-se necessário a reavaliação quanto a necessidade, dificuldades e permanência da mesma.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Parcialmente. Por isso existe uma necessidade de monitoramento e acompanhamento das metas físicas e financeiras, para que suas contribuições sejam em suas totalidades, buscando a melhoria nos próximos exercícios.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não possui indicadores de desempenho intermediários definidos no programa.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Não possui indicadores de desempenho socioeconômicos(Painel) definidos no programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações, bem como rever as metas físicas e financeiras adequadas as mesmas; 2. Garantir tempestivamente o lançamento das informações das metas física e financeira no SISPCA de forma que reflita de fato a realidade do desempenho do Programa; 3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa; 4. Definir e sugerir a inserção de um indicador no painel do PPA que reflita as ações do programa, mesmo que de forma indireta, assim como, estabelecer indicadores intermediários adequados; 5. Compatibilizar os recursos financeiros com as metas físicas.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0542 - Promoção, Proteção e Articulação da Garantia dos Direitos Humanos**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	54000 - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania					
UNIDADE EXECUTORA	54101 - Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP)					
PROBLEMA	Violações dos Direitos Humanos					
OBJETIVO	Reduzir as violações de direitos humanos, contribuindo para a mudança de dogmas e/ou de paradigmas que assegure a ampla democratização dos direitos.					
PÚBLICO ALVO	Cidadãos e vítimas de violações dos direitos humanos.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	4.233.226,00	Atual	5.621.966,12	Variação	32,81

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Assegurar o Acesso aos Serviços de Assistência Social e Igualdade de Direitos

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

Concernente a concepção do programa o problema ainda se mostra atual e o público alvo bem delimitado, porém o órgão considera que em detrimento a reestruturação do órgão executor, conforme a Lei nº 10.213, de 9.03.15, se faz necessária a revisão do objetivo do programa de forma a abranger as Políticas Públicas de Participação Popular e Desenvolvimento Humano. Quanto as ações e metas físicas ainda são insuficiente para atingir o objetivo, mesmo existindo intersectorialidade das mesmas, além de que os produtos (bens e serviços) precisam de uma redefinição de modo a alcançar os resultados desejados.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Quanto a implementação, segundo o órgão, após a reforma administrativa sua despesa aumentou consideravelmente demandando mais recursos, o que só pôde ser efetivadas com as suplementações orçamentárias, este ainda pontuou os atrasos quanto a liberações de cotas financeiras como entraves para a execução do mesmo. Identificou-se ainda que o programa contou com equipe técnica qualificada, porém em número insuficiente, bem como materiais, equipamentos, infraestrutura e logística em qualidade e quantidade insuficientes.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados foram potencializados através das ações tais como: Facilitação do Atendimento ao Cidadão na Obtenção de Serviços Públicos, do Viva Cidadão, além das atividades do Plano Mais IDH que foram potencializadas pelas ações dos órgãos que compõem o Comitê Gestor do Plano Mais IDH. Quanto a participação do público alvo, em específico na ação “4474 - Apoio aos eventos da Transversalidade das Políticas públicas de Direitos Humanos”, foram desenvolvidas ações de Participação Popular que envolveram 3.082 pessoas nas Escutas Territoriais para elaboração do PPA e OP participativo/2016, em parceria com Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, e 23.006 pessoas através da Plataforma de Participação Digital. Todavia no decorrer da execução alguns problemas foram enfrentados como: deficiência de infraestrutura e logística quanto a qualidade e quantidade, reduzindo o número de servidores para implementação do programa e demora na liberação das cotas financeiras. Contudo, foi possível o alcance das metas pelos seguintes fatores: comprometimento técnico das equipes de implementação do programa, parcerias estabelecidas para implementação das ações desenvolvidas, participação da sociedade civil nas discussões e execução das ações do programa.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
54101 - Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular											
3076 - Implement. das Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes	Sistema apoiado	unidade	20	0	0,00	100.000,00	190.007,29	174.821,99	174.821,99	0,92	0,00
4377 - Fortalecimento dos Espaços de Controle Social	Conselho/comitê/ouvidoria apoiada	unidade	7	8	1,14	450.000,00	965.111,43	898.646,94	866.794,58	0,90	1,27
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	500.000,00	1.036.453,40	717.578,53	292.519,16	0,28	0,00
4468 - Erradicação do Subregistro	Pessoa atendida	unidade	200	169	0,85	100.000,00	30.058,00	30.057,97	5.058,00	0,17	5,02
4469 - Centro de Atendimento de Vítimas de Violação de Direitos Humanos	Pessoa beneficiada	unidade	398	35	0,09	220.000,00	115.821,00	115.820,77	27.057,77	0,23	0,38

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4470 - Educação e Cultura em Direitos Humanos	Pessoa capacitada	unidade	714	887	1,24	130.000,00	136.977,00	136.630,67	63.644,60	0,46	2,67
4471 - Enfretamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Evento realizado	unidade	20	3	0,15	50.000,00	4.755,00	4.755,00	2.019,00	0,42	0,35
4472 - Capacitação Profissional de Pessoas com Deficiência	Pessoa capacitada	unidade	85	28	0,33	120.000,00	194.897,00	194.896,04	2.541,00	0,01	25,27
4473 - Apoio aos Projetos de Erradicação do Trabalho Escravo	Pessoa atendida	unidade	120	152	1,27	111.926,00	82.692,00	82.488,00	13.488,00	0,16	7,77
4474 - Apoio aos Eventos da Transversalidade das Políticas Públicas de Direitos Humanos	Evento realizado	unidade	41	48	1,17	500.000,00	738.122,00	428.241,50	371.013,50	0,50	2,33
4475 - Proteção a Defensores dos Direitos Humanos	Defensor protegido	unidade	18	19	1,06	70.000,00	30.679,00	30.679,00	15.679,00	0,51	2,07
4637 - Promoção de um Maranhão Sem Homofobia	Pessoa atendida	unidade	689	238	0,35	155.000,00	103.774,00	103.773,53	83.773,53	0,81	0,43
4638 - Proteção e Garantia às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	Pessoas assistida	unidade	86	57	0,66	1.726.300,00	1.992.619,00	1.592.617,96	1.587.617,96	0,80	0,83
MÉDIA DO PROGRAMA					0,69					0,52	4,03

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Ao avaliarmos a eficiência do programa identificamos este como muito eficiente, visto que sua média é de 4,03, superando em termos gerais não só a expectativa de 100%, mas de 400%. Isso se deu em razão de que as ações: 4472 - Capacitação Profissional de Pessoas com Deficiência, 4473 - Apoio aos Projetos de Erradicação do Trabalho Escravo e 4468 - Erradicação do Subregistro, que mesmo não apresentando excelentes valores quanto a eficácia estes conseguiram atingir as metas descritas com custo bem abaixo do inicialmente planejado, elevando sua média quanto a Eficiência. Contudo, no que tange a Eficácia os valores se comportaram de forma negativa, posto que muitas das ações não atingiram bons resultados da meta proposta, totalizando 0,69, caracterizando o programa como não eficaz.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
54101 - Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular									
3076 - Implement. das Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes	Sistema apoiado	unidade	20	190.007,29	9.500,36	0	174.821,99	0,00	0,00
4377 - Fortalecimento dos Espaços de Controle Social	Conselho/comitê/ouvidoria apoiada	unidade	7	965.111,43	137.873,06	8	866.794,58	108.349,32	0,79
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	1.036.453,40	0,00	0	292.519,16	0,00	0,00
4468 - Erradicação do Subregistro	Pessoa atendida	unidade	200	30.058,00	150,29	169	5.058,00	29,93	0,20
4469 - Centro de Atendimento de Vítimas de Violação de Direitos Humanos	Pessoa beneficiada	unidade	398	115.821,00	291,01	35	27.057,77	773,08	2,66
4470 - Educação e Cultura em Direitos Humanos	Pessoa capacitada	unidade	714	136.977,00	191,84	887	63.644,60	71,75	0,37
4471 - Enfretamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Evento realizado	unidade	20	4.755,00	237,75	3	2.019,00	673,00	2,83

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4472 - Capacitação Profissional de Pessoas com Deficiência	Pessoa capacitada	unidade	85	194.897,00	2.292,91	28	2.541,00	90,75	0,04
4473 - Apoio aos Projetos de Erradicação do Trabalho Escravo	Pessoa atendida	unidade	120	82.692,00	689,10	152	13.488,00	88,74	0,13
4474 - Apoio aos Eventos da Transversalidade das Políticas Públicas de Direitos Humanos	Evento realizado	unidade	41	738.122,00	18.002,98	48	371.013,50	7.729,45	0,43
4475 - Proteção a Defensores dos Direitos Humanos	Defensor protegido	unidade	18	30.679,00	1.704,39	19	15.679,00	825,21	0,48
4637 - Promoção de um Maranhão Sem Homofobia	Pessoa atendida	unidade	689	103.774,00	150,62	238	83.773,53	351,99	2,34
4638 - Proteção e Garantia às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	Pessoas assistida	unidade	86	1.992.619,00	23.169,99	57	1.587.617,96	27.852,95	1,20
MÉDIA DO PROGRAMA					16.187,86		12.236,35		0,96

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Quanto aos custos verificamos que o órgão conseguiu reduzir em relação ao planejado ao final do exercício R\$ 3.951,51/unidade no total do programa, de modo que sua eficiência aproximou-se bastante do limite da média em que expressa a eficiência(1,0), ficando esta em 0,96 na escala de valoração identificado como média eficiência. Isso ocorreu pelo fato de que algumas ações pressionaram negativamente a média, por não alcançarem nenhuma meta física, mesmo liquidando recursos; e outras por atingir alguma meta física, porém com um custo muito elevado quando levado em conta o planejado (4471 - Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 4469 - Centro de Atendimento de Vítimas de Violação de Direitos Humanos e 4637 - Promoção de um Maranhão Sem Homofobia, com médias de 2,83, 2,66 e 2,34, respectivamente). *Observamos que a ação 4450 - Gestão do Programa não está inclusa no cálculo quanto a Eficácia e Eficiência, por se tratar de uma ação que agregar as despesas que comprovadamente contribuem para o objetivo do programa, mas não são passíveis de apropriação direta como as demais ações associadas, versando apenas de um centro de custos.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Sim. Os resultados alcançados pelo programa indicam que o mesmo está contribuindo com as diretrizes e para a visão estratégica de governo de modo a ampliar o acesso dos cidadãos aos Direitos Humanos.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não possui indicadores de desempenho intermediários definidos no programa.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Não possui indicadores de desempenho socioeconômicos(Painel) definidos no programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para as ações que obtiveram baixo rendimento, de modo que não haja problemas quanto a execução físico e financeira programa; 2. Garantir tempestivamente o lançamento das informações das metas física e financeira no SISPCA de forma que reflita de fato a realidade do desempenho do Programa; 3. Capacitar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística; 4. Definir e sugerir a inserção de um indicador no painel do PPA que reflita as ações do programa, mesmo que de forma indireta, assim como, estabelecer indicadores intermediários adequados; 5. Prever a avaliação do programa por representações do público alvo, dos membros do conselho de política associada ao setor; 6. Realizar pesquisa de satisfação junto aos beneficiários sobre os resultados do programa; 7. Compatibilizar os recursos financeiros com as metas físicas.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0554 - Fortalecimento do Sistema Prisional e Reintegração Social**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL 56000 - Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária

UNIDADE EXECUTORA 56101 - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEJAP)

PROBLEMA Sistema Prisional do Estado Deficiente e Inadequado

OBJETIVO Dotar o Estado de sistema prisional eficiente e adequado.

PÚBLICO ALVO Detentos e egressos do sistema prisional.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	74.978.194,00	Atual	174.095.675,04	Variação	132,20

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Reestrutura o Sistema de Segurança Pública e reduzir a criminalidade.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa foi concebido durante a elaboração do PPA 2012/2015 com o propósito de resolver problemas relacionados as deficiências de unidades prisionais com instalações inadequadas. Diante dos esforços realizados ao longo do PPA, o objetivo do programa foi sendo trabalhado a fim de ser atingindo, e sabe-se que para o resultado seja alcançado, demandará esforços a longo prazo. O público alvo continua bem definido e a ação que não constava do PPA anterior já se encontra incluída no PPA 2016/2019 para que seja atendida a demanda. As metas foram alcançadas dentro da realidade do Estado e houve necessidade de ajuste no produto de uma ação que não estava sendo mensurada. Não foi formulado indicador de desempenho e nem intermediários para medir a evolução do programa durante a vigência do PPA 2012/2015. O Conselho Penitenciário realizou vistorias mensais nas unidades avaliando de acordo com a LEP, e os técnicos realizaram entrevistas com os detentos no sentido de escutar suas demandas e foi realizado em 2015, a 16ª Semana do Encarcerado em todo o Estado. Foram estabelecidas ações intersetoriais com a Secretaria da Mulher, da Saúde, da Educação, do Trabalho e Economia Solidária, Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, Polícia Civil e afins.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Não existe uma gestão formal do Programa. Houve uma falha no planejamento inicial, mas, não houve comprometimento na sua execução, devido a suplementação significativa ao longo do exercício para suprir o possível déficit e superar as metas alcançadas, e não houve contingenciamento ao longo do exercício. A SEJAP, manteve parcerias permanentes com as APAC's e Secretarias afins, durante a vigência do PPA 2012/2015. O Programa não

possui equipe técnica suficiente e qualificada para sua execução. Houve necessidade de romper o contrato com as empresas terceirizadas, para redução de custos, entretanto foram contratados diretamente por meio de processo seletivos 1.132 pessoas, sendo 950 auxiliares e 182 especialistas, assim como fora autorizado a realização de concurso público para 100 agentes penitenciários. Utilizaram uma infraestrutura mínima de funcionamento com aquisição de matérias básicos.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados foram compatíveis com os existentes no PPA. Os fatores que mais contribuíram para o alcance dos resultados foram: ressocialização de 1.991 detentos, autonomia gerencial de 38 unidades prisionais com a reestruturação da SEJAP, equipamentos e informatização de 25 unidades prisionais, redução do número de fugas de 147 para 63 no período 2014/2015, assim como o número de homicídios intramuros caiu de 24 em 2014 para 6 em 2015, realização de 16.237 atendimentos aos detentos em parceria com a Secretaria de Saúde contemplando serviços ambulatorial, exames e distribuição de medicamentos, na capital e interior, incluindo os mutirões, assistência Educacional a 1.153 detentos, assistência Jurídica com realização de 28.496 consultas processuais, criação do Comitê de Gestão Integrado do Sistema Penitenciário, instalação de 04 brinquedotecas para os filhos visitantes dos detentos e espaço para exibição de filmes e outras atividades culturais, tornando a visita mais humanizada. Os principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados foram: déficit de 3.299 vagas no Sistema Penitenciário do Estado, baixa aplicabilidade de tornozeleiras eletrônicas disponíveis, pouco investimento em qualificação profissional para os apenados, assim como baixa ocupação dos mesmos, baixa arrecadação do Fundo Penitenciário.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
56101 - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária											
3107 - Implantação e Modernização das Estruturas Físicas das Unidades Prisionais	Unidade prisional implantada/modernizada	unidade	5	12	2,40	3.000.000,00	16.171.832,00	16.171.832,00	13.898.182,22	0,86	2,79
3108 - Aparelhamento e Informatização de Unidades Prisionais	Unidade prisional implantada/modernizada	unidade	5	25	5,00	2.800.000,00	3.193.685,84	969.768,08	698.025,92	0,22	22,88

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4684 - Manutenção das Unidades Prisionais	Medido pela Despesa	unidade	0	0	0,00	69.148.194,00	154.685.630,83	153.446.937,15	139.162.001,11	0,90	0,00
56901 - Fundo Penitenciário Estadual											
4244 - Ressocialização de Apenados	Apenado/egresso ressocializado	unidade	100	7	0,07	30.000,00	44.526,37	4.925,00	4.925,00	0,11	0,63
MÉDIA DO PROGRAMA					1,87					0,52	6,58

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Analisando o conjunto de ações, quanto a eficácia, verificou-se que o custo médio é de 1,87, considerado eficaz pela escala de valoração. Com relação a eficiência das ações planejadas em relação as executadas resultou na média de 6,42, considerado muito eficiente. Convém esclarecer que a ação 4.244-Ressocialização de Apenados demonstra baixa eficiência, pois foram pagos apenas 7 apenados que estão sendo ressocializados.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
56101 - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária									
3107 - Implantação e Modernização das Estruturas Físicas das Unidades Prisionais	Unidade prisional implantada/modernizada	unidade	5	16.171.832,00	3.234.366,40	12	13.898.182,22	1.158.181,85	0,36
3108 - Aparelhamento e Informatização de Unidades Prisionais	Unidade prisional implantada/modernizada	unidade	5	3.193.685,84	638.737,17	25	698.025,92	27.921,04	0,04
4684 - Manutenção das Unidades Prisionais	Medido pela Despesa	unidade	0	154.685.630,83	0,00	0	139.162.001,11	0,00	0,00
56901 - Fundo Penitenciário Estadual									
4244 - Ressocialização de Apenados	Apenado/egresso ressocializado	unidade	100	44.526,37	445,26	7	4.925,00	703,57	1,58

MÉDIA DO PROGRAMA

968.387,21

296.701,61

0,50

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O custo médio do programa resultou em 0,50, considerado na escala de valoração muito eficiente. De acordo com o relatório de Gestão encaminhado, podemos identificar que, a meta alcançada de 12 unidades prisionais implantadas e modernizadas, referem-se a 09 unidades no interior e 3 na capital, assim como verificou-se que na ação 3.108, houve superação de metas com resultado em 25, com valoração na escala de 0,04, considerada muito eficiente.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Sim. O programa atende as diretrizes definidas pelo governo, notadamente pelo fato de seus resultados estarem indo de encontro ao proposto.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foram formulados indicadores de desempenho intermediário para o Programa

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não existem indicadores de desempenho socioeconômicos(Painei) definidos no programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1 - Ampliação de cursos profissionalizantes, inclusive online; 2 - Promover autonomia financeira das unidades prisionais no interior do estado; 3 - Conclusão das obras iniciadas, assim como, ampliação de presídios regionais em outros municípios; 4 - Rever as metas do programa; 5 - Viabilizar o aumento de captação de recursos para o FUNPEN; 6 - Atualizar as metas físicas com as alterações orçamentárias em tempo real; 7 - Há necessidade de formular indicadores de desempenho e intermediários para medir a evolução do Programa.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0540 - Geração e Disseminação da Informação Mineralo-energética**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	57000 - Secretaria de Estado de Minas e Energia					
UNIDADE EXECUTORA	57101 - Secretaria de Estado de Minas e Energia (SEME)					
PROBLEMA	Ausência de informações sistematizadas sobre o setor de Minas e Energia					
OBJETIVO	Disponibilizar informações sistematizadas e atualizadas sobre as potencialidades do Estado no segmento mineralo-energético.					
PÚBLICO ALVO	Sociedade maranhense.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	510.347,00	Atual	1.216.336,96	Variação	138,34

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, MAPEAMENTOS E CUSTEAR PESQUISAS, ALÉM DE ESTABELECE PARCERIAS POR MEIO DA ASSINATURA DE CONVÊNIOS

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhuma indicador intermediário associado a este programa	Nenhuma indicador intermediário associado a este programa	2016-03-04	0.00	0.00	0.00

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

Ao avaliar o conjunto de atributos do programa, verificou-se a consistência entre os mesmos. O objetivo do programa é compatível com a solução do problema. O público alvo está caracterizado. As ações estão suficientes quanto às suas finalidades e quanto ao alcance do objetivo do programa. As metas físicas expressam a quantidade suficiente para o alcance do objetivo do programa e os produtos das ações também foram bem definidas para mensuração de suas metas.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Quanto a execução/implantação fica evidente que houve autonomia institucional, quanto à questão orçamentária segundo informação do órgão a dotação inicial e a dotação atual foram insuficientes para a execução do programa, no entanto as cotas foram liberadas de acordo com o cronograma. Com relação a parcerias, foi executado um convênio com a UFMA e com o auxílio técnico para estudos de levantamentos. O órgão não possuía técnicos qualificados em número suficiente para pleno desenvolvimento dos trabalhos, além de possuir uma infraestrutura e logística muito ruim para a execução.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados foram submetidos a apreciação dos superiores do órgão, contudo não houve potencializações por ações e programas de outros órgãos uma vez que outras secretarias não desenvolvem projetos transversais, assim como também não houve participação social e pesquisas de satisfações junto aos beneficiários (publico alvo). Alguns entraves influenciaram diretamente no resultado do programa, tais como: escassez de recursos, quadro de funcionários e infraestrutura mínima, para o alcance do programa.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
57101 - Secretaria de Estado de Minas e Energia											
3070 - Elaboração de Mapas	Mapa publicado	unidade	3	1	0,33	60.000,00	75.587,96	73.219,39	73.219,39	0,97	0,34
3071 - Estudos Técnicos da Potencialidade Energética do Maranhão	Estudo/mapa publicado	unidade	3	1	0,33	80.000,00	75.207,00	74.206,98	74.206,98	0,99	0,34
3072 - Levantamento do Sistema Viário Elétrico	Levantamento/mapa publicado	unidade	1	1	1,00	30.000,00	107.008,00	7.007,50	7.007,50	0,07	15,27
3147 - Desenvolvimento da Casa Ecológica Eficiente do Maranhão	Unidade habitacional ecológica construída	unidade	0	0	0,00	40.347,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3151 - Viabilização do Funcionamento da Usina Hidrelétrica de Itapecuruzinho	Usina Hidroeletrica funcionando	unidade	0	0	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	220.000,00	804.881,00	804.880,20	724.214,00	0,90	0,00
4460 - Balanço Energético Estadual	Balanço divulgado	unidade	1	1	1,00	50.000,00	45.639,00	45.639,00	45.639,00	1,00	1,00
4463 - Sistematização de Dados do Segmento de Petróleo e Gás	Informação divulgada	unidade	1	1	1,00	10.000,00	108.014,00	45.909,47	45.909,47	0,43	2,35
4641 - Gestão do Uso Ecoeficiente de Energia dos Prédios Públicos	Diagnóstico do consumo de energia elétrica	unidade	0	0	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MÉDIA DO PROGRAMA	0,46	0,54	2,41

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação efetuada através da relação entre as metas físicas e financeiras do programa indica o valor da eficiência de 2,41, que na escala valoração adotada nesta avaliação corresponde a Muito Eficiente. O valor obtido pode ser explicado pelo fato da maioria das ações terem executado acima do que foi planejado, com exceção das ações: 3070 - Elaboração de Mapas e 3071 - Estudos Técnicos da Potencialidade Energética do Maranhão, que executaram abaixo do planejado. Quanto ao produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 0,46, mostrando que foi de baixa eficácia.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
57101 - Secretaria de Estado de Minas e Energia									
3070 - Elaboração de Mapas	Mapa publicado	unidade	3	75.587,96	25.195,99	1	73.219,39	73.219,39	2,91
3071 - Estudos Técnicos da Potencialidade Energética do Maranhão	Estudo/mapa publicado	unidade	3	75.207,00	25.069,00	1	74.206,98	74.206,98	2,96
3072 - Levantamento do Sistema Viário Elétrico	Levantamento/mapa publicado	unidade	1	107.008,00	107.008,00	1	7.007,50	7.007,50	0,07
3147 - Desenvolvimento da Casa Ecológica Eficiente do Maranhão	Unidade habitacional ecológica construída	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
3151 - Viabilização do Funcionamento da Usina Hidrelétrica de Itapecuruzinho	Usina Hidroeletrica funcionando	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	804.881,00	0,00	0	724.214,00	0,00	0,00
4460 - Balanço Energético Estadual	Balanço divulgado	unidade	1	45.639,00	45.639,00	1	45.639,00	45.639,00	1,00

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4463 - Sistematização de Dados do Segmento de Petróleo e Gás	Informação divulgada	unidade	1	108.014,00	108.014,00	1	45.909,47	45.909,47	0,43
4641 - Gestão do Uso Ecoeficiente de Energia dos Prédios Públicos	Diagnóstico do consumo de energia elétrica	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					38.865,75		30.747,79		0,92

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação do custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou um valor de 0,92, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a média eficiência.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Sim. O programa contribuiu com as diretrizes do PPA.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não houve indicadores de desempenho intermediários definidos no programa.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não houve indicadores de desempenho socioeconômicos(Painei) definidos no programa.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1 - Melhoria na infraestrutura e logística para atender as demandas; 3 - Formulação de indicadores; 4 - Melhor análise das metas.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0572 - Mais Pescado**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	59000 - Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura					
UNIDADE EXECUTORA	59101 - Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura (SEPAQ)					
PROBLEMA	Baixa produção pesqueira e aquícola gerando altos índices de importação de pescados.					
OBJETIVO	Promover o incremento da produção pesqueira extrativa e de cultivo do Estado					
PÚBLICO ALVO	Pescadores e aquicultores que atuam nas Regiões de Planejamento do Litoral Ocidental, Pericumã, Baixo Munin, Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba, Ilha do Maranhão, Baixada maranhense, dos Lagos, Baixo Itapecuru, Gerais de Balsas, Sertão Maranhense, Baixada Maranhense.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	1.405.803,00	Atual	1.090.410,16	Variação	-22,44

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Dinamizar o Setor Agropecuário com a Expansão da Capacidade de Produção de Alimentos

Promover a Dinamização da Economia e do Desenvolvimento Regional Aproveitando as Oportunidades e Potencial Local

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Pescadores legalizados	Unidade	2013	175.934	185.934	186.471

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O Programa foi concebido em conformidade com as diretrizes do Governo do Estado. A compatibilidade do objetivo do programa com a solução do problema se deu através da promoção do incremento da produção pesqueira extrativa e do cultivo do Estado. O público alvo foi bem delimitado pescadores e aquicultores que atuam em diversas regiões de planejamento. As ações foram suficientes para atender o objetivo de programa e os produtos foram definidos, porém as metas físicas foram insuficiente em função das demandas sendo necessário rever o quantitativo por bens e serviços relativos aos setores pesqueiros e aquícolas. Quando da concepção do programa não foi previsto nenhuma avaliação por membros do Conselho de Política e por representação do público alvo. O programa utilizou subtítulos em suas ações para localização dos gastos nas regiões de planejamento de maior vocação pesqueira e o aquícola.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Em relação à implantação do programa existe a autonomia gerencial que é executada sobre a responsabilidade da SEPAQ, o que facilita o contato direto com o executor para possíveis medidas corretivas no decorrer de sua implementação. Quanto as questões orçamentárias o orçamento inicial aprovado não foi suficiente para o cumprimento das metas prevista, houve necessidade de pleitear junto a SEPLAN/FUMACOP aporte financeiro, porém ao final da execução (lei + crédito) foi suficiente para o cumprimento das metas realizadas, Esse aporte de recursos fez com que o cumprimento das metas prevista para o programa atingisse 74,4% da meta física da ação 4677-fomento á pesca e aquicultura. Foram firmadas parcerias institucionais para a implementação do programa com Órgãos Federais e do sistema “S”. Apesar do bom desempenho do programa a SEPAQ não dispunha de materiais e

equipamentos e corpo técnico no seu quadro para execução do programa, pra suprir essa deficiência o órgão manteve parcerias com as prefeituras, colônia de pescadores, sindicatos e associações dinamizando a logística para a execução do mesmo.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados foram compatíveis com os existentes no PPA, houve participação social dos beneficiários durante a execução do programa os fatores que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa foram: Equipe multidisciplinar formada por engenheiro de pesca, biólogo, agrônomo, advogados e administradores, parceria firmada com os governos Federal e Municipal, colônias de pescadores, associações e sindicatos e a participação social dos beneficiários do programa através de encontros, reuniões e dias de campo. No entanto os principais entraves enfrentados para o alcance do resultado do programa foram: contingenciamento de 22,44% dos recursos orçamentários, quadro técnico reduzido e materiais e equipamentos insuficiente para atender a demanda dos beneficiários.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro						
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)	
59101 - Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura												
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade		0	0	0,00	1.195.803,00	577.850,00	500.367,38	307.166,83	0,53	0,00
4677 - Fomento à Pesca e Aquicultura	Produtor beneficiado.	Número de produtores		1.000	734	0,73	120.000,00	512.560,16	397.708,32	0,00	0,00	0,00
4678 - Promoção e Incentivo ao Desenvolvimento do Aqunegócio Maranhense	Eventos Realizados	Eventos		4	0	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA						0,37				0,27		0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

O produto obtido na execução física do programa caracteriza-se como não eficaz, apresentando o valor médio de 0,37. Em relação a execução financeira verifica-se que o valor apresentado de 0,00 na escala de valoração adotada nesta avaliação corresponde a baixa eficiência, o valor obtido pode ser explicado pelo fato da ação 4678 - Promoção e Incentivo do Desenvolvimento do Agronegócio Maranhense não ter sido trabalhada neste exercício, parte dos recursos foi alocado para a ação 4677 - Fomento à Pesca e Aquicultura que precisou ainda de aporte financeiro oriundo do Fumacop para que alcançasse 73,4% da meta planejada, observa-se que os valores empenhados não foram liquidados, segundo informação do órgão não houve tempo hábil para liquidação dos recursos ficando os mesmos em restos a pagar.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
59101 - Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura									
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	577.850,00	0,00	0	307.166,83	0,00	0,00
4677 - Fomento à Pesca e Aquicultura	Produtor beneficiado.	Número de produtores	1.000	512.560,16	512,56	734	0,00	0,00	0,00
4678 - Promoção e Incentivo ao Desenvolvimento do Aquanegócio Maranhense	Eventos Realizados	Eventos	4	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA						256,28		0,00	0,00

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação do custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, verificamos que não houve execução, segundo informação do órgão os recursos empenhados não foram liquidados ficando os mesmos em restos a pagar.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Sim, Os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmos estão contribuindo para a visão estratégica de governo.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Sim, na análise efetuada verificou-se que os indicadores atingiram os resultados planejados.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Sim, na análise efetuada verificou-se que os indicadores atingiram os resultados planejados.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para as ações que obtiveram baixo rendimento, de modo que não haja problemas quanto a execução físico e financeira programa. 2. Garantir tempestivamente o lançamento das informações das metas física e financeira no SISPCA de forma que reflita de fato a realidade do desempenho do Programa. 3. Capacitar periodicamente as equipes técnicas do órgão com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística; 4. Prever a avaliação do programa por representações do público alvo, dos membros do conselho de política associada ao setor; 5. Realizar pesquisa de satisfação junto aos beneficiários sobre os resultados do programa;

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0544 - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	61000 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar					
UNIDADE EXECUTORA	61202 - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP)					
PROBLEMA	SERVIÇOS DE ATER INSUFICIENTE					
OBJETIVO	Garantir a oferta permanente e contínua de serviços de ATER de qualidade, de modo a atender a demanda de todos os agricultores familiares do Estado.					
PÚBLICO ALVO	Agricultores familiares tradicionais, mulheres e jovens rurais, ribeirinhos, vazanteiros, atingidos por barragens, indígenas, quilombolas, extrativistas, artesãos, pescadores artesanais e aquicultores.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	19.804.116,00	Atual	25.135.191,45	Variação	26,92

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Erradicar a Pobreza e Reduzir as Desigualdades Sociais

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Agricultor Familiar Assistido	Porcentagem	2014	25,00	30,00	29,00
Agricultor Familiar Assistido	Porcentagem	2013	42,00	30,00	29,00

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O programa apresentou em sua concepção objetivo compatível com as soluções propostas para o problema, porém as metas físicas são insuficientes para o desenvolvimento pleno do programa, visto que o público alvo é superior as mesmas, quanto a intersetorialidade o órgão possui a Ação 4514 - Implementação das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER a qual parte dela é executada pelo Fundo de Amparo a Pesquisa (FAPEMA), por meio de descentralização de crédito (Convênio nº 001). Vale destacar que o órgão não adotou uma sistemática de avaliação com as representações dos beneficiários ou pelos membros do Conselho de Política associada ao setor, o que compromete a análise de resultados e seus efeitos provocados na sociedade.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

No exercício de 2015 a execução do programa ficou comprometida em consequência de contingenciamento de recursos na fonte Tesouro (0101) entretanto, ao longo do exercício, ocorreram suplementações suficientes que contribuíram para a superação das metas previstas, bem como o estabelecimento de parcerias estratégicas com o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA e o Fundo de Amparo a Pesquisa – FAPEMA. Ocorreu deficiência de materiais, equipamentos, equipe técnica, logística e infraestrutura tanto no quesito qualitativo quanto quantitativo, exceto a equipe técnica

que se destacou pela sua boa qualificação. Cabe ao órgão a implementação da Política de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado, dando-lhe total autonomia gerencial ao programa.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados obtidos foram satisfatórios, pois, as metas executadas superaram acima de 80% as planejadas, sendo estes potencializados por meio de parcerias com outros órgãos tais como: a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária com a Distribuição de Sementes e a Secretaria das Cidades com o Programa Minha Casa Minha Vida, além de parcerias com o MDA e FAPEMA. Dentre os principais fatores que contribuíram para o alcance dos resultados do programa, destacam-se: a liberação dos recursos do Plano Plurianual 2015, principalmente recursos próprios e do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza – FUMACOP, qualificação da equipe técnica e receptividade dos beneficiários. Entretanto, a infraestrutura insuficiente para atender a demanda da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER ainda tem sido um dos principais entraves a serem enfrentados, além do quadro técnico insuficiente e a baixa remuneração da equipe técnica-administrativa da AGERP/MA. Todavia, os resultados refletiram positivamente para a inserção dos agricultores familiares nas Políticas Públicas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Garantia Safra, Programa de Aquisição de Alimentos -PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE entre outras, introdução de novas tecnologias e consequentemente a inserção no mercado

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
15203 - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural											
3079 - Reestruturação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Pesquisa	Unidade de ATER e pesquisa reestruturada	% de execução	1	0	0,00	112.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Medição	0	0	0,00	12.940.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4514 - Implementação das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural -	Agricultor familiar assistido	unidade	85.000	0	0,00	6.590.116,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

ATER											
4647 - Capacitação e Formação de Agentes da Agricultura Familiar	Agente capacitado	unidade	100	0	0,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4648 - Facilitação do Acesso ao Crédito Rural	Projeto contratado e assistido	unidade	10.000	0	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4649 - Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo da Agricultura Familiar	Associação e Cooperativa assistida	unidade	1	0	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61202 - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão											
3079 - Reestruturação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Pesquisa	Unidade de ATER e pesquisa reestruturada	unidade	3	3	1,00	0,00	1.128.054,12	643.382,66	71.806,66	0,06	15,71
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	0,00	14.628.174,52	11.861.521,57	11.830.577,91	0,81	0,00
4514 - Implementação das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	Agricultor familiar assistido	unidade	85.000	81.592	0,96	0,00	9.283.918,81	3.972.986,45	3.800.179,39	0,41	2,35
4647 - Capacitação e Formação de Agentes da Agricultura Familiar	Agente capacitado	unidade	100	80	0,80	0,00	51.044,00	51.044,00	35.096,35	0,69	1,16
4648 - Facilitação do Acesso ao Crédito Rural	Projeto contratado e assistido	unidade	10.000	9.685	0,97	0,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00	1,00	0,97
4649 - Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo da Agricultura Familiar	Associação e Cooperativa assistida	unidade	1	1	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,47					0,30	2,02

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Considerando a Lei nº 10.213, de 9/3/2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Maranhão (alínea "b", inciso VII, do art. 51), vinculando a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão - AGERP/MA à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar - SAF, a avaliação deste programa terá como parâmetro a Unidade Gestora definida na referida Lei, visto que, esta foi a responsável pela sua efetiva execução no exercício de 2015. Portanto, esta análise sobre a Eficiência e Eficácia do programa encontramos, respectivamente, o valor médio de 0,47 indicando sua Não Eficácia e 2,02, correspondendo a um patamar formidável de programa Muito Eficiente. Destacamos duas ações, a 3079 - Reestruturação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Pesquisa, com 6,4% dos recursos da dotação inicial (Lei+Crédito) atingiu 100% das metas previstas, a outra ação 4649 - Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo da Agricultura Familiar, também cumpriu com a sua meta prevista, porém, porém sem qualquer execução orçamentária em sua dotação, o que caracteriza algo insólito, cabendo uma atenção para a real necessidade de existência da mesma, visto que supõe-se que seu produto está foi atendido por outra ação já existente.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
15203 - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural									
3079 - Reestruturação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Pesquisa	Unidade de ATER e pesquisa reestruturada	% de execução	1	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Medição	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4514 - Implementação das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	Agricultor familiar assistido	unidade	85.000	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4647 - Capacitação e Formação de Agentes da Agricultura Familiar	Agente capacitado	unidade	100	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4648 - Facilitação do Acesso ao Crédito Rural	Projeto contratado e assistido	unidade	10.000	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4649 - Fortalecimento do Associativismo e	Associação e Cooperativa assistida	unidade	1	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

Cooperativismo da Agricultura Familiar

61202 - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão

3079 - Reestruturação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Pesquisa	Unidade de ATER e pesquisa reestruturada	unidade	3	1.128.054,12	376.018,04	3	71.806,66	23.935,55	0,06
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	14.628.174,52	0,00	0	11.830.577,91	0,00	0,00
4514 - Implementação das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	Agricultor familiar assistido	unidade	85.000	9.283.918,81	109,22	81.592	3.800.179,39	46,58	0,43
4647 - Capacitação e Formação de Agentes da Agricultura Familiar	Agente capacitado	unidade	100	51.044,00	510,44	80	35.096,35	438,70	0,86
4648 - Facilitação do Acesso ao Crédito Rural	Projeto contratado e assistido	unidade	10.000	44.000,00	4,40	9.685	44.000,00	4,54	1,03
4649 - Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo da Agricultura Familiar	Associação e Cooperativa assistida	unidade	1	0,00	0,00	1	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					37.664,21		2.442,54		0,24

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Assim, como no item 5.2, esta análise será norteadada pelo disposto na Lei nº 10.213/2015. O custo do produto obtido apresenta o valor médio de 0,24 o que demonstra ser Muito Eficiente, este resultado pode ser explicitado que em três ações, mesmo ocorrendo cancelamento de dotação, seus custos unitários conseguiram substancial redução na implementação das suas respectivas metas. Como já observado no item anterior a Ação 4649 - Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo da Agricultura Familiar obteve custo unitário "zero".

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Sim. Verificamos que o programa vem se desenvolvendo durante a execução do PPA 2012-2015 e que tem se mantido fiel as diretrizes e resultados até o presente ano, mostrando consistência, cooperação e coadunação quanto as Linhas Estratégicas de governo, revelando bons resultados, mesmo diante de todas as adversidades apresentadas.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Sim. Porque a execução do programa além de atender à diretriz proposta ao programa, provocou no indicador de desempenho intermediário uma variação de 4 pontos percentuais em relação ao ano de 2014, obtendo assim melhor resultado.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não se aplica, pois até presente momento o órgão não possui indicador de Desempenho Socioeconômico para o mesmo.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1.Rever as ações que tiveram uma execução insatisfatória e inconsistentes. 2. Fazer o lançamento das informações das metas físicas e financeiras para que sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa. 3. Fazer o acompanhamento da execução orçamentária e alcance das metas físicas, verificando quando houver alteração orçamentária que afete a meta física planejada. 4. Capacitar as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0558 - Desenvolvimento da Agricultura Familiar**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	61000 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar					
UNIDADE EXECUTORA	61101 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF)					
PROBLEMA	Baixa Geração de Renda para Agricultura Familiar					
OBJETIVO	Elevar o nível de geração de renda na agricultura familiar.					
PÚBLICO ALVO	Agricultores familiares e extrativistas, em especial comunidades tradicionais, assentados de projetos estaduais e federais, quilombolas e indígenas.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	7.525.000,00	Atual	14.003.308,08	Variação	86,09

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Dinamização do Setor Agropecuário com a Expansão da Capacidade de Produção de Alimentos

Dinamização da Economia e o Desenvolvimento Regional Aproveitando as Oportunidades e Potencialidades Locais

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

No que tange a concepção do programa, identificamos que o objetivo se coaduna e é compatível com as soluções propostas para o problema, além de que o público alvo e o produto encontram-se bem definidos. Todavia, as ações e metas físicas ainda são insuficientes para o desenvolvimento pleno do programa. Vale destacar que não foram previstas avaliações pelos membros do Conselho de Política associada ao setor ou por representantes do público alvo, o que não só compromete a análise de resultados quanto aos efeitos provocados na sociedade, mas também impossibilita o feedback dos mesmos.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

Durante a implantação/execução do programa o órgão constatou insuficiência na dotação inicial, sendo esta suplementada no decorrer do exercício de 2015 por meio de recursos do Fundo de Combate à Pobreza - FUMACOP e do Tesouro - Emendas Parlamentares, para alcance das metas previstas. Foram desenvolvidas parcerias com Órgão e Instituições tais como: Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA (Convênio), Instituto de Agronegócios do Maranhão – INAGRO (execução de atividades técnicas e operacionais), SEBRAE (Convênio), Embrapa (Colaboração) e UEMA (Projeto de Pesquisa) e FAPEMA (Convênio) e com Associações em alguns municípios (Convênio). Destacamos ainda, que para a implantação do mesmo foram enfrentados problemas como a deficiência de materiais, equipamentos, equipe técnica, logística e infraestrutura tanto no quesito qualitativo quanto quantitativo.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados foram potencializados por meio da vinculada AGERP que fez sua contribuição através da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural de caráter continuado no meio rural, desenvolvendo processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agrícolas e não agrícolas, inovação tecnológica, cadastramento de agricultores familiares, elaboração de Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e elaboração de projetos para o PRONAF e outras linhas de crédito. Os fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa foram: os incrementos ao aporte orçamentário e financeiro, parcerias, formação da equipe técnica, acessibilidade dos agricultores familiares, pescadores artesanais e aquicultores às tecnologias adaptadas e implantação das unidades demonstrativas. Em contrapartida, houveram alguns impedimentos tais como: questões burocráticas, infraestrutura insuficiente para atender a demanda da Pesquisa & Desenvolvimento no Estado e quadro técnico insuficiente e de baixa remuneração. Contudo, foi possível a introdução de novas tecnologias, a inserção no mercado por meio da dinamização do setor da agricultura familiar valorizando o pequeno agricultor, redução nos custos de produção e a difusão de conhecimento através das capacitações e trocas de experiências nas feiras agrotecnológicas.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
15112 - Gerência de Inclusão Socioprodutiva											
4324 - Apoio ao Plano Safra	Agricultor familiar assistido	unidade		0	0	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4329 - Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	Agricultor familiar atendido	unidade		0	0	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4394 - Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	Agricultor familiar atendido	unidade		0	0	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4395 - Agroindustrialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Agricultor familiar atendido	unidade		0	0	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 – EXERCÍCIO 2015

4420 - Desenvolvimento da Geração Futura da Agricultura Familiar	Jovem rural atendido	unidade	0	0	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4421 - Implantação de Sistemas Agroecológicos - Viva Terra	Agricultor familiar beneficiado	unidade	0	0	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4611 - Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais - APL	Agricultor familiar em APL atendido	unidade	0	0	0,00	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15203 - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural											
3080 - Pesquisa Aplicada a Sistemas de Base Sustentável	Unidade de sistema em base sustentável implantada	unidade	16	1	0,06	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3081 - Biofortificação de Alimentos	Unidade de cultivares biofortificados implantada	unidade	1	0	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Medição	0	0	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4650 - Pesquisa Pesqueira e Aquícola	Unidade Implantada	unidade	1	1	1,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61101 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar											
4324 - Apoio ao Plano Safra	Agricultor familiar assistido	unidade	20.194	17.222	0,85	0,00	1.846.147,00	1.846.147,00	1.846.147,00	1,00	0,85
4329 - Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	Agricultor familiar atendido	unidade	3.000	2.120	0,71	0,00	3.079.160,00	3.071.262,88	2.131.963,00	0,69	1,02
4394 - Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	Agricultor familiar atendido	unidade	50.000	40.850	0,82	0,00	3.499.594,00	3.245.120,20	2.003.633,00	0,57	1,43
4395 - Agroindustrialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Agricultor familiar atendido	unidade	126	100	0,79	0,00	401.162,00	333.671,00	318.681,00	0,79	1,00
4420 - Desenvolvimento da Geração Futura da Agricultura Familiar	Jovem rural atendido	unidade	5.000	5.550	1,11	0,00	12.000,00	11.986,00	11.986,00	1,00	1,11
4421 - Implantação de Sistemas Agroecológicos - Viva Terra	Agricultor familiar beneficiado	unidade	3.000	3.700	1,23	0,00	11.889,00	11.889,00	11.889,00	1,00	1,23

4611 - Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais - APL	Agricultor familiar em APL atendido	unidade	25.570	4.770	0,19	0,00	4.619.322,00	3.271.547,86	2.052.522,18	0,44	0,42
61202 - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão											
3080 - Pesquisa Aplicada a Sistemas de Base Sustentável	Unidade de sistema em base sustentável implantada	unidade	16	17	1,06	0,00	38.716,00	34.428,00	34.428,00	0,89	1,19
3081 - Biofortificação de Alimentos	Unidade de cultivares biofortificados implantada	unidade	1	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	0,00	495.318,08	243.795,00	240.575,00	0,49	0,00
4650 - Pesquisa Pesqueira e Aquícola	Unidade Implantada	unidade	1	1	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					0,44					0,34	0,41

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeiras do programa indica o valor de 0,44 o que expressando a sua Não Eficácia, como também, fica demonstrado através do índice de 0,41 que o mesmo obteve Baixa Eficiência. Esses resultados podem ser explicados se observarmos que as Unidades Gestoras 15112 - Gerência de Inclusão Socioprodutiva (GISP) e 15203 - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP), não possuem execução física e financeira em suas totalidades este aspecto se justifica que por determinação legal, Lei 10.205, de 23.02.15 (Medida Provisória 187, de 2/22015), estabelece suas subordinações à Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF. Ressalte-se que a denominação da AGERP, Lei nº 10.213, de 9/3/2015, fica alterada para Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
15112 - Gerência de Inclusão Socioprodutiva									
4324 - Apoio ao Plano Safra	Agricultor familiar assistido	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4329 - Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	Agricultor familiar atendido	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4394 - Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	Agricultor familiar atendido	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4395 - Agroindustrialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Agricultor familiar atendido	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4420 - Desenvolvimento da Geração Futura da Agricultura Familiar	Jovem rural atendido	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4421 - Implantação de Sistemas Agroecológicos - Viva Terra	Agricultor familiar beneficiado	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4611 - Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais - APL	Agricultor familiar em APL atendido	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
15203 - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural									
3080 - Pesquisa Aplicada a Sistemas de Base Sustentável	Unidade de sistema em base sustentável implantada	unidade	16	0,00	0,00	1	0,00	0,00	0,00
3081 - Biofortificação de Alimentos	Unidade de cultivares biofortificados implantada	unidade	1	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Medição	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4650 - Pesquisa Pesqueira e Aquícola	Unidade Implantada	unidade	1	0,00	0,00	1	0,00	0,00	0,00

61101 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

4324 - Apoio ao Plano Safra	Agricultor familiar assistido	unidade	20.194	1.846.147,00	91,42	17.222	1.846.147,00	107,20	1,17
4329 - Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	Agricultor familiar atendido	unidade	3.000	3.079.160,00	1.026,39	2.120	2.131.963,00	1.005,64	0,98
4394 - Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	Agricultor familiar atendido	unidade	50.000	3.499.594,00	69,99	40.850	2.003.633,00	49,05	0,70
4395 - Agroindustrialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Agricultor familiar atendido	unidade	126	401.162,00	3.183,83	100	318.681,00	3.186,81	1,00
4420 - Desenvolvimento da Geração Futura da Agricultura Familiar	Jovem rural atendido	unidade	5.000	12.000,00	2,40	5.550	11.986,00	2,16	0,90
4421 - Implantação de Sistemas Agroecológicos - Viva Terra	Agricultor familiar beneficiado	unidade	3.000	11.889,00	3,96	3.700	11.889,00	3,21	0,81
4611 - Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais - APL	Agricultor familiar em APL atendido	unidade	25.570	4.619.322,00	180,65	4.770	2.052.522,18	430,30	2,38

61202 - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão

3080 - Pesquisa Aplicada a Sistemas de Base Sustentável	Unidade de sistema em base sustentável implantada	unidade	16	38.716,00	2.419,75	17	34.428,00	2.025,18	0,84
3081 - Biofortificação de Alimentos	Unidade de cultivares biofortificados implantada	unidade	1	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	495.318,08	0,00	0	240.575,00	0,00	0,00
4650 - Pesquisa Pesqueira e Aquícola	Unidade Implantada	unidade	1	0,00	0,00	1	0,00	0,00	0,00

MÉDIA DO PROGRAMA

348,92 340,48 0,44

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa quanto sua Eficiência, apresentou o valor de 0,44, que na escala de valoração corresponde a Muito Eficiente, os valores das ações referentes as UG's, Gerência de Inclusão Socioprodutiva (GISP) e Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP) onde as mesmas encontram-se com os valores de custos e eficiências zerados, os resultados de ambas, são justificados por determinação legal, Lei 10.205, de 23.02.15 (Medida Provisória 187, de 2/22015), que determinou suas respectivas vinculações à Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Sim. Verificamos que o programa vem se desenvolvendo durante a execução do PPA 2012-2015 e que tem se mantido fiel as diretrizes e resultados até o presente ano, mostrando consistência, cooperação e coadunação quanto as Linhas Estratégicas de governo, revelando bons resultados.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não se aplica, pois até presente momento o órgão não criou indicador de desempenho intermediário para o mesmo.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painei

Não se aplica, pois até presente momento o órgão não possui indicador de Desempenho Socioeconômico para o mesmo.

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1. Criar um indicador intermediário de modo a verificar o reflexo dos resultados e a proporção do impacto no programa; 2. Rever as ações que não tiveram uma execução satisfatória; 3. Fazer o lançamento das informações das metas físicas e financeiras para que sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa; 4. Fazer o acompanhamento da execução orçamentária e alcance das metas físicas, verificando quando houver alteração orçamentária que afete a meta física planejada; pois está afetará a meta física executada, de modo que a eficácia e a eficiência do programa não sejam prejudicadas; 5. Capacitar as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**0160 - Reforma e Regularização Fundiária**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	61000 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar					
UNIDADE EXECUTORA	61201 – Instituto de Colonização de Terras do Maranhão (ITERMA)					
PROBLEMA	Alta taxa de ocupação de terras públicas não regularizadas					
OBJETIVO	Baixar a taxa de ocupação de terras públicas não regularizadas.					
PÚBLICO ALVO	Famílias de trabalhadores rurais ocupantes de terras públicas não regularizadas.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial	6.929.476,00	Atual	10.310.646,54	Variação	48,79

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Dinamizar o Setor Agropecuário com a Expansão da Capacidade de Produção de Alimentos

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Nenhum indicador associado a este programa.

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2015	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Nenhum indicador associado a este programa.					

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA**5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas****5.1.1 - Quanto à Concepção**

O Programa apresenta em sua concepção alta consistência nos seus principais componentes definidos através da elaboração das árvores de problemas e objetivos. O público alvo está bem delimitado e caracterizado juntamente com as metas físicas e ações suficientes para atender o objetivo. Este utilizou subtítulos que direcionam a aplicação dos gastos, facilitando uma melhor avaliação final, no entanto, percebemos que não foram previstas avaliações pelos membros do Conselho de Política associada ao setor ou por representantes do público alvo, interferindo em um melhor acompanhamento do mesmo.

5.1.2 - Quanto à Implantação / Execução

O órgão responsável possui autonomia gerencial institucionalizada quanto a implementação do Programa. O orçamento insuficiente e seu contingenciamento (fonte 0101), liberação de cotas partindo do saldo contingenciado, precariedade na infraestrutura, logística, materiais e equipamentos, pouca mão-de-obra (técnicos) para coordenação das ações e a falta de parceria institucional, foram os problemas encontrados para a sua execução.

5.1.3 - Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram apreciados por instâncias superiores além de avaliação e participação junto ao público alvo, por meio de depoimentos apresentados nas reuniões realizadas junto aos trabalhadores rurais. As metas físicas previstas não atingidas correspondem ao fato de que os processos de arrecadação sumária das terras não foram concluídos, inviabilizando a regularização fundiária das terras ocupadas. Entre os principais entraves para a implementação destacamos: quadro técnico insuficiente, infraestrutura, materiais e equipamentos em quantidade e qualidade insuficientes. Entretanto, o comprometimento da Diretoria Executiva, da administração e servidores públicos correspondente a autarquia; bem como a valorização do Órgão pelo Governo do Estado e o constante apoio da Secretaria de Agricultura Familiar, foram cabais para atingir algumas das metas esplanadas neste trabalho. De modo que houve a minimização da exclusão social, garantia de famílias de trabalhadores rurais com acesso ao crédito e por fim a fixação do trabalhador do campo em áreas assentadas.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência) e Avaliação do Produto (Meta Física)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	Eficácia (B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E = H)	Eficiência (C/H)
15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social											
3125 - Regularização de Áreas Fundiárias Arrecadadas pelo Estado - Terra Legal	Área regularizada	hectare	0	0	0,00	5.007.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15202 - Instituto De Colonização e Terras do Maranhão											
1764 - Assentamento de Trabalhadores Rurais	Família beneficiada	unidade	3.641	3.682	1,01	192.476,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4396 - Regularização Fundiária	Família beneficiada	unidade	290	3.084	10,63	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	1.490.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4477 - Regularização Fundiária em áreas Remanescentes de Quilombos	Família de comunidade quilombola beneficiada	unidade	1.362	154	0,11	59.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

61101 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

3125 - Regularização de Áreas Fundiárias Arrecadadas pelo Estado - Terra Legal	Área regularizada	unidade	0	0	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

61201 - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

1764 - Assentamento de Trabalhadores Rurais	Família beneficiada	unidade	4.844	173	0,04	0,00	617.500,00	439.229,33	439.229,33	0,71	0,05
4396 - Regularização Fundiária	Família beneficiada	unidade	2.000	0	0,00	0,00	1.622.940,00	527.068,11	527.068,11	0,32	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,00	0,00	2.990.206,54	1.092.812,06	1.055.989,37	0,35	0,00
4477 - Regularização Fundiária em áreas Remanescentes de Quilombos	Família de comunidade quilombola beneficiada	unidade	2.500	0	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÉDIA DO PROGRAMA					1,47					0,17	0,01

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia = 1,0 e Não Eficácia < 1,0

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Analisando a execução física referente a UG 15202-Instituto de Colonização e Terras do Maranhão e 15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, notamos que não houve execução financeira devido a Reforma Administrativa que alterou as unidades gestoras -UGs dentre outras matérias (Lei nº 10.205, de 23.02.15), modificando as UGs para 61201- Instituto de Colonização e Terras do Maranhão e 61101 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar, transferindo todo o orçamento correspondente ao programa para as novas UGs. Ao analisarmos o Programa quando este já está na nova UG (61201 e 61101), observamos que o mesmo foi eficaz com média de 1,47, quanto a sua eficiência o mesmo obteve média de 0,01, que na escala de valoração corresponde a baixa eficiência.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) - Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Físico			Financeiro			F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D = F)	
15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social									
3125 - Regularização de Áreas Fundiárias Arrecadadas pelo Estado - Terra Legal	Área regularizada	hectare	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
15202 - Instituto De Colonização e Terras do Maranhão									
1764 - Assentamento de Trabalhadores Rurais	Família beneficiada	unidade	3.641	0,00	0,00	3.682	0,00	0,00	0,00
4396 - Regularização Fundiária	Família beneficiada	unidade	290	0,00	0,00	3.084	0,00	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
4477 - Regularização Fundiária em áreas Remanescentes de Quilombos	Família de comunidade quilombola beneficiada	unidade	1.362	0,00	0,00	154	0,00	0,00	0,00
61101 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar									
3125 - Regularização de Áreas Fundiárias Arrecadadas pelo Estado - Terra Legal	Área regularizada	unidade	0	5.000.000,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
61201 - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão									
1764 - Assentamento de Trabalhadores Rurais	Família beneficiada	unidade	4.844	617.500,00	127,48	173	439.229,33	2.538,90	19,92
4396 - Regularização Fundiária	Família beneficiada	unidade	2.000	1.622.940,00	811,47	0	527.068,11	0,00	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	2.990.206,54	0,00	0	1.055.989,37	0,00	0,00
4477 - Regularização Fundiária em áreas Remanescentes de Quilombos	Família de comunidade quilombola beneficiada	unidade	2.500	80.000,00	32,00	0	0,00	0,00	0,00

MÉDIA DO PROGRAMA

121,37

317,36

2,49

Escala de Valoração adotada para a Avaliação de Custo do Produto: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0 e Pouco Eficiente > 1,0

Fonte: SISPCA/SIAFEM

Comentários

Em decorrência da Lei nº 10.205, de 23.02.15 houve o remanejamento do orçamentário para a nova UG 61201- Instituto de Colonização e Terras do Maranhão e 61101 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar, com isso o programa não apresenta execução em sua totalidade. Destacamos ainda que, mesmo a cálculo da média levando em consideração todas as outras ações com eficiência "zero", ainda assim não foi possível a obtenção de um melhor resultado quanto a eficiência. De modo que a média obtida pelo programa foi 2,49, indicando o programa como pouco eficiente.

5.4. Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)**5.4.1 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas**

Não, pois o Programa de forma generalizada não atingiu um grau de satisfação em seus resultados apesar de contemplar ações que proporcionariam às famílias a geração de emprego e renda e consequente avanço no IDH.

5.4.2 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Não foram formulados indicadores de desempenho intermediários definidos no programa.

5.4.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Não foi associados indicadores de desempenho socioeconômicos(Painel) definidos no programa

6 - RECOMENDAÇÕES / CONSIDERAÇÕES

1 - Fazer acompanhamento do programa com maior atenção, visto que o mesmo contempla as famílias que serão beneficiadas com moradia, trabalho, emprego e renda e ainda por se tratar de um Programa que possibilita a inclusão social e o aumento do IDH. 2. Criar um indicador intermediário de modo a verificar o reflexo dos resultados e a proporção do impacto no programa. 3. Rever as ações que não tiveram uma execução satisfatória. 4. Fazer o lançamento das informações das metas físicas e financeiras para que sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa. 5. Fazer o acompanhamento da execução orçamentária e alcance das metas físicas, verificando quando houver alteração orçamentária que afete a meta física planejada, pois está afetará a meta física executada, de modo que a eficácia e a eficiência do programa não sejam prejudicadas. 6. Capacitar as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.

3.2 - Avaliação da Eficiência das Ações Incluídas no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Estado do Maranhão - PDE

Tabela 10 – Avaliação das Ações do Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão - PDE quanto a valoração da Eficiência

Ação			Programa			Eficiência	
Código	Título	Órgão Responsável	Código	Título	Órgão Responsável	Status	Valoração
3128	Expansão da Rede Assistencial do SUS	SES	0559	Atenção Integral à Saúde	SES	MEDIA EFICIÊNCIA	0,54 (54%)
1068	Ampliação e Melhoria de Sistema de Abastecimento De Água	CAEMA	0552	Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	SES	BAIXA EFICIÊNCIA	0,00 (0%)
1706	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário	CAEMA	0552	Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	SES	BAIXA EFICIÊNCIA	0,00 (0%)
1069	Ampliação e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	CAEMA	0552	Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	SES	BAIXA EFICIÊNCIA	0,00 (0%)
1688	Ampliação e Modernização do Porto	EMAP	0120	PORTO - Porta Facilitadora de Negócios	SEDINC	SI	SI
1671	Implantação e Pavimentação da Via Urbana	SINFRA	0137	Construção e Melhoria de Vias Urbanas	SINFRA	ALTA EFICIÊNCIA	4,65(465%)
3014	Restauração de Rodovias	SINFRA	0531	Logística e Transporte	SINFRA	BAIXA EFICIÊNCIA	0,09(9%)
3093	Implantação, Melhoramento e Pavimentação de Rodovias	SINFRA	0531	Logística e Transporte	SINFRA	ALTA EFICIÊNCIA	24,78 (2.478%)
3098	Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais	SECID	0553	Habitação e Urbanismo	SECID	SI	SI
3142	Ensino, Inclusão e Empreendedorismo	SECTEC	0558	Maranhão Profissional	SECTEC	MEDIA EFICIÊNCIA	0,55(55%)
3084	Expansão e Melhoria da Infraestrutura	SEDUC	0549	Garantia do Acesso a Escola	SEDUC	ALTA EFICIÊNCIA	9,25(925%)

Código	Título	Órgão Responsável	Código	Título	Órgão Responsável	Status	Valoração
3085	Correção do Fluxo Escolar	SEDUC	0551	Melhoria da Qualidade do Ensino e Aprendizagem	SEDUC	MEDIA EFICIÊNCIA	0,41 (41%)
3213	Expansão da infraestrutura de Equipamentos Sociais e Agrícolas – Viva Maranhão	SEDES	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	BAIXA EFICIÊNCIA	0,00 (0%)
3214	Expansão da Infraestrutura Socioprodutiva para a Redução da Pobreza – Viva Maranhão	GISP	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	SI	SI
3200	Ampliação e Modernização da Educação – Viva Maranhão	SEDUC	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	ALTA EFICIÊNCIA	4,906 (4,906%)
3210	Modernização e Integração do Sistema de Segurança Pública – Viva Maranhão	SSP	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	ALTA EFICIÊNCIA	3,61 (361%)
3203	Expansão e Melhoria da Rede de Saneamento Básico – Viva Maranhão	CAEMA	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	ALTA EFICIÊNCIA	2,35 (235%)
3209	Modernização e Ampliação dos Serviços de Saúde – Viva Maranhão	SES	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	MÉDIA EFICIÊNCIA	0,57 (57%)
3201	Desenvolvimento e Gerenciamento Institucional – Viva Maranhão	SEPLAN	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	ALTA EFICIÊNCIA	5,44 (544%)
3205	Melhoria da Gestão Territorial – Viva Maranhão	SEPLAN	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	SI	SI
3207	Modernização do Sistema de Planejamento e Orçamento – Viva Maranhão	SEPLAN	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	SI	SI

Código	Título	Órgão Responsável	Código	Título	Órgão Responsável	Status	Valoração
3208	Modernização e Ampliação dos Serviços da Rede de tecnologia da informação e Comunicação – Viva Maranhão	SEPLAN	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	SI	SI
3211	Expansão e Modernização da Infraestrutura para o Desenvolvimento Produtivo – Viva Maranhão	FDI	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	BAIXA EFICIÊNCIA	0,00 (0%)
3136	Implantação da Infovia – Viva Maranhão	SECTEC	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	SI	SI
3202	Expansão e Melhoria da Mobilidade Urbana – Viva Maranhão	SINFRA	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	SI	SI
3212	Ampliação da Integração dos Municípios por Rodovia – Viva Maranhão	SINFRA	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	ALTA EFICIÊNCIA	1,09 (109%)
3204	Expansão e Modernização do Sistema Penitenciário – Viva Maranhão	SEJAP	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	BAIXA EFICIÊNCIA	0,00 (0%)
3206	Modernização do Sistema de Gestão e Previdência – Viva Maranhão	SEGEPI	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	SI	SI

SI – Sem informação

A Lei 9.553/2012 que instituiu o PPA 2012-2015, em seu Art. 8, também, instituiu o Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE/MA, que no parágrafo único estabelece que as ações que possuírem dotação orçamentária incluída no PDE/MA integram prioridades da Administração Pública Estadual.

No exercício de 2015 foram incluídas ações do Programa Viva Maranhão no PDE/MA, para atender as prioridades da atual gestão. Sendo que, as ações que obtiveram, os maiores valores quanto a eficiência relacionado à avaliação físico-financeira, foram: 3200: Ampliação e Modernização da Educação – Viva Maranhão, 3093: Implantação, Melhoramento e Pavimentação de Rodovias e 3084: Expansão e Melhoria da Infraestrutura, resultado este que reflete a prioridade da gestão atual na elevação dos indicadores sociais através do Escola Digna.

Entretanto, o desempenho de seis ações foram prejudicadas pelo não acompanhamento das metas físicas no Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA, houve a liquidação parcial de recursos, sendo, a meta física não foi informada, apresentando baixa eficiência com valor percentual (0,00), e as demais que apresentaram sem informação – SI devido a não movimentação de recursos nas ações.

Por outro lado, as ações que obtiveram média eficiência foram: 3128: Expansão da Rede Assistencial do SUS, a meta foi cumprida parcialmente, das 5 unidades de saúde planejadas para o ano, apenas duas foram concluídas, a Unidade regional no município de Pinheiro e a maternidade Nossa Senhora da Penha no Anjo da Guarda, valores estes que podem ser observados na avaliação de desempenho do programa Atenção Integral à Saúde. Na ação 3209: Modernização e Ampliação dos Serviços de Saúde – Viva Maranhão, dos 1.608 leitos previstos para serem ofertados, apenas 200 foram disponibilizados, 100 leitos da Unidade de Pinheiro e 100 da Unidade de Caxias aguardando a inauguração, na ação 3085: Correção do Fluxo Escolar, executada pela SEDUC, foram previstos atendimentos a 538 escolas, sendo atendidas 221, resultado que podem ser observado na avaliação do Programa Melhoria Qualidade de Ensino e do Aprendizado e por fim na ação 3142: Ensino, Inclusão e Empreendedorismo, executada pela SECTI, dos 159.000 profissionais previstos para serem capacitados foram atendidos 124.815, resultado que reflete a avaliação do Programa Maranhão Profissional.

3.3 - Desempenho dos Programas Finalísticos em Relação aos Cálculos de Valoração de Eficiência e Eficácia

Tabela 11 – Ranking de Desempenho dos Programas quanto a Eficácia e Eficiência

Programa	Eficaz	Não Eficaz	Total	Muito Eficiente	Eficiente	Média Eficiência	Baixa Eficiência	Total
Quantidade / Percentual	15	30	45	28	0	05	12	45
	33,33%	66,67%	100%	62,22%	0,00%	11,11%	26,67%	100%

Fonte: SISPCA / SIAFEM - atualização em 21/03/2016.

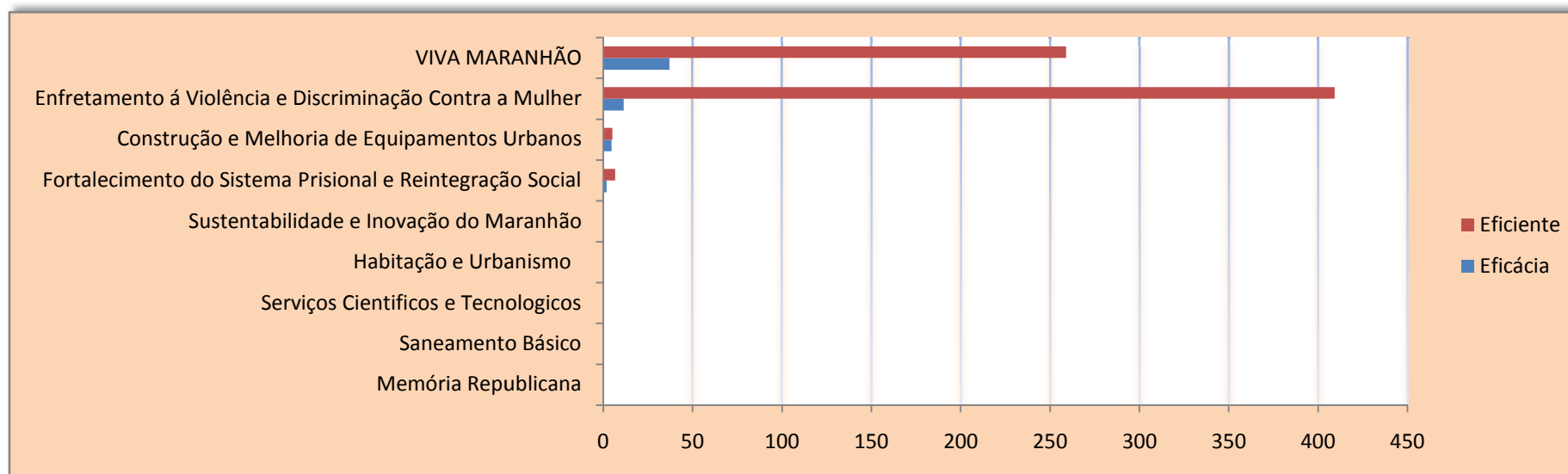
Observação: Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia $\geq 1,0$; e Não Eficácia $< 1,0$, Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente = $1,0$; Média Eficiência = $0,50$ a $0,99$; e Baixa Eficiência $< 0,50$.

Ao analisar os dados referentes a eficácia e eficiência observou-se que houve durante o exercício 2015, no âmbito de Poder Executivo, um grande número de programa com grau de valoração não eficaz (66,67%) que expressa a relação de meta física executada e planejada, resultado que pode ser explicado, pelo não acompanhamento da meta física no SISPCA e o outro fator referente as ações de caráter de gestão com o produto medido pela despesa vinculada ao programa finalístico impossibilitando a mensuração da meta física. No entanto, a metade conseguiu a valoração de muito eficiente (62,22%), seguido de média eficiência com (11,11%) e com baixa valoração de eficiência (26,67%) na relação entre meta física e financeira executada. Vale ressaltar que, apesar do índice obtido de muito eficiência pela maioria dos programas, os órgãos setoriais devem observar a relação entre os recursos autorizados e a dotação inicial com os recursos liquidados, sendo que, algumas ações apresentaram percentual muito abaixo de recursos executados, tendo sido executada a meta física o que caracteriza superestimação dos recursos planejados.

Os programas que tiveram melhores desempenhos Foram: Viva Maranhão, Enfrentamento à Violência e Discriminação Contra a Mulher, Construção e Melhoria de Equipamentos Urbanos e Fortalecimento do Sistema Prisional e Reintegração Social, resultado que pode ser explicado pela novo redirecionamento estratégico da atual gestão, voltado para a melhoria dos indicadores sociais, e a execução das ações prioritárias foram potencializadas através de recursos do Programa Viva Maranhão como é o caso do

Escola Digna que passará a ser executada a partir do próximo exercício como programa finalístico. No entanto, os programas: Memória Republicana, Saneamento Básico, Serviços Tecnológicos e Habitação e Urbanismo, não obtiveram um bom desempenho, no caso do Habitação e Urbanismo, houve atraso no processo licitatório prejudicando a execução das obras e a sua homologação ocorrerá no início de 2016, sendo realizado apenas vistorias de obras e diagnóstico para elaboração de projetos técnicos de engenharia e os demais programas não houve movimentação de recursos o que prejudicou a avaliação de desempenho, conforme ilustra gráfico abaixo:

Gráfico 19 - Ranking de Desempenho dos Programas quanto a eficiência e Eficácia



3.4 – Principais Resultados das Ações Prioritárias da Nova Gestão

Uma das principais orientações estratégicas da atual gestão foi a de elevar os indicadores sociais, a partir daí foi criado o Plano de Ações “MAIS IDH” através do Decreto nº 30.612, de 02 de janeiro de 2015, com o objetivo de promover a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no meio urbano e rural, abrangendo inicialmente as populações dos 30 municípios maranhenses com piores Indicadores de Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Buscou-se a partir daí adequar as ações prioritárias com os programas vigentes do PPA 2012-2015, sendo que a execução do PPA 2016-2019 com os novos programas e ações voltadas a diretrizes da atual gestão se dará a partir do exercício de 2016. A seguir, demonstraremos na (Tabela 13), as principais realizações, através dos Eixos Diretivos relacionado as atividades finalística, a saber: Enfrentar as Injustiças Sociais, Desenvolvimento para Todos e Ampliar a Infraestrutura.

Tabela 13 - Principais Realizações da Gestão Atual Vinculada aos Programas do PPA 2012-2015 por Eixo Diretivo – Exercício 2015

EIXO DIRETIVO	PRIORIDADES DA GESTÃO ATUAL			PROGRAMA PPA 2012-2015			PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
	Ação Prioritária	Sector	Etapas	Código	Título	Órgão Responsável	
Enfrentar as Injustiças Sociais	MAIS IDH	Educação	Programa Escola Digna	0573	VIVA MARANHÃO	SEPLAN	- Reforma em mais de 60 escolas, beneficiando 98.037 alunos ou estudantes da rede estadual. - Substituição de escolas de taipa, barro, palha por prédios de alvenaria.
	MAIS IDH	Educação	Mobilização pela Alfabetização – Programa Brasil Alfabetizado- (PBA)	0548	Erradicação do Analfabetismo	SEDUC	- 45.040 jovens, adultos e idosos assistidos, em 106 municípios, através de parcerias com as Secretarias Municipais/FNDE/MEC
	MAIS IDH	Educação	Mobilidade pela Alfabetização – Programa Brasil Alfabetizado- (PBA) “Projeto Sim eu Posso)”	0548	Erradicação do Analfabetismo	SEDUC	- 14.040 Jovens, adultos e idosos assistidos, em 08 municípios entre os 30 de menor IDH. Em parcerias com UEMA/Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão – FAPEAD e Movimento Sem Terra - MST

EIXO DIRETIVO	PRIORIDADES DA GESTÃO ATUAL			PROGRAMA PPA 2012-2015			PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
	Ação Prioritária	Sector	Etapas	Código	Título	Órgão Responsável	
Enfrentar as Injustiças Sociais	MAIS IDH	Educação/Ciência e Tecnologia	Implantação dos Institutos Estaduais de Educação, Ciência e Tecnologia - IEMA	0100	Desenvolvimento Científico e Tecnológica	SECTI	- Implantação de 3 IEMA, com unidades de ensino em tempo integral, nos municípios: São Luís, Bacabeira e Pindaré Mirim beneficiando 1.400 alunos.
	MAIS IDH	Educação/Ensino Superior	Desenvolvimento de ações voltadas ao Ensino Superior	0177	Ensino de Graduação e Formação Superior	UEMA	- Ampliação do campus de Bacabal, incluindo a biblioteca; o anexo do curso de história e das instalações da Editora UEMA; o núcleo de esporte e lazer e o herbário no Campus de São Luís
	MAIS IDH	Saúde	Força Estadual de Saúde	0559	Atenção Integral a Saúde	SES	- Criação do Força Estadual de Saúde - FESMA composta por Médicos e Enfermeiros para atendimentos com foco em gestantes, crianças, pacientes com quadro de hipertensão diabetes e no combate a hanseníase.
	MAIS IDH	Saúde	Saúde para Todos	0559	Atenção Integral a Saúde	SES	- Conclusão e Abertura de 2 hospitais regionais em Pinheiro e Caxias - Abertura da Maternidade Nossa Senhora da Penha no bairro do Anjo da Guarda em São Luís - Entrega de 28 odontomóveis; - Foram iniciadas as obras para Construção do novo Hospital do Servidor, com 154 leitos, 40 consultórios, 20 leitos de UTI e quatro centros cirúrgicos.
	MAIS IDH	Habituação	Minha Casa Meu Maranhão	0553	Habituação e Urbanismo	SECID	- Realização do primeiro feirão imobiliário do servidor publico, sendo oferecidos 16 mil imóveis com descontos especiais e isenção e taxas.
	MAIS IDH	Saneamento	Abastecimento de Água Tratada com rede plena de distribuição nas sedes municipais – Programa para Todos	0552	Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	SECID/CAEMA	Já foram entregues 8 poços em bairros da capital, beneficiando 100 mil pessoas, 3 em Imperatriz, beneficiando mais de 30 mil pessoas e mais 6 poços em 5 municípios.

EIXO DIRETIVO	PRIORIDADES DA GESTÃO ATUAL			PROGRAMA PPA 2012-2015			PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
	Ação Prioritária	Setor	Etapas	Código	Título	Órgão Responsável	
Enfrentar as Injustiças Sociais	MAIS IDH	Saneamento	Saneamento Básico Rural	0173	Sustentabilidade Inovação no Maranhão - SIM	SEDES	- Elaboração de Projetos para Implantação de 3 sistemas de Abastecimento de água para atender comunidades dos 11 municípios de menor IDH.
	MAIS IDH	Social	Cozinhas Comunitárias	0193	Segurança Alimentar e Nutricional	SEDES	- Foram realizadas visitas técnicas de sensibilização política, verificação de terrenos e documentação para a implantação das cozinhas comunitárias, e início da implantação do Sistema de Segurança Alimentar – SISAN.
	MAIS IDH	Social	Mais Bolsa Família – Bolsa Escola	0539	Promoção e Proteção Social	SEDES	- Foram desbloqueados 472.857 cartões do Bolsa Escola
	MAIS IDH	Social	Busca Ativa	0539	Promoção e Proteção Social	SEDES	- Realização de visitas aos municípios para capacitação das famílias no cadastro pelo CADUNICO, nos programas de transferência de renda e principalmente para o bolsa família.
	MAIS IDH/MAIS PRODUÇÃO	Agricultura Familiar	Sistemas integrados de tecnologias Sociais – SISTECS (sisteminhas)	0544	Assistência Técnica e Extensão Rural	SAF/AGERP	- Foram beneficiados, 2.120 produtores, impactando no fomento de tecnologias sociais, nos 30 municípios com menor IDH.
	MAIS IDH/MAIS PRODUÇÃO	Agricultura Familiar	Assistência Técnica para Agricultura Familiar	0544	Assistência Técnica e Extensão Rural	SAF/AGERP	- Foram investidos R\$ 15,2 milhões, beneficiando 81.592 agricultores familiares.
	MAIS IDH/MAIS PRODUÇÃO	Agricultura Familiar	Feiras de Agricultura familiar	0558	Desenvolvimento da Agricultura Familiar	SAF	- Feiras agrotecnológicas (AGRITECS) realizadas em 4 municípios, visando a dinamização do setor agrícola, com um público de aproximadamente 40 mil visitantes, movimentando cerca de R\$ 2 milhões em negócios.

EIXO DIRETIVO	PRIORIDADES DA GESTÃO ATUAL			PROGRAMA PPA 2012-2015			PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
	Ação Prioritária	Setor	Etapas	Código	Título	Órgão Responsável	
Enfrentar as Injustiças Sociais	MAIS IDH/MAIS PRODUÇÃO	Agricultura Familiar	Crédito Fundiário	0160	Reforma e Regularização Fundiária	SAF	- Implantação da regularização fundiária.
	MAIS IDH/MAIS PRODUÇÃO	Fundiário	Regularização Fundiária e de Consolidação Assentamentos	0160	Reforma e Regularização Fundiária	SAF/ITERMA	- Foi possível captar cerca de R\$ 69 milhões em repasses federais, que estão sendo liberados e aplicados gradativamente, em unidades móveis de regularização fundiária.
	MAIS IDH	Direitos Humanos	Mutirão Mais IDH	0519	Maranhão Solidário e Inclusivo	SEDIHPOP/VIVA CIDADÃO	- Foram realizados 76.064 atendimentos de prestação de serviços de documentos, 107.492 atendimentos básicos de saúde e 183 atividades socioeducativas. - instalação de comitês MAIS IDH nos 30 municípios com 100 visitas realizadas e mais de 2.500 pessoas mobilizadas em 30 plenárias. - Instalação de três novas unidades do Viva Cidadão (em São Luís no bairro da Forquilha, Barra do Corda e Codó), sendo realizados em 2015, 2,6 milhões de atendimentos.
	MAIS IDH	Direitos Humanos	Desenvolvimento de ações realizadas ao atendimento ao consumidor	0541	Garantia do Direito do Consumidor	SEDIHPOP/PROCON	- Foram realizados 76.064 atendimentos de prestação de serviços de documentos, 107.492 atendimentos básicos de saúde e 183 atividades socioeducativas.
	MAIS IDH	Direitos Humanos	Desenvolvimento de ações realizadas ao atendimento a mulher -			SEMU	- Foram realizados 38 mil atendimentos, através das unidades móveis "Carreta da Mulher", em parceria com a Secretaria de Saúde, onde foram percorridos mais de 43 municípios, prestando os seguintes atendimentos;

EIXO DIRETIVO	PRIORIDADES DA GESTÃO ATUAL			PROGRAMA PPA 2012-2015			PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
	Ação Prioritária	Setor	Etapas	Código	Título	Órgão Responsável	
Enfrentar as Injustiças Sociais	-	Esporte e Lazer	Realização do Jogos Escolares Maranhenses	0532	Excelência no Esporte e Lazer	SEDEL	- Com o JEM'S foram mais de 170 mil alunos/atletas atendidos, 1.600 escolas e 96 municípios.
	-	Esporte e Lazer	Lei de Incentivo ao Esporte	0532	Excelência no Esporte e Lazer	SEDEL	- 72 projetos foram certificados e captados mais de R\$ 14 milhões para outros R\$ 33 projetos, em iniciativas que vão beneficiar 56 mil maranhenses.
	-	Esporte e Lazer	Construção e Reformas de Unidades esportivas	0532	Excelência no Esporte e Lazer	SEDEL	- Reformas de várias estruturas esportivas, a exemplo dos estádios de Imperatriz e João Lisboa
	MAIS CULTURA E TURISMO	Cultura	Realização de Eventos Culturais	0504	Maranhão Patrimônio Cultural	SECMA	- Carnaval de todos, que apoiou aproximadamente 50 municípios do Estado. - Festejo do Divino Espírito Santo, que abrangeu 221 festejos em 30 municípios maranhense. - São João, que além da capital foram apoiados mais 49 municípios.
	MAIS CULTURA E TURISMO	Cultura	Construção e Reformas de Espaços Culturais	0504	Maranhão Patrimônio Cultural	SECMA	- Recuperação de 44 imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico Estadual e Federal.
	-	Segurança	Reestruturação do Sistema de Segurança	0536	Defesa do Cidadão	SSP	- Promoções de 2.300 policiais militar. - Implantação do Sistema de Radiocomunicação Digital do CIOPS, além da implantação de 16 câmeras OCR fixas de videomonitoramento na entrada e saída de São Luis. - Novas instalações de Perícias Técnicas para Crianças e Adolescentes. - Inauguração de mais 5 unidades do Corpo de Bombeiros Militar. - Apreensão de 2,21 toneladas de drogas e 1.446 armas que contribuíram na redução de homicídios em 12%.

EIXO DIRETIVO	PRIORIDADES DA GESTÃO ATUAL			PROGRAMA PPA 2012-2015			PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
	Ação Prioritária	Setor	Etapas	Código	Título	Órgão Responsável	
Enfrentar as Injustiças Sociais	-	Administração Penitenciária	Reestruturação do Sistema Prisional	0554	Fortalecimento do Sistema Prisional e Reintegração Social	SEJAP	- Diminuição de 70% dos homicídios e fugas nas unidades prisionais. - Contratação de mais de 1.200 servidores por meio de processo seletivo, com o fim da terceirização - Qualificação de 1.800 servidores para manuseio de novas tecnologias disponíveis nos presídios. - Conclusão e início de funcionamento de novas unidades prisionais em Imperatriz, Açailândia e Balsas.
Desenvolvimento para Todos	MAIS SEMENTES	Agricultura	Distribuição de Sementes	0570	Agronegócio Maranhense Competitivo	SAGRIMA	- Foram entregues 1.731 toneladas de sementes, sendo elas de feijão, arroz e milho nos 217 municípios, além de 20 patrulhas agrícolas.
	MAIS PRODUÇÃO	Pecuária	Rebanho bovino vacinado e fiscalizações realizadas	0546	Defesa Agropecuária	SAGRIMA/AGED	- Na pecuária atingimos 98,82% total do rebanho bovino maranhense vacinado contra a febre aftosa.
	MAIS EMPRESAS	Indústria e Comércio	Implantação do Sistema Empresa Fácil	0122	Registro das Atividades Mercantis	SEINC/JUCEMA	- Criação do Mais Empresas. - Acréscimo de 9,46% em relação ao ano anterior devido a desburocratização e a simplificação dos processos de registro empresarial, por meio da implantação do sistema Empresa fácil. - Implantação do Empresa Fácil em 44 municípios no estado
	MAIS EMPRESAS	Indústria e Comércio	Implementação de Serviços de Metrologia	0505	Maranhão de Oportunidades	SEINC/INMEQ	- Realização em 5.606 ações de fiscalizações de produtos pré-medidos, com um total de 557 estabelecimentos visitados.
	MAIS CULTURA E TURISMO	Turismo	Desenvolver ações para a promoção e desenvolvimento do turismo	0522	Mais Turismo	SETUR	- Treinamento para 180 profissionais de meios de hospedagem, restaurantes, guias de turismo e comunidade em geral de Barreirinhas e Santo Amaro. - Participação de 163 artesãos de 18 municípios no I Seminário do Artesanato do Maranhão.

EIXO DIRETIVO	PRIORIDADES DA GESTÃO ATUAL			PROGRAMA PPA 2012-2015			PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
	Ação Prioritária	Sector	Etapas	Código	Título	Órgão Responsável	
Desenvolvimento para Todos	-	Trabalho e Renda	Desenvolver ações de Qualificação Profissional	0520	Qualificação e Promoção do Trabalho	SETRES	- Fórum Estadual de Aprendizagem Profissional reuniu cerca de 1, 5 mil jovens interessados em uma nova oportunidade de trabalho e renda. - Foram encaminhados 18.107 trabalhadores ao mercado de trabalho. - Foram emitidas 45.963 carteiras de trabalho.
	-	Trabalho e Renda	Desenvolver ações da Política de Economia Solidária	0521	Desenvolvimento da Economia Solidária	SETRES	- Inauguração de uma nova Agência do SINE, com ampliação de 10 para 20 guichês de atendimento.
	-	Meio Ambiente	Desenvolver ações de Fiscalização e Controle da SEMA	0562	Planejamento, Preservação e Conservação Ambiental	SEMA	- Emissão de 2.767 licenças na área de empreendimentos industriais e atividades utilizadores de recursos ambientais. - Na área florestal foram emitidas mais de 2.645 autorizações de manejo e supressão vegetal. - Na área de recursos Hídricos a SEMA emitiu 1.662 documentos dentre outorgas de direito de uso de água superficial e subterrânea.
	-	Pesca e Aquicultura	Desenvolver ações da Política da Pesca e Aquicultura	0572	MAIS PESCADO	SEPAQ	- 207.922 cadastro de pescadores junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura. - Crescimento a passos largos da piscicultura de água doce. - Instalação de 180 tanques-rede para criação de peixes em 6 municípios do MA, beneficiando 120 produtores. - Realização de 32 capacitações em piscicultura e em ostras, beneficiando 494 produtores.

EIXO DIRETIVO	PRIORIDADES DA GESTÃO ATUAL			PROGRAMA PPA 2012-215			PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
	Ação Prioritária	Setor	Etapas	Código	Título	Órgão Responsável	
Ampliar a Infraestrutura	MAIS ASFALTO	Infraestrutura	Desenvolver ações da Política de Infraestrutura	0531	Logística e Transportes	SINFRA	- Implantação de 776,99 km, sendo 589,1 km de novas estradas (MAs) e 187,99 km de pavimentação urbana, além da recuperação de 811 km de estradas estaduais (MAs)
	MAIS ASFALTO	Mobilidade Urbana	Desenvolver ações voltadas a Mobilidade Urbana	0531	Logística e Transportes	SINFRA/MOB	- Implantação da linha expressa metropolitana, entre São Luis e São José de Ribamar, com ônibus novos e climatizados, atendendo 70 passageiros por viagens, com 20 pontos fixo de paradas. - Criação do aplicativo Meu Ônibus MOB.
	-	Trânsito	Desenvolver ações de Segurança no Trânsito	0118	Trânsito com Qualidade	SSP/DETRAN	- 120 operações “ Lei Seca” na capital e no interior do Estado.
	MAIS SANEAMENTO	Saneamento	Mais Saneamento	0552	Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	SECID/CAEMA	- Já foram eliminados 12 dos 27 pontos de lançamento de esgoto da lagoa da Jansen, além disso prosseguem importantes obras para aumentar o tratamento de esgoto na ilha de São Luís, inclusive melhorando a balneabilidade das praias
	-	Administração Portuária	Desenvolver ações de Modernização Portuária	0120	PORTO - PORTA FACILITADORA DE NEGÓCIOS	SEINC/EMAP	- Atingiu a marca de mais de 21,8 milhões de toneladas de carga movimentada. - Diminuição no tempo de espera das embarcações, passando de 85 horas para 54.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

Avenida Jerônimo de Albuquerque s/n - Calhau - Cep: 65.051-200

Palácio Henrique de La Roque - Edifício Clodomir Millet

Fone: (98) 3227-5591 / 3218-2106 - www.seplan.ma.gov.br

Março / 2016